Os socialistas já fizeram muitas vezes a história da gênese do Capital. Contaram como ele nasceu das guerras e dos despojos, da escravidão, da servidão, da fraude e da exploração moderna. Mostraram como se nutriu do sangue do operário e, pouco a pouco, conquistou o mundo inteiro. Devem ainda fazer a mesma história no que concerne à gênese e ao desenvolvimento da Lei. [...]

Feita para garantir os frutos da pilhagem, do açambarcamento e da exploração, a Lei seguiu as mesmas fases de desenvolvimento do Capital: irmão e irmã gêmeos, caminharam de mãos dadas, nutrindo-se ambos dos sofrimentos e das misérias da Humanidade.

Piotr Kropotkin

ISBN 85-85362-98-7



Editora Imaginário

ISBN 85-274-0791-4



Ícone Editora

BL

KROPOTKIN Palavras de um Revoltado

19

PIOTR KROPOTKIN

Palavras de um Revoltado

Editora Imaginário

Ícone editora

Palavras de um Revoltado

Palavras de um Revoltado foi inicialmente programado
para ser publicado pela Editora Cortez na coleção "Pensamento e Ação";
todavia, após reprogramação da editora, coube-nos concretizar esta edição.

Projeto da capa
Plínio Augusto Coêlho

Ilustração da capa
A Paz, F. Kupka

ÍCONE EDITORA LTDA.
Rua das Palmeiras, 213
Santa Cecília
01226-010 São Paulo – SP
Tel./Fax.: (11) 3666-3095
www.iconelivraria.com.br
editora@editoraicone.com.br
edicone@bol.com.br

EDITORA IMAGINÁRIO
Rua Ciro Costa, 94 conj. 01
Perdizes
Telefax (11) 3864-3242
ed.imaginario@uol.com.br
05007-060 São Paulo – SP

Impresso no Brasil
2005

PIOTR KROPOTKIN

PALAVRAS DE UM REVOLTADO

Tradução

Plínio Augusto Coêlho

Editora Imaginário

Ícone editora

Dados internacionais para a catalogação na publicação (CIP)

K94p

Kropotkin, Piotr Alekeseevich, Príncipe, 1842-1921.
Palavras de um revoltado / Piotr Kropotkin; tradução: Plínio Augusto Coêlho. – São Paulo : Imaginário: Ícone Ed., 2005.
278 p. ; 23 cm.

ISBN 85-85362-98-7 Editora Imaginário
ISBN 85-274-0791-4 Ícone Editora

1. Anarquismo e anarquistas. I. Título.

CDD-335.83

Sumário

APRESENTAÇÃO

É essencial saber que este livro é uma coletânea de artigos redigidos entre 1880 e 1882 (e não em 1879 como o indicam Reclus e o próprio Kropotkin) em uma atualidade marcada pelos congressos da I Internacional, pelos atentados e pela repressão na Rússia, pelas intervenções coloniais. Esses artigos dirigiam-se aos leitores militantes e trabalhadores anarquistas da revista "socialista" (não-autoritária) *Le Révolté*, instalada em Genebra.

O autor encontrava-se na Suíça, na casa de Élisée Reclus, o geógrafo famoso e anarquista não menos célebre (preso e, em seguida, banido da França – Lenin e a U.R.S.S. nada inovaram nessa matéria – por sua participação na Comuna de Paris). Trabalhavam juntos na *Geografia Universal*. Todavia, Kropotkin, segundo suas próprias declarações, mantinha igualmente contatos com operários, e redigiu seus artigos em colaboração com sua esposa: "ajudado por minha mulher, com quem eu sempre discutia cada acontecimento, cada projeto de artigo antes de escrevê-lo".[1]

Em janeiro de 1883, Kropotkin, já perseguido por informantes do governo russo que buscavam obter sua extradição, é preso com 65 outros anarquistas por "afiliação a uma sociedade internacional" e ter propagado doutrinas "para a abolição do direito de propriedade, da família, da pátria, da religião".[2] De fato, o governo francês tentava, por meio disso, atribuir a agitação e os atentados contra os patrões, devidos à miséria e à crise, a uma organização estrangeira, tática habitual e atual na França bem como alhures.

Kropotkin, na condição de estrangeiro e intelectual, foi "naturalmente" o que recebeu a maior sentença: quatro anos de prisão e uma pesada multa. Ao menos, graças ao protesto de cerca de sessenta cientistas ingleses, como Spencer, e intelectuais franceses como Renan e Hugo,[3] ele pôde sair da prisão em janeiro de 1886.

---

[1] *Autour d'une vie*, éd. Stock, p. 438.

[2] *Le mouvement anarchiste en France*, Maitron, éd. F. Maspéro, t. I, p. 171.

[3] *Ibidem*, p. 173 e *Kropotkin* de N. M. Pirumova, éd. Nauka, Moscou, 1972, p. 108.

Em 1885, Élisée Reclus selecionou uma parte dos artigos de Kropotkin e editou-os sob o título de *Paroles d'un Révolté*.

Esta iniciativa correspondia a uma necessidade, pois, "Aos jovens" já havia sido publicado em brochura desde seu surgimento em 1881, em francês, depois, em 1883, clandestinamente, em polonês, em 1884, em francês, inglês, alemão e italiano, em 1885, em espanhol, inglês, grego, e, segundo parece, também houve durante esse período uma edição romena e uma outra clandestina em russo.

Em seguida, entre 1886 e 1899, esse mesmo texto conheceu importante sucesso na França, na Espanha, na Itália, na Grã-Bretanha, na Alemanha e na América Latina, bem como em Portugal, na Holanda, na Noruega, na Dinamarca, na Tchecoslováquia, na Romênia, na Grécia e na Bulgária. Na China ele foi editado em 1913, após uma primeira edição na emigração em Paris, em 1905.[4]

Jean Grave[5] editou-o pessoalmente, perfazendo um total de 80.000 exemplares, e Max Nettlau,[6] incluindo as edições em outras línguas, chega ao número de 160.000 exemplares.

Outros artigos, como "A Lei e a Autoridade", foram editados a 20.000, "O espírito de revolta" a 18.000, "A guerra" a 10.000, na França, segundo Jean Grave.

Quanto ao livro, conquanto não vertido na íntegra para o inglês, ele aparece notadamente em espanhol (22.000 exemplares) em 1909,[7] em búlgaro em 1910. "Esse livro teve uma influência decisiva sobre os trabalhadores e a *intelligentsia* próxima ao povo aqui na Bulgária",[8] em chinês em 1948, em russo, inicialmente na emigração em 1906 e 1920, depois na U.R.S.S., em Moscou editado pelos anarquistas em 1921 (foi, de resto, um dos últimos

[4] Segundo Max Nettlau, *Bibliographie de l'Anarchie*, 1897 e V. Muñoz in *Reconstruir*, Buenos Aires, 1972.

[5] *Quarante ans de propagande anarchiste.*

[6] *Anarchisten und Socialrevolutionare: Die historische Entwicklung des Anarchismus in der Jahren, 1880-1886.*

[7] Carta do editor Sempere a Unamuno, citada por Carlos Díaz na edição espanhola de *Autour d'une vie*, Madrid, 1973.

[8] Nikolov em *25 godini bez Petr Alexiievitch Kropotkine*, Sofia, 1946, p. 101.

publicados antes do fechamento da editora por decisão da Tcheka). Em 1930, o historiador anarquista Max Nettlau avaliava em 19.000[9] o número de exemplares de *Palavras de um Revoltado* em diferentes línguas.

Agradecemos a Nicolas Walter de Londres por sua preciosa colaboração na edição deste livro.

* * *

Podemos, com razão, fazer duas perguntas após esse bosquejo bibliográfico: a que se devia o sucesso dessa obra? Não está ela hoje superada? Daremos de maneira sucinta nossa opinião.

Observemos, de início, que Kropotkin escreveu após este livro outros estudos em que expõe amplamente seus pontos de vista sobre a reconstrução social, a moral, a evolução histórica. Mas uma parte de suas concepções já aparecem esboçadas na argumentação. Tanto neste livro quanto nos outros, Kropotkin permanece fiel a seu estilo, evitando todo termo técnico, todo jargão, sem, contudo, simplificar os problemas. Ele também não cai na polêmica mais ou menos gratuita e exacerbada como nas obras de Marx ou Lenin. O leitor não se perde em digressões históricas ou filosóficas como em Bakunin. Essa clareza de exposição já é simultaneamente uma das razões do impacto do livro e de sua atualidade.

Mas a chave da força da obra é o vigor de sua crítica da democracia e das liberdades que ela tolera: "Liberdade de imprensa e reunião, inviolabilidade do domicílio e de todo o resto, só são respeitadas *se o povo não faz uso delas contra as classes privilegiadas*. Todavia, o dia em que ele começa a servir-se delas para sapar os privilégios, – todas essas pretensas liberdades são lançadas ao mar" (ed. de 1885, pp. 38, 39).

E é a essência do sistema que é questionada: "Fiel a sua origem, o governo sempre foi o protetor do privilégio contra aqueles que buscavam dele se libertar" (ed. de 1885, p. 183). E o parlamentarismo resulta apenas em dar um um cheque em branco a um punhado de indivíduos rapidamente corrompidos, se não o forem logo de saída, pois, "enquanto tivermos uma

[9] *Anarchisten und Socialrevolutionare: Die historische Entwicklung des Anarchismus in der Jahren, 1880-1886.*

casta de ociosos, mantida por nosso trabalho, sob pretexto de que eles são necessários para nos dirigir, esses ociosos serão sempre um foco pestilencial para a moralidade pública" (ed. de 1885, p. 24).

As guerras grassam ou os Estados as preparam. "A ordem, hoje, — o que eles entendem por ordem —, são os nove décimos da Humanidade que trabalham para proporcionar luxo, gozos, satisfação das paixões mais execráveis a um punhado de ociosos."

E essa crítica engloba igualmente os partidários das reformas do capitalismo e os socialistas autoritários. Partindo da Comuna de Paris durante a qual os melhores revolucionários foram encarregados dos destinos do povo, Kropotkin ressalta a incapacidade que marcou o governo revolucionário quando as soluções só podiam "nascer da vida popular" (ed. de 1885, p. 251). Pois um grupo no poder tende a conservá-lo, "pouco importa o nome que se dê ao governo: ditadura, realeza ou parlamento. Sabemos que o que faz a força e a verdade de nosso partido jaz em sua fórmula fundamental: "Nada se faz de bom e durável senão pela livre iniciativa do povo, e todo poder tende a matá-la" (ed. de 1885, p. 254). E Kropotkin ressalta que um partido socialista autoritário não deixará de reprimir: "Quanto àqueles que não quiserem reconhecer sua autoridade — guilhotina; àqueles, povo ou burgueses, que recusarem obedecer às ordens, que ele lançará, para regular a marcha da revolução — ainda, guilhotina!" (ed. de 1885, p. 254).

Duas citações resumem premonitoriamente as atitudes dos marxistas e dos anarquistas: "No dia da revolução, o coletivista-estatista correrá para instalar-se na Prefeitura de Paris, de onde lançará seus decretos sobre o regime da propriedade; procurará se constituir como um governo formidável, metendo seu nariz em tudo, até na elaboração de estatística e decreto relativos ao número de galinhas criadas em Fouilly-les-Oies." "Enquanto o comunista-anarquista irá imediatamente se apoderar das oficinas, das casas, dos celeiros de trigo, em resumo, de toda a riqueza social, e procurará organizar em cada comuna, em cada grupo, a produção e o consumo em comum, a fim de prover a todas as necessidades das comunas e dos grupos federados" (ed. de 1885, pp. 312,313).

Kropotkin não é unicamente crítico. O fundamento de sua análise e de suas proposições é a economia: as guerras, os regimes políticos. "Se ele introduziu-se na Europa, é porque correspondia melhor à fase de exploração capitalista, que atravessamos no século XIX..." (ed. 1885, pp. 179,180), e a solução da exploração capitalista é "A expropriação completa de todos aqueles que têm o meio de explorar seres humanos" (ed. 1885, p. 319).

"Nós não diremos, como disseram algumas vezes, que os direitos políticos não têm para nós *qualquer* valor (ed. de 1885, p. 33). Sob a condição, para Kropotkin, de que o povo possa tomar e defender suas iniciativas, criar "grupos livres" (ed. de 1885, p. 212). Esse movimento unido ao "espírito de revolta", à ação das minorias propagam e formulam "o descontentamento, para excitar ao ódio contra os exploradores" (ed. de 1885, p. 284). Assim, "os atos de protestação ilegal, revolta, vingança, multiplicam-se. (...) Tal ato faz em alguns dias mais propaganda que milhares de brochuras (ed. de 1885, p. 286). Todavia, para Kropotkin, "A luta sangrenta, para a qual devemos estar preparados tão bem quanto a burguesia, não é, entretanto, para nós, senão um incidente da batalha, que devemos engajar contra o capital. A nenhum lugar nos levaria o fato de aterrorizar a burguesia e, em seguida, deixar tudo no mesmo estado. Nosso objetivo é muito mais amplo, nosso horizonte é muito mais alto (ed. de 1885, p. 317).

Kropotkin, conquanto apelando à violência, só confia no povo, e não nas sociedades secretas — que só buscam o poder pelo poder —, o que significa que seus juízos são marcados de moral, conforme verificamos mais particularmente em "Aos Jovens" e "A lei e a autoridade": "Basta de Leis, basta de Juízes! A Liberdade, a Igualdade e a prática da Solidariedade são o único dique eficaz que podemos opor aos instintos anti-sociais de alguns de nós" (ed. de 1885, p. 244).

Kropotkin tinha tendência a privilegiar o espírito latino oposto à mentalidade germânica (ed. de 1885, pp. 121, 175), abordamos alhures esse ponto[10] e consideramos que Kropotkin enquivocou-se completamente. Não se pode escolher entre os imperialismos; combatemos todos porque todos se fundam na hierarquia e no monopólio do saber por uma minoria. Kropotkin, por momentos, denomina o movimento antiautoritário de "partido" (ed. de 1885, pp. 139, 254, 287), sem lhe dar o sentido "parlamentar" que

[10] Pierre Kropotkine, *Oeuvres*, Maspéro, 1976.

ele hoje possui. Este termo deve ser compreendido como grupo, união dos revoltados para destruir essa sociedade e construir um mundo justo.

Kropotkin recusa o esquematismo. "Pois, não o esqueçamos, não é por uma revolução de um dia ou dois que conseguiremos transformar a sociedade no sentido do comunismo anarquista" (ed. de 1885, p. 90). E, ante a sua defesa das comunas, reconhece: "Ainda em nossos dias, o chauvinismo poderia excitar muita inveja entre duas comunas vizinhas, impedir sua aliança direta, e até mesmo provocar lutas fratricidas." (ed. de 1885, p. 114). Quando Kropotkin escreve: "Que cada um se sirva daquilo de que necessita..." ele explica que é a opinião dos operários "a julgar pelo que se diz nas reuniões" (ed. de 1885, p. 137). E, traçando linhas de orientação, Kropotkin reconhece naturalmente que : "Longe de nós a idéia de elaborar um programa completo para o caso de uma revolução. Semelhante programa só atrapalharia a ação" (ed. de 1885, p. 311).

Todavia, indicações gerais e opiniões são necessárias, e é com esse fito que inúmeras brochuras em diferentes línguas existem, para sintetizar as grandes linhas da reconstrução social anarquista: James Guillaume em 1876, Isaac Puente em espanhol e Gueorgui Maximov em russo, em 1933 etc.

É tanto mais indispensável porque a "fatalidade de uma grande revolução" (primeira página do texto de Kropotkin) e a necessidade de escapar da miséria e da injustiça que impregnam as últimas páginas, estão sempre presentes no mundo.

Todos os pensadores socialistas do século XIX — autoritários e libertários — acreditam estar bem próxima a revolução social. Os marxistas leninistas criaram, em seguida, o modelo do "socialismo real" na U.R.S.S., onde a minoria do P.C. de militantes de origem burguesa e proletária ocuparam a cúpula de uma hierarquia todo-poderosa, esmagando e explorando milhões de trabalhadores, com a criação da Tcheka em 1917 por Lenin e a aparição dos primeiros campos de concentração do mesmo Lenin. É a guilhotina prevista por Kropotkin.

É sintomático que a classe dirigente soviética e seus órgãos de repressão tenham virado casaca nos anos 90, adotando o neo-liberalismo, exaltando, inclusive, as virtudes da "terapia" do choque do Chile de Pinochet. O mesmo fenômeno está em curso há anos na China, em nome do P.C.! Manter-se

no poder sobre os ombros do trabalhador, qualquer que seja a ideologia, é o ideal das classes dirigentes.

Eis por que a miséria persiste tão insolente, tanto ontem quanto hoje, na Europa oriental e no Terceiro Mundo. E essa miséria exprime-se em 1978 na Tunísia, em 1992 na Venezuela e na Argentina, em dezembro de 2001 na Argentina...

Se a revolução não parece mais tão próxima, ela é igualmente necessária. Os milhões de mortos por nada das duas guerras mundiais do capitalismo, os milhões de mortos por nada do marxismo-leninismo soviético, e todos os mortos na China maoísta, no Chile e na África, as crianças que morrem de fome e os nove milhões de indigentes na Argentina, atualmente, são, todos estes, argumentos contra todos os governos e Estados.

Martin Zemliak (Frank Mintz)
Paris, 1978 - São Paulo, 2004

PREFÁCIO

Já faz dois anos e meio que Piotr Kropotkin está preso, subtraído da sociedade de seus semelhantes. Sua pena é dura, mas o silêncio que lhe impõem sobre os assuntos que lhe são mais caros é bem mais penoso: seu cativeiro seria menos pesado, se não estivesse amordaçado. Meses, anos passarão, talvez, antes que o uso da palavra lhe seja restituído e que ele possa retomar, com seus companheiros, as conversações interrompidas.

O tempo de recolhimento forçado que nosso amigo deve sofrer com certeza não será perdido, mas nos parece bem longo! A vida foge rápido, e vemos, com tristeza, passarem as semanas e os meses durante os quais esta voz honesta e altiva, entre todas, não será absolutamente ouvida. Em compensação, quantas banalidades serão repetidas, quantas palavras mentirosas virão ferir, quantas meias-verdades interessadas sussurrarão em nossos ouvidos! Estamos impacientes por ouvir um destes discursos, sinceros e sem reticências, que proclamam com ousadia o direito.

Contudo, se o prisioneiro de Clairvaux* não tem mais a liberdade de corresponder-se, do fundo de sua cela, com seus companheiros, pelo menos estes podem lembrar-se de seu amigo e reunir as palavras que ele outrora pronunciou. Eis aí um dever que me é possível realizar, e a ele me consagro com alegria. Os artigos que Kropotkin escreveu de 1879 a 1882, no jornal "anarquista" *Le Révolté*, pareceram-me de natureza a serem publicados em livro, tanto mais por não terem se sucedido ao acaso dos acontecimentos, mas segundo uma ordem lógica. A veemência do pensamento deu-lhes a unidade necessária. Fiel ao método científico, o autor expõe de início a situação geral da sociedade, com suas baixezas, seus vícios, seus elementos de discórdia e de guerra; estuda os fenômenos de decrepitude que os Estados apresentam e mostra-nos as fissuras que se abrem, as ruínas que se acumulam. Em seguida, desenvolve os fatos da experiência, oferecidos pela

* Prisão de Clairvaux, França. (N.T.)

História Contemporânea no sentido da evolução anárquica, indica sua significação precisa e extrai deles o ensinamento que comportam. Enfim, no capítulo *A expropriação*, resume suas idéias, tais como sobressaem da observação e da experiência, e apela aos homens de boa vontade, que não se contentam em saber, mas que querem agir.

Não me cabe aqui fazer o elogio do autor. Ele é meu amigo e, se eu dissesse o bem que penso dele, poderiam lançar-me suspeitas de cegueira ou acusar-me de parcialidade. Contento-me em confiar na opinião de seus juízes, e, inclusive, de seus carcereiros. Entre aqueles que, de perto ou de longe, observaram sua vida, não há quem não o respeite, quem não testemunhe sua elevada inteligência e seu coração transbordante de bondade, ninguém que não o reconheça como verdadeiramente nobre e puro. E, por sinal, não será por estas mesmas qualidades que ele teve de conhecer o exílio e o cativeiro? Seu crime é amar os pobres e os fracos; sua falta é ter defendido a causa deles. A opinião pública é unânime em respeitar este homem e, entretanto, ela não se surpreende em ver as portas da prisão se fecharem de modo obstinado sobre ele, de tanto que parece natural que a superioridade seja escarnecida e a dedicação acompanhada por sofrimentos. É impossível ver Kropotkin no pátio do prédio central e trocar uma saudação com ele sem se perguntar: "E eu, por que então estou livre? Seria talvez porque nada valho?"

Todavia, os leitores deste livro devem-se ocupar menos com a pessoa do autor do que com o valor das idéias que ele expõe. Estas idéias, submeto-as com confiança aos homens retos, que não formam juízo de uma obra antes de tê-la aberto, de uma opinião, antes de tê-la ouvido. Fazei tábua rasa de vossos preconceitos, aprendei a libertar-vos temporariamente de vossos interesses, e lede estas páginas procurando apenas a verdade sem vos preocupardes atualmente com a aplicação. O autor só vos pede uma coisa: dividir por um momento seu ideal, a felicidade de todos, não a de alguns privilegiados. Se este desejo, por mais fugaz que seja, é de fato sincero, e não um puro capricho de vossa fantasia, uma imagem que passa diante de vossos olhos, é provável que estejais, em breve, de acordo com o escritor. Se dividis seus desejos, compreendereis suas palavras. Porém, saibais, *a priori*, que estas idéias não vos conduzirão em absoluto às honrarias; nunca serão recompensadas por um emprego altamente remunerado; talvez vos atraiam antes a desconfiança de vossos antigos amigos, ou algum ataque brutal vindo de cima. Se buscais a justiça, esperai sofrer a iniqüidade.

No momento em que se publica esta obra, a França está em plena crise eleitoral. Não sou ingênuo a ponto de recomendar a leitura deste livro aos candidatos – eles têm outros "deveres" a cumprir –, mas convido os eleitores a terem em mãos as *Palavras de um Revoltado*, e assinalo, em especial, o capítulo "O governo representativo". Lá verão como será justificada sua confiança nesses homens, que surgem de todas as partes para lutar pela honra de representar seus concidadãos no Parlamento. Agora, tudo está muito bem. Os candidatos são oniscientes e infalíveis; mas, os mandatários, o que serão? Quando eles tiverem, enfim, sua parte de realeza, não serão fatalmente tomados pela vertigem do poder e, como reis, isentos de toda sabedoria e de toda virtude? Ainda que estivessem decididos a manter essas promessas, que tanto prodigalizaram, como manteriam sua dignidade no meio da turba de pedinchões e conselheiros? Supondo que tenham entrado virtuosos na Câmara, como poderiam sair dela senão viciados? Sob a influência deste meio de intrigas, vemo-los girar da esquerda para a direita como se fossem acionados por um mecanismo fatal: homenzinhos de relógio, que aparecem com aparência esplêndida e batem ruidosamente sobre o mostrador, e logo depois viram as costas para entrar tristemente na parede.

Não é, em absoluto, na escolha de novos senhores que está a salvação. É preciso que nós, anarquistas, os inimigos do Cristianismo, lembremos a toda uma sociedade, que se diz cristã, estas palavras de um homem do qual ela fez um deus: "Não digais a ninguém: Senhor, Senhor!" Que cada um permaneça o senhor de si mesmo. Não vos volteis para os púlpitos oficiais, nem para esta ruidosa tribuna, na vã espera de uma palavra de liberdade. Escutai, antes, as vozes que vêm de baixo, ainda que elas tenham de passar pelas grades de uma cela.

Elisée Reclus
Clarens (Suíça), 1º de outubro de 1885.

PALAVRAS
DE UM REVOLTADO

A SITUAÇÃO

Decididamente, caminhamos a passos largos para a revolução, para uma comoção que, ao eclodir em um país, vai-se propagar, como em 1848, a todos os países vizinhos e, ao abalar a sociedade atual até suas entranhas, virá renovar as fontes da vida.

Para confirmar nossa idéia, sequer temos necessidade de invocar os testemunhos de um célebre historiador alemão,[1] ou de um filósofo italiano muito conhecido,[2] que, ambos, após terem aprofundado a História Moderna, concluíram pela fatalidade de uma grande revolução para o final deste século. Basta-nos observar o quadro que se desenvolveu sob nossos olhos durante os últimos vinte anos, encarar o que se passa ao nosso redor.

Constataremos, então, que dois fatos predominantes se destacam do fundo acinzentado da tela: o despertar dos povos, ao lado da falência moral, intelectual e econômica das classes dominantes, e os esforços impotentes, agonizantes, das classes abastadas, para impedir este despertar.

Sim, o despertar dos povos.

Na fábrica sufocante, como na sombria taberna, sob o teto do sótão, bem como na galeria encharcada da mina, elabora-se, hoje, um novo mundo. Nestas tristes massas que a burguesia despreza tanto quanto as teme — mas do seio das quais sempre partiu o espírito que inspirava os grandes reformadores — os problemas mais árduos da Economia social e da organização política apresentam-se um após outro, são discutidos e recebem novas soluções, ditadas pelo sentimento de justiça. Cortam-se pela raiz as chagas da sociedade atual. Produzem-se novas aspirações, novas concepções se esboçam.

As opiniões entrecruzam-se, variam ao infinito, mas duas idéias básicas ressoam cada vez mais de forma distinta neste zumbido das vozes: de um lado, a abolição da propriedade individual, o comunismo; de outro, a abolição do Estado, a comuna livre, a união internacional dos povos trabalhadores. Duas vias convergindo para um mesmo objetivo: a *Igualdade*.

Não esta hipócrita fórmula de igualdade, inscrita pela burguesia em suas bandeiras e em seus códigos para melhor subjugar o produtor, mas a igualdade real: a terra, o capital, o trabalho para todos.

É inútil as classes dominantes sufocarem estas aspirações, aprisionarem os homens, suprimirem os escritos. As novas idéias penetram nos espíritos, apoderam-se dos corações, como outrora o sonho da terra rica e livre no Oriente apoderava-se dos corações dos servos, quando acorriam para se juntar aos cruzados. A idéia pode adormecer um momento; se é impedida de se produzir na superfície, pode minar o solo, mas será para reaparecer, em pouco tempo, mais vigorosa do que nunca. Basta apenas observar o despertar do socialismo na França, este segundo despertar no curto espaço de quinze anos. A onda, por um momento diminuta, reaparece mais forte. E, tão logo uma primeira tentativa de colocar a nova idéia em prática tiver sido feita, a idéia surgirá aos olhos de todos em sua simplicidade, com todos os seus atrativos. É suficiente que uma tentativa tenha sucesso para que a consciência de sua força dê aos povos um arrebatamento heróico.

Este momento não pode estar longe. Tudo o aproxima: a própria miséria, que força o infeliz a refletir, até o desemprego forçado, que arranca o homem pensante do estreito recinto da oficina para lançá-lo à rua, onde aprende a conhecer ao mesmo tempo os vícios e a impotência das classes dominantes.

E, nesse ínterim, o que fazem as classes dominantes?

Enquanto as Ciências Naturais tomam um impulso — que nos lembra o século passado, ao aproximar-se a grande revolução; enquanto ousados inventores vêm entreabrir a cada dia novos horizontes à luta do homem contra as forças hostis da natureza — a Ciência Social burguesa permanece muda: ela remastiga suas velhas teorias.

Progredirão, talvez, estas classes dominantes, na vida prática? — Longe disso. Elas se dedicam obstinadamente a agitar os farrapos de suas bandeiras, a defender o individualismo egoísta, a concorrência de homem a homem e de nação a nação, a onipotência do Estado centralizador.

Elas passam do protecionismo ao livre-câmbio, e do livre-câmbio ao protecionismo; da reação ao liberalismo e do liberalismo à reação; do ateísmo às momices[3] e das momices ao ateísmo. Sempre medrosas, sempre com o olhar voltado para o passado, cada vez mais incapazes de realizar o que quer que seja de durável.

Tudo o que elas fizeram foi um desmentido formal ao que tinham prometido.

Estas classes dominantes prometeram garantir-nos a liberdade de trabalho, e fizeram-nos escravos da fábrica, do patrão, do contramestre. Encarregaram-se de organizar a indústria, de nos garantir o bem-estar, e deram-nos as crises intermináveis e a miséria; prometeram a educação, e reduziram-nos à impossibilidade de instruirmo-nos; prometeram a liberdade política, e arrastaram-nos de reação em reação; prometeram a paz, e trouxeram a guerra, guerras sem-fim.

Elas faltaram com todas as suas promessas.

O povo, porém, está cansado; pergunta-se o que é feito dele, após se ter deixado enganar e governar pela burguesia.

A resposta está na situação econômica atual da Europa.

A crise, outrora calamidade passageira, tornou-se crônica. A crise do algodão, a crise na metalurgia, a crise na indústria relojoeira, todas estas crises hoje se desencadeiam ao mesmo tempo, instalam-se de forma permanente.

Estima-se em vários milhões o número de operários sem trabalho, no momento atual, na Europa; em dezenas de milhares o número daqueles que erram de cidade em cidade, mendigando, ou se amotinando para pedir, com ameaças, *trabalho ou pão*! Assim como os camponeses de 1787 erravam pelas estradas aos milhares, sem encontrar sobre o rico solo da França, açambarcado pelos aristocratas, um pedaço de terra para cultivar e uma picareta para revolvê-la, do mesmo modo, hoje, o operário permanece de mãos vazias, sem encontrar a matéria-prima e o instrumento necessários para produzir, monopolizados por um punhado de ociosos.

Grandes indústrias morrem deixando grandes cidades, como Sheffield, desertas. Miséria na Inglaterra, sobretudo na Inglaterra, pois é lá que os "economistas" melhor aplicaram os seus princípios; miséria na Alsácia; a fome na Espanha, na Itália. Desemprego em todos os lugares e, com o desemprego, a dificuldade, ou melhor, a miséria: as crianças lívidas, a mulher

envelhecida cinco anos ao fim de um só inverno; as doenças ceifando, a grandes golpes, nas fileiras operárias. Eis a que estamos reduzidos, com seu regime.

E eles nos vêm falar de superprodução? Superprodução? Quando o mineiro, que extrai montanhas de hulha, não tem como pagar para si um aquecimento no período mais rude do inverno? Quando o tecelão, que tece quilômetros de tecidos, deve recusar uma camisa a seus filhos esfarrapados? Quando o pedreiro, que constrói os palácios, mora em um pardieiro, e a operária, que faz obras-primas de bonecas vestidas, possui apenas um xale esburacado para garanti-la contra todas as intempéries?

É a isto que eles chamam organização da indústria? Dir-se-ia, de preferência, a aliança secreta dos capitais para domar o operário pela fome.

O capital, este produto do trabalho da espécie humana, acumulado entre as mãos de alguns, foge – segundo dizem – da agricultura e da indústria, por falta de segurança.

Contudo, onde vai fazer seu ninho quando sai dos cofres-fortes?

Por Deus!, ele tem aplicações mais vantajosas! Irá mobiliar os haréns do Sultão; irá alimentar as guerras, apoiar o russo contra o turco e, ao mesmo tempo, o turco contra o russo.

Ou, ainda, irá fundar, um dia, uma sociedade de acionistas, não para produzir o que quer que seja, mas apenas para provocar em dois anos uma falência fraudulenta, tão logo os figurões fundadores tenham se retirado carregando os milhões que representam "o lucro da idéia".

Ou, então, este capital irá construir ferrovias inúteis, no Gotardo, no Japão, no Saara, se preciso for – desde que os Rothschild fundadores, o engenheiro-chefe e o empreiteiro ganhem, cada um, alguns milhões.

Sobretudo, porém, o capital se lançará na agiotagem: o grande jogo da Bolsa. O capitalista especulará com a alta factícia dos preços do trigo ou do algodão; especulará com a política, com a alta que se produzirá, em conseqüência de tal boato de reforma ou de certa nota diplomática; e, muito amiúde, serão – isto se vê todos os dias – os próprios corretores do Governo, que participarão destas especulações.

A agiotagem matando a indústria: é a isso que eles chamam de administração inteligente dos negócios! É por isso que devemos – dizem – conservá-los!

Em resumo, o caos econômico está no seu auge.

Todavia, este caos não pode mais durar muito tempo. O povo está cansado de suportar crises, provocadas pela rapacidade das classes dominantes; ele quer viver trabalhando, não padecer anos de miséria, temperados com caridade humilhante, por dois, três anos de trabalho extenuante, mais ou menos assegurado, algumas vezes, mas sempre muito mal remunerado.

O trabalhador percebe a incapacidade das classes governantes: incapacidade de compreender suas novas aspirações; incapacidade de gerir a indústria, incapacidade de organizar a produção e a troca.

O povo, em breve, decretará a queda da burguesia. Tomará em suas próprias mãos seus negócios, tão logo o momento propício se apresente.

Este momento não pode demorar, por causa mesmo dos males que corroem a indústria, e sua chegada será acelerada pela decomposição dos Estados, decomposição galopante, que se opera em nossos dias.

A DECOMPOSIÇÃO DOS ESTADOS

Se a situação econômica da Europa resume-se por estas palavras — caos industrial e comercial e falência da produção capitalista — a situação política caracteriza-se pelo seguinte: decomposição galopante e falência, a curto prazo, dos Estados.

Percorrei-os todos, desde a autocracia policialesca da Rússia até a oligarquia burguesa da Suíça; não encontrareis um único (à exclusão, *talvez*, da Suécia e da Noruega) que não caminhe a passos céleres para a decomposição, e, em conseqüência, para a revolução![4]

Velhos impotentes, pele engelhada e pés vacilantes, carcomidos por doenças constitucionais, incapazes de assimilar as torrentes de novas idéias, desperdiçam o pouco de forças que lhes restam; vivem da lembrança do passado e aceleram ainda mais sua queda, dilacerando-se mutuamente como velhas resmungonas.

* * *

Uma doença incurável corrói todos: é a doença da velhice, do declínio. O Estado, esta organização na qual se deixa, nas mãos de alguns, a gestão em bloco de *todos* os interesses de *todos*, esta forma da organização humana teve seu tempo. A humanidade já elabora novos modos de agrupamento.

Após ter atingido seu ponto culminante no século XVIII, os velhos Estados da Europa entraram hoje em sua fase descendente; tornaram-se decrépitos. Os povos — sobretudo aqueles de raça latina — já aspiram à demolição deste poder, que outra coisa não faz senão impedir seu livre desenvolvimento. Eles querem a autonomia das províncias, das comunas, dos agrupamentos operários ligados entre si, não mais por um poder, que se impõe, mas pelos laços dos compromissos mútuos, livremente consentidos.

É a fase histórica na qual ingressamos; nada poderia impedir sua realização.

Se as classes dirigentes pudessem ter o sentimento da situação, com certeza se apressariam em caminhar à frente destas aspirações. Todavia, envelhecidas nas tradições, sem outro culto senão o do bolso recheado, elas se opõem com todas as suas forças a esta nova corrente de idéias. E, fatalmente, conduzem-nos a uma violenta comoção. As aspirações da humanidade emergirão — mas com o estrondo do canhão, com a crepitação da metralhadora, com o clarão dos incêndios.

Quando, após a queda das instituições da Idade Média, os Estados nascentes faziam sua aparição na Europa e firmavam-se, cresciam pela conquista, pela astúcia, pelo assassinato, intrometiam-se apenas em um pequeno círculo das atividades humanas.

Hoje, o Estado conseguiu imiscuir-se em todas as manifestações de nossa vida. Do berço ao túmulo, estrangula-nos em seus braços. Ora como Estado central, ora como Estado-província ou Cantão, ora como Estado-comuna, persegue-nos a cada passo; aparece a cada esquina de rua; lança-nos tributos, reprime-nos, atormenta-nos.

Legifera sobre todas as nossas ações. Acumula montanhas de leis e decretos, nos quais o advogado mais esperto se perde. Cria a cada dia novas engrenagens, que adapta de modo desastrado à velha máquina reformada, e acaba por criar uma máquina tão complicada, tão degenerada, tão obstrutiva, que revolta até aqueles que se encarregam de fazê-la funcionar.

Cria um exército de empregados, aranhas ávidas, que só conhecem o universo através das salas envidraçadas de seus escritórios, ou por suas papeladas inúteis indecifravelmente absurdas: um bando sórdido, que possui apenas uma religião, a do dinheiro; apenas uma preocupação, a de agarrar-se a um Partido qualquer, negro, violeta ou branco, a fim de garantir o salário mais elevado possível por um mínimo de trabalho.

Os resultados — nós os conhecemos muito bem. Haverá um único ramo da atividade do Estado que não revolte aqueles que, infelizmente, têm a ver com ele? Um único ramo, no qual o Estado, após séculos de existência e reformas, não tenha demonstrado completa incapacidade?

As imensas e sempre crescentes somas que os Estados retiram dos povos jamais lhes são suficientes. O Estado existe sempre à custa das gerações futuras; endivida-se e, em toda parte, caminha para a ruína.

As dívidas públicas dos Estados da Europa já alcançaram a cifra imensa, incrível, de mais de *cem bilhões, cem bilhões de francos*! Se *todas* as receitas dos Estados fossem empregadas, até o último centavo, para cobrir estas dívidas, ainda assim não seriam suficientes para cobri-las em quinze anos. Porém, longe de diminuir, estas dívidas aumentam todos os dias. É na força das coisas que as necessidades dos Estados ultrapassam sempre os seus meios. O Estado, forçosamente, procura estender suas atribuições; cada Partido no poder é obrigado a criar novos empregos para seus clientes: é fatal.

Portanto, os déficits e as dívidas públicas vão e irão ainda em um crescendo, mesmo em tempo de paz. Basta, porém, que aconteça uma guerra qualquer e, de imediato, as dívidas dos Estados aumentam em proporção imensa. É um não acabar mais; impossível sair deste labirinto.

Os Estados caminham a todo vapor para a ruína, para a bancarrota; e não está longe o dia em que os povos, cansados de pagar anualmente quatro bilhões de juros aos banqueiros, proclamarão a falência dos Estados e mandarão estes banqueiros lavrarem a terra, se tiverem fome.

Quem diz "Estado", necessariamente, diz "guerra". O Estado procura e deve ser forte, mais forte que seus vizinhos; caso contrário, será um joguete nas mãos deles. Procura, de modo inevitável, enfraquecer, empobrecer outros Estados para lhes impor sua lei, sua política, seus tratados comerciais, para se enriquecer às suas expensas. A luta pela preponderância, que é a base da organização econômica burguesa, é também a base da organização política. Eis por que a guerra tornou-se, hoje, a condição normal da Europa. Guerras prusso-dinamarquesa, prusso-austríaca, franco-prussiana, guerra do Oriente, guerra no Afeganistão, sucedem-se sem interrupção. Novas guerras se preparam; a Rússia, a Inglaterra, a Prússia, a Dinamarca, estão prestes a enviar seus exércitos e, por pouco, não chegam às vias de fato. Já se tem causas de guerra para trinta anos.

Ora, a guerra é o desemprego, a crise, os impostos crescentes, as dívidas acumuladas. Mais do que isso. Cada guerra é um fracasso moral para os Estados. Após cada guerra, os povos percebem que o Estado demonstra incapacidade, mesmo em sua principal atribuição; mal sabe organizar a defesa do território; mesmo vitorioso, sofre um fracasso. Observai apenas

a fermentação das idéias, que nasceu da guerra de 1871, tanto na Alemanha quanto na França; observai o descontentamento provocado na Rússia pela guerra do Oriente.

As guerras e os armamentos matam os Estados; aceleram sua falência moral e econômica. Mais uma ou duas grandes guerras e darão o golpe de misericórdia nestas máquinas desajustadas.

Ao lado da guerra externa, há a guerra interna.

Aceito pelos povos, sob a condição de ser o defensor de todos e sobretudo dos fracos contra os fortes, o Estado, hoje, tornou-se a fortaleza dos ricos contra os explorados, do proprietário contra o proletário.

Para que serve esta imensa máquina que denominamos Estado? Será para impedir a exploração do operário pelo capitalista, do camponês pelo latifundiário? Será para assegurar-nos o trabalho? Para defender-nos do agiota? Fornecer-nos o alimento, quando a mulher possui apenas água para acalmar o filho, que chora em seu seio seco?

Não, mil vezes não! O Estado é a proteção da exploração, da especulação, da propriedade privada –, produto da espoliação. O proletário, que só possui como riqueza seus braços, nada tem a esperar do Estado; encontra nele apenas uma organização feita para impedir a qualquer preço sua emancipação.

Tudo para o proprietário ocioso, tudo contra o proletário trabalhador: a educação burguesa, que desde a primeira infância corrompe a criança, inculcando-lhe os preconceitos antiigualitários; a Igreja, que confunde o cérebro da mulher; a Lei, que impede a troca de idéias de solidariedade e igualdade; o dinheiro, se necessário, para corromper aquele que se faz apóstolo da solidariedade dos trabalhadores; a prisão e a metralhadora, à vontade, para calar a boca daqueles que não se deixam corromper. Eis o Estado.

Isto durará? Isto poderá durar? É evidente que não. Uma classe inteira da Humanidade, aquela que tudo produz, não pode sustentar para sempre uma organização, estabelecida especialmente contra ela.

Por toda parte – sob a brutalidade russa, assim como sob a hipocrisia gambettista – o povo descontente revolta-se. A História atual é a história da luta dos governantes privilegiados contra as aspirações igualitárias dos povos. Esta luta é a principal preocupação dos governantes; ela dita seus atos. Não são princípios, considerações sobre o bem público, que determinam, hoje, o aparecimento desta lei ou daquele ato governamental; são considerações sobre a luta contra o povo, pela conservação do privilégio.

Sozinha, esta luta bastaria para abalar a mais forte organização política. Quando, porém, ela se realiza em Estados que já caminham, em conseqüência da fatalidade histórica, para o declínio; quando estes Estados correm de forma vertiginosa para a ruína e dilaceram-se, além do mais, uns aos outros; quando, enfim, o Estado onipotente torna-se odioso àqueles mesmos que ele protege – quando tantas causas concorrem para um objetivo único –, então, a conclusão da luta não pode ser colocada em dúvida. O povo, que é a força, vencerá seus opressores; a queda dos Estados torna-se apenas uma questão de pouco tempo, e o mais tranqüilo dos filósofos vislumbra os clarões de uma grande revolução que se anuncia.

A NECESSIDADE DA REVOLUÇÃO

Há épocas na vida da humanidade em que se impõe a necessidade de um abalo formidável, de um cataclismo, que venha agitar a sociedade até as suas entranhas, sob todos os aspectos ao mesmo tempo. Nestas épocas, todo homem sincero começa a se dizer que as coisas não podem mais continuar assim; que é preciso que grandes acontecimentos venham romper, de forma brusca, o curso da história, arremessar a humanidade fora da rotina em que se atolou, e lançá-la em novos caminhos, rumo ao desconhecido, à procura do ideal. Sente-se a necessidade de uma revolução, imensa, implacável, que venha não só subverter o regime econômico, fundado na fria exploração, na especulação e na fraude, não só inverter a escala política, fundada na dominação de alguns pelo ardil, pela intriga e pela mentira, mas também agitar a sociedade em sua vida intelectual e moral, sacudir o torpor, refazer os costumes, trazer ao meio das paixões vis e mesquinhas atuais o sopro vivificante das paixões nobres, dos grandes arrebatamentos, das generosas dedicações.

Nestas épocas, em que a mediocridade orgulhosa sufoca toda inteligência, que não se prosterna diante dos pontífices, em que a moralidade mesquinha do meio termo faz a lei, e a baixeza reina vitoriosa — nestas épocas, a revolução torna-se uma necessidade. Os homens honestos de todas as classes da sociedade chamam a tempestade, para que ela venha queimar com seu sopro inflamado a peste que nos invade, arrancar o mofo que nos corrói, remover em seu movimento furioso todos estes escombros do passado que nos dominam, nos sufocam, nos privam de ar e luz, para que dê, enfim, ao mundo inteiro, um novo sopro de vida, de juventude, de honestidade.

Já não é mais apenas a questão do alimento que se coloca nestas épocas; é uma questão de progresso contra o imobilismo, de desenvolvimento humano contra o embrutecimento, de vida contra a estagnação fétida do pântano.

A história conservou-nos a lembrança de uma época semelhante a da decadência do império romano; a humanidade atravessa hoje uma segunda.

Assim como os romanos da decadência, encontramo-nos diante de uma transformação profunda que se opera nos espíritos e não pede mais do que circunstâncias favoráveis para se traduzir em realidade. Se a revolução se impõe no domínio econômico, se ela se torna uma imperiosa necessidade no domínio político, impõe-se bem mais ainda no domínio moral.

Sem laços morais, sem certas obrigações que cada membro da sociedade cria em relação aos outros e que logo passam, nele, ao estado de hábitos, de modo algum há sociedade possível. Por isso encontramos estes laços morais, estes hábitos sociais, em todos os grupos humanos; nós os vemos muito desenvolvidos e com rigor postos em prática entre as tribos primitivas, restos vivos do que a Humanidade inteira foi em suas origens.

Todavia, a desigualdade da riqueza e das condições, a exploração do homem pelo homem, a dominação das massas por alguns, vieram minar e destruir, no decorrer do tempo, estes produtos preciosos da vida primitiva das sociedades. A grande indústria, baseada na exploração; o comércio, na fraude; a dominação daqueles que se intitulam "Governo", não podem mais coexistir com estes princípios de moral, fundados na solidariedade de todos, que ainda encontramos nas tribos rechaçadas para os confins do mundo policiado. Qual solidariedade pode existir, com efeito, entre o capitalista e o trabalhador que ele explora? Entre o comandante do exército e o soldado? O governante e o governado?

Por isso, vemos que à moral primitiva, baseada neste sentimento *de identificação do indivíduo com todos os seus semelhantes*, vem substituir a moral hipócrita das religiões. Estas procuram, por sofismas, legitimar a exploração e a dominação, e limitam-se apenas a censurar as manifestações mais brutais de uma e outra. Elas dispensam o indivíduo de suas obrigações morais para com seus semelhantes, impondo-lhe estas só em relação a um Ser supremo — uma abstração invisível da qual se pode conjurar a ira e comprar a benevolência, desde que se pague bem seus pretensos servidores.

Contudo, as relações cada vez mais freqüentes, que se estabelecem hoje entre os indivíduos, os grupos, as nações, os continentes, vêm impor à humanidade novas obrigações morais. E à medida que as crenças religiosas desaparecem, o homem percebe que, para ser feliz, tem de se impor deveres, não mais para com um ser desconhecido, mas para com todos aqueles com os quais estabelecerá relações. O homem compreende cada vez mais que a felicidade do indivíduo isolado não é mais possível; que ela só pode ser buscada na felicidade de todos: a felicidade da raça humana. Aos princípios negativos da moral religiosa, "Não roubarás, não matarás etc.", vêm se substituir os princípios positivos infinitamente mais amplos e que elevam a cada dia a moral humana. Às proibições de um Deus, que se poderiam sempre violar, mesmo que tenha de acalmá-lo, mais tarde, com oferendas, vêm se substituir este sentimento de solidariedade com cada um e com todos, que diz ao homem: "Se quiseres ser feliz, faz a cada um e a todos o que gostarias que fizessem a ti mesmo". E esta simples afirmação, indução científica, que nada mais tem a ver com as prescrições religiosas, abre, de súbito, todo um horizonte imenso de perfectibilidade, de melhoria da raça humana.

A necessidade de refazer nossas relações sobre este princípio — tão sublime e tão simples — faz-se sentir, todos os dias, com mais insistência. Porém, nada se pode fazer, nada se fará neste sentido, enquanto a exploração e a dominação, a hipocrisia e o sofisma, permanecerem as bases de nossa organização social.

Mil exemplos poderiam ser citados como apoio, mas nos limitaremos aqui a um único — o mais terrível — o de nossas crianças. O que fazemos com elas na sociedade atual?

O respeito à infância é uma das melhores qualidades que se desenvolveram na humanidade, à medida que ela realizava sua marcha penosa, do estado selvagem a seu atual estado. Quantas vezes não se viu, com efeito, o homem mais depravado ser desarmado pelo sorriso de uma criança? Pois bem, este respeito hoje desaparece e a criança torna-se entre nós carne para a máquina, quando não é um brinquedo para satisfazer as paixões bestiais.

Vimos, há pouco tempo, como a burguesia massacrava nossas crianças, fazendo-as trabalhar longas jornadas nas fábricas.[5] Lá, matam-nas fisicamente. Todavia, isto é pouco. Podre até a medula, a sociedade mata ainda nossas crianças moralmente.

Ao reduzir o ensino a um aprendizado rotineiro que não dá qualquer aplicação às jovens e nobres paixões e à necessidade de ideal que se revelam

em uma certa idade, na maioria de nossas crianças, faz com que qualquer natureza, por pouco que seja independente, poética ou altiva, aprenda a odiar a escola, fechar-se em si mesma ou ir buscar em outro lugar um escape para suas paixões. Umas vão procurar no romance a poesia que lhes faltou na vida; entopem-se com esta literatura imunda, fabricada pela e para a burguesia – a dois ou quatro tostões a linha – e acabam, como o jovem Lemaître, por abrir, um dia, o ventre e cortar a garganta de uma outra criança, "a fim de se tornarem assassinos célebres". Outras entregam-se a vícios execráveis, e apenas as crianças do meio-termo, aquelas que não possuem nem paixões, nem arrebatamentos, nem sentimentos de independência, chegam sem acidentes "até o fim". Essas fornecerão à sociedade seu contingente de bons burgueses, de moral mesquinha, que não roubam, é verdade, os lenços dos transeuntes, mas roubam "honestamente" seus clientes; que não têm paixões, mas fazem às escondidas sua visita à alcoviteira para "livrarem-se da gordura tão monótona do cozido de carne", que se atolarão em seu pântano e protestarão com indignação contra quem ousar tocar em sua podridão.

Isto quanto ao garoto! Quanto à garota, a burguesia corrompe-a desde a primeira infância. Leituras absurdas, bonecas vestidas como camélias, costumes e exemplos edificantes da mãe, conversas de toucador – nada faltará para fazer da criança uma mulher que se venderá ao mais generoso. E esta criança já semeia a gangrena em torno dela: os garotos operários não olham com inveja esta garota enfeitada, de aparência elegante, cortesã com doze anos? Porém, se a mãe é "virtuosa" – ao modo como as boas burguesas o são – será ainda pior! Se a criança é inteligente e apaixonada, logo apreciará em seu justo valor esta moral de duas caras que consiste em dizer: "Ama teu próximo, mas pilha quando puderes! Sê virtuosa, mas até certo ponto etc." e, sufocando nesta atmosfera de moralidade à maneira de Tartufo, não encontrando na vida nada de belo, sublime, arrebatador, que respire a verdadeira paixão, lançar-se-á de cabeça baixa nos braços do primeiro que aparecer, desde que ele satisfaça seus apetites de luxo.

Examinai estes fatos, meditai sobre suas causas e dizei se não temos razão em afirmar que é preciso uma revolução terrível para, enfim, retirar esta mácula de nossas sociedades, até as suas raízes, pois, enquanto as causas da gangrena permanecerem, nada será curado.

Enquanto tivermos uma casta de ociosos sustentada por nosso trabalho, sob pretexto de que são necessários para nos dirigir, estes ociosos serão sempre um foco pestilencial para a moralidade pública. O homem ocioso e embrutecido, que passa toda sua vida à procura de novos prazeres, aquele, no qual todo sentimento de solidariedade com outros homens está morto pelos próprios princípios de sua existência, e no qual os sentimentos do mais vil egoísmo são nutridos pela própria prática de sua vida – este homem sempre se inclinará para a sensualidade mais grosseira: aviltará tudo aquilo que o cerca. Com sua bolsa de dinheiro e seus instintos brutais, prostituirá mulher e criança; prostituirá a arte, o teatro, a imprensa – ele já o fez, na atualidade –, venderá seu país, venderá os defensores deste último e, muito covarde para massacrar com suas próprias mãos, mandará massacrar a elite de sua pátria, no dia em que tiver medo de perder sua bolsa de dinheiro, a única fonte de seus gozos.

Isso é inevitável, e os escritos dos moralistas nada mudarão em relação a isso. A peste está em nossos lares; é preciso destruir suas causas, e, se tivermos de proceder a ferro e a fogo, não devemos hesitar. Trata-se da salvação da humanidade.

A PRÓXIMA REVOLUÇÃO

Nos capítulos precedentes chegamos à conclusão de que a Europa desce em plano inclinado para uma comoção revolucionária.

Ao estudar o modo da produção e da troca, tais como se organizaram nas mãos da burguesia, encontramos um estado de coisas acometido por uma gangrena irremediável; vemos a falta de toda base científica e humanitária, a louca dissipação do capital social, a sede de ganho levando ao desprezo absoluto de todas as leis da sociabilidade, a guerra industrial permanente, o caos; e saudamos a aproximação do dia em que este grito — *a burguesia desgraçou-se!* — escapará de todos os lábios com esta unanimidade que outrora caracterizava a proclamação da queda das dinastias.

Ao estudar o desenvolvimento dos Estados, seu papel histórico e a decomposição que hoje os corrói, vemos o que este modo de agrupamento realizou na história, tudo de que foi capaz, desmoronando hoje sob o peso de suas próprias atribuições, para ceder o lugar a novas organizações baseadas em novos princípios, mais de acordo com as tendências modernas da humanidade.

Por outro lado, aqueles que observam com atenção o movimento das idéias, no seio da sociedade atual, sabem muito bem com que ardor o pensamento humano trabalha hoje na revisão completa das apreciações, que nos foram legadas pelos séculos passados e na elaboração de novos sistemas filosóficos e científicos destinados a se tornarem a base das sociedades futuras. Não é mais apenas o sombrio reformador que, extenuado por um trabalho acima de suas forças e por uma miséria acima de sua paciência, critica as instituições vergonhosas, das quais sofre o peso, e sonha com um futuro melhor. É também o cientista, que, embora educado nos antigos preconceitos, aprende, no entanto, pouco a pouco, a sacudi-los e, dando ouvidos às correntes de pensamentos onde o espírito popular penetrou, delas se faz, um dia, o porta-voz, o enunciador. "O machado da crítica derruba a grandes golpes toda a herança que nos foi transmitida como verdades;

filosofia, ciências naturais, moral, história, arte, nada é poupado neste trabalho de demolição!", exclamam os conservadores. Nada, até as próprias bases de vossas instituições sociais – a propriedade e o poder – atacadas tanto pelo negro da fábrica quanto pelo trabalhador intelectual, tanto pelo interessado na mudança quanto por aquele que recusaria apavorado no dia em que visse suas idéias revestirem um corpo, sacudirem a poeira das bibliotecas e encarnarem-se no tumulto da realização prática.

Decadência e decomposição das formas existentes e descontentamento geral; árdua elaboração das novas formas e desejo impaciente de uma mudança; arrebatamento juvenil da crítica no domínio das ciências, da filosofia, da ética, e fermentação geral da opinião pública; por outro lado, indiferença preguiçosa ou resistência criminosa daqueles que detêm o poder e que ainda possuem a força e, por sobressaltos, a coragem de se opor ao desenvolvimento das novas idéias.

Tal foi, sempre, o estado da sociedade às vésperas das grandes revoluções; tal ainda o é hoje. Não é a imaginação sobreexcitada de um grupo de turbulentos que o afirma; é a observação calma e científica que o revela; de modo que estes mesmos que, para desculpar sua indiferença culpável, comprazem-se em dizer: "Tranqüilizemo-nos, ainda não se arrisca nada em esperar", estes mesmos deixam escapar a confissão de que a situação envenena-se e que não sabem muito bem para onde vamos. Todavia, depois de se terem aliviado com esta confissão, desviam-se e, de novo, põem-se a ruminar sem pensar.

"Porém, esta revolução foi anunciada tantas vezes!", suspira ao nosso lado o pessimista; "eu mesmo acreditei nela por um momento e, contudo, ela não chega!" Ela só estará mais madura. "Por duas vezes a Revolução esteve a ponto de estourar, em 1754 e em 1771", diz-nos um historiador, ao falar do século XVIII (eu já ia quase escrevendo: 1848 e 1871).[6] Pois bem!, por não ter estourado ainda, ela apenas se tornou mais forte e mais fecunda no fim do século.

Contudo, deixemos que os indiferentes durmam e os pessimistas resmunguem: temos outra coisa a fazer. Perguntemo-nos qual será o caráter desta revolução que tantos homens pressentem e preparam, e qual deve ser a nossa atitude diante desta eventualidade.

Não faremos profecias históricas; nem o estado embrionário da sociologia, nem o estado atual da história, que, segundo a expressão de Augustin Thierry, "nada faz além de sufocar a verdade sob fórmulas convencionais", autorizam-nos a fazê-lo. Limitemo-nos a fazer algumas perguntas bem simples.

Podemos admitir, ainda que por um momento, que este imenso trabalho intelectual de revisão e reforma, que se realiza em todas as classes da sociedade, possa se acalmar por uma simples mudança de governo? Que o descontentamento econômico, aumentando e espalhando-se dia após dia, não procure manifestar-se na vida pública, tão logo as circunstâncias favoráveis – a desorganização dos poderes – se apresentem como conseqüência de acontecimentos quaisquer?

Formular estas perguntas é resolvê-las? É evidente que não.

Podemos crer que os camponeses irlandeses e ingleses, se entrevirem a possibilidade de apoderar-se do solo, que eles cobiçam há tantos séculos, e expulsar os senhores que detestam de modo tão cordial, não se aproveitarão da primeira conflagração para procurar realizar seus desejos?

Podemos crer que a França, quando de um novo 1848 europeu, limitar-se-á a substituir o Gambetta do dia pelo Sr. Clemenceau, e não procurará ver o que *a comuna* pode fazer para melhorar o destino dos trabalhadores? Que o camponês francês, ao ver o poder central desorganizado, não procurará se apoderar dos prados aveludados de suas vizinhas, as freiras, assim como dos campos fecundos dos grandes burgueses, que, tendo vindo, ambos, se estabelecer a seu lado, não cessaram de aumentar suas propriedades? Que ele não se juntará àqueles que lhe oferecerão seu apoio para realizar seu sonho de trabalho assegurado e bem recompensado?

E acredita-se que o camponês italiano, espanhol, eslavo, não agirá do mesmo modo?

Pode-se pensar que os mineiros, cansados de sua miséria, de seus sofrimentos e massacres pelas explosões de grisu – que ainda suportam, sob os olhares dos soldados, mas se queixando –, não procurarão eliminar os proprietários das minas, se um dia perceberem que os soldados, em desordem, mostram má vontade para obedecer a seus superiores?

E o pequeno artesão, isolado nas trevas de seu porão úmido, com os dedos gelados e o estômago vazio, debatendo-se da manhã à noite para

tentar pagar o padeiro e alimentar suas cinco pequenas bocas, ainda mais amadas por se tornarem mais lívidas por força de privações? E este homem, que dormiu sob a primeira arcada que lhe apareceu, porque não pôde pagar o luxo de dormir, por uma moeda, no dormitório coletivo – acreditai que eles não gostariam de ver se, nesses palácios suntuosos, não há um canto seco e quente para alojar suas famílias, mais honestas, com toda certeza, do que a do grande burguês? Pensai que eles não gostariam de ver nas lojas da *comuna* bastante pão para todos aqueles que não aprenderam a ser preguiçosos; bastante roupa para vestir os magros ombros dos filhos do trabalhador, tanto quanto as carnes moles dos filhos do grande burguês? Crede que aqueles que se vestem de farrapos não sabem que se poderia encontrar nas lojas de uma grande cidade, largamente, com que suprir as primeiras necessidades de todos os habitantes; e que se todos os trabalhadores se dedicassem à produção de objetos úteis, ao invés de se debilitarem confeccionando objetos de luxo, produziriam o suficiente para *toda a comuna* e para algumas outras comunas vizinhas?

Finalmente, pode-se admitir que, estas coisas sendo ditas e repetidas em todos os lugares, aparecendo por si mesmas em todos os lábios nos momentos de crise (lembremo-nos do cerco de Paris!), o povo não procurará colocá-las em prática no dia em que sentir a força para fazê-lo?

* * *

O bom senso da humanidade já respondeu a estas perguntas, e eis sua resposta:

A próxima revolução terá um caráter de generalidade, que a distinguirá das precedentes. Não será mais *um* país que se lançará na tormenta, serão *os* países da Europa. Se, outrora, uma revolução localizada era possível, hoje, com os laços de solidariedade que se estabeleceram na Europa, levando-se em conta o equilíbrio instável de todos os Estados, uma revolução local se tornou uma impossibilidade, se ela durar um certo tempo. Assim como em 1848, ocorrendo um abalo em um país, ele necessariamente se propagará aos países vizinhos, e o fogo revolucionário abrasará toda a Europa.

Porém, se em 1848 as cidades insurretas puderam ainda confiar em mudanças de governo ou em reformas constitucionais, este não é mais o caso hoje. O operário parisiense não esperará de um governo – ainda que fosse o da comuna livre – a realização de seus desejos; ele próprio começará a trabalhar, dizendo-se: "Isto deve ser feito!"

O povo russo não esperará que uma constituinte venha dotá-lo da posse do solo que cultiva: por pouco que *espere* conseguir, ele próprio tentará dele se apoderar; já procura fazê-lo; as contínuas insurreições testemunham isso. O mesmo acontece na Itália, na Espanha; e se o operário alemão deixa-se ludibriar, por um certo tempo, por aqueles que gostariam que tudo se fizesse por telegramas de Berlim, o exemplo de seus vizinhos e a incapacidade de seus dirigentes não tardarão a ensinar-lhe o verdadeiro caminho revolucionário. O caráter distintivo da próxima revolução será, pois, o seguinte: "tentativas gerais de revolução econômica, feitas pelos povos, sem esperar que esta revolução caia do alto como um maná do céu".

Todavia, já vemos o pessimista, com um sorriso malicioso nos lábios, vir nos apresentar "algumas objeções". Muito bem, nós o ouviremos e lhe responderemos.

OS DIREITOS POLÍTICOS

A imprensa burguesa canta-nos todos os dias, em todos os tons, o valor e a força das liberdades políticas, dos "direitos políticos do cidadão": sufrágio universal, liberdade de eleições, liberdade de imprensa, de reunião etc.

"Visto que tendes estas liberdades, por que razão", ela nos pergunta, "vós vos insurgis? As liberdades que possuís não vos asseguram a possibilidade de todas as reformas necessárias, sem que preciseis recorrer ao fuzil?" Analisemos, pois, o que valem estas famosas "liberdades políticas" no *nosso* ponto de vista, no ponto de vista da classe que nada possui, que não governa ninguém, que possui pouquíssimos direitos e muitos deveres.

Nós não diremos, como disseram algumas vezes, que os direitos políticos não têm para nós *qualquer* valor. Sabemos muito bem que desde o tempo da servidão, e mesmo desde o século passado, certos progressos foram realizados: o homem do povo não é mais o ser privado de todos os direitos como outrora. O camponês francês não pode mais ser chicoteado nas ruas, como ainda o é na Rússia. Nos lugares públicos, fora de sua oficina, o operário, sobretudo nas grandes cidades, considera-se igual a qualquer um. O trabalhador francês não é mais, enfim, este ser desprovido de todos os direitos humanos, considerado outrora pela aristocracia como uma besta de carga. Graças às revoluções, graças ao sangue derramado pelo povo, adquiriu certos direitos pessoais, dos quais não queremos reduzir o valor.

Porém, sabemos distinguir e dizemos que há direitos e direitos. Alguns possuem um valor real, outros não. E aqueles que procuram confundi-los nada mais fazem do que enganar o povo. Existem direitos, como, por exemplo, a igualdade do camponês e do aristocrata em suas relações privadas, a inviolabilidade corporal do homem etc., que foram *conquistados* pela luta e que são bem caros ao povo para que ele se insurja, se tentarem violá-los. E há outros, como o sufrágio universal, a liberdade de imprensa etc., para os quais o povo sempre permaneceu insensível, porque ele sente que

estes direitos, que servem tão bem para defender a burguesia governante contra as usurpações do poder e da aristocracia, não são mais do que um instrumento nas mãos das classes dominantes para manter *seu* poder sobre o povo. Estes direitos não são sequer direitos políticos reais, visto que não salvaguardam nada para a massa do povo; e se ainda os enfeitam com este nome pomposo é porque nossa linguagem política é apenas um jargão, elaborado pelas classes governantes para seu uso e em seu interesse.

* * *

Com efeito, o que é um direito político, se ele não é um instrumento para salvaguardar a independência, a dignidade, a liberdade daqueles que ainda não têm a força para impor aos outros o respeito deste direito? Qual é sua utilidade, se ele não é um instrumento de libertação para aqueles que necessitam ser libertados? Os Gambetta, os Bismarck, os Gladstone não precisam nem da liberdade de imprensa, nem da liberdade de reunião, pois escrevem o que querem, reúnem-se com quem bem entendem, professam as idéias que lhes agradam: já são libertos, são livres. Se é preciso garantir a alguém a liberdade de falar e escrever, a liberdade de se agrupar, é precisamente àqueles que não são bastante poderosos para impor sua vontade. Tal foi a origem de todos os direitos políticos.

Contudo, deste ponto de vista, os direitos políticos dos quais falamos serão feitos apenas para aqueles que precisam deles?

É certo que não. O sufrágio universal pode algumas vezes proteger até certo ponto a burguesia contra as usurpações do poder central, sem que ela necessite recorrer amiúde à força para se defender. Pode servir para restabelecer o equilíbrio entre duas forças, que disputam o poder, sem que os rivais sejam levados a esfaquear-se, como se fazia outrora. Em nada pode ajudar, porém, se se trata de derrubar, ou até de limitar o poder, abolir a dominação. Excelente instrumento para resolver, de maneira pacífica, as querelas entre governantes – de que utilidade poderá ser ele para os governados?

A história do sufrágio universal não está aí para mostrá-lo? Enquanto a burguesia temeu que o sufrágio universal se tornasse, nas mãos do povo, uma arma que pudesse se voltar contra os privilegiados, combateu-o aguerridamente. Todavia, no dia em que lhe foi provado, em 1848, que o sufrágio universal não deve ser temido e que, ao contrário, conduz-se muito bem um povo com autoridade absoluta por meio do sufrágio universal, ela o aceitou na hora. Agora, é a própria burguesia que se coloca como seu defensor, porque compreende que ele é uma arma excelente para manter sua dominação, mas absolutamente impotente contra os privilégios da burguesia.

* * *

O mesmo acontece com a liberdade de imprensa. Qual foi o argumento mais concludente, aos olhos da burguesia, em favor da liberdade de imprensa? Sua impotência! Sim, sua impotência: o Sr. de Girardin escreveu um livro sobre este tema: a impotência da imprensa. "Outrora – diz ele – queimavam-se os feiticeiros porque se acreditava estupidamente que eles eram onipotentes; agora, comete-se a mesma asneira em relação à imprensa, por se pensar que ela também é onipotente. Contudo, não é nada disso; ela é tão impotente quanto os feiticeiros da Idade Média. Portanto, basta de perseguições à imprensa!" Eis o raciocínio feito outrora pelo Sr. Girardin. E, quando os burgueses, agora, discutem entre si sobre a liberdade de imprensa, que argumentos apresentam em seu favor? "Vede", dizem eles, "a Inglaterra, a Suíça, os Estados Unidos. Lá a imprensa é livre e, entretanto, a exploração capitalista ali está mais bem estabelecida do que em qualquer outro país; o reinado do capital lá é mais seguro do que em qualquer outra parte. Deixais produzirem-se, acrescentam, as doutrinas perigosas. Não temos todos os meios para sufocar a voz de seus jornais sem recorrer à violência? E, depois, se um dia, em um momento de efervescência, a imprensa revolucionária se tornasse uma arma perigosa – bem –, nesse dia teremos muito tempo para destruí-la de uma só vez, sob um pretexto qualquer."

Para a liberdade de reunião, o raciocínio é o mesmo. "Concedamos total liberdade de reunião", diz a burguesia; "ela não ameaçará nossos privilégios. O que devemos temer são as sociedades *secretas*, e as reuniões públicas são o melhor meio de paralisá-las. Porém, se, num momento de sobreexcitação, as reuniões públicas tornassem-se perigosas, bem, teríamos sempre os meios para suprimi-las, visto que possuímos a força governamental."

"A inviolabilidade do domicílio? – Por Deus! Inscrevei-a nos códigos, divulgai-a pelos quatro cantos!", dizem os espertalhões da burguesia. "Não queremos que os policiais venham nos surpreender em nosso pequeno lar. Porém, instituiremos um serviço secreto para vigiar os suspeitos; povoaremos o país de delatores; listaremos os homens perigosos e os vigiaremos de perto. E quando, um dia, farejarmos que as coisas estão ficando ruins, ajamos com vigor, não nos importemos com a inviolabilidade, prendamos as pessoas em seus leitos, perquiramos, revistemos! Sobretudo, ajamos com energia, e, se houver quem esperneie, aprisionemo-lo também, e digamos aos outros: "O que quereis? A guerra justifica os meios! Aplaudir-nos-ão!"

"O sigilo de correspondência? – Dizei em todos os lugares, escrevei, exclamai que a correspondência é inviolável. Se o chefe de uma agência de um vilarejo abrir uma carta por curiosidade, destituí-o de imediato, escrevei letras garrafais: 'Que criminoso!' Tomem cuidado para que os pequenos segredos, que nós nos dizemos, uns aos outros, em nossas cartas, não possam ser divulgados. Contudo, se desconfiarmos de uma conspiração tramada contra nossos privilégios, então, não nos incomodemos: abramos todas as cartas, nomeemos mil empregados para isso, se preciso, e, se alguém for bastante audacioso para protestar, respondamos com franqueza, como um ministro inglês o fez ultimamente com os aplausos do parlamento: 'Sim, senhores, é com o coração constrito e com o mais profundo desgosto que mandamos abrir as cartas; mas é exclusivamente porque a pátria (isto é, a aristocracia e a burguesia) está em perigo!'"

* * *

Eis a que se reduzem estas pretensas liberdades políticas.

Liberdade de imprensa e de reunião, inviolabilidade de domicílio e de todo o resto só são respeitadas, *se o povo não faz uso delas contra as classes privilegiadas*. Porém, no dia em que ele começa a delas se servir para destruir os privilégios, todas estas pretensas liberdades são lançadas ao mar.

Isto é bem natural. O homem só possui direitos que foram conquistados com muita luta. Não tem senão os direitos que está pronto a defender a todo instante, de arma na mão.

Se não chicoteiam homens e mulheres nas ruas de Paris, como fazem em Odessa, é porque, no dia em que um governo ousasse fazê-lo, o povo retalharia os executores. Se um aristocrata não abre mais caminho nas ruas a golpes de bengala, distribuídos à direita e à esquerda por seus criados, é porque os criados do senhor, que tivessem a idéia de fazê-lo, seriam espancados lá mesmo. Se há uma certa igualdade entre o operário e o patrão, na rua e nos estabelecimentos públicos, é porque o operário, graças às revoluções precedentes, tem um sentimento de dignidade pessoal, que não lhe permitirá suportar a ofensa do patrão, e não porque seus direitos estejam inscritos na lei.

* * *

É evidente que, na sociedade atual, dividida em senhores e servos, a verdadeira liberdade não pode existir; ela não existirá enquanto houver exploradores e escravos, governantes e governados. Entretanto, disto não decorre que, até o dia em que a revolução anarquista virá varrer as distinções sociais, desejaríamos ver a imprensa amordaçada, como o é na Alemanha; o direito de reunião anulado como na Rússia; e a inviolabilidade pessoal reduzida ao que é na Turquia. Por mais escravos do capital que sejamos, queremos poder escrever e publicar o que bem quisermos, queremos poder nos reunir e organizar como bem nos aprouver – precisamente para eliminar o jugo do capital.

Contudo, já é tempo de compreender que não são às leis constitucionais que é necessário pedir estes direitos. Não é em uma lei – em um pedaço de papel, que pode ser rasgado ao menor capricho dos governantes – que iremos procurar a salvaguarda destes direitos naturais. É apenas nos constituindo como força, capaz de impor nossa vontade, que conseguiremos fazer respeitar nossos direitos.

Desejaremos possuir a liberdade de dizer e escrever o que bem entendermos? Desejaremos possuir o direito de reunião e organização? Não é a um parlamento que devemos ir pedir permissão; não é uma lei que devemos mendigar ao senado. Sejamos uma força organizada, capaz de mostrar os dentes cada vez que alguém ouse restringir nosso direito de palavra e de

reunião; *sejamos fortes*, e poderemos estar certos de que ninguém ousará vir nos enfrentar para nos retirar o direito de falar, escrever, imprimir, e de nos reunirmos. No dia em que tivermos sabido estabelecer acordos entre os explorados para sair, entre os vários milhões de homens, à rua, para defender nossos direitos, ninguém ousará atacar estes direitos, nem outros ainda que poderemos reivindicar. Neste momento, então, mas só neste momento, teremos adquirido estes direitos, direitos estes que poderíamos mendigar em vão durante décadas à câmara; apenas assim estes direitos ser-nos-ão garantidos de uma maneira bem diferentemente segura do que se fossem de novo inscritos em pedaços de papel.

As liberdades não são dadas, são conquistadas.

AOS JOVENS

I

É aos jovens que quero falar hoje. Que os velhos – os velhos de coração e de espírito, bem entendido – ponham o livro de lado para não fatigarem inutilmente seus olhos com uma leitura que nada lhes dirá.

Suponho que vos aproximais dos dezoito ou vinte anos; que acabais vosso aprendizado de uma profissão ou vossos estudos; que ides entrar na vida. Possuís, acredito, o espírito liberto das superstições, que vos procuraram inculcar: não tendes medo do diabo e não ireis ouvir deblaterar os padres e os pastores. Além do mais, não sois um destes janotas, tristes produtos de uma sociedade em declínio, que exibem sobre as calçadas suas calças mexicanas e seus rostos simiescos, e que já nessa idade possuem apetites de prazer a qualquer preço..., suponho, ao contrário, que possuís o coração em seu devido lugar, e é por isto que vos falo.

Uma primeira questão, sei disso, apresenta-se a vós. "– O que eu me tornarei?", vós vos perguntastes muitas vezes. Com efeito, quando se é jovem, compreende-se que, após ter estudado uma profissão ou uma ciência durante vários anos – às custas da sociedade, observai-o bem –, não é para fazer dela um instrumento de exploração, e seria preciso ser bem depravado, bem carcomido pelo vício, para nunca ter sonhado, um dia, aplicar sua inteligência, sua capacidade, seu saber, para ajudar na libertação daqueles que pululam hoje na miséria e na ignorância.

Sois daqueles que sonharam, não é verdade? Bem, o que fareis para que vosso sonho torne-se uma realidade?

* * *

Não sei em que condições nascestes. Talvez, favorecido pela sorte, fizestes estudos científicos; sois médico, advogado, homem de Letras ou de

ciência que ireis vos tornar; um amplo campo de ação abre-se diante de vós; entrais na vida com vastos conhecimentos, as aptidões desenvolvidas; ou, então, sois um honesto artesão, cujos conhecimentos científicos limitam-se ao pouco que aprendestes na escola, mas que tivestes a vantagem de conhecer de perto o que é a vida de rude labuta do trabalhador de nossos dias.

Detenho-me na primeira suposição para, em seguida, voltar à segunda; admito que recebestes uma educação científica. Suponhamos que ireis vos tornar... médico.

Amanhã, um homem sem agasalhos virá buscar-vos para socorrer um doente. Conduzir-vos-á por uma destas ruelas onde os vizinhos quase podem dar-se as mãos por sobre as cabeças dos passantes; subis, em um ar impuro, à luz vacilante de um lampião, duas, três, quatro, cinco escadas cobertas de sujeira deslizante e, em um quarto escuro e frio, encontrareis a enferma, deitada sobre um catre, recoberta de farrapos imundos. Crianças pálidas, lívidas, tiritando de frio sob andrajos, observam-vos com olhos arregalados. O marido labutou toda sua vida de doze a treze horas diárias em qualquer tipo de trabalho: agora, está desempregado há três meses. O desemprego não é raro em sua profissão: repete-se periodicamente todos os anos; mas, outrora, quando se encontrava desempregado, a mulher ia trabalhar como diarista... lavar vossas camisas, talvez, ganhando uns poucos trocados por dia; mas eis que ela se encontra acamada há dois meses, e a miséria ergue-se hedionda diante da família.

O que aconselhareis à enferma, doutor? Vós, que haveis adivinhado que a causa da doença é anemia profunda, falta de boa alimentação, ausência de ar puro? Um bom bife todos os dias, uma caminhada ao ar livre, um quarto seco e bem arejado? Que ironia! Se ela pudesse fazê-lo, já o teria feito sem esperar vossos conselhos!

Se tiverdes um bom coração, a palavra franca, o olhar honesto, a família contar-vos-á muitas coisas. Ela vos dirá que do outro lado do tabique, essa mulher que tosse, a ponto de vos partir o coração, é a pobre passadeira; que no andar de baixo todas as crianças têm febre; que a lavadeira do térreo também não verá a primavera, e que na casa ao lado é ainda pior.

O que direis a todos estes enfermos? Boa alimentação, mudança de clima, um trabalho menos penoso?... Desejaríeis poder dizê-lo, entretanto, não ousais, e sais com o coração em pedaços, e com a maldição sobre os lábios.

No dia seguinte, ainda refletis sobre os habitantes do pardieiro, quando vosso colega vos conta que um criado veio buscá-lo, em carruagem, desta vez. Era para a moradora de uma rica mansão, para uma dama, esgotada por noites sem sono, que dedica toda sua vida às toaletes, às visitas, ao baile e às querelas com um marido grosseiro. Vosso colega aconselhou-lhe uma vida menos inepta, uma alimentação menos picante, passeios ao ar livre, a calma de espírito e um pouco de ginástica no quarto, para substituir, até um certo ponto, o trabalho produtivo!

Uma morre, porque durante toda sua vida jamais comeu o bastante e nunca repousou o suficiente; a outra definha, porque durante toda sua vida nunca soube o que é o trabalho...

Se vós sois uma dessas naturezas fracas, que se habituam a tudo, que, diante dos fatos mais revoltantes, aliviam-se com um suave suspiro e com um chope, então, acostumar-vos-eis, com o tempo, a estes contrastes, e, com a ajuda da natureza animalesca, só tereis uma idéia: ajustar-vos nas fileiras dos boas-vidas para nunca vos encontrardes entre os miseráveis. Porém, se sois "um homem", se cada sentimento se traduz em vós por um ato de vontade, se a fera que reside em vós não matou o ser inteligente, então, retornareis um dia para vossa casa dizendo: "Não, é injusto, isto não deve continuar assim. Não se trata de curar as enfermidades, é preciso preveni-las. Um pouco de bem-estar e de desenvolvimento intelectual bastariam para apagar de nossas listas a metade dos doentes e das doenças. Ao diabo, as drogas! Ar, alimento, um trabalho menos embrutecedor, é por aí que é preciso começar. Sem isto, toda esta profissão de médico não é senão engodo e falsa aparência".

Nesse dia, então, compreendereis o socialismo. Desejareis conhecê-lo de perto, e se o altruísmo não é para vós uma palavra sem significado, se aplicais ao estudo da questão social a severa indução do naturalista, acabareis por vos encontrar em nossas fileiras, e trabalhareis, como nós, pela revolução social.

* * *

Contudo, talvez direis: "Ao diabo, a prática! Assim como o astrônomo, o físico, o químico, dediquemo-nos à ciência pura. Esta sempre dará seus frutos, ainda que seja para as gerações futuras!" Tratemos, de início, de nos entendermos quanto ao que procurareis na ciência. Será apenas o prazer — com certeza imenso — que o estudo dos mistérios da natureza e o exercício de nossas faculdades intelectuais nos dão? Neste caso, perguntar-vos-ei em que o cientista, que cultiva a ciência para passar agradavelmente sua vida, difere desse alcoólatra que só procura na vida o prazer imediato, e o encontra no vinho? O cientista, sem dúvida, escolheu melhor a fonte de seus prazeres, visto que a sua oferece-lhe os mais intensos e duráveis, mas é tudo! Ambos, o alcoólatra e o cientista, têm o mesmo objetivo egoísta, o prazer pessoal.

Porém, não desejais esta vida de egoísta. Trabalhando pela ciência, entendeis trabalhar pela humanidade, e, é por esta idéia que vos guiareis, na escolha de vossas pesquisas...

Bela ilusão! E quem de nós não a acariciou em determinado momento, quando se integrava pela primeira vez à ciência!

Contudo, se de fato sonhais com a humanidade, se é a ela que visais em vossos estudos, uma formidável objeção vai se erguer diante de vós, pois, por pouco que tenhais o espírito justo, observareis, de imediato, que, na sociedade atual, a ciência é apenas um objeto de luxo, servindo para tornar a vida mais agradável a algumas pessoas e permanecendo absolutamente inacessível à quase totalidade da humanidade.

Com efeito, há mais de um século que a ciência estabeleceu sadias noções cosmogônicas, mas a quanto se eleva o número daqueles que as possuem ou que adquiriram um espírito crítico na verdade científica? Apenas alguns milhares que se perdem em meio a centenas de milhões, dividindo ainda preconceitos e superstições dignos de bárbaros, expostos, por conseguinte, a sempre servir de joguetes aos impostores religiosos.

Ou, então, lançai um olhar sobre o que a ciência fez para elaborar as bases racionais da higiene física e moral. Ela vos diz como devemos viver para conservar a saúde de nosso corpo, como manter em bom estado nossas aglomerações humanas; indica o caminho da felicidade intelectual e moral. Porém, todo o imenso trabalho, realizado nestes dois sentidos, não permanece inaplicado em nossos livros?

E por que isto? — Porque a ciência, hoje, é feita apenas para um punhado de privilegiados, porque a desigualdade social, que divide a sociedade em duas classes, a dos assalariados e a dos detentores do capital, faz de todos os ensinamentos sobre as condições da vida racional uma zombaria para nove décimos da humanidade.

Eu poderia ainda vos citar muitos exemplos, mas resumo: basta que saiais do gabinete de Fausto, cujos vitrais enegrecidos de poeira mal deixam penetrar, sobre os livros, a claridade do dia, observai ao vosso redor, e a cada passo vós mesmos encontrareis as provas que corroborarão esta idéia.

Já não se trata, neste momento, de acumular as verdades e as descobertas científicas. Importa antes de mais nada disseminar as verdades adquiridas pela ciência, fazê-las entrar na vida, fazer delas um domínio comum. Importa fazer com que todos, toda a humanidade, torne-se capaz de assimilá-las, aplicá-las: que a ciência cesse de ser um luxo, que ela seja a base da vida de todos. A justiça assim o quer.

Direi mais: é o próprio interesse da ciência que o impõe. A ciência só realiza progressos reais, quando uma nova verdade já encontra um meio preparado para aceitá-la. A Teoria da Origem Mecânica do calor, enunciada no século passado, quase nos mesmos termos enunciados por Hirn e Clausius, permaneceu durante oitenta anos enterrada nas teses acadêmicas, até que os conhecimentos físicos tivessem sido bastante propagados para criar um meio capaz de aceitá-los. Foi necessária a sucessão de três gerações para que as idéias de Erasmo Darwin sobre a adaptação das espécies fossem acolhidas, de modo favorável, pela boca de seu neto, e para que fossem admitidas pelos cientistas acadêmicos, não sem pressão, é verdade, por parte da opinião pública. O cientista, assim como o poeta ou o artista, é sempre o produto da sociedade na qual se movimenta e aprende.

Porém, se vos imbuirdes destas idéias, compreendereis que, antes de mais nada, é importante produzir uma profunda modificação nesse estado de coisas, que, hoje, condena o cientista a regurgitar verdades científicas e a quase totalidade dos seres humanos a permanecer o que era há cinco, dez séculos, isto é, no estado de escravos e máquinas incapazes de assimilar as verdades estabelecidas. E, no dia em que vos imbuirdes desta idéia, ampla, humanitária e profundamente científica, nesse dia, perdereis o gosto pela

ciência pura. Vós vos colocareis à procura dos meios para operar esta transformação e, se não renunciardes à imparcialidade que vos guiastes em vossas investigações científicas, adotareis necessariamente a causa do socialismo; fareis cessar os sofismas e vireis juntar-vos a nós; fatigado de trabalhar para fornecer prazeres a esse pequeno grupo, que deles já possui uma grande parte, colocareis vossa inteligência e vossa dedicação a serviço imediato dos oprimidos.

E estejais certo de que, então, o sentimento do dever cumprido e um acordo real se estabelecendo entre vossos sentimentos e atos, encontrareis, em vós, forças, de cuja existência nunca havíeis suspeitado. E quando, um dia – e não está longe apesar do que pensem vossos professores – a modificação, pela qual tereis trabalhado, realizar-se, então, extraindo novas forças do trabalho científico coletivo e no concurso poderoso dos exércitos de trabalhadores, que virão se pôr a seu serviço, a ciência tomará um impulso, comparado ao qual os lentos progressos de hoje parecerão simples exercícios escolares.

Então, desfrutai a ciência: este prazer será para todos!

II

Se terminais vossos estudos de Direito e se vos preparais para o fórum, pode ocorrer que também tenhais ilusões a respeito de vossa atividade futura – admito, portanto, que sois dos melhores que conhecem o altruísmo. Pensais, talvez: "Consagrar a vida a uma luta sem trégua nem mercê contra todas as injustiças; aplicar-se constantemente para fazer triunfar a Lei, expressão da justiça suprema: qual vocação poderia ser mais bela?" e entrais na vida cheio de confiança em vós mesmos, na vocação que escolhestes.

Pois bem, abramos ao acaso a crônica judiciária e vejamos o que vos dirá a vida.

Eis um rico proprietário; ele pede a expulsão de um camponês, que não paga o arrendamento acertado. Do ponto de vista legal, não há hesitação possível: uma vez que o camponês não paga, deve abandonar as terras. Porém, se analisamos os fatos, eis o que aprendemos:

O proprietário sempre dissipou suas rendas em alegres festins, o camponês sempre trabalhou. O proprietário nada fez para melhorar suas terras, entretanto, o valor triplicou em cinqüenta anos, graças à mais-valia dada ao solo pelo traçado de uma ferrovia, por novas estradas vicinais, pelo aterro dos pântanos, pelo arroteamento de terrenos incultos; e o camponês, que contribuiu em grande parte para dar esta mais-valia à terra, está arruinado; preso nas mãos dos negociantes, perdido em dívidas, não pode mais pagar o proprietário das terras. A lei, sempre do lado da propriedade, é formal; ela dá razão ao proprietário. Vós, porém, em quem as ficções jurídicas ainda não mataram o sentimento de justiça, o que fareis? Pedireis que se jogue o camponês na estrada – é a lei que o ordena – ou, ainda, pedireis que o proprietário restitua ao arrendatário toda a parte da mais-valia que é devida ao trabalho deste último? É a eqüidade que vô-lo dita. De que lado colocar-vos-eis? A favor da lei, mas contra a justiça? Ou, então, pela justiça, mas contra a lei?

E, quando operários puserem-se em greve contra seu patrão, sem previni-lo com quinze dias de antecedência, de que lado estareis? Do lado da lei, isto é, do lado do patrão que, aproveitando-se de um tempo de crise, percebia lucros escandalosos (leiam os últimos processos), ou contra a lei, mas a favor dos operários que percebiam, durante esse mesmo tempo, salários de 2,50 francos e viam suas mulheres e seus filhos definharem? Defendereis esta ficção, que consiste em afirmar a "liberdade de negociações"? Ou apoiareis a eqüidade, em virtude da qual um contrato fechado entre aquele que jantou muito bem e aquele outro que vende seu trabalho para comer, entre o forte e o fraco, não é um contrato?

Eis um outro fato. Um dia, em Paris, um homem rondava perto de um açougue. Pegou um bife e pôs-se a correr. Prenderam-no, interrogaram-no e descobriram que se tratava de um operário desempregado, que ele e sua família nada tinham para comer havia quatro dias. Suplicaram ao açougueiro para que deixasse o homem ir embora, mas o açougueiro quis o triunfo da justiça! Deu prosseguimento à ação e o homem foi condenado a seis meses de prisão. É assim que o deseja a cega Themis. E vossa consciência não se revoltará contra a lei e contra a sociedade, ao ver que condenações análogas acontecem todos os dias?

Ou, então, pedireis a aplicação da lei contra este homem que, maltratado, achincalhado desde a infância, tendo crescido sem ter escutado uma palavra de simpatia, acabe matando seu vizinho para lhe tomar um pouco de dinheiro? Pedireis que o guilhotinem, ou – o que é pior – que o trancafiem por vinte anos em uma prisão, quando sabeis que ele é mais doente que criminoso e que, em todo caso, é sobre toda a sociedade que recai este crime?

Pedireis que se jogue no xadrez esses tecelões que, em um momento de exasperação, puseram fogo na fábrica? Que se envie aos pontões-prisões este homem que atirou em um assassino coroado? Que se fuzile este povo insurreto, que finca sobre as barricadas a bandeira do futuro?

Não, mil vezes não!

Se *raciocinardes*, ao invés de repetir o que vos ensinaram; se analisardes e extrairdes a Lei destas nuvens de ficções com as quais ela foi cercada para mascarar sua origem, que e o desejo do mais forte, e sua substância, que sempre foi a consagração de todas as opressões legadas à humanidade por sua sangrenta história – tereis um desprezo supremo por esta lei. Compreendereis que, permanecer servidor da lei escrita, é pôr-se, a cada dia, em oposição à lei da consciência e negociar com ela; e, como esta luta não pode durar, ou fazeis calar vossa consciência e tornar-vos-eis um patife, ou, então, rompereis com a tradição e vireis trabalhar conosco pela abolição de todas as injustiças: econômicas, políticas, sociais.

Neste caso, então, sereis socialista, sereis revolucionário.

E vós, jovem engenheiro, que sonhais melhorar, pelas aplicações da ciência na indústria, o destino dos trabalhadores – que triste desencantamento, quantos dissabores vos esperam! Dais a energia juvenil de vossa inteligência à elaboração de um projeto de ferrovia, que, serpenteando à beira dos precipícios e perfurando o coração dos gigantes de granito, irá ligar dois países, separados pela natureza. Porém, uma vez em obras, vereis, nesse túnel sombrio, batalhões de operários dizimados pelas privações e doenças, vereis outros voltarem para casa levando apenas alguns trocados e os bacilos indubitáveis da tísica; vereis os cadáveres humanos – resultados de uma abominável avareza – marcar cada metro de avanço de vossa via, e, concluída, vereis, enfim, que se torna um caminho para os canhões dos invasores...

Haveis dedicado vossa juventude a uma descoberta, que deve simplificar a produção e, depois de muitos esforços, muitas noites sem sono, eis que vos encontrais, enfim, de posse desta preciosa descoberta. Vós a aplicais, e o resultado ultrapassa vossas esperanças. Dez mil, vinte mil operários serão lançados na rua! Os que permanecem, crianças, em sua maioria, serão reduzidos ao estado de máquinas! Três, quatro, dez patrões farão fortuna e "beberão o champanhe fartamente"... É com isso que haveis sonhado?

Enfim, estudais os progressos industriais recentes e vereis que a costureira nada ganhou com a descoberta da máquina de costura; que o operário do Gotardo[7] morre de ancilostomíase, a despeito das perfuradoras de coroas de diamante; que o pedreiro e o diarista estão desempregados, como antes, ao lado dos elevadores Giffard – e se discutis os problemas sociais com esta independência de espírito, que vos guiou em vossos problemas técnicos, chegareis necessariamente à conclusão de que, sob o regime da propriedade privada e do salariado, cada nova descoberta, ainda que aumente um pouco o bem-estar do trabalhador, nada mais faz senão tornar sua servidão mais pesada, o trabalho mais embrutecedor, o desemprego mais freqüente e as crises mais agudas, e aquele que já tem para si todos os prazeres é o único que se aproveita dela seriamente.

O que fareis, então, uma vez chegado a esta conclusão? Ou começareis por fazer calar vossa consciência por sofismas e, um belo dia, vos despedireis de vossos honestos sonhos de juventude e procurareis apoderar-vos, por vós mesmos, do que dá direito aos prazeres – ireis direto ao campo dos exploradores. Ou, então, se possuís coração, vós vos direis: "Não, não é tempo de se fazer descobertas! Antes de mais nada, trabalhemos para transformar o regime de produção; quando a propriedade individual for abolida, aí, então, cada novo progresso industrial se fará em benefício de toda a humanidade; e esta massa de trabalhadores, hoje máquinas, amanhã seres pensantes, aplicando na indústria sua intuição, apoiada pelo estudo e exercitada pelo trabalho manual, o progresso técnico terá um desenvolvimento que fará em cinqüenta anos o que sequer ousamos imaginar hoje."

* * *

E o que dizer ao professor — não àquele que considera sua profissão enfadonha, mas àquele que, cercado por um bando feliz de crianças, sente-se bem sob seus olhares animados, no meio de seus sorrisos infantis, e procura despertar nestas pequenas cabeças as idéias humanitárias que ele próprio mantinha quando era jovem?

Vejo-vos, amiúde, triste, e sei o que vos faz franzir as sobrancelhas. Hoje, vosso aluno preferido, que não está muito avançado em latim, é verdade, mas nem por isso deixa de ter um bom coração, contava com entusiasmo a lenda de Guilherme Tell. Seus olhos brilhavam, ele parecia querer apunhalar ali mesmo todos os tiranos; dizia com ardor este verso apaixonado de Schiller:

Diante do escravo, quando ele rompe sua corrente,
Diante do homem livre, não treme!

Porém, de volta à sua casa, sua mãe, seu pai, seu tio, o repreenderam abertamente pela falta de respeito que teve com o pastor ou o guarda rural; encheram-lhe os ouvidos durante uma hora, falando "da prudência, do respeito às autoridades, da submissão", de tal forma que ele deixou Schiller de lado para ler *A arte de fazer seu caminho no mundo!*

E ainda ontem vos dizia que vossos melhores alunos estragaram-se: um deles, outra coisa não faz senão sonhar com galões militares; o outro, em companhia de seu patrão, rouba o magro salário dos operários, e vós, que havíeis colocado tantas esperanças nesses jovens, refletis agora sobre a triste contradição que existe entre a vida e o ideal.

Ainda refletis nisso! Prevejo, porém, que em dois anos, após ter tido desilusão sobre desilusão, colocareis vossos autores preferidos de lado e acabareis por dizer que Tell era sem dúvida um pai muito honesto, mas, em suma, um pouco louco; que a poesia é uma coisa excelente junto à lareira, sobretudo quando se ensinou, durante todo um dia, a regra dos juros compostos, mas que, apesar de tudo, os poetas pairam sempre nas nuvens, e que seus versos nada têm a ver, nem com a vida, nem com a próxima visita do inspetor...

"Ou, então, vossos sonhos de juventude tornar-se-ão a firme convicção do homem maduro. Desejareis a educação ampla, humanitária, para todos, dentro e fora da escola, e, ao ver que ela é impossível nas condições atuais, vós vos agarrareis às próprias bases da sociedade burguesa. Então, posto em disponibilidade pelo mister, deixareis a escola e vireis para o nosso lado, conosco, dizer aos homens idosos, mas menos cultos do que vós, o que o saber possui de atraente, o que a humanidade deve ser, o que ela pode ser. Vireis trabalhar com os socialistas pela completa transformação do regime atual, no sentido da igualdade, da solidariedade, da liberdade.

* * *

Enfim, vós, jovem artista, escultor, pintor, poeta, músico, não observais que o fogo sagrado, que tinha inspirado algum de vossos predecessores, falta-vos hoje, a vós e aos vossos? Que a arte é banal, que a mediocridade reina?

E poderia ser de outra forma? A alegria de ter reencontrado o mundo antigo, de ter-se fortalecido nas fontes da natureza que fez as obras-primas do Renascimento, já não mais existe para a arte contemporânea: a idéia revolucionária deixou-a insensível até o presente momento e, na falta de idéia, ela crê ter encontrado uma no Realismo, quando se esforça, hoje, para fotografar, em cores, a gota do orvalho sobre a folha de uma planta, para imitar os músculos glúteos de uma vaca, ou para retratar com minúcia, em prosa e verso, a lama sufocante de um esgoto, o quarto de uma mulher galante.

Contudo, se assim é, o que fazer, direis.

Se o fogo sagrado, que dizeis possuir, é apenas um "pavio fumegante", aí, então, continuareis a fazer como havíeis feito, e logo vossa arte degenerará em ofício de decorador para os salões do lojista, de criador de libretos de operetas e de folhetins para um Girardin qualquer — a maioria de vós já desce rápido este funesto declive...

Porém, se, de fato vosso, coração bate em uníssono com o da humanidade, se, como verdadeiro poeta, possuís um ouvido para escutar a vida, então, em presença deste mar de sofrimentos, cuja onda vos encobre, em presença destes povos que morrem de fome, destes cadáveres amontoados nas minas, e destes corpos mutilados jazendo em montículos aos pés das barricadas, destes comboios de exilados que vão se enterrar nas neves da

Sibéria e nas praias das ilhas tropicais, em presença da luta suprema que se trava, gritos de dor dos vencidos e de orgias dos vencedores, o heroísmo às voltas com a covardia, o entusiasmo em luta com a baixeza – não podereis mais continuar neutro; vireis juntar-vos aos oprimidos, porque sabeis que o belo, o sublime, a vida, enfim, estão do lado daqueles que lutam pela luz, pela humanidade, pela justiça!

* * *

Finalmente, vós me interrompeis!

Todavia, dizei, se a ciência abstrata é um luxo e a prática da medicina uma falsa aparência; se a lei é uma injustiça, e a descoberta técnica um instrumento de exploração; se a escola, às voltas com a sabedoria do prático, está certa de ser vencida; se a arte, sem idéia revolucionária, só pode degenerar, o que me resta, então, a fazer?

Pois bem, respondo:

– Um imenso trabalho, atraente no mais elevado nível, um trabalho no qual os atos estarão em completo acordo com a consciência, um trabalho capaz de envolver as naturezas mais nobres, as mais vigorosas.

Que trabalho? – Vou dizê-lo.

III

Ou transigir sempre com sua consciência e acabar um belo dia por se dizer: "Pereça a humanidade desde que eu possa gozar de todos os prazeres e tirar proveito disso enquanto o povo for bastante parvo para me deixar fazê-lo!" Ou, então, juntar-se aos socialistas e trabalhar com eles pela completa transformação da sociedade. Esta é a conseqüência forçada da análise que fizemos. Tal será a conclusão lógica, à qual deverá chegar, à força, todo ser inteligente, desde que raciocine com honestidade sobre o que se passa em torno dele, por pouco que saiba ter razão sobre os sofismas que lhe sopram ao ouvido sua educação burguesa e a opinião interessada daqueles que o cercam.

Uma vez tirada esta conclusão, a questão "O que fazer?" apresenta-se de modo natural.

A resposta é fácil.

Basta que saiais deste meio no qual estais situado e onde é usual dizer que o povo é apenas um monte de ignaros; vinde para este povo e a resposta surgirá por si mesma.

Vereis que em todos os lugares, na França bem como na Alemanha, na Itália como nos Estados Unidos, em todos os lugares onde há privilegiados e oprimidos, realiza-se no seio da classe operária um trabalho gigantesco, cujo objetivo é romper para sempre a servidão imposta pelo feudalismo capitalista e lançar os fundamentos de uma sociedade estabelecida sobre as bases da justiça e da igualdade. Já não basta, hoje, ao povo, exprimir suas reclamações por uma destas canções cuja melodia partia-vos o coração, cantadas pelos servos do século XVII, e que ainda hoje os camponeses eslavos cantam; trabalha com a consciência do que fez, e contra todos os obstáculos, por sua libertação.

Seu pensamento se exercita, amiúde, em adivinhar o que se deve fazer a fim de que a vida, ao invés de ser uma maldição para três quartos da humanidade, seja uma felicidade para todos. Ele aborda os problemas mais árduos da Sociologia e procura resolvê-los com seu bom senso, seu espírito de observação, sua rude experiência. Para se entender com outros miseráveis como ele procura agrupar-se, organizar-se. Constitui-se em sociedades sustentadas com dificuldade por pequenas cotizações; procura o entendimento através das fronteiras e, melhor que os retóricos filantropos, prepara o dia em que as guerras entre os povos tornar-se-ão impossíveis. Para saber o que fazem seus irmãos, para melhor conhecê-los, para elaborar as idéias e propagá-las, ele sustenta – mas ao preço de muitas privações, de muitos esforços! – sua imprensa operária. Enfim, chegada a hora, ergue-se e, avermelhando com seu sangue os paralelepípedos das barricadas, lança-se à conquista destas liberdades que, mais tarde, os ricos e os poderosos saberão corromper em privilégios para voltá-los ainda contra ele.

Que série de esforços contínuos! Que luta incessante! Quanto trabalho recomeçado constantemente, ora para preencher os vazios formados pelas deserções – em conseqüência da lassidão, da corrupção, das perseguições;

ora para reconstituir as fileiras abertas pela fuzilaria e pela metralha; ora para retomar os estudos bruscamente interrompidos pelo extermínio em massa!

Seus jornais são criados por homens, que devem ter roubado da sociedade parcelas de educação, privando-se de sono e alimento; a agitação é sustentada por trocados retirados do mínimo necessário, amiúde pão seco; e tudo isto sob a apreensão contínua de ver, em pouco tempo, a família reduzida à mais atroz das misérias, tão logo o patrão perceba que "seu operário, seu escravo, trabalha pelo socialismo!"

Eis o que vereis, se caminhardes no sentido do povo.

* * *

E nesta luta sem fim, quantas vezes o trabalhador, sucumbindo sob o peso dos obstáculos, não se perguntará em vão: "Onde estão, pois, esses jovens que estudaram às nossas custas? Esses jovens que alimentamos e vestimos enquanto estudavam? Para quem, com o dorso curvo sob o fardo, e o ventre vazio, construímos essas casas, essas academias, esses museus? Para que, com o rosto pálido, imprimimos esses belos livros que não podemos sequer ler? Onde estão esses professores que dizem possuir a ciência humanitária e para quem a humanidade não vale uma espécie rara de lagarta? Esses homens, que falam de liberdade e nunca defendem a nossa, pisoteada todos os dias? Esses escritores, esses poetas, esses pintores, todo esse bando de hipócritas que, em uma palavra, com lágrimas nos olhos, falam do povo, e que nunca se encontraram ao nosso lado para nos ajudar em nossos trabalhos?"

Uns satisfazem-se com sua covarde indiferença; outros, a maioria, desprezam "a canalha"[8] e estão prontos a precipitar-se sobre ela, no caso de ela ousar tocar em seus privilégios.

De vez em quando chega um jovem que sonha com tambores e barricadas e vem em busca de emoções, mas deserta a causa do povo tão logo percebe que o caminho da barricada é longo, que o trabalho é penoso e que, neste caminho, as coroas de louro que ele vem conquistar estão misturadas a espinhos. Com maior freqüência, são ambiciosos insaciados,

que, após terem fracassado em suas primeiras tentativas, procuram captar os votos do povo, mas, mais tarde, serão os primeiros a troar contra ele, assim que este queira aplicar os princípios que eles próprios professaram; talvez façam apontar os canhões contra a "vil multidão", se ela ousar se mover antes que, eles, os chefes, tenham dado o sinal.

Acrescentai a estúpida injúria, o arrogante desprezo, a covarde calúnia por parte da maioria, e tereis tudo o que o povo agora recebe por parte da juventude burguesa, para ajudá-la em sua evolução social.

* * *

E depois disso perguntaríeis ainda: "O que fazer?", quando tudo está por ser feito! Quando todo um exército de jovens teria como aplicar toda a força de suas energias, de suas inteligências, de seus talentos para ajudar o povo na imensa tarefa, que ele empreendeu!

Vós, amadores de ciência pura, se fostes tocados pelos princípios do socialismo, se haveis compreendido todo o alcance da revolução que se anuncia, não observais que toda a ciência deve ser refeita para que seja colocada de acordo com os novos princípios; que se trata de realizar neste domínio uma revolução cuja importância deve ultrapassar de muito aquela que se realizou nas ciências no século XVIII? Não compreendeis que a história — hoje "fábula convencionada", sobre a grandeza dos reis, das grandes personagens e dos parlamentos — deve ser toda reformulada do ponto de vista popular, do ponto de vista do trabalho realizado pelas massas nas evoluções da humanidade? Que a Economia social — hoje, consagração da exploração capitalista — deve ser toda elaborada de novo, tanto em seus princípios fundamentais quanto em suas inumeráveis aplicações? Que a Antropologia, a Sociologia, a Ética devem ser por inteiro remanejadas, e que as próprias Ciências Naturais, encaradas sob um novo ponto de vista, devem sofrer uma profunda modificação quanto à maneira de conceber os fenômenos naturais e ao método de exposição? Pois bem, fazei-o! Colocai vossa inteligência a serviço de uma boa causa! Sobretudo, porém, vinde ajudar-nos com vossa lógica rigorosa para combater os preconceitos seculares, para elaborar, pela síntese, as bases de uma organização melhor; sobretudo, ensi-

nai-nos a aplicar em nossos raciocínios a ousadia da verdadeira investigação científica e, dando o exemplo, mostrai-nos como se sacrifica a vida pelo triunfo da verdade!

Vós, médico, ao qual a dura experiência fez com que compreendêsseis o socialismo, não vos fatigueis dizendo-nos, hoje, amanhã, todo dia e em cada ocasião, que a humanidade caminha para a degenerescência, se continuar nas atuais condições de existência e trabalho; que vossas drogas permanecerão impotentes contra as doenças, enquanto 99% da humanidade vegetarão em condições absolutamente contrárias ao que a ciência quer; que são as causas das doenças que devem ser eliminadas, e o que é preciso para eliminar estas causas. Vinde, pois, com vosso escalpelo dissecar com mão firme esta sociedade em via de decomposição, dizer-nos o que uma existência racional deveria e poderia ser e, como verdadeiro médico, repetir-nos que ninguém deve se deter diante da supressão de um membro gangrenado, quando ele pode infeccionar todo o organismo.

Vós, que trabalhastes nas aplicações da ciência na indústria, vinde contar-nos com franqueza qual foi o resultado de vossas descobertas; fazei entrever àqueles que ainda não ousam lançar-se com coragem ao futuro, o que o saber já adquirido traz de novas invenções em seu bojo, o que a indústria poderia ser em melhores condições, o que o homem poderia produzir, se produzisse sempre para aumentar sua produção. Trazei ao povo o concurso de vossa intuição, de vosso espírito prático e de vossos talentos de organização, ao invés de colocá-los em benefício dos exploradores.

Vós, poetas, pintores, escultores, músicos, se compreendestes vossa verdadeira missão e os próprios interesses da arte, vinde, então, colocar vossa caneta, vosso pincel, vosso buril, em favor da revolução. Contai-nos em vosso estilo figurado ou em vossos quadros surpreendentes as lutas titânicas dos povos contra seus opressores; inflamai os jovens corações com esse belo sopro revolucionário que inspirava nossos ancestrais; dizei à mulher o que a atividade de seu marido tem de belo se ele dá sua vida à grande causa da emancipação social. Mostrai ao povo o que a vida atual tem de feio e fazei-nos tocar nas causas desta feiúra; dizei-nos o que uma vida racional teria sido se ela não se chocasse, a cada passo, contra as inépcias e as ignomínias da ordem social atual.

Enfim, vós todos que possuís conhecimentos, talentos, se tendes coração, vinde, pois, vós e vossos companheiros, colocá-los a serviço daqueles que mais precisam. E sabei que, se vierdes, não como senhores, mas como camaradas de luta; não para governar, mas para inspirar-vos em um novo meio; menos para ensinar do que para conceber as aspirações das massas, adivinhá-las e formulá-las, e depois trabalhar, sem descanso, continuamente, com todo o ímpeto da juventude, para fazê-los entrar na vida – sabei que, então, mas só então, vivereis uma vida completa, uma vida racional. Vereis que cada um de vossos esforços feitos neste sentido produz amplamente seus frutos; – e este sentimento de concordância, estabelecida entre vossos atos e mandamentos de vossa consciência, dará forças que não suspeitáveis existir em vós mesmos.

A luta pela verdade, pela justiça, pela igualdade, no seio do povo – o que encontrareis de mais belo na vida?

IV

Foram-me necessários três longos capítulos para demonstrar aos jovens das classes abastadas que, diante do dilema que a vida apresentar-lhes-á, eles serão forçados, se são corajosos e sinceros, a virem se juntar aos socialistas e, com eles, abraçar a causa da revolução social. Esta verdade é, todavia, muito simples! Porém, falando àqueles que sofreram a influência do meio burguês, quanto sofisma a combater, quanto preconceito a vencer, quanta objeção interessada a eliminar.

É-me fácil ser mais breve falando-vos, jovens do povo. A própria força das coisas leva-vos a vos tornardes socialistas, por pouco que tenhais a coragem de raciocinar e agir de acordo. Com efeito, o socialismo moderno saiu das próprias profundezas do povo. Se alguns pensadores, oriundos da burguesia, vieram trazer-lhe a sanção da ciência e o apoio da filosofia, o fundamento das idéias que eles anunciaram não deixa de ser um produto do espírito coletivo do povo trabalhador. Este socialismo racional da Internacional, que é hoje nossa melhor força, não foi ele elaborado nas organizações operárias, sob a influência direta das massas? E os poucos escritores,

que ofereceram seu concurso a este trabalho de elaboração, não fizeram outra coisa senão encontrar a fórmula das aspirações, que já emergiram entre os operários?

Sair das fileiras do povo trabalhador e não se dedicar ao triunfo do socialismo, é desconhecer seus próprios interesses, renegar sua própria causa e sua missão histórica.

* * *

Lembrai-vos do tempo em que, ainda criança, descíeis num dia de inverno para divertir-vos em vossa escura ruela? O frio vos mordia os ombros através de vossas finas vestes e a lama enchia vossos sapatos rasgados. Já naquela época, quando víeis passar de longe estas crianças roliças e ricamente vestidas, que vos olhavam com um ar arrogante, sabíeis bem que esses fedelhos, vestidos impecavelmente, não vos valiam, vós e vossos camaradas, nem por sua inteligência, nem pelo bom senso, nem pela energia. Mais tarde, porém, quando tivestes de encerrar-vos em uma suja oficina, desde as cinco ou seis horas da manhã, manter-vos doze horas junto a uma máquina barulhenta e, vós mesmos máquina, seguir dia após dia, e durante anos a fio, seus movimentos de impiedosa cadência, os outros, enquanto isso, iam tranqüilamente estudar nos colégios, nas belas escolas, nas universidades. E, agora, essas mesmas crianças, menos inteligentes, porém mais cultas que vós, tornadas vossos chefes, vão gozar de todas as delícias da vida, de todos os benefícios da civilização — e vós? O que vos espera?

Entrais em um pequeno apartamento escuro e úmido, onde cinco, seis seres humanos, fervilham no espaço de alguns metros quadrados; onde vossa mãe, fatigada pela vida, mais envelhecida pelas preocupações do que pela idade, oferece-vos, como refeição, pão, batatas, e um líquido escuro qualificado com ironia de café; onde tendes, como distração, sempre a mesma questão na ordem do dia, a de saber como pagareis amanhã o padeiro e depois de amanhã o locador!

Pois bem, será necessário que leveis a mesma existência miserável que vosso pai e vossa mãe levaram durante trinta, quarenta anos! Trabalhar toda a vida para proporcionar a alguns todos os gozos do bem-estar, do

saber, da arte, e guardar para si a contínua preocupação com o pedaço de pão? Renunciar para sempre a tudo que torna a vida tão bela, para se dedicar a proporcionar todas as vantagens a um punhado de ociosos? Desgastar-se no trabalho e só conhecer a penúria, se não a miséria, quando o desemprego vier? É isso que cobiçais na vida?

* * *

Talvez vos resignareis. Não antevendo saída para a situação, pode acontecer que vos digais: "Gerações inteiras tiveram o mesmo destino e eu, que nada posso mudar desta situação, devo sofrê-lo também! Assim, trabalhemos, e tratemos de viver o melhor que pudermos."

Seja! Contudo, a própria vida se encarregará de instruir-vos.

Um dia virá a crise, uma destas crises, não mais passageira como outrora, mas a que mata, de repente, toda uma indústria, que reduz à miséria milhares de trabalhadores, que dizima as famílias. Lutareis, como os outros, contra esta calamidade. Em pouco tempo, contudo, percebereis como vossa mulher, vosso filho, vosso amigo, sucumbem pouco a pouco às privações, enfraquecem-se a olhos vistos, e, por falta de alimentos, de cuidados, acabam por morrer sobre um catre, enquanto a vida, despreocupada com aqueles que perecem, faz circular seus fluxos alegres nas ruas da grande cidade, radiante de sol. Compreendereis, então, o que esta sociedade tem de revoltante; pensareis nas causas da crise e vosso olhar sondará toda a profundidade desta iniqüidade, que expõe milhares de seres humanos à cupidez de um punhado de ociosos; compreendereis que os socialistas têm razão, quando dizem que a sociedade atual deve ser, e pode ser, transformada totalmente.

Um outro dia, quando vosso patrão procurar, por uma nova redução de salários, subtrair-vos mais alguns trocados, para aumentar ainda mais sua fortuna, protestareis; todavia, ele vos responderá com arrogância: "Ide pastar, se não quiserdes trabalhar por esse preço". Compreendereis, então, que vosso patrão não só procura vos tosquiar como a um carneiro, mas também vos considera como de raça inferior; que, não contente de vos ter em suas garras pelo salário, ainda aspira a fazer de vós um escravo, sob

todos os pontos de vista. Assim, ou curvareis o dorso, renunciareis ao sentimento da dignidade humana e acabareis por sofrer todas as humilhações, ou, ainda, o sangue vos subirá à cabeça, tereis horror da declividade sobre a qual escorregais, ripostareis e, jogado à rua, compreendereis que os socialistas têm razão quando dizem: "Revolta-te! Revolta-te contra a escravidão econômica, pois ela é a causa de todas as escravidões!" Então, vireis juntar-vos às fileiras socialistas e trabalhareis com elas pela abolição de todos os escravos: econômico, político e social.

Em um desses dias conhecereis a história da jovem, cujo olhar, porte esbelto e conversa animada eram tão amados por vós. Após ter lutado anos contra a miséria, deixou seu vilarejo para ir para a grande cidade. Lá, ela sabia que a luta pela existência seria dura, mas, pelo menos, esperava ganhar honestamente seu pão. Pois bem, agora sabeis o destino que ela teve. Cortejada por um filho de burguês, deixou-se ludibriar por suas belas palavras, deu-se a ele com a paixão da juventude, para se ver abandonada, ao fim de um ano, com uma criança nos braços. Sempre corajosa, não cessou de lutar; mas sucumbiu nesta luta desigual contra a fome e o frio, e acabou por expirar, não se sabe em qual hospital... O que fareis, então? Ou afastareis qualquer lembrança incômoda com algumas palavras estúpidas: "Não foi a primeira, não será a última", direis, e, numa tarde, escutar-vos-ão em um bar, em companhia de outros brutos, ofender a memória da jovem com sujas maledicências. Ou, então, esta lembrança vos apertará o coração; procurareis encontrar o covarde sedutor para lançar-lhe seu crime ao rosto; refletireis sobre as causas destes fatos, que se repetem todos os dias, e compreendereis que eles não cessarão enquanto a sociedade estiver dividida em dois campos: de um lado, os miseráveis, e, de outro, os ociosos, estróinas de belas palavras e apetites brutais. Compreendereis que é tempo de preencher este abismo de separação, e correreis para vos juntar aos socialistas.

* * *

E vós, mulheres do povo? Esta história vos deixará insensíveis? Acariciando a cabeça loura desta criança, que se aconchega a vós, nunca pensais no destino que está reservado à vossa irmãzinha, a vossos filhos? Desejais que vossos filhos também vegetem como vosso pai também vegetou, sem outra preocupação senão a do pão, sem outras alegrias, além do cabaré? Desejais que vosso marido, vosso filho, estejam sempre à mercê de qualquer um, que herdou de seu pai um capital a explorar? Desejais que eles permaneçam sempre escravos do patrão, bucha de canhão dos poderosos, esterco que serve de adubo aos campos dos ricos?

Não, mil vezes não! Sei que vosso sangue fervia, quando ouvistes que vossos maridos, após terem começado ruidosamente uma greve, acabaram por aceitar, cabisbaixos, as condições ditadas em tom arrogante pelos grandes burgueses! Sei que admirastes essas mulheres espanholas que vão, à frente, apresentar seus peitos às baionetas dos soldados, quando de uma insurreição popular! Sei que repetis com respeito o nome desta mulher, que foi cravar uma bala no peito do sátrapa, quando ele se permitiu um dia ultrajar um socialista aprisionado. Sei também que vosso coração batia quando líeis como as mulheres do povo de Paris se reuniam, sob uma chuva de obuses, para encorajar "seus homens" ao heroísmo.

Sei disso, e é por isso que não duvido que acabareis por vos juntar àqueles que trabalham pela conquista do futuro.

* * *

Todos vós, jovens sinceros, homens e mulheres, camponeses, operários, empregados e soldados, compreendereis vossos direitos e vireis conosco; vireis trabalhar com vossos irmãos para preparar a revolução que, abolindo toda escravidão, quebrando todas as correntes, rompendo com as velhas tradições e abrindo a toda humanidade novos horizontes, virá enfim estabelecer nas sociedades humanas a verdadeira igualdade, a verdadeira liberdade, o trabalho para todos, e também para todos o pleno gozo dos frutos de seu trabalho, o pleno gozo de todas as suas faculdades; a vida racional, humanitária e feliz!

Que não venham nos dizer que somos um pequeno punhado, muito fraco para alcançar o objetivo grandioso a que visamos.

Contemo-nos, e vejamos quantos somos a sofrer de injustiça. Camponeses, nós que trabalhamos para outrem e que comemos aveia para deixar

o trigo ao senhor, somos milhões de homens; somos tão numerosos que, sozinhos, formamos a massa do povo. Operários, nós que tecemos a seda e o veludo para nos vestirmos de molambos, somos também milhões; e, quando os apitos das fábricas nos permitem um instante de repouso, inundamos as ruas e as praças, como um mar estrepitoso. Soldados, conduzidos pelo bastão, nós, que recebemos as balas para que os oficiais recebam as condecorações e os galões; nós, pobres estúpidos que até agora só soubemos fuzilar nossos irmãos, bastará que façamos meia-volta para ver empalidecer estes poucos personagens agaloados que nos comandam. Nós todos, que sofremos e que somos ultrajados, somos a imensa multidão, somos o oceano, que tudo pode engolir. Desde que tenhamos a vontade, bastará um momento para que a justiça se faça.

A GUERRA

O espetáculo oferecido neste momento pela Europa é bem triste de ser visto, mas é também muito edificante. De um lado, um vaivém de diplomatas e corretores, que aumenta a olhos vistos, cada vez que no velho continente se começa a sentir o cheiro de pólvora no ar. Fazem-se, desfazem-se alianças: negocia-se, vende-se o rebanho humano para assegurar os aliados. "Tantos milhões de cabeças nossa casa oferece à vossa; tantos hectares de pasto; tais portos para exportar sua lã", e tudo isto a quem melhor souber ludibriar os outros, nestes mercados. É o que se chama, em jardão (jargão?) político de diplomacia.

Por outro lado, armamentos a não acabar mais. A cada dia trazem-nos novas invenções para melhor exterminar nossos semelhantes, novos gastos, novos empréstimos, novos impostos. Esbravejar patriotismo, demonstrar chauvinismo, instigar os ódios internacionais, torna-se a profissão mais lucrativa na política, no jornalismo. A própria infância não foi poupada: alistam-se os meninos em batalhões, educam-nos no ódio pelo prussiano, pelo inglês, pelo italiano; formam-nos na cega obediência aos governantes do momento, sejam eles azuis, brancos ou negros. E, quando tiverem completado vinte e um anos, serão, como mulas, carregados de cartuchos, provisões, utensílios; pôr-lhes-ão em mãos um fuzil, e lhes ensinar-lhes-ão a marchar ao som do clarim, a se trucidarem como animais ferozes, à direita e à esquerda, sem jamais se perguntarem por quê? Com que objetivo? Que eles tenham diante deles famintos alemães ou italianos, ou até mesmo seus próprios irmãos amotinados pela penúria — soando o clarim, é preciso matar!

Eis em que resulta toda a sabedoria de nossos governantes e educadores! Eis tudo o que eles souberam nos dar como ideal, a isto em uma época em que os miseráveis de todos os países estendem suas mãos através das fronteiras!

* * *

"Ah! quisestes o socialismo? Muito bem, tereis a guerra – a guerra de trinta anos, de cinqüenta anos!", dizia Herzen após 1848. E nós a temos; se o canhão cessa de ribombar por um instante, no mundo, é para retomar fôlego, é para recomeçar em outro lugar e ainda mais violento, enquanto a guerra européia – a confusão geral dos povos – ameaça há dez anos, sem que se saiba por que se lutará. Com quem? Contra quem? Em nome de que princípios? Por qual interesse?

Em tempos passados, quando havia uma guerra, ao menos se sabia por que se matava. "Tal rei ofendeu o nosso – degolemos, portanto, seus súditos!" "Tal imperador quer retirar, do nosso, algumas províncias – morramos, então, para conservá-las à Sua Mui Cristã Majestade!" Lutava-se por rivalidades de reis. Também, porém, os reis não podiam recrutar para semelhante causa mais do que alguns milhares de homens. Contudo, por que diabos povos inteiros vão, hoje, precipitar-se uns sobre os outros?

Os reis não contam mais nas questões de guerra. A rainha Vitória não se ofende com os insultos que lhe prodigalizam na França: para vingá-la, os ingleses não farão um movimento e, contudo, podeis afirmar que daqui a dois anos, franceses e ingleses não se trucidarão entre si pela supremacia no Egito? O mesmo ocorre no Oriente. Por mais autocrata e perverso déspota que seja, por mais importante personagem que se imagine, o Alexandre de todas as Rússias engolirá todas as insolências de Andrassy e Salisbury sem fazer um movimento de seu covil de Gatchina, enquanto os financistas de São Petersburgo e os fabricantes de Moscou – são eles que, hoje, denominam-se "patriotas" – não lhe tiverem dado a ordem de colocar em movimento seus exércitos.

É que, na Rússia assim como na Inglaterra, na Alemanha como na França, não se luta mais pelo bel-prazer dos reis; luta-se pela integridade dos rendimentos e pelo crescimento das riquezas dos Mui Poderosos Senhores Rothschild, Schneider, Companhia d'Anzin, pela engorda dos barões da alta finança e da indústria.

As rivalidades dos reis foram substituídas pelas rivalidades entre sociedades burguesas.

Com efeito, ainda se fala de "preponderância política". Traduzis, porém, esta entidade metafísica em fatos materiais, examinai como a preponderância política da Alemanha, por exemplo, manifesta-se neste momento, e vereis que se trata simplesmente de *preponderância econômica* nos mercados internacionais. O que a Alemanha, a França, a Rússia, a Inglaterra, a Áustria, procuram conquistar neste momento, não é o domínio militar; é o domínio econômico. É o direito de impor seus produtos, suas tarifas alfandegárias, a seus vizinhos; o direito de explorar povos atrasados na indústria; o privilégio de construir ferrovias para aqueles que não as possuem e de se tornarem, sob este pretexto, os senhores dos mercados: o direito, enfim, de tomar, de vez em quando, de um vizinho, seja um porto para ativar seu comércio, seja uma província para escoar, por ela, o excedente de sua produção.

Quando lutamos, hoje, é para assegurar, aos nossos grandes industriais, um lucro de trinta por cento; aos barões da finança, o domínio da Bolsa; aos acionistas das minas e das ferrovias, rendimentos de cem mil francos. Se bem que, se fôssemos, ainda que um pouco, conseqüentes, substituiríamos as aves de rapina de nossas bandeiras por um veado de ouro, seus velhos emblemas por um saco de moedas, e os nomes de nossos regimentos, tomados emprestados, outrora, aos príncipes de sangue, pelos dos príncipes da indústria, da finança: "Terceiro Schneider, décimo d'Anzin, vigésimo Rothschild". Pelo menos, saber-se-ia por quem se mata.

* * *

Abrir novos mercados, impor seus produtos, bons ou maus – eis o fundamento de toda política atual, européia e continental –, a verdadeira causa das guerras do século XIX.

No século passado, a Inglaterra foi a primeira a inaugurar o sistema da grande indústria para a exportação. Amontoou seus proletários nas cidades, atrelou-os às profissões aperfeiçoadas, centuplicando a produção, e começou a acumular, em suas lojas, montanhas de produtos. Estas mercadorias, porém, não foram destinadas aos "pobretões" que as fabricavam. Pagos só com o necessário para vegetar e multiplicar-se, o que podiam comprar aqueles que teciam os panos de algodão e as lãs? E os navios ingleses partiam para singrar o oceano, procurando compradores no continente

europeu, na Ásia, na Oceania, na América, certos de não encontrar concorrentes. A miséria, uma miséria pavorosa, reinava nas cidades, mas o fabricante, o negociante, enriqueciam a olhos vistos; as riquezas arrancadas no estrangeiro se acumulavam em mãos da minoria, e os economistas do continente aplaudiam e convidavam seus compatriotas a seguirem o mesmo exemplo.

Todavia, já no fim do século passado, a França começava a realizar a mesma evolução. Ela, também, organizava-se para produzir em larga escala com vistas à exploração. A revolução, ao transferir o poder, ao rechaçar para as cidades os camponeses miseráveis, ao enriquecer a burguesia, veio dar um novo ímpeto à evolução econômica. Então, a burguesia inglesa se perturbou com isso, bem mais do que com as declarações republicanas e com o sangue derramado em Paris; secundada pela aristocracia, declarou uma guerra mortal aos burgueses franceses, que ameaçavam fechar os mercados europeus aos produtos ingleses.

Conhece-se o resultado desta guerra. A França foi derrotada, mas tinha conquistado seu lugar nos mercados. As duas burguesias (inglesa e francesa), chegaram até mesmo a fazer, por um momento, uma tocante aliança: reconheciam-se irmãs.

De um lado, porém, a França logo ultrapassa o objetivo. De tanto produzir para a exportação, quer açambarcar os mercados, sem levar em conta o progresso industrial, que se propaga lentamente do Ocidente ao Oriente e ganha novos países. A burguesia francesa procura ampliar o círculo de seus lucros. Suportou, durante dezoito anos, a bota do terceiro Napoleão, sempre esperando que o usurpador pudesse impor a toda a Europa sua lei econômica, e ela só o abandonou no dia em que percebeu que ele era incapaz disto.

Uma nova nação, com efeito, a Alemanha, introduz o mesmo regime econômico. Também despovoa seus campos e amontoa seus miseráveis nas cidades, que, em alguns anos, dobram sua população. Também começa a produzir em larga escala. Uma indústria formidável, armada de um equipamento aperfeiçoado, secundado por uma instrução técnica e científica semeada a mancheias, acumula, por sua vez, produtos destinados, não àqueles que os produzem, mas à exportação, ao enriquecimento dos senhores. Os capitais acumulam-se e procuram lugares mais vantajosos na Ásia, na África, na Turquia, na Rússia: a Bolsa de Berlim rivaliza com a de Paris, e deseja dominar esta última.

Um grito então ressoa no seio da burguesia alemã: unificar-se, não importa qual bandeira, ainda que fosse com a da Prússia, e aproveitar-se deste poderio para impor seus produtos e suas tarifas a seus vizinhos, para se apoderar de um bom porto no Báltico, no Adriático, se possível! Quebrara a força militar da França, que ameaçava, há vinte anos, estabelecer a lei econômica na Europa, ditar-lhe seus tratados comerciais.

A guerra de 1870 foi a conseqüência disso. A França não mais domina os mercados: é a Alemanha que procura dominá-los, e, pela sede de lucro, procura sempre estender sua exploração, sem levar em conta crises, craques financeiros, insegurança e miséria, que corroem seu edifício econômico. As costas da África, as colheitas da Coréia, as planícies da Polônia, as estepes da Rússia, as *pusztas*[9] da Hungria, os vales cobertos de rosas da Bulgária — tudo excita a cobiça dos alemães. E cada vez que o negociante alemão percorre estas planícies mal cultivadas, essas cidades que possuem apenas uma pequena indústria, esses rios silenciosos, seu coração sangra à vista deste espetáculo. Sua imaginação mostra-lhe como saberia retirar sacos de ouro destas riquezas incultas, como curvaria esses seres sob o jugo de seu capital. Ele jura levar, um dia, "a civilização", isto é, a exploração ao Oriente. Enquanto espera, tentará impor suas mercadorias, suas ferrovias, à Itália, à Áustria e à Rússia.

Estes, por sua vez, emancipam-se da tutela econômica de seus vizinhos. Também entram, pouco a pouco, na órbita dos países "industriais"; e estas jovens burguesias não pedem nada mais do que enriquecer, por sua vez, pela exportação. Em poucos anos, a Rússia e a Itália deram um salto prodigioso na ampliação de suas indústrias e, como o camponês, reduzido à mais negra das misérias, nada pode comprar, também é para a exportação que os fabricantes russos, italianos e austríacos tentam produzir. É-lhes preciso, portanto, mercados, e, os da Europa já tendo sido ocupados, é para a Ásia, para a África, que eles são forçados a se dirigirem condenados necessariamente, um dia, a chegar às vias de fato, na falta de poderem se entender quanto à partilha dos grandes lotes.

* * *

Que alianças poderiam manter-se nesta situação, criada pelo próprio caráter dado à indústria por aqueles que a dirigem? A aliança da Alemanha e da Rússia é de pura conveniência; Alexandre e Guilherme podem se abraçar tanto quanto quiserem, mas a burguesia emergente na Rússia detesta cordialmente a burguesia alemã, e esta paga na mesma moeda. Ainda nos lembramos da *indignação geral provocada* na imprensa alemã quando o governo russo aumentou em um terço suas taxas de importação – "A guerra contra a Rússia – dizem os burgueses alemães e os operários, que os seguem – seria aqui bem mais popular do que a guerra de 1870!"

Imaginem! Esta famosa aliança entre a Alemanha e a Áustria, também não estará escrita na areia? E as duas potências – as duas burguesias – estarão tão afastadas de uma séria desavença em relação às tarifas? E as duas irmãs gêmeas, a Áustria e a Hungria, também não estarão a ponto de se declararem uma guerra de tarifas – seus interesses sendo diametralmente opostos quanto à exploração dos eslavos meridionais? E a própria França não estará dividida sobre questões de tarifas?

* * *

Sim, com certeza, não quisestes o socialismo, e tereis a guerra. Teríeis trinta anos de guerra se a revolução não viesse pôr fim a esta situação tão absurda quanto ignóbil. Contudo, saibamo-lo bem, também. Arbitramento, equilíbrio, supressão dos exércitos permanentes, desarmamento – tudo isto são belos sonhos, mas sem nenhum alcance prático. Só a revolução, após ter reposto o instrumento, a máquina, a matéria-prima e toda a riqueza social nas mãos do produtor e reorganizado toda a produção, de maneira a satisfazer as necessidades daqueles que tudo produzem, poderá pôr fim às guerras pelos mercados.

Cada um trabalhando por todos, e todos por cada um – eis a única condição para levar a paz ao seio das nações, que a pedem a grandes brados, mas que são impedidas de consegui-la pelos açambarcadores atuais da riqueza social.

AS MINORIAS REVOLUCIONÁRIAS

"Tudo o que afirmais está correto" – dizem-nos, com freqüência, nossos contraditores. "Vosso ideal de comunismo anarquista é excelente, e sua realização traria, com efeito, o bem-estar e a paz à Terra; mas quão poucos o desejam, quão poucos os compreendem, e quão poucos possuem a dedicação necessária para trabalhar por sua realização! Sois apenas uma pequena minoria, fracos grupos disseminados aqui e ali, perdidos em meio a uma massa indiferente, e tendes diante de vós um terrível inimigo, bem organizado, possuindo exércitos, capitais, instrução. A luta que empreendestes está cima de vossas forças."

Eis a objeção que ouvimos, sem cessar, por parte de alguns de nossos contraditores e, até mesmo, com freqüência, por parte de nossos amigos. Vejamos, pois, o que há de verdadeiro nesta objeção.

Que nossos grupos anarquistas sejam apenas uma pequena minoria em comparação a dezenas de milhões de pessoas que povoam a França, a Espanha, a Itália e a Alemanha – nada de mais verdadeiro. Todos os grupos que representam uma nova idéia sempre começaram como minoria. E é muito provável que, como *organização*, permaneceremos minoria até o dia da revolução. Porém, será este um argumento contra nós? Neste momento, são os oportunistas que são a maioria: deveríamos, por acaso, nos tornar também oportunistas? Até 1790 eram os monarquistas, os constitucionalistas que eram maioria: os republicanos daquela época deveriam, por esta razão, renunciar às suas idéias republicanas, e tornarem-se também monarquistas, quando a França marchava a passos largos para a abolição da realeza?

Pouco importa que, como número, sejamos minoria, a questão não é esta! O que importa é saber se as idéias do comunismo anarquista estão conformes com a revolução que, neste momento, produz-se no espírito humano, e, sobretudo, nos povos de raça latina. Porém, em relação a este assunto, não pode haver dúvida. A evolução não se produz no sentido do autoritarismo; ela se dá no sentido da liberdade mais completa do indi-

víduo, do grupo produtor e consumidor, da comuna, do agrupamento, da federação livre. A evolução se produz, não no sentido do individualismo proprietário, mas no sentido da produção e do consumo em comum. Nas grandes cidades, o comunismo não assusta a mais ninguém, desde que se trate, é evidente, do comunismo anarquista. Nos vilarejos, a evolução se produz no mesmo sentido, e, excetuando algumas partes da França, situadas em condições especiais, o camponês já caminha, sob muitos aspectos, para o uso em comum dos instrumentos de trabalho. É por isso que, a cada vez que expomos, às grandes massas, nossas idéias, a cada vez que lhe falamos uma linguagem simples, compreensível, apoiada em exemplos práticos da revolução, tal como a entendemos, somos sempre acolhidos por seus aplausos nos grandes centros industriais, assim como nos vilarejos.

E poderia ser de outro modo? Se a anarquia e o comunismo tivessem sido o produto de especulações filosóficas, elaboradas na penumbra dos gabinetes, por homens eruditos, com certeza estes dois princípios não encontrariam nenhum eco. Porém, estas duas idéias nasceram das próprias entranhas do povo. São o enunciado do que pensam e dizem o operário e o camponês, quando, saídos um dia ou outro da rotina cotidiana, põem-se a sonhar com um futuro melhor. São o enunciado da lenta evolução que se produziu nos espíritos durante este século. São a concepção popular da transformação que deve, em breve, operar-se para trazer a justiça, a solidariedade, a fraternidade, em nossas cidades e em nossos campos. Nascidas do povo, são aclamadas pelo povo cada vez que lhe são expostas de maneira compreensível.

Aí se encontra, com efeito, sua verdadeira força, não no número dos adeptos ativos, agrupados e organizados, que são bastante corajosos para correrem os perigos da luta, para desafiarem as conseqüências às quais se expõem quando trabalham pela revolução popular. Este número cresce a cada dia, e irá crescer sempre; mas será apenas às vésperas da insurreição que ele se tornará maioria, de minoria que é, hoje.

* * *

A História está aí para nos dizer que, aqueles que foram minoria às vésperas da revolução, tornam-se força predominante no dia da revolução,

caso representem a verdadeira expressão das aspirações populares e — outra condição essencial — caso a revolução dure um certo tempo, para permitir à idéia revolucionária disseminar-se, germinar e dar seus frutos. Não esqueçamos que não é com uma revolução de um ou dois dias que conseguiremos transformar a sociedade no sentido do comunismo anarquista: uma insurreição de curta duração pode derrubar um governo para colocar outro em seu lugar. Pode substituir um Napoleão por um Jules Favre; mas nada muda nas instituições fundamentais da sociedade. É todo um período insurrecional de três, quatro, cinco anos, talvez, que deveremos atravessar para realizar nossa revolução no regime da propriedade e no modo de agrupamento da sociedade. Foram necessários cinco anos de insurreição permanente, desde 1788 até 1793, para derrubar na França o regime feudal fundiário e a onipotência da realeza: serão necessários três ou quatro anos para abater o feudalismo burguês e a onipotência da plutocracia.

Pois bem, é sobretudo durante este período de excitação, quando o espírito trabalha com uma velocidade acelerada, quando todo mundo, na cidade suntuosa assim como na escura cabana, interessa-se pela coisa comum, discute, fala e procura converter os outros, que a idéia anarquista, hoje semeada pelos grupos existentes, poderá germinar, dar seus frutos e fixar-se na grande massa dos espíritos. É aí, então, que os indiferentes de hoje tornar-se-ão partidários convictos da nova idéia.

Tal foi, sempre, a marcha das idéias, e a grande Revolução Francesa pode servir de exemplo.

* * *

É certo, esta revolução não foi tão profunda quanto a que sonhamos. Ela nada mais fez senão derrubar a aristocracia, para colocar em seu lugar a burguesia. Não tocou no regime da propriedade individual: ao contrário, reforçou-o; foi ela que inaugurou a exploração burguesa. Alcançou, porém, um imenso resultado pela abolição definitiva da servidão, e aboliu esta servidão pela força, o que é uma forma bem mais eficaz do que a abolição de qualquer coisa pelas leis. Ela abriu a era das revoluções que se seguem, após isso, a curtos intervalos, aproximando-se cada vez mais da revolução

social. Deu ao povo francês este impulso revolucionário, sem o qual os povos podem estagnar por séculos sob a opressão mais abjeta. Legou ao mundo toda uma corrente de idéias fecundas para o futuro; despertou o espírito de revolta, deu a educação revolucionária ao povo francês. Se, em 1871, a França fez a Comuna, se aceita, hoje, de bom grado, a idéia do comunismo anarquista, enquanto as outras nações ainda estão no período autoritário ou constitucionalista (atravessado pela França antes de 1848, ou até bem antes de 1789), é porque, no fim do século passado, ela passou pelos quatro anos da grande revolução.

Pois bem, lembremo-nos do triste quadro oferecido pela França alguns anos antes desta revolução, e que fraca minoria eram aqueles que sonhavam com a abolição da realeza e do feudalismo.

O camponês estava mergulhado em uma miséria da qual nos seria difícil, mesmo hoje, fazer uma idéia. Perdidos nos vilarejos, sem comunicações regulares, sem saber o que acontecia a vinte léguas de distância, estes seres, curvados sob o arado e encerrados em casebres empesteados, pareciam consagrados à eterna servidão. O entendimento comum era impossível e, à mínima insurreição, a tropa lá estava para dar golpes de sabre nos insurretos, para enforcar os líderes junto à fonte, em uma forca de dezoito pés de altura. Quando muito, obscuros propagandistas percorriam os vilarejos, pregavam o ódio contra os opressores e despertavam a esperança entre os raros indivíduos que ousavam escutá-los. O máximo a que o camponês se arriscava era pedir pão e alguma diminuição nos impostos. Basta que percorrais os registros dos vilarejos para vos convencerdes disto!

Quanto à burguesia, o que a caracterizava era sobretudo a covardia. Indivíduos isolados, muito raros, arriscavam-se, às vezes, a atacar o governo, e despertavam o espírito de revolta com este ato audacioso. A grande massa da burguesia, porém, curvava vergonhosamente o dorso diante do rei e de sua corte, diante do nobre, diante do criado do nobre. É só ler os registros municipais daquela época para se ver de que vil baixeza estão impregnadas as palavras da burguesia antes de 1789. É a covardia mais ignóbil que decorre de suas palavras – isto não desagrada ao Sr. Louis Blanc e outros aduladores desta burguesia. Foi em um profundo desespero que se inspiraram os raros revolucionários daquela época, quando lançaram um

olhar em torno deles, e Camille Desmoulins, com razão, dizia esta célebre frase: "Éramos apenas uma dúzia de republicanos em Paris, antes de 1789".

* * *

E, entretanto, que transformação, três ou quatro anos mais tarde! Tão logo a força da realeza enfraquece-se, por pouco que seja, pela marcha dos acontecimentos, o povo começa a insurgir-se. Durante todo o ano de 1788 ocorreram apenas pequenos motins parciais dos camponeses; assim como eclodem as pequenas greves parciais de hoje, aqui e acolá na superfície da França, mas, pouco a pouco, estendem-se, generalizam-se, tornam-se mais duras, mais difíceis de serem vencidas.

Dois anos antes, mal se ousava pedir uma diminuição de impostos (como, hoje, se pede um aumento do salário). Dois anos mais tarde, em 1789, o camponês já vai mais longe. Surge uma idéia geral: destruir por completo o jugo do nobre, do burguês proprietário. Tão logo o camponês percebe que o governo não tem mais força para resistir à revolta, insurge-se contra seus inimigos. Alguns homens resolutos vão pôr fogo nos primeiros castelos, enquanto a grande massa, ainda submissa e temerosa, espera que as chamas dos castelos queimando sobre as colinas subam até as nuvens, para pendurar os coletores de impostos nas forcas, que viram o suplício dos precursores da *jacquerie*.[10] Desta vez, porém, a tropa não vem para reprimir a insurreição, ela está ocupada em outro lugar, e a revolta se propaga de lugarejo em lugarejo e, em pouco tempo, a metade da França está em chamas.

Enquanto os futuros revolucionários da burguesia ainda se prosternam diante do rei, enquanto os grandes personagens da futura revolução procuram controlar a insurreição com migalhas de concessões, os vilarejos e as cidades insurgem-se, bem antes da reunião dos Estados Gerais e dos discursos de Mirabeau. Centenas de revoltas (Taine reconheceu trezentas) eclodem nos vilarejos, antes que os parisienses, armados de lanças e de medíocres canhões, tomem a Bastilha.

Daí em diante, torna-se impossível controlar a revolução. Se ela tivesse eclodido só em Paris, se tivesse sido apenas uma revolução parlamentar,

teria sido afogada em sangue, e as hordas da contra-revolução teriam desfilado a bandeira branca de vilarejo em vilarejo, de cidade em cidade, massacrando os camponeses e os *sans-culottes*. Felizmente, porém, desde o início, a revolução tinha tomado um outro caráter. Ela havia eclodido quase ao mesmo tempo em mil lugares; em cada vilarejo, em cada vila, em cada grande cidade das províncias insurretas, as minorias revolucionárias, fortalecidas por sua audácia e pelo apoio tácito que encontravam nas aspirações do povo, marchavam para a conquista do castelo, da Prefeitura, da Bastilha, aterrorizavam a aristocracia e a alta burguesia, aboliam os privilégios. A minoria começava a revolução e arrastava a massa com ela.

O mesmo acontecerá com a revolução da qual previmos a chegada. A idéia do comunismo anarquista, representada, hoje, por fracas minorias, mas se firmando cada vez mais no espírito popular, fará seu caminho na grande massa. Os grupos disseminados em todos os lugares, por poucos que possam ser, mas fortalecidos pelo apoio que encontrarão no povo, erguerão a bandeira vermelha da insurreição. Esta, eclodindo ao mesmo tempo em mil pontos do território, impedirá o estabelecimento de um governo qualquer, que possa entravar os acontecimentos, e a revolução será rigorosa até que tenha cumprido a missão: a abolição da propriedade individual e do Estado.

Neste dia, o que hoje é minoria será o Povo, a grande massa, e esta massa, insurgida contra a propriedade e contra o Estado, caminhará para o comunismo anarquista.

A ORDEM

Censuram-nos, com freqüência, por ter aceito como divisa esta palavra: *anarquia*, que faz tanto medo a muitos espíritos. "Vossas idéias são excelentes — dizem-nos — mas confessai que o nome de vosso partido é de uma escolha infeliz. Anarquia, na linguagem corrente, é sinônimo de desordem, caos; esta palavra desperta no espírito a idéia de interesses que se entrechocam, de indivíduos que fazem guerra entre si, que não podem conseguir estabelecer a harmonia."

* * *

Comecemos primeiro por observar que um partido de ação, um partido que representa uma nova tendência, raramente tem a possibilidade de escolher seu nome. Não foram os *gueux*[11] do Brabante que inventaram este nome, mais tarde tornado tão popular. Apelido de início — e apelido bem escolhido —, ele foi reabilitado pelo partido, teve aceitação geral e, em pouco tempo, tornou-se sua gloriosa denominação. Convir-se-á que esta palavra encerrava toda uma idéia.

E os *sans-culottes* de 1793? — Foram os inimigos da revolução popular que lançaram este nome; mas ele não encerrava toda uma idéia, a da revolta do povo, esfarrapado, cansado de miséria, contra todos estes monarquistas, pretensos patriotas e jacobinos, vestidos de modo impecável, que, apesar de seu discurso pomposo e do incenso queimado diante de suas estátuas pelos historiadores burgueses, eram os verdadeiros inimigos do povo, visto que eles o desprezavam profundamente por sua miséria, por seu espírito libertário e igualitário, por seu arrebatamento revolucionário.

O mesmo ocorreu com o nome de *niilistas*, que tanto intrigou os jornalistas, e deu origem a tantos jogos de palavras, bons e maus, até que tivesse compreendido que não se tratava de uma seita barroca, quase religiosa, mas de uma verdadeira força revolucionária. Lançado por Turgueniev

em seu romance, *Os pais e os filhos*, ele foi adotado pelos "pais", que assim se vingavam, por este apelido, da desobediência dos "filhos". Os filhos o aceitaram e, quando mais tarde perceberam que este nome prestava-se a equívocos e procuraram se livrar dele, foi impossível. A imprensa e o público só designavam os revolucionários russos por este nome. Aliás, o nome não foi mal escolhido, visto que encerra uma idéia: exprime a negação de todo o conjunto dos fatos da civilização atual, com base na opressão de uma classe por outra; a negação do regime econômico atual, a negação do governamentalismo e do poder, da política burguesa, da ciência rotineira, do moralismo burguês, da arte posta a serviço dos exploradores, dos costumes e dos usos grotescos ou detestavelmente hipócritas de que os séculos passados dotaram a sociedade atual – resumindo, a negação de tudo o que a civilização burguesa cerca hoje de veneração.

O mesmo em relação aos anarquistas. Quando, no seio da Internacional, surgiu um partido que negava a autoridade na Associação e que se revoltava contra a autoridade sob todas suas formas, este partido se deu, de início, o nome de *federalista*, em seguida o de *antiestatista* ou *antiautoritário*. Naquela época, evitava denominar-se anarquista. A palavra *an-arquia* (era assim que se escrevia) parecia ligar muito os partidários aos proudhonianos, dos quais a Internacional combatia, naquele momento, as idéias de reforma econômica. Porém, foi justo por isso, para causar confusão, que os adversários divertiram-se em fazer uso deste nome; além do mais, ele permitia dizer que o próprio nome dos anarquistas provava que sua única ambição era criar a desordem e o caos, sem pensar no resultado.

Os partidários anarquistas apressaram-se em aceitar o nome que lhes davam. De início, insistiram no hífen entre *an* e *arquia*, explicando que, sob esta forma, a palavra *an-arquia*, de origem grega, significava *ausência de poder*, e não "desordem"; mas, logo depois, aceitaram-no tal qual, sem dar trabalho inútil aos revisores gráficos nem lição de grego a seus leitores.

A palavra, portanto, voltou ao seu significado primitivo, ordinário, comum, expressado em 1816, por um filósofo inglês, Bentham, nos seguintes termos: "O filósofo que deseja reformar uma lei ruim – dizia – não prega a insurreição contra ela... O caráter do anarquista é bem diferente. Ele nega a existência da lei, rejeita sua validade, excita os homens a ignorá-la como lei e a posicionarem-se contra sua execução". O sentido da palavra tornou-se, hoje, mais amplo: o anarquista nega não apenas as leis existentes, mas também todo o poder estabelecido, toda a autoridade; entretanto, sua essência permaneceu a mesma: ele se revolta – e é por isto que ele começa – contra o poder, a autoridade, qualquer que seja a forma.

* * *

Contudo, esta palavra, dizem-nos, desperta no espírito a negação da ordem, portanto, a idéia de desordem, caos.

Tratemos, todavia, de nos entender. De que *ordem* se trata? Trata-se da harmonia com que nós anarquistas sonhamos? Da harmonia que se estabelecerá livremente nas relações humanas quando a humanidade deixar de estar dividida em duas classes, uma das quais sacrificada em proveito da outra? Da harmonia que surgirá de modo espontâneo da solidariedade dos interesses quando todos os homens forem uma única e mesma família, quando cada um trabalhará pelo bem-estar de todos, e pelo bem-estar de cada um? É evidente que não! Aqueles que censuram a anarquia, dizendo ser ela a negação da *ordem*, não desta harmonia do futuro; falam da ordem tal como é concebida pela sociedade atual. Vejamos o que é esta ordem que a anarquia quer destruir.

A ordem, hoje, – o que eles entendem por ordem –, são os nove décimos da humanidade, que trabalham para proporcionar luxo, gozos, satisfação das paixões mais execráveis, a um punhado de ociosos.

A ordem é a privação destes nove décimos de tudo o que é a condição necessária a uma vida higiênica, a um desenvolvimento racional das qualidades intelectuais. Reduzir nove décimos da humanidade ao estado de besta de carga, vivendo o dia-a-dia, sem nunca ousar pensar nos prazeres proporcionados ao homem pelo estudo das ciências, pela criação artística – eis a ordem!

A ordem é a miséria, a fome, tornadas estado normal da sociedade. É o campônio irlandês morrendo de fome; é o camponês de um terço da Rússia morrendo de difteria, tifo, fome, em conseqüência da escassez de alimentos, no meio das montanhas de trigo, que partem para o estrangeiro. É o

povo da Itália, levado a abandonar seu campo luxuriante para vagar pela Europa, procurando um túnel qualquer a ser perfurado, onde correrá o risco de ser esmagado depois de ter subsistido alguns meses mais. É a terra retirada do camponês pela criação de gado, que servirá para alimentar os ricos; é a terra deixada inculta, ao invés de ser restituída àquele que não pede outra coisa senão cultivá-la.

A ordem é a mulher que se vende para alimentar seus filhos; é a criança reduzida a estar fechada em uma fábrica ou a morrer de inanição; é o operário reduzido ao estado de máquina. É o fantasma do operário insurreto às portas do rico, o fantasma do povo insurreto às portas dos governantes.

A ordem é uma minoria ínfima, educada nas cátedras governamentais, que se impõe por esta razão à maioria, e que prepara seus filhos para ocupar mais tarde as mesmas funções, a fim de manter os mesmos privilégios, pela astúcia, pela corrupção, pela força, pelo massacre.

A ordem é a guerra contínua de homem a homem, de profissão a profissão, de classe a classe, de nação a nação. É o canhão que não cessa de ribombar na Europa, é a devastação dos campos, o sacrifício de gerações inteiras nos campos de batalhas, a destruição, em um ano, das riquezas acumuladas por séculos de árduo trabalho.

A ordem é a servidão, o acorrentamento do pensamento, o aviltamento da raça humana, mantida pelo ferro e pelo chicote. É a morte repentina pelo grisu, a morte lenta pelo soterramento de centenas de mineiros esmigalhados ou enterrados todos os anos pela cupidez dos patrões, e metralhados, perseguidos à baioneta, assim que ousem reclamar.

A ordem, enfim, é o banho de sangue da Comuna de Paris. É a morte de trinta mil homens, mulheres e crianças, despedaçados pelos obuses, metralhados, enterrados na cal viva sob as ruas de Paris. É o destino da juventude russa, emparedada nas prisões, enterrada na neve da Sibéria, da qual, os melhores, os mais puros, os mais devotados representantes, morrem pela corda do carrasco.

Eis a ordem!

* * *

E a desordem — o que eles chamam de desordem?

É a insurreição do povo contra esta ordem ignóbil, quebrando seus grilhões, destruindo os obstáculos e caminhando para um futuro melhor. É o que a humanidade tem de mais glorioso em sua história.

É a revolta do pensamento às vésperas das revoluções; é a derrubada das hipóteses sancionadas pela imobilidade dos séculos precedentes; é a eclosão de todo um fluxo de novas idéias, de invenções audaciosas, é a solução dos problemas da ciência.

A desordem é a abolição da escravidão antiga, é a insurreição das comunas, a abolição da servidão feudal, as tentativas de abolição da servidão econômica.

A desordem é a insurreição dos camponeses insurgidos contra os sacerdotes e os senhores, incendiando os castelos para dar lugar às choupanas, saindo de seus esconderijos para ocupar seu lugar ao sol. É a França abolindo a realeza e dando um golpe mortal na servidão em toda a Europa Ocidental.

A desordem é 1848 fazendo tremer os reis e proclamando o direito ao trabalho. É o povo de Paris, que combate por uma nova idéia e que, ainda que sucumbindo sob os massacres, lega à humanidade a idéia da comuna livre, abre-lhe o caminho rumo a esta revolução da qual sentimos a aproximação, e cujo nome será revolução social.

A desordem — o que eles denominam desordem — são as épocas durante as quais gerações inteiras mantêm uma luta incessante e se sacrificam para preparar uma existência melhor para a humanidade, livrando-a das servidões do passado. São as épocas durante as quais o gênio popular toma seu livre impulso e dá, em alguns anos, passos gigantescos, sem os quais o homem teria permanecido no estado de escravidão antiga, de ser rastejante, aviltado na miséria.

A desordem é a eclosão das mais belas paixões e das maiores dedicações, é a epopéia do supremo amor pela humanidade!

A palavra *anarquia*, implicando a negação desta ordem e invocando a lembrança dos mais belos momentos da vida dos povos, não foi bem escolhida para um partido que caminha para a conquista de um futuro melhor?

A COMUNA

I

Quando dizemos que a revolução social deve ser feita pela libertação das comunas, e que são apenas as comunas, absolutamente independentes, libertas da tutela do Estado, que poderão nos dar o meio necessário à revolução e o meio de realizá-la, acusam-nos de querer fazer voltar à vida uma forma de sociedade que já sobreviveu, que já teve seu tempo. "Mas, a comuna — dizem-nos — é um fato do passado! Procurando destruir o Estado e colocar em seu lugar as comunas livres, voltais vossos olhares para o passado: quereis fazer-nos voltar à plena Idade Média, reacender as guerras antigas entre elas, e destruir as unidades nacionais, tão custosamente conquistadas no curso da história!"

Pois bem, examinemos esta crítica.

Constatemos, de início, que toda comparação com o passado só tem um valor relativo. Se, com efeito, a comuna, por nós desejada, fosse de fato, apenas um retorno à comuna da Idade Média, não seria preciso reconhecer que a comuna, hoje, não pode revestir as formas que ela tomava há sete séculos? Ora, não é evidente que, estabelecendo-se nos dias de hoje, em nosso século, ferrovias e telégrafos, ciência cosmopolita e busca da verdade pura, a comuna teria uma organização bem diferente daquela que teve no século XII, que estaríamos diante de um fato absolutamente novo, situado em novas condições e que, sem dúvida, traria conseqüências totalmente diferentes?

Além disso, nossos adversários, os defensores do Estado sob suas diversas formas, deveriam lembrar-se bem de que poderíamos fazer-lhes uma objeção absolutamente semelhante à sua.

Nós também podemos lhes dizer, e com maior razão, que são eles que têm seu olhar voltado para o passado, visto que o Estado é uma forma tão antiga quanto a comuna. Há, todavia, uma diferença: enquanto o Estado

representa na história a negação de toda liberdade, o absolutismo e o arbítrio, a ruína de seus governados, o cadafalso e a tortura, é justo na libertação das comunas e na insurreição dos povos e das comunas contra os Estados que encontramos as mais belas páginas da história. Com certeza, ao nos transportarmos ao passado, não será para um Luís XI, um Luís XV, ou para uma Catarina II, que dirigiremos nossos olhares: será, ao contrário, para as comunas ou repúblicas de Amalfi e de Florença, para as de Toulouse e de Laon, para Liège e Courtray, Augsburgo e Nuremberg, para Pskov e Novgorod.

Não se trata de contentar-se com vãs palavras e sofismas: importa estudar, analisar de perto, não imitar o Sr. De Laveleye e seus alunos zelosos, que se limitam a nos dizer: "Mas a comuna é a Idade Média! Em conseqüência ela está condenada". "O Estado é todo um passado de crimes, responderíamos; portanto, ele está condenado ainda com mais razão!"

Entre a comuna da Idade Média e a que se pode estabelecer hoje, e provavelmente se estabelecerá em pouco tempo, haverá diferenças essenciais: todo um abismo escavado por seis ou sete séculos de desenvolvimento da humanidade e de duras experiências. Examinemos as principais.

Qual é o objetivo capital desta "conjuração" ou "comunhão" que fazem, no século XII, os burgueses de tal cidade? Ele é bem restrito, com certeza. O objetivo é libertar-se do senhor. Os habitantes, negociantes e artesãos, reúnem-se e juram não permitir a "quem quer que seja fazer mal a um deles e tratá-lo, doravante, como servo"; é contra seus antigos senhores que a comuna levanta-se em armas. "Comuna – diz um autor do século XII, citado por Aug. Thierry – é uma palavra nova e detestável, e eis o que se entende por esta palavra: as pessoas tributáveis só pagam agora uma vez por ano, a seu senhor, os tributos que elas lhe devem. Se cometem algum delito, são libertadas por meio do pagamento de uma multa legalmente fixada; e, quanto aos saques de dinheiro, que se tem o costume de infligir aos servos, estas pessoas estão inteiramente isentas."

É, na realidade, contra o senhor que a comuna da Idade Média subleva-se. É do Estado que a comuna de hoje procurará libertar-se. Diferença essencial, pois – lembremo-nos bem – foi o Estado, representado pelo rei, que, mais tarde, percebendo que as comunas queriam tornar-se independentes em relação ao senhor, enviou seus exércitos "para castigar", como diz a crônica, "a loucura destes desocupados que, por cauda da comuna, pareciam dispostos a rebelar-se e levantar-se contra a coroa".

A comuna de amanhã saberá que não pode mais admitir superiores; que acima dela só podem existir os interesses da federação, livremente consentidos, por ela mesma, com outras comunas. Ela sabe que não pode haver meio-termo; ou a comuna será absolutamente livre para se outorgar todas as instituições que desejar e para fazer todas as reformas e revoluções que achar necessárias, ou, então, permanecerá o que foi até agora, uma simples sucursal do Estado, acorrentada em todos os seus movimentos, sempre a ponto de entrar em conflito com o Estado, e certa de sucumbir na luta, que se seguiria. Sabe que deve destruir o Estado e substituí-lo pela federação, e agirá de acordo. Mais do que isso – possuirá os meios para fazê-lo. Hoje, não são só as pequenas cidades que erguem a bandeira da insurreição comunal. É Paris, é Lyon, é Marselha, é Cartagena e, em breve, serão todas as grandes cidades que hastearão a mesma bandeira. Diferença essencial, perfeita.

* * *

Libertando-se do senhor, a comuna da Idade Média libertava-se também desses ricos burgueses que, pelas vendas das mercadorias e pelos capitais, tinham conquistado riquezas privadas no seio da cidade? Absolutamente, não! Depois de ter demolido as torres de seu senhor, o habitante da cidade viu erguer-se em pouco tempo, na própria comuna, cidadelas de ricos negociantes procurando subjugá-lo, e a história interna das comunas da Idade Média é a de uma luta encarniçada entre ricos e pobres, luta que, necessariamente, acaba pela intervenção do rei. Desenvolvendo-se a aristocracia, cada vez mais, no próprio seio da comuna, o povo, tendo recaído em relação ao rico senhor da cidade alta, na servidão que outrora sofria por parte do senhor exterior, compreendeu que nada mais tinha a defender na comuna; desertou as muralhas, que havia construído para conquistar sua liberdade e que, pelo efeito do regime individualista, tornaram-se os bulevares de uma nova servidão. Nada tendo a perder, deixou os ricos negociantes

defenderem-se por si mesmos, e estes foram vencidos: efeminados pelo luxo e pelos vícios, sem apoio do povo, tiveram de ceder, em pouco tempo, às intimações dos arautos do rei e entregaram-lhes as chaves de suas cidades. Em outras comunas, foram os próprios ricos que abriram as portas de suas cidades aos exércitos imperiais, reais ou ducais, para escapar à vingança popular, pronta a cair sobre eles.

A primeira preocupação da comuna do século XIX, porém, não será a de pôr fim a estas desigualdades sociais? Apoderar-se de todo o capital social acumulado em seu seio e colocá-lo à disposição daqueles que dele querem se servir para produzir e para aumentar o bem-estar geral? Seu primeiro cuidado não será o de quebrar a força do capital e tornar para sempre impossível a criação da aristocracia, que causou a queda das comunas na Idade Média? Ela irá tomar como aliados o bispo e o monge? Enfim, imitará ancestrais que só procuravam na comuna a criação de um Estado no Estado, e que, abolindo o poder do senhor ou do rei, não sabiam fazer melhor do que reconstituir, em seus mínimos detalhes, sempre o mesmo poder, esquecendo que este poder, por ser limitado pelos muros da cidade, não deixaria de conservar, também, todos os vícios de seu modelo? Os proletários de nosso século imitarão estes florentinos que, ainda que abolindo os títulos de nobreza ou fazendo-os manter como desonra, deixavam nascer, ao mesmo tempo, uma nova aristocracia, a da fortuna? Eles farão, enfim, como estes artesãos que, chegados ao prédio da prefeitura, imitavam com devoção seus antecessores, e reconstituíam toda esta escala de poderes, que tinham acabado de derrubar? Mudarão apenas os homens, sem tocar nas instituições?

Com certeza, não. A Comuna do século XIX, fortalecida por sua experiência, fará melhor. Ela será *comuna* não somente no nome. Não será apenas *comunalista*, será *comunista*; revolucionária na política, também o será nas questões de produção e de troca. Não suprimirá o Estado para reconstituí-lo, e muitas comunas saberão dar o exemplo, abolindo o governo de procuração, evitando confiar sua soberania aos acasos do escrutínio.

II

A comuna da Idade Média, após ter destruído o jugo de seu senhor, procurou abalá-lo no que representava sua força? Procurou prestar ajuda à população rural que a cercava e, provida de armas que o servo dos campos não possuía, colocou estas armas a serviço dos infelizes que observava orgulhosa do alto de seus muros? Longe disso! Guiada por um sentimento puramente egoísta, a comuna da Idade Média fechara-se em suas muralhas. Quantas vezes não cerrou, com ciúme, suas portas e suspendeu suas pontes diante dos escravos que vinham pedir-lhe refúgio, e deixou-os serem massacrados pelo senhor, sob seus olhos, ao alcance de seus arcabuzes? Orgulhosa de suas liberdades, ela não procurava ampliá-las para aqueles que gemiam do lado de fora. Foi a este mesmo preço, ao preço da conservação da servidão de seus vizinhos que muitas comunas receberam sua independência. E, depois, também, não era do interesse dos grandes burgueses da comuna ver os servos da planície permanecerem sempre ligados à gleba, sem conhecer indústria nem comércio, sempre forçados a recorrer à cidade para se aprovisionarem de ferro, metais e produtos industriais? E quando o artesão queria estender a mão por cima da muralha que o separava do servo, o que podia fazer contra a vontade do burguês, que pairava sobre todos, que, somente ele, conhecia a arte da guerra e pagava os mercenários aguerridos?

Agora, que diferença! A Comuna de Paris, vitoriosa, ter-se-ia limitado a outorgar-se instituições municipais mais ou menos livres? Quebrando suas correntes, o proletariado parisiense teria sido, de início, a revolução social em Paris, em seguida, nas comunas rurais. A Comuna de Paris, mesmo quando sustentava a luta contra a sua vontade, disse, contudo, ao camponês: *Toma a terra, toda a terra!* Ela não se teria limitado à simples palavra e, se tivesse sido possível, seus valentes filhos teriam ido em armas aos vilarejos longínquos ajudar o camponês a fazer sua revolução: expulsar os açambarcadores do solo e apoderar-se dele para devolvê-lo a todos aqueles que querem e sabem tirar dele suas colheitas.

A comuna da Idade Média procurava circunscrever-se a seus muros; a do século XIX procura ampliar-se, universalizar-se. Em lugar dos privilégios comunais, colocou a solidariedade humana.

* * *

A comuna da Idade Média podia encerrar-se em seus muros, e, até certo ponto, isolar-se de suas vizinhas. Quando entrava em relação com outras comunas, esta relação limitava-se, na maioria das vezes, a um tratado para a defesa dos direitos urbanos contra os senhores, ou, então, a um pacto de solidariedade para a proteção mútua dos membros das comunas em suas viagens distantes. E, quando verdadeiras ligas formavam-se entre as cidades, como na Lombardia, na Espanha, na Bélgica, estas ligas, muito pouco homogêneas, muito frágeis por causa da diversidade dos privilégios, cindiam-se rapidamente em grupos isolados ou sucumbiam sob os ataques dos Estados vizinhos.

Que diferença com os grupos que se formariam hoje! Uma pequena comuna não poderia viver oito dias sem ser obrigada, pela força das coisas, a pôr-se em relação constante com os centros industriais, comerciais, artísticos, e estes centros, por sua vez, sentiriam a necessidade de abrir suas portas aos habitantes dos vilarejos vizinhos, das comunas circunvizinhas e das cidades longínquas.

Que uma grande cidade proclame amanhã "a comuna", que suprima em seu seio a propriedade individual, que introduza o completo comunismo, isto é, o gozo coletivo do capital social, dos instrumentos de trabalho e dos produtos do trabalho realizado, e, desde que a cidade não esteja sitiada por exércitos inimigos, já ao fim de alguns dias, os comboios de carroças chegarão aos mercados, os fornecedores despacharão, para portos distantes, seus carregamentos de matérias-primas; os produtos da indústria da cidade, após terem satisfeito as necessidades da população, irão procurar compradores nos quatro cantos do mundo; os estrangeiros virão em multidão, e todos, camponeses, cidadãos das cidades vizinhas, estrangeiros, irão contar em seus lares a vida maravilhosa da cidade livre, onde todos trabalham, onde não há mais pobres nem oprimidos, onde todos gozam dos frutos de seu trabalho, sem que ninguém meta a mão sobre a melhor parte. O isolamento não deve ser temido: se os comunistas dos Estados Unidos queixam-se, em suas comunidades, não é do isolamento, é, ao contrário, da intrusão do mundo burguês dos arredores em seus assuntos comunais.

É que, hoje, o comércio e a troca, derrubando os limites das fronteiras, também destruíram as muralhas das antigas cidades. Eles já estabeleceram a coesão que faltava na Idade Média. Todos os pontos habitados da Europa Ocidental estão tão intimamente ligados entre si, que o isolamento tornou-se impossível para cada um deles; não há vilarejo cravado na montanha, por mais alta que seja, que não tenha seu centro industrial e comercial, em torno do qual gravita, com o qual não pode mais romper.

* * *

O desenvolvimento de grandes centros industriais fez mais do que isso.

Ainda em nossos dias, o chauvinismo poderia excitar muita inveja entre duas comunas vizinhas, impedir sua aliança direta, e até mesmo provocar lutas fratricidas. Porém, se a inveja pode impedir, de fato, a federação direta destas duas comunas, é por intermédio dos grandes centros que esta federação estabelecer-se-á. Hoje, dois pequenos municípios vizinhos, com freqüência, nada têm que os una diretamente: o pouco de relação que mantêm serviria, ao contrário, para gerar conflitos, ao invés de estabelecer laços de solidariedade. Ambos, porém, já têm um centro comum com o qual estão em freqüente relação, sem o qual não podem subsistir; e qualquer que sejam as invejas chauvinistas, ver-se-ão obrigados a se unirem por intermédio da grande cidade onde se abastecem, para onde levam seus produtos; cada um deles deverá fazer parte da mesma federação para manter relação com este centro de recursos e agrupar-se em torno dele.

E, no entanto, este centro não poderia assumir uma preponderância incômoda sobre as comunas que o cercam. Graças à infinita variedade das necessidades da indústria e do comércio, todos os lugares habitados já possuem vários centros aos quais se ligam, e, à medida que suas necessidades desenvolverem-se, ligar-se-ão a novos centros, que poderão prover às novas necessidades. Nossas necessidades são tão variáveis, nascem com tal rapidez, que, em pouco tempo, uma única federação já não bastará para satisfazer a todos nós. A comuna sentirá, portanto, necessidade de estabelecer outros contratos de aliança, entrar para outra federação. Membro de um grupo para aquisição de gêneros alimentícios, a comuna deverá tornar-se

membro de um segundo grupo para obter outros objetos que lhe serão necessários, os metais, por exemplo, e ainda de um terceiro e de um quarto grupo para os tecidos e as obras de arte. Tomai um atlas econômico de qualquer país e vereis que não existem fronteiras econômicas: as zonas de produção e de troca de diversos produtos penetram-se mutuamente, confundem-se, superpõem-se. Do mesmo modo, as federações de comunas, se seguissem seu livre desenvolvimento, viriam rápido confundir-se, cruzar-se, superpor-se e formar, assim, uma rede de maneira diversamente compacta, "una e indivisível", daqueles agrupamentos estatistas, que são apenas justapostos como as varas em feixe em torno da machadinha do lictor.

Assim, repitamo-lo, aqueles que nos vêm dizer que as comunas, tendo se livrado da tutela do Estado, vão-se chocar e entredestruir-se em guerras intestinas se esquecerem de uma coisa: a íntima ligação já existe entre as diversas localidades, graças aos centros de gravitação industrial e comercial, graças a um grande número destes centros, graças às incessantes relações. Eles não se dão conta do que era a Idade Média, com suas cidades fechadas e suas caravanas movendo-se devagar por estradas difíceis, vigiadas pelos senhores-bandoleiros; esquecem-se destes fluxos de homens, mercadorias, cartas, telegramas, idéias e afeições, que circulavam entre nossas cidades, como as águas de rios, que nunca secam: não têm a idéia clara da diferença das duas épocas, que procuram comparar.

Aliás, a História não está aí para nos provar que o instinto de federação já se tornou uma das necessidades mais urgentes da humanidade? Basta que, um dia, o Estado encontre-se desorganizado por uma razão ou outra; que a máquina opressiva se enfraqueça em suas funções, para que as livres alianças nasçam por si mesmas. Lembremo-nos das federações espontâneas da burguesia armada durante a grande revolução. Lembremo-nos dessas federações, que surgiram de forma espontânea na Espanha e salvaram a independência do país, quando o Estado estava abalado até nos seus alicerces pelos exércitos conquistadores de Napoleão. Tão logo o Estado deixe de estar na condição de impor a união forçada, a união surge por si mesma, segundo as necessidades naturais. Derrubai o Estado e a sociedade federada surgirá de suas ruínas, realmente *una*, realmente indivisível, mas livre, e crescendo em solidariedade por sua própria liberdade.

* * *

Todavia, ainda há outra coisa. Para o burguês da Idade Média, a comuna era um Estado isolado, separado com nitidez dos outros por suas fronteiras. Para nós, "comuna" não é mais uma aglomeração territorial; é, antes, um nome genérico, um sinônimo de agrupamento de iguais, não conhecendo fronteiras nem muralhas. A comuna social cessará bem rápido de ser um todo claramente definido. Cada grupo da comuna será necessariamente atraído para outros grupos similares das outras comunas; agrupar-se-á, federar-se-á com eles por laços pelo menos tão sólidos quanto aqueles que o ligam a seus concidadãos, e constituirá uma comuna de interesses cujos membros estão disseminados em mil cidades e vilarejos. Um indivíduo só encontrará a satisfação de suas necessidades agrupando-se com outros indivíduos possuidores dos mesmos gostos e habitando cem outras comunas.

Hoje, as sociedades livres começam a cobrir todo o imenso campo da atividade humana. Já não é apenas para satisfazer seus gostos científicos, literários ou artísticos que o homem, tendo lazeres, constitui sociedades. Já não é apenas por uma luta de classes que as pessoas se ligam.

Dificilmente encontrar-se-ia uma única das manifestações múltiplas e variadas da atividade humana, que já não estivesse representada por sociedades livremente constituídas, e seu número aumenta sem cessar, invadindo a cada dia novos campos de ação, até aqueles que, outrora, eram considerados como uma atribuição especial do Estado. Literatura, artes, ciências, ensino, comércio, indústria, tráfico, diversões, higiene, museus, empreendimentos longínquos, expedições polares, até mesmo defesa do território, socorro aos feridos, defesa contra os agressores e os próprios tribunais..., por toda parte, vemos a iniciativa privada abrir caminho e assumir a forma de sociedades livres. É a *tendência*, o traço distintivo da segunda metade do século XIX.

Esta tendência, tomando seu livre impulso e encontrando um novo e imenso campo de aplicação, servirá de base para a sociedade futura. É por livres agrupamentos que a comuna social organizar-se-á, e estes mesmos agrupamentos subverterão as muralhas, as fronteiras. Serão milhões de

comunas, não mais territoriais, mas se estendendo a mão através dos rios, das cadeias de montanhas, dos oceanos, unindo os indivíduos espalhados pelos quatro cantos do globo, e os povos numa única e mesma família de iguais.

A COMUNA DE PARIS

I

Em 18 de março de 1871, o povo de Paris sublevava-se contra um poder em geral detestado, e proclamava a cidade de Paris independente, livre, pertencendo a si mesma.

Esta derrubada do poder central ocorreu, mesmo sem a encenação comum de uma revolução: naquele dia, não houve tiros de fuzil nem rios de sangue derramado atrás das barricadas. Os governantes eclipsaram-se diante do povo armado que descera à rua: a tropa evacuou a cidade, os funcionários apressaram-se em fugir para Versalhes, levando com eles tudo o que podiam carregar. O governo evaporou-se, como um charco de água pútrida, ao sopro de um vento de primavera, e, em 19 de março, Paris, mal tendo derramado uma gota do sangue dos seus filhos, encontrou-se livre da imundície que empesteava a grande cidade.

E, no entanto, a revolução que acabava de realizar-se, abria uma nova era na série das revoluções, pelas quais os povos caminham da escravidão à liberdade. Sob o nome de *Comuna de Paris*, nasceu uma nova *idéia*, destinada a tornar-se o ponto de partida para as futuras revoluções.

Como sempre ocorre com as grandes idéias, ela não foi o produto das concepções de um filósofo, de um indivíduo: nasceu no espírito coletivo, saiu do coração de todo um povo; mas, de início, foi vaga, e, inclusive, muitos daqueles que participaram de sua realização e que deram sua vida por ela, não a imaginaram, no começo, tal como a concebemos hoje; não se deram conta da revolução, que inauguravam, da fecundidade do novo princípio, que procuravam pôr em execução. Foi só no momento da aplicação prática que se começou a entrever seu alcance futuro; foi só no trabalho do pensamento, que se operou desde então, que este novo princípio tornou-se cada vez mais preciso, determinou-se e apareceu em toda sua lucidez, toda sua beleza, sua justiça e a importância de seus resultados.

* * *

Assim que o socialismo tomou um novo impulso, no decorrer dos cinco ou seis anos que precederam a Comuna, uma questão, sobretudo, preocupou os elaboradores da revolução social próxima. Tratava-se de saber qual seria o modo de agrupamento político das sociedades, o mais propício a esta grande revolução econômica que o desenvolvimento atual da indústria impõe à nossa geração, e que deve ser a abolição da propriedade individual e a aplicação, em comum, de todo o capital acumulado pelas gerações precedentes.

A Associação Internacional dos Trabalhadores deu esta resposta. O agrupamento, dizia ela, não deve limitar-se a uma única nação: deve estender-se além das fronteiras artificiais. Em pouco tempo, esta grande idéia penetrou nos corações dos povos, apoderou-se dos espíritos. Perseguida desde então pela aliança de todas as reações, ela, contudo, sobreviveu e, logo que os obstáculos colocados em seu desenvolvimento forem destruídos pela voz dos povos insurgidos, renascerá mais forte do que nunca.

Faltava saber quais seriam as partes integrantes desta vasta Associação.

Assim, duas grandes correntes de idéias encontraram-se frente a frente para responder a esta questão: de um lado, o *Estado popular*, de outro, a *Anarquia*.

De acordo com os socialistas alemães, o Estado devia tomar posse de todas as riquezas acumuladas e dá-las às associações operárias, organizar a produção e a troca, zelar pela vida, pelo funcionamento da sociedade. A isto, a maioria dos socialistas de raça latina, fortalecida por sua experiência, respondia que semelhante Estado — admitindo mesmo a impossibilidade de sua existência — teria sido a pior das tiranias, e opunham a este ideal, copiado do passado, um novo ideal, a *an-arquia*, isto é, a abolição completa dos Estados e a organização do simples ao composto pela federação livre das forças populares, dos produtores e dos consumidores.

Logo foi admitido, até por alguns "estatistas", os menos imbuídos de preconceitos governamentais, que, com certeza, a Anarquia representa uma organização muito superior àquela que é visada pelo Estado popular; mas, dizia-se, o ideal anarquista está de tal forma afastado de nós, que não devemos nos preocupar com ele no momento. Por outro lado, faltava à teoria anarquista uma fórmula concreta e simples, ao mesmo tempo, para precisar seu ponto de partida, dar corpo às suas concepções, demonstrar que se apóiam sobre uma tendência que possui existência real no povo. A federação das corporações de profissão e de grupos de consumidores, além das fronteiras e fora dos Estados atuais, parecia ainda muito vaga; e era fácil entrever, ao mesmo tempo, que não podia compreender toda a diversidade das manifestações humanas. Era preciso encontrar uma fórmula mais clara, mais compreensível, tendo seus elementos básicos na realidade das coisas.

Se se tivesse tratado apenas de elaborar uma teoria, teríamos dito que pouco importam as teorias. Porém, enquanto uma nova idéia não encontrou seu enunciado claro, preciso e decorrente das coisas existentes, ela não se apodera dos espíritos, não os inspira a ponto de lançá-los em uma luta decisiva. O povo não se lança no desconhecido sem se apoiar em idéia certa e nitidamente formulada, que lhe sirva de trampolim, por assim dizer, para seu ponto de partida.

Este ponto de partida é a própria vida, que se encarregou de indicá-lo.

* * *

Durante cinco meses, Paris, isolada pela neve, tinha vivido por seus próprios meios e havia aprendido a conhecer os imensos recursos econômicos, intelectuais e morais dos quais dispõe: havia entrevisto e compreendido sua força de iniciativa. Ao mesmo tempo, tinha visto que o bando de tagarelas, que se havia apoderado do poder, nada sabia organizar, nem a defesa da França, nem o desenvolvimento interno. Vira este governo central opor-se a tudo o que a inteligência de uma grande cidade podia fazer eclodir. Compreendera mais do que isto: a importância de um governo, qualquer que ele seja, em precaver-se contra os grandes desastres, em facilitar a evolução prestes a se realizar. Sofrera, durante o sítio, uma miséria atroz, a miséria dos trabalhadores e dos defensores da cidade, ao lado do luxo insolente dos ociosos, e vira fracassar, graças ao poder central, todas as suas tentativas para pôr fim a este regime escandaloso. Cada vez que o

povo queria tomar livre impulso, o governo vinha tornar ainda mais pesadas as correntes, colocava empecilhos, e a idéia de Paris de constituir-se em comuna independente, podendo realizar dentro de seus muros o que lhe ditaria o pensamento do povo, nasceu naturalmente!

Esta palavra: COMUNA, escapou, então, de todas as bocas.

* * *

A Comuna de 1871 só podia ser um primeiro esboço. Nascida no fim de uma guerra, cercada por dois exércitos prontos a se darem as mãos para esmagar o povo, não ousou lançar-se por inteiro na vida da revolução econômica; não se declarou francamente socialista, não procedeu nem à expropriação dos capitais, nem à organização do trabalho; nem mesmo ao recenseamento geral de todas as fontes de recursos da cidade. Também não rompeu com a tradição do Estado, do governo representativo e não procurou efetuar na comuna esta organização, do simples ao complexo, que ela inaugurava, ao proclamar a independência e a livre federação das comunas. Porém, é certo que, se a Comuna de Paris tivesse vivido mais alguns meses, ela teria sido levada, inevitavelmente, pela força das coisas, para estas duas revoluções. Não esqueçamos que a burguesia levou quatro anos do período revolucionário para ir da monarquia moderada à república burguesa, e não ficaremos surpresos ao ver que o povo de Paris não ultrapassou, em um único salto, o espaço que separa a Comuna anarquista do governo dos saqueadores. Contudo, saibamos também que a próxima revolução, na França, e com certeza também na Espanha, será comunalista, retomará a obra da Comuna de Paris, lá onde a detiveram os assassinatos dos versalheses.

* * *

A Comuna sucumbiu e a burguesia vingou-se, e sabemos como, do medo que o povo lhe havia provocado, ao aniquilar o jugo de seus governantes. Provou que, na realidade, há duas classes na sociedade moderna: de um lado, o homem que trabalha, que dá ao burguês mais da metade do que produz e, todavia, omite muito facilmente os crimes de seus senhores; por outro lado, o ocioso, o saciado, animado pelos instintos da besta-fera, odiando seu escravo, pronto a massacrá-lo como a uma caça.

Após ter cercado o povo de Paris e fechado todas as saídas, lançaram os soldados, embrutecidos pela caserna e pelo vinho, e disseram-lhes em plena Assembléia: "*Matem estes lobos, estas lobas e estes lobinhos!*" E, ao povo, disseram:[12]

"*Faças o que fizeres, vais perecer! Se te apanharem de armas na mão – morte! Se depões as armas – morte! Se golpeias – morte! Se imploras – morte! Para qualquer lado que olhares: para a direita, para a esquerda, para a frente, para trás, para cima, para baixo – morte! Estás, não só fora da lei, mas fora da humanidade. Nem a idade, nem o sexo poderiam te salvar, nem a ti, nem aos teus. Vais morrer, mas antes saborearás a agonia de tua mulher, de tua irmã, de tua mãe, de tuas filhas, de teus filhos, mesmo recém-nascidos! Iremos, sob teus olhares, pegar o ferido na ambulância para despedaçá-lo a golpes de baioneta, para abatê-lo a golpes de coronha de fuzil. Nós o pegaremos, vivo, por sua perna quebrada ou por seu braço sangrando e o atiraremos no córrego, como um saco de lixo, que grita e que sofre.*

Morte! Morte! Morte!"

* * *

E, depois, após a orgia desenfreada sobre os montes de cadáveres, após o extermínio em massa, a vingança mesquinha e, no entanto, atroz, que ainda dura, o chicote, as algemas, o cacetete dos policiais, os insultos, a fome, todos os refinamentos da crueldade.

O povo esquecerá estas grandes obras?

"Derrubada, mas não vencida", a comuna renasce, hoje. Já não é apenas um sonho de vencidos, afagando em sua imaginação uma bela miragem de esperança; não! "A comuna" torna-se, hoje, o objetivo preciso e visível da revolução, que já ressoa perto de nós. A idéia penetra nas massas, dá-lhes uma bandeira, e contamos firmemente com a geração atual para realizar a *revolução social na comuna*, para vir pôr fim à ignóbil exploração burguesa, livrar os povos da tutela do Estado, inaugurar na evolução da espécie humana uma nova era de liberdade, igualdade, solidariedade.

II

Dez anos já nos separam do dia em que o povo de Paris, derrubando o governo dos traidores, que se lhe haviam apoderado do poder quando da queda do Império, se constituía em comuna e proclamava sua independência absoluta.[13] E, todavia, é ainda para esta data de 18 de março que se voltam nossos olhares, é para ela que se dirigem nossas melhores lembranças; é o aniversário deste dia memorável que o proletariado dos dois mundos propõe-se a festejar solenemente e, amanhã à noite, centenas de milhares de corações operários vão bater em uníssono, fraternizando através das fronteiras e dos oceanos, na Europa, nos Estados Unidos, na América do Sul, à lembrança da revolta do proletariado parisiense.

É que a idéia pela qual o proletariado francês derramou seu sangue, em Paris, e pela qual sofreu nas praias de Nova Caledônia, é uma destas idéias que, por si mesmas, encerram toda uma revolução, uma ampla idéia, que pode receber, sob sua bandeira, todas as tendências revolucionárias dos povos que caminham para sua libertação.

Com certeza, se nos limitássemos a observar apenas os fatos reais e palpáveis realizados pela Comuna de Paris, deveríamos dizer que esta idéia não foi bastante vasta, que só abraçava uma mínima parte do programa revolucionário. Porém, se observarmos, ao contrário, o espírito que inspirava as massas do povo quando do movimento de 18 de março, as tendências que buscavam vir à luz e não tiveram tempo de passar ao domínio da realidade, porque, antes de eclodir, já foram sufocadas sob montes de cadáveres, compreenderemos todo o alcance do movimento e as simpatias que ele inspira no seio das massas operárias nos dois mundos. A comuna entusiasma os corações, não pelo que fez, mas pelo que promete fazer um dia.

* * *

De onde vem esta força irresistível que atrai para o movimento de 1871 as simpatias de todas as massas oprimidas? Que idéia representa a Comuna de Paris? E por que esta idéia é tão atraente para os proletários de todos os países, de todas as nacionalidades?

A resposta é fácil. A revolução de 1871 foi um movimento eminentemente popular. Feita pelo próprio povo, nascida, de forma espontânea, no seio das massas, é na grande massa popular que encontrou seus defensores, seus heróis, seus mártires — e é sobretudo este caráter "canalha" que a burguesia não lhe perdoará nunca. E, ao mesmo tempo, a idéia-mãe desta revolução — vaga, é verdade, inconsciente talvez, mas bem pronunciada, manifestando-se em todos os seus atos — é a idéia de revolução social, procurando estabelecer, enfim, após tantos séculos de lutas, a verdadeira liberdade e a verdadeira igualdade para todos.

Era a revolução da "canalha" marchando para a conquista de seus direitos.

Procurou-se, é verdade, e ainda se procura, desnaturar o verdadeiro sentido desta revolução e representá-la como uma simples tentativa de reconquistar a independência para Paris e constituir, assim, um pequeno Estado na França. Nada é menos verdadeiro. Paris não procurava se isolar da França, assim como não procurava conquistá-la pelas armas; não tentava se fechar em seus muros, como um beneditino num claustro; não se inspirava em espírito chauvinista. Se reclamava sua independência, se queria impedir a intrusão em seus negócios de todo o poder central, é porque via nesta independência um meio de elaborar, com tranqüilidade, as bases da organização futura e realizar em seu seio a revolução social — uma revolução que teria transformado por completo o regime da produção e da troca, embasando-as sobre a justiça, que teria modificado no todo as relações humanas, colocando-as sob pé de igualdade, e refeito a moral de nossa sociedade, dando-lhe por base os princípios da eqüidade e da solidariedade.

A independência comunal era, portanto, para o povo de Paris, apenas um meio, e a revolução social, seu objetivo.

* * *

Este objetivo teria sido alcançado, sem dúvida, se a revolução de 18 de março tivesse podido seguir seu livre curso, se o povo de Paris não tivesse sido dilacerado, sabreado, metralhado, desventrado pelos assassinos de Versalhes. Encontrar uma idéia clara, compreensível para todo mundo,

resumindo em algumas palavras o que devia ser feito par realizar a revolução, tal foi, com efeito, a preocupação do povo de Paris desde os primeiros dias de sua independência. Contudo, uma grande idéia não germina num dia, por mais rápida que seja a elaboração e a propagação das idéias durante os períodos revolucionários. É-lhe preciso sempre um certo tempo para desenvolver-se, para penetrar nas massas e traduzir-se por atos; e este tempo faltou à Comuna de Paris.

Faltou-lhe ainda mais porque, há dez anos, as idéias do socialismo moderno atravessavam um período transitório. A Comuna nasceu, por assim dizer, entre duas épocas de desenvolvimento do socialismo moderno. Em 1871, o comunismo autoritário, governamental e mais ou menos religioso de 1848 não tinha mais influência sobre os espíritos práticos e libertários de nossa época. Onde encontrar, hoje, um parisiense, que consinta em fechar-se numa caserna falansteriana? Por outro lado, o coletivismo, que quer atrelar num mesmo carro o salariado e a propriedade coletiva, permanecia incompreensível, pouco atraente, eriçado de dificuldades em sua aplicação prática. E o comunismo livre, o comunismo anarquista, mal vinha à luz; apenas ousava afrontar os ataques dos adoradores do governamentalismo.

A indecisão reinava nos espíritos e os próprios socialistas não se sentiam com audácia para se lançarem à demolição da propriedade, não tendo diante deles objetivo bem determinado. Assim, deixaram-se ludibriar por este raciocínio que os embromadores repetem há séculos. "Asseguremos primeiro a vitória; veremos depois o que podemos fazer."

* * *

Assegurar primeiro a vitória! Como se houvesse meio de se constituir em comuna livre enquanto não se toca na propriedade! Como se houvesse meio de vencer os inimigos enquanto a grande massa do povo não está diretamente interessada no triunfo da revolução, vendo chegar o bem-estar material, intelectual e moral para todos! Procurava-se, de início, consolidar a Comuna, adiando para mais tarde a revolução social, enquanto o único meio de proceder era *consolidar a Comuna pela revolução social*!

O mesmo aconteceu com o princípio governamental. Proclamando a comuna livre, o povo de Paris anunciava um princípio na essência anarquista; mas, como naquela época a idéia anarquista tinha penetrado fracamente nos espíritos, ele parou no meio do caminho e, no seio da Comuna, ainda se pronunciou pelo velho princípio autoritário, criando um Conselho da Comuna, copiado dos Conselhos Municipais.

Se admitimos, com efeito, que um governo central é absolutamente inútil para regular as relações das comunas entre si, por que admitiríamos a sua necessidade para regular as relações mútuas dos grupos que constituem a comuna? E se abandonamos à livre iniciativa das comunas o cuidado de se entenderem entre si para os empreendimentos que concernem a várias cidades ao mesmo tempo, por que recusar esta mesma iniciativa aos grupos de que uma comuna se constitui? Um governo na comuna não tem mais razão de ser do que um governo acima dela.

Contudo, em 1871, o povo de Paris, que derrubou tantos governos, encontrava-se em sua primeira tentativa de revolta contra o próprio sistema: deixou-se, portanto, embalar pelo fetichismo governamental e outorgou-se um governo. Conhecemos a conseqüência disto. Enviou seus filhos dedicados à Prefeitura. Lá, imobilizados no meio de papeladas, forçados a governar quando seus instintos ordenavam-lhes estar e marchar com o povo; forçados a discutir, quando era preciso agir, e perdendo a inspiração, que vem do contato contínuo com as massas, viram-se reduzidos à impotência. Paralisados por seu afastamento do foco das revoluções, o povo, eles próprios paralisavam a iniciativa popular.

* * *

Gerada durante um período transitório, enquanto as idéias de socialismo e de autoridade sofriam uma profunda modificação; nascida ao fim de uma guerra, em um centro isolado, sob os canhões dos prussianos, a Comuna de Paris teve de sucumbir.

Por seu caráter, por excelência, popular, todavia, ela começou uma nova era na série das revoluções e, por suas idéias, foi a precursora da grande revolução social. Os massacres espantosos, covardes e ferozes, pelos quais a bur-

guesia celebrou sua queda, a vingança ignóbil que os carrascos exerceram durante nove anos sobre seus prisioneiros, estas orgias de canibais cavaram entre a burguesia e o proletariado um abismo que nunca será preenchido. Na próxima revolução, o povo saberá a quem deverá enfrentar; saberá o que o espera, se não obtiver uma vitória decisiva, e agirá de acordo.

Com efeito, sabemos agora que o dia em que a França erguer-se em comunas insurgidas, o povo não mais deverá outorgar-se um governo e esperar deste a iniciativa das medidas revolucionárias. Após ter feito uma boa limpeza nos parasitas que a corroem, ele próprio se apoderará de toda a riqueza para torná-la comum, segundo os princípios do comunismo anarquista. E, quando tiver abolido por completo a propriedade, o governo e o Estado, constituir-se-á livremente segundo as necessidades, que lhe serão ditadas pela própria vida. Quebrando suas correntes e derrubando seus ídolos, a humanidade caminhará, então, para um futuro melhor, não conhecendo mais nem senhores nem escravos, conservando a veneração apenas pelos nobres mártires, que pagaram com seu sangue e com seus sofrimentos estas primeiras tentativas de emancipação, que nos iluminaram em nossa caminhada para a conquista da liberdade.

III

As festas e as reuniões públicas, organizadas em 18 de março, em todas as cidades onde existem grupos socialistas constituídos, merecem toda nossa atenção, não só como uma manifestação do exército dos proletários, mas ainda como uma expressão dos sentimentos que animam os socialistas dos dois mundos. "Calculam-se", assim, melhor do que por todos os boletins imagináveis e formulam-se suas aspirações em plena liberdade, sem se deixar influenciar por considerações de tática eleitoral.

Com efeito, os proletários, reunidos nesse dia em manifestações, não se limitam mais a fazer elogio do heroísmo do proletariado parisiense, nem a gritar vingança contra os massacres de maio. Ao se revigorarem com a lembrança da luta heróica de Paris, eles foram mais longe. Discutem o ensinamento, que é preciso extrair da Comuna de 1871 para a próxima revolução; perguntam-se quais foram os erros da Comuna, e, isto, não para criticar os homens, mas para fazer sobressair de que forma os preconceitos sobre a propriedade e a autoridade, que reinavam naquele momento no seio das organizações proletárias, impediram a idéia revolucionária de eclodir, desenvolver-se e iluminar o mundo inteiro com seus clarões vivificantes.

O ensinamento de 1871 favoreceu o proletariado do mundo inteiro e, rompendo com os antigos preconceitos, os proletários disseram clara e simplesmente como entendem *sua* revolução.

* * *

É certo, doravante, que a próxima insurreição das comunas não será mais apenas um movimento *comunalista*. Aqueles que ainda pensam que se deve estabelecer a comuna independente e, depois, nesta comuna, fazer tentativas de reformas econômicas, estão ultrapassados pelo desenvolvimento do espírito popular. É por atos revolucionários socialistas, abolindo a propriedade individual, que as comunas da próxima revolução afirmarão e constituirão sua independência.

No dia em que, em conseqüência do desenvolvimento da situação revolucionária, os governos forem varridos pelo povo e a desorganização lançada no campo da burguesia, que só se mantém pela proteção do Estado, neste dia, então — e não está longe —, o povo insurgido não esperará que um governo qualquer decrete, em sua sabedoria inaudita, reformas econômicas. Ele próprio abolirá a propriedade individual pela expropriação violenta, tomando posse, em nome de todo o povo, de toda a riqueza social, acumulada pelo trabalho das gerações precedentes. Não se limitará a expropriar os detentores do capital social por um decreto, que permaneceria inaplicável: tomará posse imediata e estabelecerá seus direitos, utilizando-os sem demora. Ele próprio se organizará, na oficina, para fazê-la funcionar; trocará seu pardieiro por um alojamento salubre em casa do burguês; organizar-se-á para utilizar de imediato toda a riqueza acumulada nas cidades; dela tomará posse, como se esta riqueza jamais lhe tivesse sido roubada pela burguesia. Uma vez eliminado o barão industrial que saqueia o operário, a produção continuará, livrando-se dos entraves que a incomodam, abolindo as espe-

culações que a matam e o desperdício que a desorganiza, e, ao se transformar, de acordo com as necessidades do momento, sob o impulso que lhe será dado pelo trabalho livre. "Nunca se elaborou na França como em 1793, depois que a terra foi arrancada das mãos dos senhores" – diz Michelet. Nunca se trabalhou como se trabalhará no dia em que o trabalho se tornar livre, em que cada progresso do trabalhador for uma fonte de bem-estar para toda a comuna.

* * *

Em relação à riqueza social, procurou-se estabelecer uma distinção e chegou-se até mesmo a dividir o Partido Socialista a propósito desta distinção. A escola, que se chama hoje *coletivista*, substituindo o coletivismo da antiga Internacional (que não era outra coisa senão o comunismo antiautoritário), uma espécie de coletivismo doutrinário, procurou estabelecer uma distinção entre o capital, que serve à produção, e a riqueza, que serve para prover as necessidades da vida. De um lado, a máquina, a fábrica, a matéria-prima, os meios de comunicação e o solo; do outro, as habitações, os produtos manufaturados, as vestimentas, os gêneros alimentícios. Uns se tornando propriedade coletiva, os outros, destinados, segundo os doutos representantes desta escola, a permanecer propriedade individual.

Procurou-se estabelecer esta distinção. Todavia, o bom senso popular teve, rapidamente, bom senso. Compreendeu que esta distinção é ilusória e impossível de estabelecer. Viciosa, em teoria, cai diante da prática da vida. Os trabalhadores compreenderam que a casa, que nos abriga, o carvão e o gás que queimamos, o alimento que a máquina humana queima para manter a vida, a veste com a qual o homem se cobre para preservar a sua existência, o livro, que lê para se instruir, até mesmo a diversão que consegue, são tão partes integrantes de sua existência, tão necessárias para o sucesso da produção e para o desenvolvimento progressivo da humanidade quanto as máquinas, as manufaturas, as matérias-primas e os outros agentes da produção. Eles compreenderam que manter a propriedade individual destas riquezas seria manter a desigualdade, a opressão, a exploração, paralisar de antemão os resultados da expropriação parcial. Passando por cima dos obstáculos postos em seu caminho pelo coletivismo dos teóricos, caminham direto para a forma mais simples e mais prática do comunismo antiautoritário.

Com efeito, em suas reuniões, os proletários revolucionários afirmam com clareza seu direito a toda a riqueza social e à necessidade de abolir a propriedade individual, tanto para os valores de consumo quanto para os de reprodução. "No dia da revolução, apoderar-nos-emos de *toda* a riqueza, de *todos* os valores acumulados nas cidades, e os aplicaremos juntos – dizem os porta-vozes da massa operária, e os ouvintes o confirmam por seu unânime consentimento.

"Que cada um se sirva daquilo de que necessita, e estejamos certos de que nos celeiros de nossas cidades haverá bastante alimento para alimentar todo mundo até o dia em que a livre produção retomar sua caminhada. Nas lojas de nossas cidades há bastantes roupas para vestir todo mundo, acumuladas sem venda, ao lado da miséria geral. Há até mesmo bastantes objetos de luxo para que todo mundo escolha a seu gosto."

Eis de que maneira – a julgar pelo que se diz nas reuniões – a massa proletária encara a revolução: introdução imediata do comunismo anarquista e livre organização da reprodução. São dois pontos estabelecidos e, em relação a isto, as comunas da revolução, que ressoa às nossas portas, não repetirão mais os erros de seus predecessores, que, ao derramar seu sangue generoso, desobstruíram o caminho para o futuro.

* * *

O mesmo acordo ainda não se estabeleceu – sem estar, entretanto, longe de se estabelecer – sobre um outro ponto, não menos importante, a questão do *governo*.

Sabe-se que duas escolas estão em oposição, completamente divididas sobre esta questão. "É preciso – dizem uns –, no mesmo dia da revolução, constituir um governo, que se apodere do poder. Este governo, forte, poderoso e resoluto, *fará* a revolução decretando isto e aquilo, e forçando a obedecer a seus decretos."

"Triste ilusão! – dizem os outros. – Todo governo central, ao se encarregar de governar uma nação, sendo formado, inevitavelmente, de elemen-

tos díspares, e conservador por sua própria essência governamental, seria apenas um impedimento à revolução. Nada mais faria senão entravar a revolução nas comunas prontas a avançar, sem ser capaz de inspirar, com sopro revolucionário, as comunas retardatárias. O mesmo aconteceria no seio de uma comuna insurgida. Ou o governo comunal nada mais fará senão sancionar os fatos realizados e, aí então, será uma engrenagem inútil e perigosa, ou, então, desejará agir por si só: regulamentará o que se deveria ainda elaborar livremente pelo próprio povo, para ser viável; aplicará teorias, onde é necessário que toda a sociedade elabore as novas formas da vida comum, com esta força de criação, que surge no organismo social quando ele quebra suas correntes e vê abrirem-se diante dele novos e amplos horizontes. Os homens no poder atrapalharão este ímpeto, sem nada produzir além do que eles próprios seriam capazes de realizar, se permanecessem no seio do povo para elaborar, com ele, a nova organização, ao invés de se fecharem nas chancelarias e de se esgotarem em debates inúteis. Ele será um impedimento e um perigo; impotente para o bem, formidável para o mal; portanto, não tem razão de existir."

Tão natural e tão justo quanto seja, este raciocínio, entretanto, ainda se choca com preconceitos seculares, acumulados, propagados por aqueles que tiveram interesses em manter a religião do governo ao lado da religião da propriedade e da religião divina.

Este preconceito – o último da série: Deus, Propriedade, Governo – ainda existe e é um perigo para a próxima revolução. Contudo, já se pode constatar que ele estremece. – "Nós próprios realizaremos nossos negócios, sem esperar as ordens de um governo, e passaremos por cima daqueles que vierem se impor sob forma de sacerdote, proprietário ou governante" – já dizem os proletários. É preciso, portanto, esperar que, se o Partido Anarquista continuar a combater com vigor a religião governamentalista, se ele próprio não se desviar de seu caminho, deixando-se levar pelas lutas de poder – deve-se esperar, dizemos, que nos anos que ainda nos restam até a Revolução, o preconceito governamental estará bastante abalado para não mais ser capaz de arrastar as massas proletárias para um falso caminho.

* * *

Há, entretanto, uma lacuna lamentável nas reuniões populares que fazemos questão de assinalar. É que nada, ou quase nada, foi feito pelo campo. Tudo se limitou às cidades. O campo parece não existir para os trabalhadores das cidades. Até os oradores, que falam do caráter da próxima revolução, evitam mencionar o campo e o solo. Não conhecem o camponês nem seus desejos, e não se arriscam a falar em seu nome. Será preciso insistir longamente quanto ao perigo que resulta disto? A emancipação do proletariado não será sequer possível enquanto o movimento revolucionário não abraçar os vilarejos. As comunas insurgidas não poderiam se manter sequer um ano se a insurreição não se propagasse ao mesmo tempo nos vilarejos. Quando o imposto, a hipoteca, o arrendamento, forem abolidos, quando as instituições, que efetuam os saques, forem lançadas aos quatro ventos, é certo que os vilarejos compreenderão as vantagens desta revolução. Em todo caso, porém, seria imprudente contar com a difusão da idéia revolucionária das cidades aos campos, sem preparar as idéias de antemão. É preciso saber, a partir de agora, o que quer o camponês, como se entende a revolução nos vilarejos, como se pensa resolver a questão tão difícil da propriedade fundiária. É preciso dizer antes ao camponês o que o proletário das cidades e seu aliado se propõem a fazer, e que ele não deve temer medidas nocivas por parte do proletário. De seu lado, é necessário que o operário das cidades se habitue a respeitar o camponês e a caminhar de comum acordo com ele.

Para isto, todavia, os trabalhadores devem impor-se *o dever de ajudar na propaganda nos vilarejos*. É importante que em cada cidade exista uma pequena organização especial, um ramo da Liga Agrária, para a propaganda no seio dos camponeses. É preciso que este gênero de propaganda seja considerado como um dever, da mesma forma que a propaganda nos centros industriais.

O começo será difícil; entretanto, lembremo-nos de que está em jogo o êxito da Revolução. Ela só será vitoriosa no dia em que o trabalhador das fábricas e o lavrador dos campos caminharem de mãos dadas para a conquista da Igualdade para todos, levando a felicidade para a choupana, bem como para os edifícios das grandes aglomerações industriais.

A QUESTÃO AGRÁRIA

I

Uma questão imensa ergue-se neste momento diante da Europa. É a questão agrária, a questão de saber que nova forma de posse e de cultura do solo um futuro próximo nos reserva. A quem pertencerá o solo? Quem e como o cultivará? Ninguém desconhecerá a gravidade do problema. Ninguém também desconhecerá — se acompanhou atento o que aconteceu na Irlanda, na Inglaterra, na Espanha, na Itália, em certas partes da Alemanha e na Rússia — que esta questão se ergue, de fato, e, neste exato momento, em toda a sua amplitude. Nos vilarejos miseráveis, no seio desta classe de lavradores, tão desprezados até hoje, uma imensa revolução se prepara.

A objeção mais forte, feita até o presente momento, ao socialismo, consiste em dizer que, se a questão social interessa os operários das cidades, ela não tem sua razão de ser para o campo; que, se os operários aceitam de bom grado as idéias de abolição da propriedade individual e se apaixonam pela expropriação dos fabricantes, o mesmo não acontece com os camponeses; estes, dizem-nos, desconfiam dos socialistas, e, se um dia os operários das cidades tentassem realizar seus planos, os camponeses saberiam rapidamente trazê-los à razão.

Confessamos que, há trinta ou quarenta anos, esta objeção tinha alguma aparência de verdade, pelo menos para certos países. Um tipo de bem-estar em tal região, muita resignação em tal outra, faziam com que, com efeito, os camponeses manifestassem pouco ou nenhum descontentamento. Hoje, porém, já não é o caso. A concentração dos imóveis nas mãos dos mais ricos e o desenvolvimento sempre crescente de um proletariado do campo, os pesados impostos com os quais os Estados esmagam a agricultura, a introdução na agricultura da grande produção industrial mecanizada, a concorrência norte-americana e australiana, enfim, a troca mais rápida das idéias, que hoje penetram até nos lugarejos mais isolados —

todas estas circunstâncias fizeram com que as condições da cultura mudassem a olhos vistos desde há trinta anos; neste momento, a Europa encontra-se diante de um vasto movimento agrário, que vai, em pouco tempo, incendiá-la por inteiro e dar à próxima revolução um alcance bem maior do que a que ela teria, caso tivesse se limitado apenas às grandes cidades.

Quem não lê as notícias da Irlanda, sempre as mesmas? A metade deste país está em revolta contra seus senhores. Os camponeses não pagam mais o arrendamento aos proprietários do solo; aqueles mesmos que desejariam fazê-lo, não ousam mais, com medo de ter de se explicar com a Liga Agrária – poderosa organização secreta, que estende suas ramificações aos vilarejos e pune aqueles que desobedecem sua palavra de ordem: "recusar o pagamento do arrendamento". Os proprietários não ousam exigir o pagamento do aluguel. Se eles quisessem receber este dinheiro, que lhes devem neste momento, deveriam dispor de cem mil policiais e provocariam a revolta. Se um proprietário ousa expulsar um camponês que não paga, deve enviar pelo menos uma centena de policiais, porque terá de enfrentar a resistência, ora passiva, ora armada, de milhares de camponeses vizinhos. Se ele consegue, não encontra arrendatário que corra o risco de ocupar a fazenda. Enfim, se encontra um, este logo será forçado a fugir, pois seu gado será exterminado, seu trigo queimado e, ele próprio, condenado à morte pela Liga ou por qualquer outra sociedade secreta. A situação torna-se insustentável para os próprios proprietários; em certos distritos, o valor das terras baixou em dois terços; em outros, os senhores não são mais proprietários senão de nome; só ousam morar em suas terras, sob a proteção de um grupo de *policemen*,[14] acampados em suas portas em guaritas de ferro. O solo permanece inculto e, no decorrer do ano de 1879, o espaço das terras cultivadas diminuiu de 33.000 hectares; a depreciação das colheitas para os proprietários, segundo o *Financial Reformer*, não é inferior a 250 milhões de francos.

A situação é tão grave que o Sr. Gladstone, antes de chegar ao poder, havia tomado, junto aos representantes irlandeses, o compromisso formal de apresentar um projeto de lei, segundo o qual os grandes proprietários atuais do solo seriam expropriados a título de utilidade pública, e o solo, após ter sido declarado propriedade de toda a nação, vendido ao povo em parcelas amortizáveis em vinte e cinco anos, por anuidades. É evidente, porém, que semelhante lei nunca será votada pelo parlamento inglês, visto que ela seria simultaneamente um atentado mortal ao princípio da propriedade fundiária na Inglaterra. Não há, portanto, motivo para prever que o conflito possa terminar de maneira pacífica. Pode ocorrer, com certeza, que uma revolta geral dos camponeses possa ser conjurada mais uma vez como aconteceu em 1846; mas, a situação continuando a mesma, ou mesmo piorando, é possível prever que não está longe o dia em que o povo irlandês chegará, enfim, ao limite da paciência, depois de tanto sofrimento e de promessas não cumpridas. Basta que se apresente uma ocasião propícia, em conseqüência de uma desorganização momentânea do poder na Inglaterra, e o campônio irlandês, impelido pelas sociedades secretas, apoiado pela pequena burguesia aldeã, que gostaria de encenar, para seu proveito, um novo 1793, sairá enfim de seu casebre para fazer o que tantos agitadores lhe aconselham a fazer, hoje: levará sua tocha aos castelos, armazenará por sua conta o trigo dos senhores e, expulsando seus agentes, demolindo as cercas, apoderar-se-á destas terras, que ele cobiça há tantos anos.

* * *

Se nos transportamos à outra extremidade do continente, à Espanha, encontraremos uma situação análoga. De um lado, como na Andaluzia e na província de Valência, onde a propriedade fundiária concentrou-se em poucas mãos, legiões de camponeses famintos, ligados entre si, fazem uma guerrilha, sem trégua nem mercê, aos senhores. Favorecidos por uma noite escura, os rebanhos do proprietário são exterminados, as plantações de árvores queimadas em centenas de hectares ao mesmo tempo; as granjas queimam, e aquele que denuncia às autoridades os autores destes atos, assim como o alcaide, que ousa processá-los, cai sob as facas da liga. Na província de Valência, é a greve permanente dos pequenos fazendeiros pela recusa a pagar o arrendamento, e, cuide-se aquele que ousar faltar a este compromisso mútuo! Uma forte organização secreta, por proclamações fixadas à noite, nas árvores, lembra, com freqüência, aos conjurados de que se eles traíssem a causa geral, seriam cruelmente punidos pela destruição de suas colheitas e pelo extermínio de seus rebanhos, e, amiúde, também pela morte.

Nas regiões onde a propriedade é mais fragmentada, é o próprio Estado espanhol que se encarrega de provocar o descontentamento. Ele esmaga o pequeno proprietário com os impostos, nacionais, provinciais, municipais, ordinários e extraordinários, de tal forma que é por dezenas de milhares que se calcula o número das pequenas fazendas confiscadas pelo Estado e colocadas em leilão sem encontrar compradores. A população do campo está completamente arruinada em mais de uma província, e é a fome que leva bandos de camponeses a se reunirem e a se revoltarem contra os impostos.

Ocorre a mesma situação na Itália. Em muitas províncias, o agricultor está completamente arruinado. Reduzido à miséria pelo Estado, o pequeno proprietário camponês não paga mais os impostos ao Estado, e este toma sem piedade o pedaço de terra do cultivador. No decorrer de um único ano, 6.644 pequenas propriedades, de valor médio de 99 francos, foram tomadas. O que haverá de surpreendente, se nestas províncias a revolta se instalar permanentemente! Ora é um fanático pregando o comunismo religioso, que arrasta atrás de si milhares de camponeses, e estes sectários só se dispersam sob as balas dos soldados; ora é um vilarejo, que vem em massa apoderar-se das terras incultas de algum senhor e as lavram por sua conta; ora, enfim, são bandos de pessoas do vilarejo, famintas, que se apresentam diante da Prefeitura e pedem, sob ameaça de revolta, pão e trabalho.

Que não nos digam que estes são fatos isolados! As revoltas dos camponeses franceses, até maio de 1789, eram mais freqüentes? Menos numerosas e menos conscientes no início, não foram elas o esboço, o fundamento sobre o qual surgiu mais tarde a revolução das grandes cidades?

* * *

Finalmente, na extremidade oriental da Europa, na Rússia, a questão agrária apresenta-se sob um aspecto que, sob muitos outros lembra-nos a situação da França antes de 1789. A servidão pessoal foi abolida e cada comuna agrícola acha-se de posse das terras, mas elas são, em sua maioria, tão ruins, ou em quantidade tão insuficiente, que a taxa do resgate ou do

censo paga ao senhor pela comuna é tão desproporcional ao valor das terras, e os impostos com os quais o Estado esmaga o cultivador são tão pesados que, agora, pelo menos três quartos dos camponeses se encontram reduzidos à mais terrível miséria. Falta pão, e basta uma única colheita ruim para que a penúria grasse em vastas regiões e dizime populações.

O camponês, porém, não sofre mais esta situação sem se queixar. Novas idéias, aspirações para um futuro melhor, germinam no campo, posto em contato com os grandes centros pela rede de ferrovias. O camponês espera que, de um dia para o outro, um acontecimento qualquer venha abolir o resgate e o censo, e o recoloque de posse de todo o solo, que ele considera como lhe pertencendo de direito. Se um Arthur Young percorresse, hoje, a Rússia, como percorreu a França às vésperas de 1789, teria escutado estas mesmas vozes, estas mesmas palavras de esperança, que anotou em seu livro de *Viagens*. Em certas províncias, uma surda agitação manifesta-se por uma guerrilha contra os senhores, e bastaria que acontecimentos políticos lançassem a desorganização no poder e sobreexcitassem as paixões, para que os famélicos dos vilarejos, ajudados e excitados, talvez, pela pequena burguesia camponesa, que se constitui com uma rapidez prodigiosa, começassem uma série de revoltas agrárias. Assim, eclodindo as revoltas, sem plano preconcebido e sem organização, sobre toda a superfície do território, mas se propagando para todos os lados, entrecruzando-se, extenuando os exércitos e o governo, e, prolongando-se durante anos, poderiam inaugurar e dariam força a uma imensa revolução, com todas as suas conseqüências para toda a Europa.

* * *

Todavia, se a questão agrária chega a se apresentar sob estas formas grandiosas nos países que acabamos de citar, se a velha Europa se encontrar um dia cercada, por um círculo de fogo, por estas revoltas de camponeses, se a expropriação dos senhores efetuar-se de forma ampla nestas regiões, o centro da Europa, os países, por assim dizer, civilizados, não ressentirão o contragolpe? A afirmação não poderia ser duvidosa. E, quando tivermos analisado, num próximo capítulo, a situação agrária na Inglaterra, na

França, na Alemanha, na Suíça, quando tivermos estudado a influência poderosa de um novo elemento, que já faz soltar gritos de alarme na Inglaterra, a intervenção da produção do trigo à maneira das grandes indústrias na América e na Austrália; quando, afinal, tivermos lançado um olhar sobre as novas idéias que invadem o cérebro dos camponeses nos países que se consideram como praças fortes da civilização, veremos, então, que a questão agrária manifesta-se, ainda que sob diversas formas, ante toda a Europa, na Inglaterra tanto quanto na Rússia, na França como na Itália. Veremos que a situação atual torna-se insustentável e não pode durar muito tempo; veremos que não está longe o dia em que a sociedade deverá transformar-se, até em seus alicerces, e dar lugar a uma nova ordem de coisas: uma ordem de coisas em que, o regime da propriedade e da cultura, tendo sofrido uma profunda modificação, o cultivador do solo não será mais, como hoje, o pária da sociedade e virá ocupar seu lugar no banquete da vida e do desenvolvimento intelectual, ao lado de todos os outros, e o vilarejo, cessando de ser o antro da ignorância, tornar-se-á o centro de onde se irradiará, sobre o país, o bem-estar e a vida.

II

No capítulo precedente, vimos em que situação deplorável, ou, antes, assombrosa, encontra-se o cultivador do solo, o camponês, na Irlanda, na Espanha, na Itália, na Rússia. Não podem existir mais dúvidas com relação a este assunto: a revolta agrária está na ordem do dia nestes países. Porém, nos países que se gabam de ser civilizados, como a Inglaterra, a Alemanha, a França, e até a Suíça, a situação do agricultor torna-se também cada vez mais insustentável.

Eis, por exemplo, a Inglaterra. Há duzentos anos, ainda era um país onde o agricultor, trabalhando a terra, que lhe pertencia, gozava de um certo bem-estar. Hoje, é o país dos grandes proprietários, fabulosamente ricos, e de um proletariado agrícola reduzido à miséria.

Os quatro quintos de todo o solo arável, ou seja, 23.976.000 hectares, são de propriedade de um punhado de 2.340 grandes proprietários; 710 lordes possuem um terço da Inglaterra; um marquês viaja trinta léguas sem deixar suas terras, um conde possui toda uma província; enquanto o restante dos proprietários, compreendendo meio milhão de famílias, deve se contentar com menos de um terço de hectare cada um, isto é, uma casa e um pequeno jardim.

Duas mil, trezentas e quarenta famílias recebem rendimentos fabulosos, de 100.000 francos e até dez milhões de francos por ano; o Marquês de Westminster e o Duque de Bedford recebem 25.000 francos por dia, isto é, mais de 1.000 francos por hora – mais do que um operário durante um ano –, enquanto centenas de milhares de famílias de agricultores só conseguem ganhar, através de um rude trabalho, 300 a 1.000 francos por ano. O agricultor, aquele que faz com que a terra produza, considera-se feliz se, após jornadas de 14 ou 16 horas de trabalho, consegue ganhar de 12 a 15 francos por semana de trabalho – o bastante para não morrer de fome.

Fortunas escandalosas e gastos insensatos por parte do ocioso. Miséria perpétua para o lavrador.

Os fazedores de libras vos dirão, com certeza, que, graças a esta concentração da propriedade em poucas mãos, a Inglaterra tornou-se o país da cultura mais intensa, mais produtiva. Os grandes lordes, não podendo eles mesmos cultivar a terra, cedem-na em arrendamento, sob forma de lotes bastante grandes, a fazendeiros, e estes fazendeiros – dir-vos-ão – fizeram de suas fazendas modelos de agricultura racional.

Era verdade há algum tempo: hoje, já não o é mais. De início, imensos espaços de terra permanecem absolutamente incultos ou são transformados em parques, para que, chegado o outono, o senhor possa fazer neles caçadas colossais com seus convidados. Milhares de homens poderiam encontrar alimento nestas terras! O proprietário não se preocupa com isso: não sabe onde gastar sua fortuna e, se lhe dá prazer ter um parque de várias léguas quadradas, retira esta terra da cultura.

Imensos espaços, outrora cultivados, foram transformados em vastos prados para a criação de gado bovino e ovino. Milhares e milhares de lavradores foram "despojados", expulsos pelos senhores; seus campos, que alimentavam o povo, foram transformados em prados, que hoje servem para produzir bois, isto é, carne, o alimento dos ricos. A quantidade de

terra semeada está sempre diminuindo. Em 1866, em 1869, a Inglaterra semeava de trigo candial 1.600.000 hectares; hoje,[15] ela não semeia mais do que 1.200.000 hectares. Há quinze anos, ela produzia 26 hectolitros por hectare; hoje, só produz 22 hectolitros.[16]

Mesmo os fazendeiros, que cultivam espaços de 50 a 100 hectares e, além disso, estes pequenos burgueses, que procuravam se tornar senhores, por sua vez, e fazer sua vida agradável com o trabalho de outrem, estes mesmos, hoje, arruínam-se. Esmagados com o aluguel pela rapacidade dos senhores, eles não podem mais melhorar suas culturas e enfrentar a concorrência da América e da Austrália; os jornais, com efeito, estão repletos de anúncios de venda em leilão dessas fazendas.

Assim se resume a situação agrária: a grande massa do povo é expulsa do solo e rechaçada para as grandes cidades e centros manufatureiros, onde os famélicos praticam entre si uma concorrência desenfreada. O solo está nas mãos de um punhado de senhores, que percebem rendas fabulosas e as gastam a torto e a direito em um luxo insensato, improdutivo. Os intermediários, os fazendeiros, procuram se constituir em pequenos senhores, mas, arruinados por um aluguel excessivamente alto das terras, estão prestes a fazer causa comum com o povo para arrancar a terra dos grandes proprietários. Toda a vida do Ppís se ressente desta situação anormal da propriedade fundiária.

* * *

O que há de surpreendente em que o grito de "*Nacionalização do solo!*" torne-se, hoje, o grito de agrupamento de todos os descontentes? A grande *Liga da Terra e do Trabalho* pedia, desde 1869, que todas as terras dos grandes senhores fossem confiscadas por toda a nação, e esta idéia ganha terreno a cada dia. A *Liga dos Trabalhadores dos Campos*, fortalecida com 150.000 membros, que há dez anos só tinha um único objetivo, o de aumentar, pela greve, os salários, pede, agora, ela também, o desapossamento dos senhores.

Enfim, a *Liga da Terra* irlandesa começa a estender suas ramificações sobre a Escócia e sobre a Inglaterra, e, por toda parte, encontra simpatias. Ora, sabe-se como esta Liga procede. Começará por declarar que os aluguéis de arrendamento a pagar aos grandes proprietários serão, doravante, reduzidos de um quarto, por decisão da Liga. Impedirá, por todos os tipos de pequenos meios, e pela força, se necessário, a expulsão daquele que pagar só três quartos de seu aluguel. Aterrorizará aqueles que tiverem a covardia de pagar todo o valor do aluguel. Mais tarde, quando as forças estiverem organizadas, declarará que não se deve pagar mais nada ao senhor, e armará o camponês para pôr em execução a sua vontade. Chegado o momento, ela fará como fizeram os camponeses franceses de 1789 a 1793: forçará os senhores, a ferro e fogo, a abdicar de seus direitos sobre a terra.

Qual será a nova forma da propriedade no fim da revolução na Inglaterra? Seria difícil prevê-la desde já, pois o alcance da revolução dependerá da duração da época revolucionária e, sobretudo, da força de oposição que as idéias revolucionárias encontrarão por parte da aristocracia e da burguesia. Uma coisa é certa: a Inglaterra caminha para a abolição da propriedade individual do solo, e a oposição encontrada por esta idéia, por parte dos detentores da terra, impedirá que esta transformação se opere de maneira pacífica: para fazer prevalecer sua vontade, o povo inglês recorrerá à força.

III

A FRANÇA

Meus leitores franceses do campo vão rir ao ouvirem o que dizem deles nestes belos livros que os senhores deputados e economistas mandam imprimir nas grandes cidades. Dizem nestes livros que os camponeses franceses estão quase todos ricos e perfeitamente satisfeitos com sua sorte; que eles têm bastante terra, bastante gado, que a terra lhes traz muito dinheiro; que pagam com facilidade os impostos, por sinal, muito leves, e que o preço do arrendamento da terra não é alto; que todos os anos fazem economia, e não param de enriquecer.

Os camponeses responderão, penso eu, que estes discursistas são imbecis, e terão razão.

Examinemos, com efeito, de que elementos se compõem os vinte e três ou vinte e quatro milhões de pessoas que habitam o campo, e vejamos quantos há, neste número, que pareçam estar contentes com sua sorte e gostariam que nada mudasse nela.

* * *

Temos, de início, oito mil grandes proprietários (cerca de 40.000 pessoas, incluindo suas famílias) que possuem, sobretudo na Picardia, na Normandia, no Anjou, bens que lhes rendem entre dez mil e duzentos mil francos por ano, e até acima disso.

Estes, com certeza, nada têm a lamentar. Depois de terem passado alguns meses, durante o verão, em suas propriedades, e após terem embolsado o valor do que produziram os duros esforços dos trabalhadores assalariados, dos pequenos fazendeiros ou dos meeiros, eles vão gastar este dinheiro nas cidades. Lá bebem à farta o champanhe, com mulheres às quais dão dinheiro a mancheias e gastam, num dia, em seus palácios, o suficiente para alimentar toda uma família durante meio ano. Ora, estes, com efeito, não têm queixas a fazer; se reclamam, é porque o camponês torna-se cada dia menos manipulável e recusa-se, hoje, a trabalhar por nada.

Destes, não falemos. Dir-lhes-emos algumas palavras no dia da revolução.

* * *

Os usurários, os negociantes de gado, os "negociantes de bens", estes abutres, que se lançam hoje sobre os vilarejos e que, vindos da cidade com um pequeno saco como fortuna, retornam proprietários e banqueiros; os tabeliões e os advogados, que fomentam processos; os engenheiros e o bando de funcionários de todos os tipos, que se servem amplamente dos caixas do Estado e das comunas quando estas, impelidas por interesses, endividam-se para embelezar o vilarejo em torno da casa do prefeito, em resumo, todos estes vermes, que consideram o campo como uma rica região de bons selvagens a explorar; toda esta gente tampouco tem razão para estar descontente. Que venham lhes falar de tocar em qualquer coisa e opor-se-ão com todas as suas forças. Camponeses, que se arruínam assinando notas promissórias, fazendeiros que se empobrecem em processos, os Jacques-Bonhomme,[17] que se deixam sugar pelas aranhas que os cercam, é tudo de que precisam, agora, todos estes agiotas. Comunas, que se deixam conduzir com autoridade e rigor pelo prefeito, um Estado, que desperdiça os fundos públicos, é tudo de que precisam os funcionários. Quando o camponês estiver arruinado, eles irão fazer a mesma coisa na Hungria, na Turquia, se preciso for, na China, se necessário. A usura não tem pátria.

Estes, é natural, não se lamentam. Quantos, porém, são eles? Quinhentos mil? Um milhão, talvez, incluindo as famílias? Uma enormidade para arruinar, em alguns anos, nossos vilarejos, mas pouca coisa para resistir, quando o camponês voltar seu ancinho contra eles.

* * *

Em seguida, vêm estes proprietários que possuem de 50 a 200 hectares. A maioria deles, com certeza, não sabe em que a opressão os prejudica e, se vierem lhe falar de mudar algo, sua primeira idéia será de perguntar se não vão perder o que possuem. Alguns, entre eles, que se encontram momentaneamente em dificuldade, esperam "ter êxito" um dia; uma especulação feliz, um emprego lucrativo acrescido à profissão de agricultor, um rico parente, que se suicidará em uma bela manhã – e o bem-estar retornará. Em geral, desconhecem as dificuldades, e o trabalho também. Não são eles que cultivam suas terras; possuem, para isso, servidores pagos a 250 ou 300 francos por ano e aos quais mandam fazer um trabalho que vale mil.

Estes, não duvidemos, serão os inimigos da revolução; eles já são os inimigos da liberdade, os partidários da desigualdade, os pilares da exploração. Constituem, é verdade, um núcleo bastante considerável – talvez 200.000 proprietários, 800.000 pessoas, incluindo as famílias, e hoje eles são uma força real nos vilarejos. O Estado lhes dá muita importância e sua riqueza assegura-lhes, na comuna, uma influência da qual não deixam de se aproveitar. Todavia, o que se tornarão diante da torrente de revolta po-

pular? Com certeza, não serão eles que saberão resistir a ela: recolhidos com prudência em suas casas, esperarão os resultados da tormenta.

Os que possuem de 10 a 50 hectares são mais numerosos do que a classe precedente. Só por si, são mais de 250.000 proprietários, perto de 1.200.000 pessoas, considerando as famílias. Possuem quase um quarto da superfície arável da França.

Este núcleo constitui uma força considerável, por sua influência no campo e por sua atividade. Enquanto os precedentes habitam, amiúde, na cidade, estes últimos trabalham eles próprios as suas terras; não romperam com o vilarejo e, até o momento, ainda permanecem camponeses. Pois bem, é sobretudo com seu espírito conservador que os reacionários contam.

Houve um tempo, é certo, na primeira metade deste século, em que esta categoria de cultivadores gozava de uma certa abastança, e era natural que esta classe, saída da grande revolução e fazendo questão, antes de tudo, de conservar o que ganhara na revolução, se recusasse obstinadamente a qualquer mudança, temendo perder o que havia ganhado. Desde algum tempo, todavia, as condições mudaram muito. Enquanto em certas partes da França (o Sudoeste, por exemplo) os cultivadores desta categoria ainda gozam de um certo bem-estar, no resto do país eles já se queixam das dificuldades. Não fazem mais economias e torna-se difícil aumentar suas propriedades, que se fragmentam sem parar em conseqüência das partilhas. Ao mesmo tempo, não encontram mais parcelas para alugar em condições tão vantajosas quanto antes: é preciso pagar-lhes, hoje, preços exorbitantes pela locação da terra.

Possuindo pequenas parcelas disseminadas nos quatro cantos da comuna, não podem tornar a cultura bastante aproveitável para prover os encargos que pesam sobre o agricultor. O trigo rende pouca coisa e a criação de gado permite apenas um pequeno lucro.

O Estado os esmaga com impostos e a comuna tampouco os poupa: carroça, cavalo, debulhadora, adubos, tudo é tributado; os centavos adicionais convertem-se em francos, e a lista dos impostos torna-se tão longa quanto sob a finada realeza. O camponês voltou a ser a besta de carga do Estado.

Os usurários os levam à falência; a nota promissória os arruína; a hipoteca os esmaga; o fabricante da cidade, os explora, fazendo pagar, por qualquer instrumento, três, quatro vezes o seu preço de custo. Crêem ser ainda os proprietários de suas terras, mas, no fundo, são apenas sustentadores; o trabalho que eles fazem é para engordar o usurário, alimentar o empregado, comprar vestidos de seda e belos cavalos para a carruagem da mulher do fabricante, tornar agradável a vida de todos os desocupados da cidade.

Acreditai que eles não o compreendem? Eles o compreendem muito bem e, tão logo se sintam fortes, não deixarão escapar a ocasião de abalar de uma vez estes senhores que vivem às suas custas.

Com tudo isto, temos apenas um décimo dos habitantes do campo. E o resto?

O resto são perto de 4 milhões de chefes de famílias (perto de 18.000.000 de pessoas), que possuem propriedades de cinco, de três hectares por família, muitas vezes um hectare ou até um décimo de hectare, e muitos nada possuem. E, deste número, 8 milhões de pessoas têm todas as dificuldades do mundo para equilibrar seus orçamentos, cultivando dois ou três hectares, ainda que todos os anos devam enviar dezenas de milhares de seus filhos e de suas filhas para ganhar penosamente seu pão na cidade; 7 milhões não têm, como propriedade, senão miseráveis terrenos – a casa e um pequeno jardim –, ou então, nada possuem e ganham sua vida, muito dura é evidente, como assalariados; enfim, um milhão se compõe, de boa fé, de famélicos, de mortos de fome, que vegetam dias após dias, alimentando-se de pão seco, ou de batatas... quando as há. Eis os imensos batalhões do campo francês.

Esta grande massa em nada conta nos cálculos dos economistas. Para nós, ela é tudo. É ela que faz o vilarejo; o resto são apenas acessórios: cogumelos parasitas prendendo-se a um velho tronco de carvalho.

Pois bem, é destes camponeses que se acaba de dizer que são ricos, absolutamente contentes com seu destino, que nada querem mudar, que virarão as costas aos socialistas!

* * *

Constatemos, de início, que cada vez que falamos com os camponeses, dizendo tudo o que pensamos e numa linguagem compreensível, eles

não nos viraram as costas. É verdade que não falamos para que eles nos nomeassem, seja para o cargo de deputado, seja mesmo para o cargo de guarda-rural; não lhes explicamos longas teorias de socialismo pretensamente científico; tampouco lhes falamos em enviar seus filhos para Paris para acotovelar os advogados da Câmara; ainda menos aconselhamo-los a entregar seus terrenos nas mãos de um Estado, que distribuiria o solo a quem lhes agradasse, segundo a vontade de um exército de funcionários. Se nós tivéssemos dito estas besteiras, com efeito, eles nos teriam virado as costas e teriam tido razão.

Porém, quando lhes dizíamos o que entendíamos por revolução, sempre nos deram razão; respondiam que nossas idéias eram precisamente as suas.

* * *

Assim, eis o que dissemos aos camponeses e o que não cessaremos de dizer-lhes:

"Outrora, o solo pertencia às comunas, compostas daqueles que cultivavam, eles próprios, a terra, com seus próprios braços. Porém, por todos os tipos de fraudes — a força, a usura, o logro — os especuladores conseguiram se apoderar dele. Todas estas terras, que agora pertencem ao senhor Fulano e à senhora Fulana, eram, outrora, terras comunais. Hoje, o camponês precisa delas para cultivá-las e para alimentar-se, a ele e à sua família, enquanto o próprio rico não as cultiva e dela abusa para deleitar-se no luxo. É preciso, portanto, que os camponeses, organizados em comunas, recuperem estas terras, para colocá-las à disposição daqueles que desejarem, eles próprios, cultivá-las.

As hipotecas são uma iniqüidade. Para emprestar-vos dinheiro, ninguém tem o direito de apropriar-se da terra, visto que ela só possui valor, graças ao trabalho realizado por vossos pais, quando eles a desbastaram, quando construíram os vilarejos, fizeram as estradas, aterraram os pântanos; ela só produz graças ao vosso trabalho. A Internacional dos camponeses terá, pois, como dever, queimar os titulos de hipoteca e abolir para sempre esta instituição odiosa.

"Os impostos, que vos esmagam, são devorados por bandos de funcionários, não só inúteis, mas absolutamente nocivos. Portanto, suprimi esta gente. Proclamai vossa independência absoluta e declarai que sabeis fazer vossos negócios bem melhor que os senhores enluvados de Paris.

"Precisais de uma estrada? Pois bem, que os habitantes das comunas vizinhas entendam-se entre si e eles a farão melhor que o Ministério de Obras Públicas. Uma ferrovia? As comunas interessadas de toda uma região a farão ainda melhor do que as empreiteiras, que embolsam milhões fazendo estradas ruins. Precisais de escolas? Vós as fareis também muito bem, e até mesmo melhor do que os senhores de Paris. O Estado nada tem a ver com tudo isto; escolas, estradas, canais, serão feitos melhor por vós mesmos e com menos gastos.

"Será preciso que vos defendais contra os invasores estrangeiros? Sabei, antes de mais nada, defender a vós mesmos e nunca confiai este cuidado a generais, que, com certeza, vos trairão. Sabei que nunca um exército soube parar um invasor, e que, ao contrário, o povo, o camponês, quando tinha interesse em conservar sua independência, venceu os exércitos mais formidáveis.

"Precisais de ferramentas, de máquinas? Vós vos entendereis com os operários das cidades, que as enviarão em troca de vossos produtos, a preço de custo, sem passar pela intermediação de um patrão, que se enriquece roubando, e do operário que fabrica a ferramenta, e do camponês que a compra.

"Não temais a força do governo. Estes governos, que parecem tão formidáveis, desmoronam sob os primeiros choques do povo insurgido: já se viu muitos destes governos caírem em algumas horas, e é previsível que em alguns anos, revoluções vão eclodir na Europa e abalar a autoridade. Aproveitai esse momento para derrubar o governo — mas, sobretudo, para fazer vossa revolução, isto é, para expulsar os grandes proprietários e declarar seus bens propriedade comum, para demolir os usuários, abolir as hipotecas e proclamar vossa independência absoluta, enquanto os operários das cidades farão a mesma coisa nas cidades. Assim, organizai-vos, federando-vos livremente por comunas e por regiões. Cuidado, porém, não vos deixeis escamotear a revolução por todos os tipos de pessoas, que virão

apresentar-se como benfeitores do camponês: fazei-a vós mesmos, sem nada esperar de quem quer que seja."

* * *

Eis o que dissemos aos camponeses. E a única objeção, que eles nos fizeram, não atingia o fundamento de nossas idéias, concernia apenas à possibilidade de colocá-las em execução.

"Muito bem, respondiam-nos; tudo isto seria excelente, se os camponeses pudessem entender-se entre si!"

Pois bem, trabalhemos para que eles possam entender-se! Propaguemos nossas idéias, semeemos a mancheias escritos, que as expõem, trabalhemos para estabelecer os laços, que ainda faltam entre os vilarejos e, chegado o dia da Revolução, saibamos combater com eles, por eles!

Este dia está muito mais próximo do que em geral se pensa.

O GOVERNO REPRESENTATIVO

I

Quando observamos as sociedades humanas em seus traços essenciais, fazendo abstração das manifestações secundárias e temporárias, constatamos que o regime *político* ao qual elas estão submetidas é sempre a expressão do regime *econômico*, que existe no seio da sociedade. A organização política não muda à mercê dos legisladores; ela pode, é verdade, mudar de nome, pode apresentar-se, hoje, sob forma de monarquia, amanhã, sob forma de república, mas não sofre modificação equivalente; modela-se, acomoda-se ao regime econômico, do qual ela é sempre a expressão e, ao mesmo tempo, a consagração, a manutenção.

Se, às vezes, em sua evolução, o regime político de determinado país encontra-se atrasado em relação à transformação econômica que ali se realiza, então ele é, de repente, derrubado, remanejado, remodelado de maneira a adaptar-se ao regime econômico que se estabelece. Por outro lado, porém, se acontece de, no momento de uma revolução, este regime político preceder à modificação econômica, ele permanece no estado de letra morta, de fórmula, inscrita nas constituições, mas sem aplicação real. Assim, a Declaração dos Direitos do Homem, qualquer que tivesse sido seu papel na história, nada mais é que um documento histórico, e estas belas palavras — *Liberdade, Igualdade, Fraternidade* — permanecerão em estado de sonho ou de mentira, inscritas nos muros das igrejas e das prisões, enquanto a liberdade e a igualdade não se tornarem a base das relações econômicas. O sufrágio universal teria sido tão inconcebível numa sociedade com base na servidão, quanto o despotismo numa sociedade que tivesse por base o que se denomina liberdade de transações e que é, antes, a liberdade da exploração.

As classes operárias da Europa Ocidental compreenderam-no muito bem. Elas sabem ou adivinham que as sociedades continuarão a sufocar

nas instituições políticas existentes, enquanto o regime capitalista de hoje não for derrubado. Elas sabem que estas instituições, embora revestidas de belos nomes, são, entretanto, a corrupção e a dominação do mais forte erigidas em sistema, o abafamento de todas as liberdades e de todos os progressos; sabem que o único meio de abalar estes entraves seria estabelecer as relações econômicas sobre um novo sistema, o da propriedade coletiva. Sabem, enfim, que, para realizar uma revolução política profunda e *durável*, é preciso realizar uma revolução econômica.

Entretanto, por causa mesmo da íntima ligação que existe entre o regime político e o regime econômico, é evidente que uma revolução no modo de produção e de partilha dos produtos só poderia realizar-se caso ela se fizesse junto com uma modificação profunda destas instituições, designadas, em geral, sob o nome de instituições políticas. A abolição da propriedade individual e da exploração, que é sua conseqüência, e o estabelecimento do regime coletivista ou comunista, seriam impossíveis, se quiséssemos conservar nossos parlamentos ou nossos reis. Um novo regime econômico exige um novo regime político e esta verdade é tão bem compreendida por todos que, com efeito, o trabalho intelectual, que hoje se opera nas massas populares, liga-se indistintamente aos dois lados da questão a resolver. Raciocinando sobre o Futuro econômico, ele também estuda o futuro político e, ao lado das palavras *Coletivismo* e *Comunismo*, entendemos pronunciar estas palavras: *Estado Operário, Comuna livre, Anarquia*, ou, ainda, *Comunismo autoritário* ou *anarquista, Comuna coletivista*.

* * *

Regra Geral. "Quereis estudar com proveito? Começais por imolar um a um os mil preconceitos que vos foram ensinados!" Estas palavras, com as quais um célebre astrônomo começava seus cursos, aplicam-se igualmente a todos os ramos do conhecimento humano: bem mais ainda às Ciências Sociais do que às Ciências Físicas; isto porque, desde os primeiros passos no domínio destas últimas, encontramo-nos em presença de uma massa de preconceitos herdados dos tempos passados, idéias absolutamente falsas, lançadas para melhor enganar o povo, sofismas elaborados com minúcia para falsear o julgamento popular. Temos, assim, todo um trabalho preliminar a fazer para caminhar com maior segurança.

Ora, entre estes preconceitos, há um que merece sobremaneira nossa atenção, porque, não só é a base de todas as nossas instituições políticas modernas, mas porque encontramos suas marcas em quase todas as teorias sociais elaboradas pelos reformadores. É aquele que consiste em colocar sua fé num *governo representativo*, num *governo por procuração*.

* * *

Quase no final do século passado, o povo francês derrubava a monarquia, e o último dos reis absolutistas expiava no cadafalso seus crimes e os de seus predecessores.

Parecia que, justo nessa época, quando tudo o que a revolução fez de bom, grande, durável, foi realizado pela iniciativa e pela energia dos indivíduos ou dos grupos, e graças à desorganização e à fraqueza do governo central, parecia, eu disse, que nessa época o povo não procuraria recair sob o jugo de um novo poder, baseado nos mesmos princípios do antigo, e tanto mais forte porque não teria sido corroído pelos vícios do poder deposto.

Longe disto. Sob a influência de preconceitos governamentais, e deixando-se enganar pela aparência de liberdade e bem-estar que davam — dizia-se — as constituições inglesa e norte-americana, o povo francês apressou-se em outorgar-se uma constituição; em seguida, constituições, que ele mudou muitas vezes, que variou ao infinito nos pormenores, mas que foram, todas, embasadas neste princípio: o governo representativo. monarquia ou república, pouco importa! O povo não se governa a si mesmo: é governado por representantes mais ou menos bem escolhidos. Ele proclamará sua soberania, mas se apressará a dela abdicar. Elegerá, bem ou mal, deputados, que ele vigiará, e serão estes deputados, que se encarregarão de regular a imensa diversidade dos interesses mesclados, das relações humanas, tão complicadas em seu conjunto, sobre toda a superfície da França!

Mais tarde, todos os países da Europa continental realizam a mesma evolução. Todos derrubam, um após outro, suas monarquias absolutistas,

e todos se lançam no caminho do parlamentarismo. Não há, até os despotismos do Oriente, quem não siga o mesmo caminho: a Bulgária, a Turquia, a Sérvia tentam o regime constitucional; na própria Rússia procura-se eliminar o jugo de uma *camarilla*[18] para substituí-lo pelo jugo moderado de uma assembléia de delegados.

E, o que é pior, a França, ao inaugurar novos caminhos, recai, no entanto, sempre nos mesmos erros. O povo, desgostoso com uma triste experiência de monarquia constitucional, derruba-a em um dia, e se apressa, no dia seguinte, em reeleger uma assembléia, da qual só muda o nome e lhe confia o cuidado de governá-lo... aceita o risco de vendê-lo a um bandido, que atrairá a invasão estrangeira nas planícies férteis da França.

Vinte anos depois, ainda recai no mesmo erro. Vendo a cidade de Paris livre, desertada pela tropa e pelos poderes, não procura experimentar uma nova forma, que facilitaria o estabelecimento de um novo regime econômico. Feliz por ter trocado a palavra império pela palavra república, e esta por *Comuna*, apressa-se em aplicar mais uma vez, no seio da comuna, o sistema representativo. Falsifica a nova idéia pela herança carcomida do passado. Abandona sua própria iniciativa em mãos de uma assembléia de pessoas eleitas mais ou menos ao acaso e confia-lhes o cuidado desta reorganização completa das relações humanas, que, apenas ela, teria podido dar a força e a vida à comuna.

As constituições, periodicamente rasgadas em pedaços, voam como folhas mortas arrastadas para o rio por um vento de outono! Não importa, sempre se volta aos primeiros amores; rasgada a décima sexta constituição, refaz-se uma décima sétima!

* * *

Enfim, mesmo em teoria, vemos reformadores, que, em matéria econômica, não param diante de um completo remanejamento das formas existentes, que se propõem transformar por completo a produção e a troca e abolir o regime capitalista. Porém, desde que se trate de expor — em teoria, é óbvio — seu ideal político, eles não ousam tocar no sistema representativo; sob forma de Estado operário ou de comuna livre, procuram sempre conservar, custe o que custar, este governo por procuração. Todo um povo, toda uma raça agarra-se ainda com ardor a este sistema.

Felizmente, este assunto vem à luz. O governo representativo não é aplicado apenas em países que, outrora, mal conhecíamos. Funciona ou funcionou na grande arena da Europa Ocidental, em todas suas variedades, sob todas as formas possíveis, desde a monarquia moderna até a comuna revolucionária; e percebe-se que, recebido com grandes esperanças, em todos os lugares, tornou-se um simples instrumento de intrigas, de enriquecimento pessoal, ou de entraves à iniciativa popular e ao desenvolvimento posterior. Percebe-se que a religião da representação possui o mesmo valor que a das superioridades naturais e dos personagens reais. Mais do que isto, começa-se a compreender que os vícios do governo representativo não dependem só das desigualdades sociais; que, aplicado em um meio onde todos os homens teriam um direito igual ao capital e ao trabalho, produziria os mesmos resultados funestos. E se pode com facilidade prever o dia em que esta instituição, nascida, segundo a feliz expressão de J.-S. Mill, do desejo de se garantir contra o bico e as garras do rei dos abutres, cederá lugar a uma organização política nascida das verdadeiras necessidades da humanidade, e desta concepção segundo a qual a melhor maneira de ser livre é não ser representado, não abandonar as coisas, todas as coisas, à Providência ou a eleitos, mas de fazê-la por si mesmo.

Esta conclusão também surgirá, esperemo-lo, no leitor, quando tivermos estudado os vícios intrínsecos do sistema representativo, inerentes ao próprio sistema, quaisquer que sejam o nome e a extensão dos agrupamentos humanos no seio dos quais é aplicado.

II

"Presumidos por nossos costumes modernos contra os prestígios da realeza absolutista", escrevia Augustin Thierry, em 1828, "há outros dos quais devemos nos proteger, os da ordem legal e do regime representativo".[19] Bentham dizia quase a mesma coisa. Porém, naquela época, suas advertências passaram despercebidas. Acreditava-se, então, no parlamentarismo, e

respondia-se a estas poucas críticas com o seguinte argumento: "O regime parlamentar ainda não deu sua última palavra; ele não deve ser julgado enquanto não tiver por base o sufrágio universal".

Depois disso, o sufrágio universal introduziu-se em nossos costumes. Após ter por muito tempo se oposto a ele, a burguesia acabou entendendo que ele em nada comprometia sua dominação e decidiu-se a aceitá-lo. Nos Estados Unidos, o sufrágio universal funciona, há quase um século, em condições desejadas de liberdade: trilhou seu caminho na França, na Alemanha. Mas o regime representativo não mudou: permaneceu o que era no tempo de Thierry e de Bentham; o sufrágio universal não o melhorou, seus vícios tornaram-se ainda mais gritantes. Eis por que, hoje, já não são apenas revolucionários como Proudhon que o bombardeiam com sua crítica; já são os moderados, como Mill,[20] como Spencer,[21] que bradam: "Cuidado com o parlamentarismo!" Pode-se apreciá-lo no grande público e, ao se basear em fatos em geral conhecidos e reconhecidos, poder-se-ia fazer neste momento volumes sobre seus inconvenientes, certos de encontrar eco na grande massa dos leitores. O governo representativo foi julgado — e condenado.

Seus partidários — e há aqueles de boa fé, se não há os de boa reflexão — não deixam de fazer apreciar com exagero os serviços, que nos teriam sido prestados, segundo eles, por esta instituição. A ouvi-los, é ao regime representativo que devemos as liberdades políticas que possuímos hoje, desconhecidas outrora sob os excessos da monarquia absoluta. Porém, raciocinar assim, não é tomar a causa por efeito, ou melhor, um dos dois efeitos simultâneos pela causa?

No fundo, não foi o regime representativo que nos deu, e sequer garantiu, as poucas liberdades que conquistamos desde há um século. Foi o grande movimento do pensamento liberal, saído da revolução, que as arrancou aos governos, ao mesmo tempo que a representação nacional; e ainda é este espírito de liberdade, de revolta, que soube conservá-las apesar e contra as usurpações contínuas dos governos e dos próprios parlamentos. Por si mesmo, o governo representativo não dá liberdades reais e acomoda-se de modo bem admirável no despotismo. As liberdades devem ser dele arrancadas, assim como dos reis absolutistas; e, uma vez arrancadas, ainda é preciso defendê-las do parlamento, assim como, outrora, defendia-se do

monarca, no dia-a-dia, polegada por polegada, sem nunca se desarmar, o que só se consegue quando há no país uma classe livre, orgulhosa de suas liberdades, sempre pronta a defendê-las pela agitação extraparlamentar contra a menor usurpação. Onde esta classe não existe, onde não há unidade na defesa, as liberdades políticas não existirão, haja ou não uma representação nacional. A própria câmara torna-se uma antecâmara do rei. Testemunharam os parlamentos dos Bálcãs, da Turquia, da Áustria.

Gosta-se de citar as liberdades inglesas e associa-se estas liberdades, de bom grado, sem maior reflexão, ao parlamento, mas se esquece, por que procedimentos, *de caráter puramente insurrecional*, cada uma destas liberdades foi arrancada deste mesmo parlamento. Liberdade de imprensa, crítica da legislação, liberdade de reunião, de associação — tudo foi extorquido do parlamento pela força, pela agitação que ameaçava transformar-se em motim. Foi praticando as *trade-unions*[22] e a greve contra os éditos do parlamento e contra os enforcamentos de 1813, foi saqueando, há apenas cinqüenta anos, as manufaturas, que os operários ingleses obtiveram o direito de associar-se e fazer greve. Foi espancando, com as barras das grades do Hyde-Park, a polícia, que proibia o acesso a este parque, que o povo de Londres, ainda há pouco, afirmou, contra um ministério constitucional, seu direito de manifestar-se na rua e nos parques da capital. Não é por justas parlamentares, é pela agitação extraparlamentar, é reunindo cem mil homens, que se queixam e gritam diante das casas da aristocracia ou do ministério, que a burguesia inglesa defende suas liberdades. Quanto ao parlamento, se ele ataca sem cessar os direitos políticos do país, e os suprime por um decreto, assim como um rei, é porque não tem diante de si uma massa pronta a amotinar-se. O que aconteceu, com efeito, com a inviolabilidade do domicílio e o segredo de correspondência, tão logo a burguesia preferiu renunciar a eles, a fim de obter do governo um simulacro de proteção contra os revolucionários?

Atribuir aos parlamentos o que é devido ao progresso geral, imaginar que bastará uma constituição para ter a liberdade, é pecar contra as regras mais elementares do julgamento histórico.

* * *

Aliás, a questão não é esta. Não se trata de saber se o regime representativo não oferece algumas vantagens sobre o reinado de uma criadagem, que explora em seu proveito os caprichos de um senhor absolutista. Se ele introduziu-se na Europa é porque correspondia melhor à fase de exploração capitalista, que atravessamos no século XIX, mas que chega a seu fim. Ele oferecia, sem dúvida, mais segurança para o industrial e para o comerciante, aos quais entregava o poder retirado das mãos dos senhores.

Contudo, também a monarquia, ao lado de formidáveis inconvenientes, podia oferecer algumas vantagens sobre o reinado dos senhores feudais. Ela também foi um produto necessário à sua época. Devemos, por causa disto, permanecer para sempre sob a autoridade de um rei e de seus servidores?

O que nos interessa, homens do final do século XIX, é saber se os vícios do governo representativo não são tão gritantes, tão insuportáveis quanto eram os do poder absolutista. Se os obstáculos, que ele opõe ao desenvolvimento ulterior das sociedades, não são, para o nosso século, tão incômodos quanto os obstáculos estendidos pela monarquia no século passado. Enfim, se um simples remendo representativo pode bastar para a nova fase econômica da qual entrevemos a chegada. Eis o que se deve estudar, ao invés de discutir, a perder de vista, sobre o papel histórico do regime político da burguesia.

* * *

Muito bem, uma vez que a questão foi colocada nestes termos, não há mais dúvida possível quanto à resposta.

Com certeza, o regime representativo — este compromisso com o antigo regime, que conservou no governo todas as atribuições de poder absoluto, submetendo-o, bem ou mal, a um controle popular mais ou menos fictício —, este sistema já esgotou seu tempo. Ele é hoje um impedimento ao progresso. Seus vícios não dependem dos homens, dos indivíduos no poder — são inerentes ao sistema, e são tão profundos que nenhuma modificação do sistema poderia adequá-lo às novas necessidades de nossa época. O sistema representativo foi a dominação organizada da burguesia e desaparecerá com

ela. Para a nova fase econômica que se anuncia, devemos procurar um novo modo de organização política, com base em um princípio bem diferente daquele da representação. É a lógica das coisas que o impõe.

* * *

Antes de mais nada, o governo representativo participa de todos os vícios inerentes a qualquer espécie de governo. Porém, longe de enfraquecê-los, outra coisa não faz senão acentuá-los, criando novos vícios.

Uma das mais profundas frases de Rousseau, sobre os governos em geral, aplica-se ao governo eletivo, da mesma forma que aos outros. Para abdicar seus direitos nas mãos de uma assembléia eleita, não seria necessário, com efeito, que ela fosse composta de anjos, de super-homens? E, ainda assim, as garras e os chifres cresceriam bem rápido nestes seres etéreos, logo que eles pudessem governar o rebanho humano.

Semelhante, nisto, aos déspotas, o governo representativo — quer ele se denomine parlamento, convenção, conselho da comuna, ou que se dê qualquer outro título mais ou menos ridículo, que ele seja nomeado pelos prefeitos de um Bonaparte ou arquilivremente eleito por uma cidade insurreta —, o governo representativo sempre procurará ampliar sua legislação, reforçar sempre o poder, ingerindo-se em todas as coisas, matando a iniciativa do indivíduo e do grupo para suplantá-las pela lei. Sua tendência natural, inevitável, será a de tomar o indivíduo desde sua infância, e conduzi-lo de lei em lei, sob ameaça de punição, do berço ao túmulo, sem jamais deixar escapar esta presa à sua intensa vigilância. Viu-se alguma vez uma assembléia eleita declarar-se incompetente sobre qualquer coisa? Quanto mais ela é revolucionária, mais se apodera de tudo que não é de sua competência. Legislar sobre todas as manifestações da atividade humana, imiscuir-se até os mínimos detalhes da vida de "seus dependentes" — é a própria essência do Estado, do governo. Criar um governo, constitucional ou não, é constituir uma força que fatalmente procurará apoderar-se de tudo, regulamentar todas as funções da sociedade, sem reconhecer outro freio senão aquele que poderemos opor-lhe de vez em quando pela agitação ou pela insurreição. O governo parlamentar — ele já o provou bastante — não faz exceção à regra.

"A missão do Estado — disseram-nos para melhor nos cegar — é proteger o fraco contra o forte, o pobre contra o rico, as classes laboriosas contra as classes privilegiadas." Sabemos como os governos desempenharam esta missão: eles a compreenderam às avessas. Fiel à sua origem, o governo sempre foi o protetor do privilégio contra aqueles que procuravam dele se libertar. O governo representativo, em particular, organizou a defesa, com a conivência do povo, de todos os privilégios da burguesia comerciante e industrial contra a aristocracia, de um lado, contra os explorados, de outro — modesto, educado, bem culto para com uns, feroz contra os outros. É por isso que a menor das Leis protetoras do trabalho, por mais anódina que seja, só pode ser arrancada de um parlamento pela agitação insurrecional. Basta que nos lembremos das lutas, que foi preciso sustentar, da agitação da qual foi necessário livrar-se, para obter dos parlamentos ingleses, do Conselho Federal suiço, das câmaras francesas, algumas leis ruins sobre a limitação das horas de trabalho. As primeiras deste gênero, votadas na Inglaterra, só foram extorquidas mediante a colocação de barris de pólvora sob as máquinas.

Por sinal, nos países onde a aristocracia ainda não foi destronada por uma revolução, senhores e burgueses entendem-se maravilhosamente bem. "Tu me reconhecerás, senhor, o direito de legislar e eu montarei guarda em torno de teu castelo" — diz o burguês e, monta esta guarda, enquanto não se sente ameaçado.

Foram precisos quarenta anos de agitação, que, algumas vezes, colocava fogo no campo, para fazer o parlamento inglês decidir garantir ao fazendeiro o benefício das melhorias por ele feitas na terra que arrendou. Quanto à famosa "Lei Agrária" votada pela Irlanda, foi preciso que — o próprio Gladstone o confessava — o país se pusesse em insurreição geral, que recusasse categoricamente pagar os aluguéis e se defendesse das evicções pelo *boicote*, pelos incêndios, pelas execuções de lordes, antes de forçar a burguesia a votar esta péssima lei, que finge proteger o país faminto contra os lordes esfomeadores.

Todavia, se se trata de proteger os interesses do capitalista, ameaçados pela insurreição ou até pela agitação — então, o governo representativo, órgão de dominação do capital, torna-se feroz. Golpeia e o faz com maior segurança, maior covardia do que qualquer déspota. A lei contra os socialistas na Alemanha equivale ao Édito de Nantes; e jamais Catarina II, após a *jacquerie* de Pugatchoff, nem Luis XVI, após a guerra das farinhas, deram prova de tanta ferocidade quanto estas duas "Assembléias nacionais", de 1848 e de 1871, cujos membros gritavam: *Matem os lobos, as lobas e os lobinhos!*, e, por unanimidade, menos um voto, felicitavam, por seus massacres, os soldados embriagados de sangue!

A fera anônima de seiscentas cabeças soube sobrepujar os Luís XI e os João IV.

* * *

E será a mesma coisa, enquanto houver um governo representativo, quer seja ele regularmente eleito, quer ele se imponha à luz da insurreição.

Ou a igualdade econômica se fará na nação, na cidade, e, então, os cidadãos livres e iguais não irão mais deixar seus direitos nas mãos de alguns; procurarão um novo modo de organização, que lhes permita gerir, eles próprios, seus negócios.

Ou, então, haverá ainda uma minoria que dominará as massas no terreno econômico — um quarto Estado composto de burgueses privilegiados e, então, atenção às massas! O governo representativo, eleito por esta minoria, agirá de acordo. Legislará para manter seus privilégios e procederá contra os rebeldes pela força e pelo massacre.

* * *

Ser-nos-ia impossível analisar aqui todos os vícios do governo representativo. Seriam volumes a escrever. Limitando-nos apenas aos mais essenciais, ainda assim sairíamos do plano destes capítulos. Há um, entretanto, que merece ser mencionado.

Coisa estranha! O governo representativo tinha por objetivo impedir o governo pessoal; devia entregar o poder a uma classe, não a uma pessoa. E, no entanto, ele sempre teve por tendência retornar ao governo pessoal, submeter-se a um único homem.

A causa desta anomalia é bem simples. Com efeito, após ter armado o governo com mil e uma atribuições, que hoje lhe reconhecem; após ter-lhe confiado a gestão, em bloco, de todos os negócios que interessam ao país, e dado um orçamento de alguns bilhões, era possível confiar à confusão parlamentar a gerência destes inumeráveis negócios? Foi preciso, portanto, nomear um poder executivo — o ministério — que foi investido de todas estas atribuições, quase reais. Que miserável autoridade, com efeito, a de um Luís XIV, que se gaba de ser o Estado, em comparação com a de um ministério constitucional de nossos dias!

É verdade que a câmara pode derrubar este ministério, mas para fazer o quê? Nomear um outro, que seria investido dos mesmos poderes, e que seria forçada a derrubar em oito dias, se ela fosse conseqüente? Assim, ela prefere conservá-lo até que o país grite bem alto, e então ela o derruba, para chamar aquele que derrubou há dois anos. Faz, assim, a alternância: Gladstone — Beaconsfield, Beaconsfield — Gladstone, nada mudando, no fundo; o país é sempre governado por um homem, o chefe de gabinete.

Contudo, quando encontra um homem hábil, que lhe garante "a ordem", isto é, exploração interna e mercados externos — então, submete-se a todos os seus caprichos, arma-o sempre com novos poderes. Qualquer que seja seu desprezo pela constituição, quaisquer que sejam os escândalos de seu governo, ela aceita; se ela o atormenta com detalhes, ela lhe dá carta branca em tudo o que tem importância. Bismarck é o exemplo vivo disso; Guizot, Pitt e Palmerston o foram para as gerações precedentes.

Isto se compreende: todo governo tem tendência a se tornar pessoal; é sua origem; é sua essência. Quer o parlamento seja censitário ou emanado do sufrágio universal, quer seja nomeado exclusivamente por trabalhadores e composto de trabalhadores, ele sempre procurará o homem ao qual possa abandonar o cuidado do governo, ao qual possa se submeter. Enquanto confiarmos a um pequeno grupo todas estas atribuições econômicas, políticas, militares, financeiras, industriais etc., com as quais o armamos hoje, este pequeno grupo tenderá necessariamente, como um destacamento de soldados em campanha, a submeter-se a um único chefe.

Isto em tempo de calmaria. Porém, basta que a guerra se acenda nas fronteiras para que uma luta civil se desencadeie no interior — então, o primeiro ambicioso que chegar, o primeiro aventureiro hábil, apoderando-se da máquina de mil ramificações que se denomina administração, impor-se-á à nação. A assembléia não será mais capaz de impedi-lo do que quinhentos homens apanhados ao acaso na rua: ao contrário, ela paralisará a resistência. Os dois aventureiros que carregavam o nome Bonaparte não são obras da fatalidade. Foram a conseqüência inevitável da concentração dos poderes. Quanto à eficácia que teriam os oradores em resistir aos golpes de Estado, a França sabe alguma coisa disto. Ainda nos tempos atuais, foi a câmara que salvou a França do golpe de Estado de Mac-Mahon? Foram — sabe-se hoje — os comitês extraparlamentares. Citar-nos-ão ainda a Inglaterra? Que ela não se gabe muito de ter conservado intactas suas instituições parlamentares no decorrer do século XIX! Ela soube evitar, é verdade, durante este século, a guerra de classes; mas tudo leva a crer que ela também a terá, e não é preciso ser profeta para prever que o parlamento não sairá intacto desta luta; e soçobrará, de uma maneira ou de outra, segundo a marcha da revolução.

E, se quisermos, quando da próxima revolução, deixar as portas escancaradas à reação, à monarquia, talvez, basta-nos confiar nossos interesses a um governo representativo, a um ministério armado de todos os poderes que ele hoje possui. A ditadura reacionária, de início, nuançada de vermelho, em seguida, azulando à medida que se sentir firme, não se fará esperar. Terá à sua disposição todos os instrumentos de dominação: ela os encontrará inteiramente prontos a seu serviço.

* * *

Fonte de tantos males, o regime representativo não presta, pelo menos, alguns serviços para o desenvolvimento progressivo e pacífico das sociedades? Não contribuiu, talvez, para a descentralização do poder que se impunha em nosso século? Talvez tenha sabido impedir as guerras? Não poderia se prestar às exigências do momento e sacrificar a tempo uma instituição decadente, a fim de evitar a guerra civil? Não oferece, pelo menos, algumas garantias, alguma esperança de progresso, de melhoria interna?

Que amarga ironia em cada uma destas perguntas e tantas outras que surgem, todavia, é assim que se julga a instituição! Toda a história de nosso século está aí para dizer o contrário.

Os parlamentos, fiéis à tradição real e à sua transfiguração moderna, o jacobinismo, não fizeram outra coisa senão concentrar os poderes nas mãos do governo. Funcionarismo desmedido – isto se torna a característica do governo representativo. Desde o começo deste século, fala-se em descentralização, autonomia, e nada se faz além de centralizar, matar os últimos vestígios de autonomia. A própria Suíça sofre esta influência e a Inglaterra se submete a ela. Sem a resistência dos industriais e dos comerciantes, estaríamos, hoje, na situação de pedir a Paris permissão para matar um boi em Brives-la-Gaillarde. Tudo cai, pouco a pouco, sob a mão forte do governo. Só lhe falta agora a gestão da indústria e do comércio, da produção e do consumo, e os democratas socialistas, cegos de preconceitos autoritários, já sonham com o dia em que poderão regular, no parlamento de Berlim, o trabalho das manufaturas e o consumo sobre toda a superfície da Alemanha.

O regime representativo, que dizem ser tão pacífico, preservou-nos das guerras? Nunca se exterminou tanto quanto sob o regime representativo. A burguesia precisa da dominação dos mercados, e esta dominação só se adquire a expensas dos outros, pelos obuses e pela metralhadora. Os advogados e os jornalistas precisam da glória militar e não há piores combatentes do que os guerreiros do parlamento.

Os parlamentos não se prestam, no entanto, às exigências do momento, à modificação das instituições em decadência? Como no tempo da convenção, era preciso colocar o sabre na garganta dos convencionais para extorquir-lhes a sanção dos fatos realizados, hoje, também, devemos nos colocar em plena insurreição para arrancar dos "representantes do povo" a mínima reforma.

Quanto à melhoria do corpo eleito, nunca se viu degradação dos parlamentos como nos tempos atuais. Como toda instituição em decadência, ela vai piorando. Falava-se da podridão parlamentar no tempo de Luís Filipe. Falem sobre isso, hoje, às poucas pessoas honestas perdidas nestas turfeiras e elas vos dirão: "Sinto náuseas por isso!" O parlamentarismo só inspira nojo àqueles que o viram de perto.

Contudo, não se poderá melhorá-lo? Um novo elemento, o elemento operário, não lhe infundiria um sangue novo? Pois bem, analisemos a própria constituição das assembléias representativas, estudemos seu funcionamento e veremos que alimentar estes sonhos é tão ingênuo quanto casar um rei com uma camponesa, na esperança de obter uma geração de bons pequenos reis!

III

Os vícios das assembléias representativas não nos surpreenderão, com efeito, se refletirmos, ainda que por um momento, sobre a maneira como elas são recrutadas e como funcionam.

Será necessário que eu pinte aqui o quadro tão revoltante, tão profundamente repugnante e tão conhecido por nós – o quadro das eleições? Na burguesa Inglaterra e na democrática Suíça, na França, assim como nos Estados Unidos, na Alemanha como na República Argentina, esta triste comédia não é sempre a mesma em qualquer lugar?

Deve-se contar de que forma os cabos e os comitês eleitorais "forjam", "arrebatam" uma eleição, semeando à direita e à esquerda promessas políticas nas reuniões ou em público, de que modo eles penetram nas famílias bajulando a mãe, o filho, acariciando, se necessário, o cachorro asmático ou o gato do "eleitor"? De que maneira invadem os bares, convertem os eleitores e enganam os menos falantes levando-os a discussões, como esses compadres de vigarice, que os arrastam ao jogo de cartas? De que maneira o candidato, depois de ter feito com que o desejassem, aparece, por fim, no meio de seus "caros eleitores", com o sorriso indulgente, olhar modesto, voz aveludada – assim como a velha megera, locadora de quartos em Londres, que busca cativar um locatário através de seu doce sorriso e seus olhares angelicais? Será preciso enumerar os programas mentirosos – todos mentirosos – sejam eles oportunistas ou socialistas revolucionários, nos quais o próprio candidato, por pouco inteligente que seja e por pouco que conheça a câmara, não crê sequer um pouco mais nela do que nas predições do "Messager Boiteux" e que defende com uma vivacidade, uma empostação de voz, um sentimento dignos de um louco ou de um saltimbanco? Não será em vão que a comédia popular não se

limita mais em fazer de Bertrand e de Robert Macaire simples escroques, tartufos, ou trapaceiros de banco, mas acrescenta a estas excelentes qualidades a de "representantes do povo" em busca de sufrágios e propinas.

Será preciso, enfim, apresentar aqui os gastos com as eleições? Todos os jornais, porém, informam-nos o suficiente sobre este assunto. Ou deveremos reproduzir a relação de gastos de um cabo eleitoral, na qual figuram pernis de carneiro, jalecos de flanela e loção canforada, enviados pelo candidato caridoso "a esses caros filhos" de seus eleitores.

Também será preciso lembrar as despesas com as maçãs cozidas e com os ovos podres "para confundir o partido adversário", que pesam nos orçamentos eleitorais nos Estados Unidos, assim como as despesas com pichações caluniosas e com "manobras de última hora", que já representam um papel tão honroso em nossas eleições européias?

E, quando o governo intervém com seus "cargos", seus cem mil "cargos" a quem oferecer mais, suas tiras de tecido velho que trazem o nome de "condecorações", suas tabacarias, sua vigorosa proteção prometida aos locais de jogo e de vício, sua imprensa descarada, seus delatores, seus escroques, seus juízes e seus policiais...

Não, basta! Deixemos esta lama, não a agitemos! Limitemo-nos apenas a fazer esta pergunta: haverá uma única paixão humana, a mais vil, a mais abjeta de todas, que não seja colocada em jogo em dia de eleição? Fraude, calúnia, vulgaridade, hipocrisia, mentira, toda a lama que repousa no fundo da besta humana — eis o belo espetáculo que um país nos oferece, a partir do momento em que se lança em período eleitoral.

* * *

É assim, e não pode ser de outra forma, enquanto houver eleições para se escolherem governantes. Coloquem somente trabalhadores em um local, somente iguais, que um belo dia colocarão na cabeça a idéia de se entregar a governantes — e será, ainda, a mesma coisa. Não se distribuirá mais pernil; distribuir-se-á adulação, mentira — e tudo permanecerá como antes. O que se espera colher de melhor, quando se põe em leilão seus direitos mais sagrados?

O que se pede, com efeito, aos eleitores? Encontrar um homem ao qual se possa confiar o direito de legislar sobre tudo aquilo que eles têm de mais sagrado: seus direitos, seus filhos, seu trabalho! E seria possível se surpreender que dois ou três mil Robert Macaire venham disputar esses direitos reais? Procura-se um homem a quem se possa confiar, em companhia de alguns outros, saídos da mesma loteria, o direito de matar nossos filhos aos vinte e um ou aos dezenove anos, se bem lhe parecer; encerrá-los por três anos, mas também por dez anos, se ele preferir, na atmosfera pútrida da caserna; massacrá-los quando e onde ele quiser, começando uma guerra que o país será forçado a fazer, uma vez engajado. Poderá fechar as universidades ou abri-las a seu bel-prazer; forçar os pais a enviarem seus filhos à universidade ou recusar-lhes o ingresso. Novo Luís XIV, ele poderá favorecer uma indústria ou, então, matá-la, se preferir; sacrificar o Norte pelo Sul ou o Sul pelo Norte; anexar uma província ou cedê-la. Disporá de algo em torno de três bilhões por ano, que arrancará da boca do trabalhador. Terá ainda a prerrogativa real de nomear o poder executivo, isto é, um poder que, enquanto estiver de acordo com a câmara, poderá ser mais despótico, mais tirânico do que a defunta realeza. Isto porque, se Luís XVI só comandava algumas dezenas de milhares de funcionários, ele comandará centenas de milhares; e se o rei podia roubar do Tesouro Nacional alguns miseráveis sacos de moeda, o ministro constitucional de nossos dias, de um só golpe na Bolsa, embolsa "honestamente" milhões.

E surpreender-se-ia ao ver todas as paixões postas em jogo, quando se procura um governante para ser investido de semelhante poder! Quando a Espanha colocava seu trono vago em leilão, surpreendiam-se ao ver os flibusteiros chegarem de todas as partes? Enquanto este leilão dos poderes reais continuar, nada poderá ser reformado: a eleição será a feira de vaidades e consciências.

* * *

Deste modo, mesmo que se cerceasse, ainda que pouco, o poder dos deputados, mesmo que o fracionássemos fazendo de cada comuna um pequeno Estado — tudo permaneceria igual.

Compreende-se a delegação, quando cem, duzentos homens, que se encontram todos os dias em seu trabalho, em seus negócios comuns, que se conhecem a fundo, uns aos outros, que discutiram, sob todos os seus aspectos, um assunto qualquer, e que chegaram a uma decisão, escolhem alguém e o enviam a se entender com outros delegados do mesmo gênero, sobre este assunto específico. Assim, a escolha se dá com pleno conhecimento de causa, todos sabem o que podem confiar a seu delegado. Este delegado, por sinal, nada mais fará senão expor diante de outros delegados as considerações que levaram seus representados a tal conclusão. Nada podendo impor, buscará o entendimento e voltará com uma simples proposição, que os mandatários poderão aceitar ou recusar. Foi assim que nasceu a delegação: quando as comunas enviaram seus delegados para outras comunas, não tinham outro mandato. É assim que fazem, ainda hoje, os meteorologistas, os estatísticos, em seus congressos internacionais, os delegados das companhias ferroviárias e das administrações postais de diversos países.

* * *

Porém, o que se pede agora aos eleitores? Pede-se a dez, vinte mil homens (a cem mil nas eleições gerais), que não se conhecem, que nunca se vêem, nunca se encontram para discutir um assunto de interesse comum, que se entendam na escolha de um homem. Observemos ainda que esse homem não será enviado para expor um assunto preciso ou defender uma resolução que concerne a um assunto específico. Não, ele deve ser bom para fazer tudo, legislar sobre qualquer coisa, e sua decisão será lei. O caráter primitivo da delegação encontrou-se completamente travestido, tornou-se um absurdo.

Este ser onisciente, que hoje se procura, não existe. Porém, eis um cidadão honesto, que reúne certas condições de probidade e de bom senso com um pouco de instrução. É ele que será eleito? É claro que não. Há apenas vinte pessoas em seu colégio, que conhecem suas excelentes qualidades. Nunca procurou fazer propaganda de si, despreza os meios usuais de fazer alarde em torno de seu nome, nunca reunirá mais de 200 votos. Sequer o lançarão candidato, e chamar-se-á um advogado ou um jornalista, um orador eloqüente ou um escrevinhador, que levará ao parlamento seus costumes do fórum e do jornal, e irá reforçar o rebanho de voto da situação ou da oposição. Ou, ainda, será um negociante, invejoso de conseguir o título de deputado, e que não desistirá diante de um gasto de 10.000 francos para conquistar a notoriedade. E, lá onde os costumes são por excelência democráticos, como nos Estados Unidos, lá onde os comitês constituem-se com facilidade e contrabalançam a influência da fortuna, escolher-se-á o pior de todos, o político profissional, o ser abjeto tornado, hoje, a chaga da grande república, o homem que faz da política uma indústria e que a pratica segundo os procedimentos da grande indústria — propaganda, escândalos, corrupção.

Mudai o sistema eleitoral como quiserdes: substituí o escrutínio de distrito pelo escrutínio de lista, fazei as eleições em dois níveis como na Suíça (falo das reuniões preparatórias), modificai o quanto puderdes, aplicai o sistema nas melhores condições de igualdade — talhai e retalhai os colégios eleitorais —, o vício intrínseco da instituição permanecerá. Aquele que souber reunir mais da metade dos votos (salvo muito raras exceções) nos partidos perseguidos, será sempre o homem nulo, sem convicções — aquele que sabe contentar todo mundo.

Eis por que — Spencer já observou — os parlamentos são em geral tão mal compostos. A câmara, diz ele na sua *Introdução*, é sempre inferior à média do país, não só como consciência, mas também como inteligência. Um país inteligente diminui-se em sua representação. Ele juraria ser representado por idiotas, e não escolheria melhor. Quanto à probidade dos deputados, sabemos o que ela vale. Basta ler o que dizem disto os ex-ministros que os conheceram e apreciaram.

Que pena não existirem trens especiais para que os eleitores possam ver sua "*câmara*" trabalhando. Eles se sentiriam rapidamente enojados. Os antigos embebedavam seus escravos para ensinar a seus filhos a repulsa pela embriaguez. Parisienses, ide, portanto, à câmara ver vossos representantes para enojar-vos pelo governo representativo.

* * *

A esta corja de nulidades, o povo abandona todos os seus direitos, exceto, o de destituí-los de vez em quando e nomear outros. Todavia, como a nova assembléia, nomeada segundo o mesmo sistema e encarregada da mesma missão, será tão má quanto a precedente, a grande massa acaba por se desinteressar pela comédia e limita-se a alguns remendos, aceitando alguns novos candidatos, que conseguem se impor.

Porém, se a eleição já está tomada por um vício constitucional, irreformável, o que dizer da maneira como a assembléia desempenha seu mandato? Refleti um único minuto apenas e vereis de imediato a inanidade da tarefa que vós lhe impondes.

Vosso representante deverá emitir uma opinião, um voto, sobre toda a série, variada ao infinito, de questões que surgem nesta formidável máquina — o Estado centralizado.

Ele deverá votar o Imposto sobre os cães e a reforma do ensino universitário, sem nunca ter colocado os pés na universidade nem sabido o que é um cão do campo. Deverá pronunciar-se sobre as vantagens do fuzil Gras, e sobre o local a ser escolhido para os haras do Estado. Votará sobre a filoxera, o guano, o tabaco, o ensino primário e o saneamento das cidades; sobre a Cochinchina e a Guiana, sobre os tubos de chaminés e o Observatório de Paris. Ele, que só viu os soldados em desfile, repartirá os corpos do exército e, sem nunca ter visto um árabe, vai fazer e desfazer o Código Agrário muçulmano na Argélia. Votará a barretina ou o quepe, segundo as preferências de sua esposa. Protegerá o açúcar e sacrificará o trigo candial. Matará a vinha, julgando protegê-la; votará o reflorestamento contra a pastagem e protegerá a pastagem contra a floresta. Estará instruído quanto aos bancos. Destruirá um canal por causa de uma ferrovia, sem saber muito bem em que parte da França se encontram ambos. Acrescentará novos artigos ao Código Penal, sem nunca tê-lo consultado. Proteu onisciente e onipotente, hoje militar, amanhã criador de porcos, alternadamente banqueiro, acadêmico, limpador de esgotos, médico, astrônomo, fabricante de drogas, curtidor de couro ou negociante, segundo as ordens do dia da câmara, nunca hesitará. Habituado na sua função de advogado, jornalista ou orador de reuniões públicas, a falar do que não conhece, votará sobre todas estas questões, com a única diferença de que, em seu jornal, divertia o zelador; nos tribunais, despertava com sua voz os juízes e os jurados sonolentos, e, na câmara, sua opinião será lei para trinta, quarenta milhões de habitantes.

E, como lhe é materialmente impossível ter sua opinião sobre os mil assuntos para os quais seu voto será lei, fará mexericos com seu vizinho, passará seu tempo no bar, escreverá cartas para reaquecer o entusiasmo de seus "caros eleitores", enquanto um ministro lerá um relatório repleto de números alinhados para a circunstância por seu chefe de gabinete; no momento do voto, pronunciar-se-á a favor ou contra o relatório, segundo o sinal do líder de seu partido.

Assim, uma questão de engorda de porcos ou de equipamento para o soldado será, nos dois partidos, da situação e da oposição, apenas uma questão de escaramuça parlamentar. Eles não se perguntarão se os porcos necessitam de engorda, nem se os soldados já não estão sobrecarregados como camelos do deserto — a única questão que lhes interessa é saber se um voto afirmativo favorece seu partido. A batalha parlamentar acontecerá sobre as costas do soldado, do agricultor, do trabalhador industrial, no interesse da situação ou da oposição.

Pobre Proudhon, imagino seus dissabores quando teve a ingenuidade infantil, ao entrar para a assembléia, de estudar a fundo cada uma das questões colocadas na ordem do dia. Levava à tribuna números, idéias — nem mesmo o escutavam. As questões são todas resolvidas muito antes da sessão, por esta consideração muito simples: é útil, é nociva ao nosso partido? A contagem dos votos está feita; os submissos são registrados, os insubmissos são sondados, contados cuidadosamente. Os discursos só são pronunciados como encenação teatral: só são escutados se possuem valor artístico ou se se prestam ao escândalo. Os ingênuos acreditam que Roumestam arrebatou a câmara por sua eloqüência e Roumestam, depois da sessão, calcula com seus amigos como poderá livrar-se das promessas feitas para obter o voto. Sua eloqüência era apenas uma cantata de circunstância, composta e cantada para divertir a galeria, para reaquecer sua popularidade com frases pomposas.

* * *

"Desviar um voto!" Quem são, porém, esses que desviam estes votos, cujas cédulas fazem a balança parlamentar pender para um lado ou para outro? Quem são esses que derrubam e refazem os ministérios e que dotam o país de uma política de reação ou de aventuras exteriores? Quem decide entre a situação e a oposição? São aqueles que não têm *nenhuma* opinião, aqueles que se sentam sempre entre duas cadeiras, que pairam entre os dois principais partidos da câmara.

É justo este grupo — uns cinqüenta indiferentes, pessoas sem nenhuma convicção, que viram a casaca entre liberais e conservadores, que se deixam influenciar por promessas, cargos, bajulações ou pânico —, este pequeno grupo de nulidades, que, dando ou recusando seus votos, decide todas as questões do país. São eles que fazem as leis ou as engavetam. São eles que sustentam ou derrubam os ministérios e que mudam a direção da política. Uns cinqüenta indiferentes fazendo a lei para o país — eis a que se reduz, em primeira análise, o regime parlamentar.

Isto é inevitável, qualquer que seja a composição do parlamento, mesmo que ele esteja repleto de estrelas de primeira grandeza e de homens íntegros — a decisão pertencerá... aos camaleões! Nada poderá ser mudado nesta situação enquanto a maioria fizer a lei.

* * *

Após ter brevemente indicado os vícios constitucionais das assembléias representativas, deveríamos agora mostrar essas assembléias trabalhando. Deveríamos mostrar como é que todas, desde a Convenção até o Conselho da Comuna de 1871, desde o parlamento inglês até a skupchtchina sérvia, são maculadas; como suas melhores leis não foram — segundo a expressão de Buckle — senão a abolição de leis precedentes; como estas leis tiveram de ser arrancadas à força pelo povo, por meios insurrecionais. Seria uma história a ser escrita, mas ultrapassaria os limites deste capítulo. Aliás, quem quer que saiba raciocinar sem se deixar desviar pelos preconceitos de nossa educação viciosa, encontrará muitos exemplos na história do governo representativo de nossos dias. Compreenderá que, qualquer que seja o corpo representativo — seja composto de operários ou de burgueses, seja, até mesmo, amplamente aberto aos socialistas-revolucionários —, ele conservará todos os vícios das assembléias representativas. Estes vícios não dependem dos indivíduos, são inerentes à instituição.

Sonhar com um Estado operário, governado por uma assembléia eleita, é o mais insano dos sonhos que nossa educação autoritária nos inspira.

Como não se pode ter um bom rei, nem em Rienzi, nem em Alexandre III, assim, também, não se pode ter um bom parlamento. O futuro socialista está em outra direção: ele abrirá à Humanidade novos caminhos, tanto na ordem política quanto na econômica.

IV

É, sobretudo, dando uma olhada na história do regime representativo, sua origem e o modo como a instituição desnaturou-se, à medida que o Estado desenvolvia-se, que compreendemos que seu tempo já se esgotou, seu papel terminou e que ela deve dar lugar a um novo modo de organização política.

Não remontemos muito longe; tomemos o século XII e a libertação das comunas.

No seio da sociedade feudal produz-se um grande movimento libertário. As cidades libertam-se dos senhores. Seus habitantes "juram" a defesa mútua; constituem-se independentes dentro de suas muralhas; organizam-se para a produção e a troca, para a indústria e o comércio; criam estas cidades, que, durante três ou quatro séculos, servirão de refúgio ao trabalho livre, às artes, às ciências, às idéias — que lançarão os alicerces desta civilização que tanto glorificamos.

Longe de ser de origem puramente romana, como fizeram crer Raynouard e Lebas, na França (seguidos por Guizot e, em parte, por Augustin Thierry), Eichhorn, Gaupp e Savigny, na Alemanha; longe de ser de origem puramente germânica, como afirma a brilhante escola dos "germanistas", as comunas foram um produto natural da Idade Média e da importância sempre crescente dos burgos como centros de comércio e de indústria. É por isso que, simultaneamente, na Itália, em Flandres, nas Gálias, na Ger-

mânia, no mundo escandinavo e no mundo eslavo, onde a influência romana é nula e a influência germânica quase não conta, vemos afirmar-se, na mesma época, isto é, nos séculos XI e XII, estas cidades independentes, que preencherão três séculos de sua vida movimentada, e, mais tarde, tornar-se-ão elementos constitutivos dos Estados modernos.

Conjurações de burgueses, que se armam para sua defesa e criam no interior uma organização independente de seus senhores temporais ou eclesiásticos, tanto quanto do rei; as cidades livres florescem dentro de suas muralhas; e ainda que procurem substituir-se ao senhor na dominação dos vilarejos, inspiram estes com o mesmo sopro de liberdade. *Nus sumes homes cum il sunt* ("Nós somos homens como eles"), cantam os habitantes dos vilarejos, dando um passo a mais para a libertação dos servos.

"Asilos abertos à vida de trabalho", as cidades libertadas constituem-se interiormente como ligas de corporações independentes. Cada corporação tem sua jurisdição, sua administração, sua milícia. Cada uma é senhora de seus interesses, não só no que concerne à sua profissão e ao seu comércio, mas em tudo o que o Estado se atribuirá mais tarde: educação, medidas sanitárias, infrações aos costumes, questões penais e cíveis, defesa militar. Corpos políticos, ao mesmo tempo que industriais ou comerciantes, as corporações estão unidas entre si pelo *fórum* — o povo reunido ao som dos sinos nos grandes acontecimentos, para julgar os conflitos entre corporações, para decidir sobre questões que concernem a toda a cidade, ou para entender-se quanto aos grandes empreendimentos comunais, que exigem o concurso de todos os seus habitantes.

Na comuna, sobretudo em seu início — nenhum sinal ainda de governo representativo. A rua, a seção, toda a corporação, toda a cidade em bloco, tomam as decisões, não por maioria, mas discutindo até que os partidários de uma das duas opiniões em oposição acabem aceitando plenamente, ainda que como experiência, a opinião que reúne o maior número.

Existia entendimento? A resposta está em suas obras, que não cessamos de admirar sem poder sobrepujá-las. Tudo o que restou de belo do fim da Idade Média é obra destas cidades. As catedrais, estes monumentos gigantescos, que contam, talhadas na pedra, a história, as aspirações das comunas, são a obra destas corporações, trabalhando por devoção, por

amor à arte e à sua cidade (não era com os fundos municipais que as catedrais de Reims, de Rouen, poderiam ser pagas) e rivalizando-se entre si para embelezar seus paços municipais, para construir suas muralhas.

É às comunas libertadas que devemos o renascimento da arte, é às corporações de mercadores, muitas vezes a todos os habitantes da cidade, que traziam cada um sua parte no equipamento de uma caravana ou de uma frota, que devemos este desenvolvimento do comércio que deu origem às Ligas hanseáticas e às descobertas marítimas. É às corporações de industriais, estupidamente denegridas depois pelo ignorantismo e egoísmo dos empresários da indústria, que devemos a criação de quase todas as artes industriais das quais nos beneficiamos hoje em dia.

* * *

A comuna da Idade Média, todavia, devia perecer. Dois inimigos a atacavam ao mesmo tempo: o de dentro e o de fora.

O comércio, as guerras, a dominação egoísta sobre o campo agiam no sentido de aumentar a desigualdade no seio da comuna, para despojar uns, enriquecer outros. Durante algum tempo, a corporação impediu o desenvolvimento do proletariado no seio da cidade, mas, em pouco tempo, sucumbiu numa luta desigual. O comércio, sustentado pela pilhagem, as guerras contínuas de que a história daquela época está repleta, enriqueciam uns, empobreciam outros; a burguesia nascente trabalhava para fomentar a discórdia, para exagerar as desigualdades de fortunas. A cidade dividiu-se em ricos e pobres, em "brancos" e "negros"; a luta de classes fez seu aparecimento e, com ela, o Estado no seio da comuna. À medida que os pobres se empobreciam ainda mais, subjugados cada vez mais pelos ricos pela usura, a representação municipal, o governo por procuração, isto é, o governo dos ricos, fortalecia-se na comuna. Ela se constituía como Estado representativo, com caixa municipal, milícia de aluguel, *condottieri* armados, serviços públicos, funcionários. Ela própria era um Estado, mas um pequeno Estado; não devia se tornar, em pouco tempo, a presa do grande Estado que se constituía sob os auspícios da realeza? Minada já no interior, foi, com efeito, engolida pelo inimigo exterior — o rei.

* * *

Enquanto as cidades livres floresciam, o Estado centralizado já se constituía às suas portas.

Nasceu longe do barulho do *fórum*, longe do espírito municipal que inspirava as cidades independentes. Foi em uma nova cidade, em Paris, em Moscou — aglomerado de vilarejos —, que se consolidou o poder nascente da realeza. O que era o rei até então? Um chefe de bando como os outros. Um chefe cujo poder mal se estendia sobre seu bando de malfeitores e que cobrava um tributo daqueles que lhe compravam a paz. Enquanto este chefe estivesse encerrado em uma cidade orgulhosa de suas liberdades comunais, o que podia fazer? Tão logo, de simples defensor das muralhas, tentava se tornar senhor da cidade, o *fórum* o expulsava. Refugiou-se então em uma aglomeração nascente, em uma nova cidade. Lá, extraindo a riqueza do trabalho dos servos, não encontrando qualquer obstáculo na plebe turbulenta, começou pelo dinheiro, pela fraude, pela intriga e pelas armas, o lento trabalho de aglomeração, de centralização, que as guerras da época, as contínuas invasões, muito favoreciam — impunham, eu diria —, ao mesmo tempo, a todas as nações européias.

As comunas, já em decadência, já Estados intramuros, serviram-lhe de alvo e modelo. Tratava-se apenas de englobá-los pouco a pouco, apropriar-se de seus órgãos, fazê-las servirem ao desenvolvimento do poder real. Foi o que fez a realeza, de início muito comedida, e cada vez mais brutalmente à medida que sentia suas forças crescerem.

O direito escrito havia nascido, ou melhor, cultivava-se nas Cartas das comunas. Serviu de base ao Estado. Mais tarde, o direito romano veio dar-lhe sua sanção, ao mesmo tempo que à autoridade real. A teoria do poder imperial, desenterrada dos glossários romanos, foi propaganda em benefício do rei. A Igreja, por sua vez, apressou-se em lhe dar sua bênção e, após ter fracassado em sua tentativa de constituir o império universal, agrupou-se em torno deste, por intermédio do qual esperava reinar um dia sobre a Terra.

* * *

Durante cinco séculos, a realeza prosseguiu este lento trabalho de aglomeração, amotinando os servos e as comunas contra o senhor, mais tarde esmagando os servos e as comunas com a ajuda do senhor, tornado seu fiel servidor. Ela começa lisonjeando as comunas, mas espera que as lutas intestinas abram-lhe suas portas, entreguem-lhe seus cofres, de que ela se apoderará, e suas muralhas, que encherá com seus mercenários. Procede, em relação às comunas, com cautela: reconhece-lhe certos privilégios, mesmo quando as subjuga.

Chefe de soldados que não lhe obedecem senão quando lhes proporciona despojos dos saqueados, o rei sempre esteve cercado de um conselho de seus subchefes, que no século XIV ou XV representam seu conselho da nobreza. Mais tarde, um conselho do clero vem juntar-se a este. E, à medida que o rei consegue apoderar-se das comunas, convida a irem à sua corte — sobretudo em épocas críticas — os representantes de "suas boas cidades", a fim de pedir-lhes subsídios.

Foi assim que nasceram os parlamentos. Porém, — observemos bem — estes corpos representativos, como a própria realeza, tinham um poder bastante limitado. O que se pedia a eles era somente um auxílio pecuniário para tal guerra; e, uma vez votado este auxílio pelos delegados, ainda era preciso que a cidade o ratificasse. Quanto à administração interna das comunas, a realeza nada tinha a ver com isto. "Tal cidade está pronta a conceder-vos tal subsídio para rechaçar tal invasão. Consente em aceitar uma guarnição para servir de praça forte contra o inimigo" — eis o mandato claro e preciso do representante da época. Que diferença em relação ao mandato ilimitado, compreendendo tudo no mundo, que hoje damos aos nossos deputados!

O mal estava feito. Nutrida pelas lutas entre ricos e pobres, a realeza havia se constituído sob a dissimulação da defesa nacional.

Em pouco tempo, vendo o desperdício de seus subsídios na corte real, os representantes das comunas procuram colocar ordem nisto. Impõem-se à realeza como administradores do tesouro nacional; e na Inglaterra, apoiados pela aristocracia, conseguem que sejam aceitos como tais. Na França, após o desastre de Poitiers, estiveram bem perto de arrogar-se os mesmos direitos; mas Paris, amotinada por Etienne Marcel, é reduzida ao silêncio,

ao mesmo tempo que a *jacquerie*, e a realeza sai da luta com uma nova força.

Depois disso, tudo contribui para a consolidação da realeza, a centralização dos poderes nas mãos do rei. Os subsídios transformam-se em impostos, e a burguesia apressa-se em colocar a serviço do rei seu espírito de ordem e administração. A decadência das comunas, que sucumbem uma após outra diante do rei; a fraqueza dos camponeses, reduzidos cada vez mais à servidão econômica, senão pessoal; as teorias do direito romano, exumadas pelos juristas; as guerras contínuas — fonte permanente de autoridade —; tudo favorecia a consolidação do poder real. Herdeiro da organização comunal, apodera-se dela para imiscuir-se cada vez mais na vida de seus súditos, até que, sob Luís XIV, ele pôde exclamar: "O Estado sou eu!"

A partir daí é a decadência, o aviltamento da autoridade real, caindo nas mãos das cortesãs, procurando reerguer-se sob Luís XVI por meio de medidas liberais do princípio do reinado, mas sucumbindo rápido sob o peso de seus crimes.

* * *

O que faz a Grande Revolução quando levanta seu machado para a autoridade do rei?

O que tornou possível esta revolução foi a desorganização do poder central, reduzido durante quatro anos à absoluta impotência, ao papel de simples registrador dos fatos consumados; foi a ação espontânea das cidades e do campo, arrancando do poder todas as suas atribuições, recusando-lhe o imposto e a obediência.

A burguesia, porém, que detinha o papel mais importante, podia acomodar-se a este estado de coisas? Via que o povo, após ter abolido os privilégios dos senhores, ia atacar os da burguesia urbana e rural, procurou e conseguiu dominá-lo. Para isso, fez-se defensora do governo representativo, e trabalhou durante quatro anos com toda a força de ação e de organização, que se lhe reconhece, para incutir esta idéia na nação. Seu ideal era o de Etienne Marcel: um rei, que, em teoria, é investido de um poder absoluto e, na realidade, encontra-se reduzido a zero por um parlamento composto, evidentemente, pelos representantes da burguesia. A onipotência da burguesia por intermédio do parlamento, sob a dissimulação da realeza — eis seu objetivo. Se o povo impôs-lhe a república, é a contragosto que a aceita, e livra-se dela o mais rápido possível.

Atacar o poder central, despojá-lo de suas atribuições, esmigalhar o poder, seria confiar ao povo os seus interesses, seria correr os riscos de uma revolução verdadeiramente popular. É por isso que a burguesia procura reforçar ainda mais o governo central, investi-lo de poderes que o próprio rei não ousa sonhar, concentrar tudo em suas mãos, submeter-lhe tudo, de um extremo a outro da França e, em seguida, apoderar-se de tudo pela Assembléia Nacional.

Este ideal do jacobino é, até o presente momento, o ideal da burguesia de todas as nações européias, e o governo representativo é sua arma.

* * *

Este ideal pode ser o nosso? Os trabalhadores socialistas podem sonhar em refazer nos mesmos termos a revolução burguesa? Podem sonhar em reforçar, por sua vez, o governo central, entregando-lhe todo o domínio econômico, e confiar o controle de todos os seus interesses, políticos, econômicos, sociais, ao governo representativo? O que foi um compromisso entre a realeza e a burguesia deve ser o ideal do trabalhador socialista?

É evidente que não.

A uma nova fase econômica corresponde uma nova fase política. Uma revolução tão profunda quanto a que é desejada pelos socialistas não poderia entrar nos moldes da vida política do passado. Uma nova sociedade, com base na igualdade de condições, na posse coletiva dos instrumentos de trabalho, não poderia se acomodar, mesmo que fosse por oito dias, com o regime representativo, nem com qualquer uma das modificações com as quais se procuraria animar este cadáver.

Esse regime já teve sua época. Seu desaparecimento é tão inevitável, hoje, quanto o foi outrora seu aparecimento. Corresponde ao reino da burguesia.

É por este regime que a burguesia reina já faz um século, e desaparecerá com ela. Quanto a nós, se desejamos a revolução social, devemos procurar o modo de organização política que corresponderá ao novo modo de organização econômica.

Este modo, por sinal, já está traçado por antecipação. É a formação do simples ao composto, de grupos que se constituem livremente para a satisfação de todas as necessidades múltiplas dos indivíduos na sociedade.

As sociedades modernas já caminham neste sentido. Em todos os lugares, o livre agrupamento, a livre federação procuram substituir a obediência passiva. Já existem dezenas de milhões destes grupos livres e novos surgem a cada dia. Ampliam-se e já começam a cobrir todos os ramos da atividade humana; ciência, artes, indústria, comércio, socorros, até mesmo defesa do território e segurança contra o roubo e os tribunais — nada lhes escapa, sua reserva amplia-se e acabará por abarcar tudo o que o rei, o parlamento, tinham outrora se arrogado.

O futuro está no livre agrupamento dos interessados, não na centralização governamental — na liberdade e não na autoridade.

Porém, antes de esboçar a organização, que surgiria do livre agrupamento, devemos ainda atacar muitos preconceitos políticos, dos quais estamos todos imbuídos até o momento, e é o que faremos nos próximos estudos.

A LEI E A AUTORIDADE

I

"Quando a ignorância está no seio das sociedades e a desordem nos espíritos, as leis tornam-se numerosas. Os homens tudo esperam da legislação, e, cada nova lei sendo uma nova decepção, *são levados a pedir-lhe constantemente o que só pode vir deles próprios*, de *sua* educação, do estado de *seus* costumes." Não é, com certeza, um revolucionário que diz isto, nem mesmo um reformador. É um jurisconsulto, Dalloz, autor do Código das Leis Francesas, conhecido sob o nome de *Repertório da Legislação*. Entretanto, estas linhas, ainda que escritas por um homem que era um fazedor e um admirador das leis, representam, de modo perfeito, o estado anormal de nossas sociedades.

Nos Estados atuais, uma nova lei é considerada como um remédio para todos os males. Ao invés de cada um mudar por si mesmo o que é ruim, começa-se por pedir uma lei que o modifique. A estrada entre dois vilarejos está impraticável, o camponês diz que seria preciso uma lei sobre as estradas vicinais. O guarda-rural insultou alguém, aproveitando-se da simplicidade daqueles que lhe testemunham seu respeito: "Precisar-se-ia de uma lei, diz o insultado, que prescreva aos guardas-rurais serem mais educados". O comércio, a agricultura não vão bem? "É de uma lei protetora que precisamos", assim raciocinam o lavrador, o criador de gado, o especulador de trigos; não há ninguém, nem mesmo o adeleiro, que não peça uma lei para proteger seu pequeno comércio. O patrão reduz os salários ou aumenta a jornada de trabalho: "É preciso uma lei que ponha ordem nisto!", exclamam os aprendizes de deputados, ao invés de dizer aos operários que há um outro meio, bem mais eficaz "para pôr ordem nisto": tomar do patrão tudo aquilo de que ele despojou as gerações de operários. Resumindo, em tudo uma lei! Uma lei sobre as estradas, uma lei sobre os costumes, uma lei sobre os cães raivosos, uma lei sobre a virtude, uma lei para opor

um dique a todos os vícios, a todos os males que são tão-somente o resultado da indolência e da covardia humanas!

Estamos todos de tal modo pervertidos por uma educação que, desde a infância, procura matar em nós o espírito de revolta e desenvolver o de submissão à autoridade; estamos de tal modo pervertidos por esta existência sob o jugo da lei que tudo regulamenta: nosso nascimento, nossa educação, nosso desenvolvimento, nosso amor, nossas amizades, que, se isto continuar, perderemos toda iniciativa, todo hábito de raciocinar por nós mesmos. Nossas sociedades parecem não mais compreender que se possa viver de outra forma senão sob o regime da lei, elaborada por um governo representativo e aplicada por um punhado de governantes; e, mesmo quando conseguem emancipar-se deste jugo, seu primeiro cuidado é o de retomá-lo de imediato. "O ano I da liberdade" não durou mais do que um dia, pois, após tê-lo proclamado, já no dia seguinte retornava-se ao jugo da lei, da autoridade.

* * *

Com efeito, faz milhares de anos que aqueles que nos governam não fazem outra coisa senão repetir em todos os tons: "Respeito à lei, obediência à autoridade!" O pai e a mãe educam os filhos neste sentimento. A escola o reforça; ela prova a necessidade incutindo nas crianças resíduos de falsa ciência, habilmente reunidos; da obediência à lei ela faz um culto; casa o Deus e a Lei dos senhores em uma única e mesma divindade. O herói da história que ela fabricou é aquele que obedece a lei, que a protege dos revoltados.

Mais tarde, quando a criança entra na vida pública, a sociedade e a literatura, golpeando a cada dia, em cada instante, como a gota d'água que perfura a pedra, continuam a nos incutir o mesmo preconceito. Os livros de História, de Ciência Política, de Economia Social regurgitam este respeito à lei: até mesmo se colocou as Ciências Físicas para contribuir, e, introduzindo nestas ciências de observação uma linguagem falsa, tomada emprestada da Teologia e do autoritarismo, consegue-se habilmente nos confundir a inteligência, sempre para manter o respeito pela lei. O jornal faz o mesmo

trabalho; não há sequer um único artigo nos jornais, que não propague a obediência à lei, mesmo quando, na terceira página, constata-se, todos os dias, a imbecilidade da lei, e mostra-se como ela é arrastada em todas as lamas, em todas as imundícies por aqueles que estão encarregados de mantê-la. O servilismo diante da lei tornou-se uma virtude, e até duvido que exista um único revolucionário que não tenha começado em sua juventude por ser um defensor da lei contra o que se denomina, em geral, "os abusos", conseqüência inevitável da própria lei.

A arte faz coro com a pretensa ciência. O herói do escultor, do pintor, do músico, cobre a lei com seu escudo e, de olhos inflamados e narinas abertas, está pronto a golpear com seu gládio quem quer que ouse tocá-la. Constroem-lhe templos, nomeiam-lhe grandes sacerdotes nos quais os próprios revolucionários hesitam tocas, e se a revolução vem destruir uma antiga instituição, é ainda por uma lei, que ela tenta consagrar sua obra.

Este amontoado de regras de conduta — que nos legaram a escravidão, a servidão, o feudalismo e a realeza — que denominam lei, substituiu estes monstros de pedra diante dos quais imolavam-se as vítimas humanas, e que o homem escravizado sequer ousava roçar, com medo de ser morto pelos raios do céu.

* * *

Foi depois do advento da burguesia — depois da grande Revolução Francesa — que, principalmente, conseguiu-se estabelecer este culto. Sob o Antigo Regime pouco se falava de leis, senão com Montesquieu, Rousseau, Voltaire, para opô-las ao capricho real; era-se obrigado a obedecer para o bel-prazer do rei e de seus criados, sob pena de ser jogado na prisão ou enforcado. Porém, durante e após a revolução, os advogados chegados ao poder fizeram o melhor possível para consolidar este princípio sobre o qual eles deviam estabelecer seu reinado. A burguesia o aceitou de pronto, como sua tábua de salvação, para pôr um dique à torrente popular. Os padrecos apressaram-se em santificá-lo, para salvar seu barco, que soçobrava nas ondas da torrente. O povo, enfim, aceitou-o como um progresso sobre o arbítrio e a violência do passado.

É preciso transportar-se, pela imaginação, ao século XVIII, para compreendê-lo. É preciso ter sangrado seu coração pela recitação das atrocidades, que eram cometidas naquela época pelos nobres todo-poderosos sobre os homens e as mulheres do povo, para compreender que influência mágica estas palavras: "Igualdade perante a lei, obediência à lei, sem distinção de nascimento ou fortuna", deviam exercer, há um século, sobre o espírito do camponês. Ele, a quem tinham tratado até então mais cruelmente do que a um animal, que nunca teve nenhum direito e jamais obteve justiça contra os atos mais revoltantes do nobre, a menos que se vingasse matando-o e deixando-se enforcar, via-se considerado por esta máxima, pelo menos em teoria, pelo menos quanto a seus direitos pessoais, o igual de seu senhor. Qualquer que fosse esta lei, prometia atingir igualmente o senhor e o camponês, proclamava a igualdade, perante o juiz, do pobre e do rico. Esta promessa era uma mentira, sabemo-lo hoje; mas naquela época ela era um progresso, uma homenagem concedida à verdade. É por isso que os salvadores da burguesia ameaçada, os Robespierre e os Danton, embasando-se nos escritos dos filósofos da burguesia, os Rousseau e os Voltaire, proclamaram "o respeito pela lei, igual para todos", o povo, cujo ímpeto revolucionário já se esgotara, diante de um inimigo cada vez mais solidamente organizado, aceitou o compromisso. Curvou o pescoço sob o jugo da lei, para salvar-se do arbítrio do senhor.

Daí em diante, a burguesia não cessou de explorar esta máxima que, com este outro princípio, o governo representativo, resume a filosofia do século da burguesia, o século XIX. Pregou-a nas escolas, criou ciências e artes com este objetivo, inseriu-a em todos os lugares, como a devota inglesa que desliza sob vossas portas seus tratados religiosos. E trabalhou tão bem que, hoje, vemos se produzir este fato execrável: no próprio dia do despertar do espírito crítico, os homens, querendo ser livres, começam a pedir a seus senhores que os protejam, modificando as leis criadas por estes mesmos senhores.

* * *

Entretanto, os tempos e os espíritos mudaram, já faz um século. Encontram-se em todos os lugares revoltados que não querem mais obedecer à

lei, sem saber de onde ela vem, qual é sua utilidade, de onde vem a obrigação de obedecer-lhe e o respeito de que a cercam. A revolução que se aproxima é uma "Revolução", não um simples motim, pelo próprio fato de que os revoltados de nossos dias submetem à sua crítica todas as bases da sociedade, venerada até o presente momento, e, antes de tudo, este fetiche – a Lei.

Eles analisam sua origem, e nela encontram, seja um deus – produto dos temores do selvagem, estúpido, mesquinho e perverso como os padres, que se atribuem sua origem sobrenatural –, seja o sangue, a conquista pelo ferro e pelo fogo. Estudam seu caráter e nele encontram como traço distintivo a imobilidade, substituindo o contínuo desenvolvimento da humanidade. Perguntam-se como a lei se mantém e vêem as atrocidades do bizantinismo e as crueldades da Inquisição; as torturas da Idade Média, a carne viva sendo cortada em tiras pelo chicote do carrasco, as correntes, a clava, o machado a serviço da lei; os escuros subterrâneos das prisões, os sofrimentos, os choros e as maldições. Hoje, ainda, o machado, a corda, a espingarda, as prisões; por um lado, o embrutecimento do prisioneiro reduzido ao estado de fera enjaulada, o aviltamento de seu ser moral, e, por outro, o juiz despojado de todos os sentimentos, que são a melhor parte da natureza humana, vivendo como um visionário no mundo das ficções jurídicas, aplicando com volúpia a guilhotina, sangrenta ou seca, sem que ele, este louco insensivelmente perverso, sequer suspeite do abismo de degradação no qual caiu em relação àqueles que condena.

Vemos uma raça de fazedores de leis legislando sem saber sobre o que legislam, hoje votando uma lei de saneamento das cidades, sem ter a mínima noção de higiene, amanhã regulamentando o armamento de suas tropas, sem mesmo conhecer um fuzil, fazendo leis de ensino e educação sem nunca ter sabido dar um ensinamento qualquer ou uma educação honesta a seus filhos, legislando a torto e a direito, mas sem jamais esquecer a multa que atingirá o miserável, a prisão e as galés que golpearão homens mil vezes menos imorais do que estes próprios legisladores! Vemos, enfim, o carcereiro, que caminha rumo à perda de todo sentimento humano, o policial adestrado como cão farejador, o delator admirando a si mesmo, a delação transformada em virtude, a corrupção erigida em sistema; todos os vícios, todos os aspectos maus da natureza humana, favorecidos, cultivados pelo triunfo da lei.

Vemos isto e é por esta razão que, ao invés de repetir de forma estúpida a velha fórmula: "Respeito à lei", exclamamos: "Desprezo pela lei e seus atributos!" Substituímos esta frase covarde: "Obediência à lei", por "Revolta contra todas as leis!" Que apenas se compare os crimes cometidos em nome de cada lei e o que ela pode produzir de bom, que se pese o Bem e o Mal, e ver-se-á se temos ou não razão.

II

A lei é um produto relativamente moderno, pois a humanidade viveu séculos e séculos sem ter qualquer lei escrita, nem mesmo simplesmente gravada em símbolos, nas pedras, na entrada dos templos. Naquela época, as relações dos homens entre si eram reguladas por simples costumes, por hábitos, por usos, que a constante repetição tornava veneráveis, e que cada um adquiria desde sua infância, assim como aprendia a encontrar seu alimento na caça, na criação de gado ou na agricultura.

Todas as sociedades humanas passaram por esta fase primitiva e, até o presente momento, ainda uma grande parte da humanidade não possui leis escritas. Os povos possuem hábitos, costumes – "um Direito Consuetudinário", como dizem os juristas –, possuem hábitos sociáveis, e isto basta para manter as boas relações entre os membros do vilarejo, da tribo, da comunidade. O mesmo ocorre conosco, civilizados; basta sairmos de nossas grandes cidades para vermos que as relações mútuas dos habitantes ainda são reguladas, não segundo a lei escrita dos legisladores, mas segundo os costumes antigos, em geral aceitos. Os camponeses da Rússia, da Itália, da Espanha e até mesmo de uma boa parte da França e da Inglaterra, não possuem nenhuma idéia da lei escrita. Esta vem se imiscuir, em sua vida, apenas para regular suas relações com o Estado; quanto às relações entre eles, às vezes muito complicadas, regulam-nas simplesmente segundo os antigos costumes. Outrora, foi o caso para toda a humanidade.

* * *

Quando se analisam os costumes dos povos primitivos, observam-se neles duas correntes bem distintas.

Visto que o homem não vive solitário, elaboram-se nele sentimentos, hábitos úteis para a conservação da sociedade e para a propagação da raça. Sem os sentimentos sociáveis, sem as práticas de solidariedade, a vida em comum teria sido absolutamente impossível. Não é a lei que os estabelece: são anteriores a todas as leis. Também não é a religião que os prescreve: são anteriores a qualquer religião, encontram-se em todos os animais que vivem em sociedades. Desenvolvem-se por si mesmos, pela força das coisas, como estes hábitos, que o homem denominou instintos, nos animais; provêm de uma evolução útil, até mesmo necessária, mantendo a sociedade na luta pela existência, que ela deve sustentar. Os selvagens acabam por não mais se entredevorar, porque descobrem que é muito mais vantajoso se dedicarem a uma cultura qualquer, ao invés de se darem uma vez por ano, ao prazer de alimentar-se da carne de um velho parente. No seio das tribos, absolutamente independentes, não conhecendo nem leis nem chefes, das quais muitos viajantes retrataram-nos os hábitos, os membros de um mesmo clã cessam de se darem facadas a cada discussão, porque o hábito de viver em sociedade acabou por desenvolver neles um certo sentimento de fraternidade e solidariedade: preferem se dirigir a terceiros para resolverem seus atritos. A hospitalidade dos povos primitivos, o respeito pela vida humana, o sentimento de reciprocidade, a compaixão pelos fracos, a bravura, até o sacrifício de si mesmo no interesse alheio, que se aprende, primeiro, a praticar em relação às crianças e amigos e, mais tarde, em relação aos membros da comunidade, todas estas qualidades desenvolvem-se no homem antes das leis, independente de qualquer religião, como entre todos os animais sociáveis. Estes sentimentos e estas práticas são o resultado inevitável da vida em sociedade. Sem serem inerentes ao homem (assim como dizem os padres e os metafisicos), estas qualidades são a conseqüência da vida em comum.

* * *

Contudo, ao lado destes costumes, necessários para a vida das sociedades e para a conservação da raça, produzem-se nas associações humanas

outros desejos, outras paixões e, portanto, outros hábitos, outros costumes. O desejo de dominar os outros e impor-lhes sua vontade, o desejo de apoderar-se dos produtos do trabalho de uma tribo vizinha; o desejo de subjugar outros homens a fim de cercar-se de vantagens, sem trabalhar, enquanto escravos produzem o necessário e proporcionam a seu senhor todos os prazeres e todas as volúpias — estes desejos pessoais, egoístas, criam uma outra corrente de hábitos e costumes. O padre, por um lado, este charlatão, que explora a superstição e que, após ele próprio ter-se libertado do medo do diabo, propaga-o entre os outros; o guerreiro, por outro lado, esse fanfarrão, que arrasta o vizinho à invasão e à pilhagem para retornar carregado de despojos e seguido de escravos — ambos, de mãos dadas, conseguem impor às sociedades primitivas costumes vantajosos para eles e que tendem a perpetuar seu domínio sobre as massas. Aproveitando-se da indolência, do medo, da inércia das multidões e graças à repetição constante dos mesmos atos, conseguem estabelecer, permanentemente, costumes que se tornam o ponto de apoio de seu domínio.

Para isso, exploram, de início, o espírito de rotina que é tão desenvolvido no homem e que atinge um grau tão surpreendente nas crianças, nos povos selvagens assim como nos animais. O homem, sobretudo quando é supersticioso, tem sempre medo de mudar qualquer coisa que existe; em geral, venera o que é antigo. "Nossos pais fizeram assim; viveram, bem ou mal, educaram-vos, não foram infelizes, fazei a mesma coisa!", dizem os velhos aos jovens, assim que estes últimos querem mudar algo. O desconhecido apavora-os, preferem agarrar-se ao passado, mesmo quando este passado representa a miséria, a opressão, a escravidão. Pode-se até mesmo dizer que, quanto mais o homem é infeliz, mais teme mudar o que quer que seja, por medo de tornar-se ainda mais infeliz; é preciso que um raio de esperança e algumas horas de bem-estar penetrem em sua triste cabana para que ele comece a desejar algo melhor, a criticar sua antiga maneira de viver, a desejar uma mudança. Enquanto esta esperança não o penetrou, enquanto não se tiver libertado da tutela daqueles que utilizam suas superstições e seus temores, prefere permanecer na mesma situação. Se os jovens querem mudar algo, os velhos dão um grito de alarme contra os inovadores. Tal selvagem preferiria matar-se a transgredir o costume do

seu país, pois, desde sua infância, disseram-lhe que a menor infração aos costumes estabelecidos traria-lhes infelicidade, causaria a ruína de toda a tribo. E, ainda hoje, quantos políticos, economistas e pretensos revolucionários agem sob a mesma impressão, agarrando-se a um passado que se desfaz! Quantos não têm outra preocupação senão a de procurar precedentes! Quantos fogosos inovadores são simples plagiadores das revoluções anteriores!

Este espírito de rotina, que extrai sua origem da superstição, da indolência e da covardia, foi, em todos os tempos, a força dos opressores; e, nas sociedades humanas primitivas, foi habilmente explorado pelos sacerdotes e pelos chefes militares, perpetuando os costumes, vantajosos só para aqueles que conseguissem impor-se às tribos.

* * *

Enquanto este espírito de conservadorismo, explorado com habilidade, bastava para assegurar a usurpação dos chefes sobre a liberdade dos indivíduos; enquanto as únicas desigualdades entre os homens eram as desigualdades naturais, e ainda não se tinham decuplicado e centuplicado pela concentração do poder e das riquezas, ainda não havia qualquer necessidade da lei e do aparelho formidável dos tribunais e das penas sempre crescentes para impô-la.

Porém, quando a sociedade começou a cindir-se cada vez mais em duas classes hostis, uma que procura estabelecer seu domínio e outra que procura subtrair-se a ele, então, ocorreu a luta. O vencedor de hoje apressa-se em imobilizar o fato consumado e procura torná-lo indiscutível, torná-lo santo e venerável por tudo o que os vencidos podem respeitar. Surge a lei, sancionada pelo padre, e tendo a seu serviço a clava do guerreiro. Ela trabalha para imobilizar os costumes vantajosos à minoria dominadora, e a autoridade militar encarrega-se de assegurar-lhe poder; não tem mais a seu serviço uma simples força brutal: é o defensor da lei.

Contudo, se a lei apresentasse uma reunião de prescrições vantajosas só para os dominadores, ela teria dificuldade em se fazer aceitar, em se fazer obedecer. Pois bem, o legislador confunde, em um único e mesmo Código, as duas correntes de costumes de que acabamos de falar: as máximas, que

representam os princípios de moralidade e solidariedade elaborados pela vida em comum, e as ordens, que devem consagrar para sempre a desigualdade. Os costumes, que são absolutamente necessários à própria existência da sociedade, estão com habilidade misturados, no Código, às práticas impostas pelos dominadores, e aspiram ao mesmo respeito da multidão. "Não mates!", diz o Código, e "Paga o dízimo ao padre", apressa-se em acrescentar. "Não roubes", diz o Código, e logo após: "Aquele que não pagar o imposto, terá o braço cortado".

Eis a lei, e este duplo caráter ela o conservou até hoje. Sua origem é o desejo dos dominadores de imobilizar os costumes que eles próprios haviam imposto em seu proveito. Seu caráter é a hábil mistura dos costumes úteis à sociedade, costumes que não precisam de lei para serem respeitados, com estes costumes que não apresentam vantagens senão para os dominadores, que são nocivos às massas e que só são mantidos pelo temor dos suplícios.

Assim como o capital individual, nascido da fraude e da violência, e desenvolvido sob os auspícios da autoridade, a lei também não tem nenhuma razão para merecer o respeito dos homens. Nascida da violência e da superstição, estabelecida no interesse do padre, do conquistador e do rico explorador, deverá ser abolida por inteiro no dia em que o povo quiser quebrar suas correntes.

Convencer-nos-emos ainda melhor, analisando, no capítulo seguinte, o desenvolvimento ulterior da Lei, sob os auspícios da religião, da autoridade e do regime parlamentar atual.

III

Vimos como a lei nasceu dos costumes e usos estabelecidos, e como representava, desde o início, uma hábil mistura de costumes sociáveis, necessários à preservação da raça humana, com outros costumes, impostos por aqueles que utilizavam, em seu benefício, as superstições populares e o direito do mais forte. Este duplo caráter da lei determina seu desenvolvimento ulterior nos povos cada vez mais policiados. Porém, enquanto o núcleo de costumes sociáveis inscritos na lei sofre apenas uma modificação muito

fraca e muito lenta no decorrer dos séculos, é a outra parte das leis que se desenvolve, totalmente em benefício das classes dominantes, em detrimento das classes oprimidas. É com muita dificuldade que, de vez em quando, as classes dominantes se deixam arrancar uma lei qualquer que representa, ou parece representar, uma certa garantia para os deserdados. Neste caso, porém, a lei nada mais faz senão ab-rogar uma lei precedente, feita em benefício das classes dominantes. "As melhores leis", dizia Buckle, "foram as que ab-rogaram leis precedentes." Todavia, quantos terríveis esforços não foi necessário empregar, quantos rios de sangue não foi preciso derramar cada vez que se tratava de ab-rogar uma de suas instituições, que servem para manter o povo acorrentado. Para abolir os últimos vestígios da servidão e dos direitos feudais, para destruir o poder da camarilha real, foi preciso que a França passasse por quatro anos de revolução e por vinte anos de guerras. Para ab-rogar a menor das leis iníquas que o passado nos legou, são necessárias décadas de luta, e, em sua maioria, só desaparecem nos períodos revolucionários.

* * *

Os socialistas já fizeram muitas vezes a história da gênese do capital. Contaram como ele nasceu das guerras e dos despojos, da escravidão, da servidão, da fraude e da exploração moderna. Mostraram como se nutriu do sangue do operário e, pouco a pouco, conquistou o mundo inteiro. Devem ainda fazer a mesma história no que concerne à gênese e ao desenvolvimento da lei. O espírito popular, como sempre, tomando a frente dos burocratas, já faz a filosofia desta história e estabelece suas balizas essenciais.

Feita para garantir os frutos da pilhagem, do açambarcamento e da exploração, a lei seguiu as mesmas fases de desenvolvimento do capital: irmão e irmã gêmeos, caminharam de mãos dadas, nutrindo-se ambos dos sofrimentos e das misérias da humanidade. Sua história foi quase a mesma em todos os países da Europa. São apenas os detalhes que diferem: a essência permanece a mesma; lançar um olhar no desenvolvimento da lei na França, ou na Alemanha, é conhecer em seus traços essenciais suas fases de desenvolvimento na maioria das nações européias.

Em suas origens, a lei era o pacto ou contrato nacional. No Campo de Marte, as legiões e o povo aprovavam o contrato; o Campo de Maio das comunas primitivas da Suíça ainda é uma lembrança dessa época, apesar de toda a alteração que ele sofreu pela imisção da civilização burguesa e centralizadora. É verdade que este contrato nem sempre era livremente consentido; o forte e o rico já impunham sua vontade nessa época. Pelo menos, porém, encontravam um obstáculo às suas tentativas de invasão na massa popular que, amiúde, também fazia sentir sua força.

À medida que a Igreja, por um lado, e o senhor, por outro, conseguiam escravizar o povo, o direito de legislar escapa das mãos da nação para passar aos privilegiados. A Igreja estende seus poderes; sustentada pelas riquezas que se acumulam em seus cofres, imiscui-se cada vez mais na vida privada e, sob o pretexto de salvar as almas, apodera-se do trabalho de seus servos; cobra impostos de todas as classes, estende sua jurisdição; multiplica os delitos e as penas e enriquece-se na proporção dos delitos cometidos, visto que é para seus cofres-fortes que vai o produto das multas. As leis não dizem mais respeito aos interesses nacionais: "poder-se-ia vê-las como sendo emanadas de um concílio de fanáticos religiosos, ao invés de legisladores", observa um historiador do Direito francês.

Ao mesmo tempo, à medida que o senhor, por seu lado, estende seus poderes sobre os trabalhadores dos campos e os artesãos das cidades, é ele que também se torna juiz e legislador. No século X, se existem monumentos de Direito Público, outra coisa não são senão tratados que regulam as obrigações, as corvéias e os tributos dos servos e dos vassalos do senhor. Os legisladores naquela época eram um punhado de bandidos, multiplicando-se e organizando-se pelo banditismo, que exercem contra um povo tornado cada vez mais pacífico à medida que se dedica à agricultura. Exploram em seu benefício o sentimento de justiça inerente aos povos; posam como justiceiros, fazem da própria aplicação dos princípios de justiça uma fonte de renda para si e formulam as leis que servirão para manter seu domínio.

Mais tarde, estas leis, reunidas pelos legistas e classificadas, servirão de fundamento aos nossos códigos modernos. E ainda se fala de respeitar estes códigos, herança do padre e do barão?

* * *

A primeira revolução, a revolução das comunas, só consegue abolir uma parte destas leis; porque as Cartas das comunas liberadas não são, em sua maioria, senão um compromisso entre a legislação senhorial ou episcopal e as novas relações, criadas no seio da comuna livre. E, no entanto, que diferença entre estas leis e as atuais! A comuna não se permite aprisionar e guilhotinar os cidadãos por uma razão de Estado: limita-se a expulsar aquele que conspirara com os inimigos da comuna e a destruir sua casa. Para a maioria dos pretensos "crimes e delitos", limita-se a impor multas; vê-se, até mesmo nas comunas do século XII, este princípio tão justo, mas hoje esquecido, segundo o qual toda a comuna responde pelos delitos cometidos por cada um de seus membros. As sociedades de então, considerando o crime como um acidente ou como uma infelicidade, — ainda hoje esta é a concepção do camponês russo — e não admitindo o princípio da vingança pessoal, pregada pela Bíblia, entendiam que, para cada delito, a falta recai sobre toda a sociedade. Foi preciso toda a influência da Igreja bizantina, que trazia para o Ocidente a crueldade refinada dos déspotas do Oriente, para introduzir nos costumes dos gauleses e dos germanos a pena de morte e os horríveis suplícios que, mais tarde, infligiram-se àqueles a quem se considerava criminosos; foi preciso também toda a influência do Código Civil Romano — produto da podridão da Roma imperial — para introduzir estas noções de propriedade fundiária ilimitada, que vieram derrubar os costumes comunalistas dos povos primitivos.

Sabe-se que as comunas livres não puderam se manter: tornaram-se presa da realeza. E, à medida que a realeza adquiria uma nova força, o direito de legislar passava cada vez mais para o controle de uma súcia de cortesãos. O apelo à nação só é feito para sancionar os impostos pedidos pelo rei. Parlamentos, convocados a dois séculos de intervalo, segundo o bel-prazer e os caprichos da corte, "Conselhos extraordinários", "sessões de notáveis" nas quais os ministros mal escutam as "lamúrias" dos súditos do rei, eis os legisladores. E, mais tarde ainda, quando todos os poderes estão concentrados numa única pessoa, que diz: "O Estado sou eu", é "no sigilo dos conselhos do príncipe", segundo o capricho de um ministro ou

de um rei imbecil, que se elaboram os éditos aos quais os súditos são obrigados a obedecer sob pena de morte. Todas as garantias judiciais são abolidas; a nação é serva do poder real e de um punhado de cortesãos; as penas são as mais terríveis: a roda, a fogueira, o esfolamento, as torturas de todos os tipos, produtos da imaginação doentia de monges e loucos raivosos, que buscam seus deleites nos sofrimentos dos supliciados, eis os progressos que surgem nessa época.

* * *

É à grande revolução que cabe a honra de ter começado a demolição deste aglomerado de leis que nos foi legado pelo feudalismo e pela realeza. Depois de ter demolido algumas partes do velho edifício, a revolução recolocou o poder de legislar nas mãos da burguesia, que, por sua vez, começou a construir todo um novo aglomerado de leis, destinadas a manter e perpetuar seu domínio sobre as massas. Em seus parlamentos ela legisla a perder de vista, e montanhas de papeladas acumulam-se, com uma rapidez assustadora. O que são, no fundo, porém, todas estas leis?

A maior parte só tem um objetivo: proteger a propriedade individual, isto é, as riquezas adquiridas por meio da exploração do homem pelo homem; abrir novos campos de exploração ao capital; sancionar as novas formas que a exploração reveste sem cessar, à medida que o capital açambarca novas atividades da vida humana: ferrovias, telégrafos, luz elétrica, indústria química, expressão do pensamento humano pela literatura e pela ciência etc. O restante das leis, no fundo, tem sempre o mesmo objetivo, isto é, a manutenção da máquina governamental, que serve para assegurar ao capital a exploração e o açambarcamento das riquezas produzidas. Magistratura, polícia, exército, instrução pública, finanças, tudo serve o mesmo deus: o capital; tudo isto tem um só objetivo: proteger e facilitar a exploração do trabalhador pelo capitalista. Analisai todas as leis feitas nos últimos oitenta anos e não vereis outra coisa. A proteção das pessoas, que se quer mostrar como a verdadeira missão da lei, ocupa um lugar quase imperceptível, pois, em nossas sociedades atuais, os ataques contra as pessoas, ditados de forma direta pelo ódio e pela brutalidade, tendem a desaparecer. Se, hoje, mata-se alguém, é para pilhar, raramente por vingança pessoal. E, se este tipo de crimes e delitos vai sempre diminuindo, não é, por certo, devido à legislação, e sim ao desenvolvimento humanitário de nossas sociedades, aos nossos hábitos cada vez mais sociáveis, não às prescrições de nossas leis. Basta que se ab-roguem, amanhã, todas as leis que concernem à proteção das pessoas, basta que cesse todo processo por crimes contra as pessoas, para que o número de atentados ditados pela vingança pessoal ou pela brutalidade não aumente sequer num único caso.

* * *

Objetar-nos-ão, talvez, que se fez nos últimos cinqüenta anos um bom número de leis liberais. Basta, porém, que se analisem estas leis para ver que todas elas nada mais são que a ab-rogação das leis que nos foram legadas pela barbárie dos séculos precedentes. Todas as leis liberais, todo o programa radical, resumem-se nestas palavras: abolição das leis tornadas incômodas para a própria burguesia e retorno às liberdades das comunas do século XII, estendidas a todos os cidadãos. A abolição da pena de morte, o júri para todos os "crimes" (o júri, mais liberal do que hoje, existia no século XII), a magistratura eleita, o direito de se poder fazer acusação a funcionários, a abolição dos exércitos permanentes, a liberdade de reunião, a liberdade de ensino, tudo o que nos dizem ser uma invenção do liberalismo moderno, é apenas um retorno às liberdades que existiam antes que a Igreja e o rei tivessem estendido sua mão sobre a humanidade.

* * *

A proteção da exploração — direta, pelas leis sobre a propriedade, e indireta, pela manutenção do Estado —, eis, portanto, a essência e a matéria de nossos Códigos modernos e a preocupação de nossas dispendiosas máquinas de legislação. Já é tempo de não nos contentarmos mais com palavreados e nos darmos conta do que elas realmente são. A lei, que se apresentou no início como um conjunto de costumes úteis à preservação da sociedade, nada mais é que um instrumento para a manutenção da

exploração e do domínio dos ricos ociosos sobre a massa trabalhadora. Sua missão civilizadora é, hoje, nula; só possui uma missão: a manutenção da exploração.

Eis o que nos diz a história do desenvolvimento da lei. É por esta razão que somos chamados a respeitá-la? Certamente que não! Assim como o capital, produto do banditismo, ela também não tem direito ao nosso respeito. E o primeiro dever dos revolucionários do século XIX será fazer uma fogueira de todas as leis existentes, como farão com todos os títulos de propriedade.

IV

Se estudarmos os milhões de leis que regem a humanidade, perceberemos com facilidade que elas podem ser subdivididas em três grandes categorias: proteção da propriedade, proteção do governo, proteção das pessoas. E, analisando estas três categorias, chegaremos, em relação a cada uma delas, a esta conclusão lógica e necessária: *Inutilidade e nocividade da lei.*

Por proteção da propriedade, os socialistas sabem o que quer dizer. As leis sobre a propriedade não são feitas para garantir, nem ao indivíduo, nem à sociedade, o gozo dos produtos de seu trabalho. São feitas, ao contrário, para subtrair ao produtor uma parte do que produz, e, para assegurar a alguns a parte dos produtos que eles subtraíram, seja dos produtores, seja de toda a sociedade. Quando a lei estabelece os direitos de fulano sobre uma casa, por exemplo, ela estabelece seu direito, não sobre uma cabana que ele próprio teria construído, nem sobre uma casa que teria construído com a ajuda de alguns amigos; ninguém teria disputado com ele este direito, se assim fosse. A lei, ao contrário, estabelece seus direitos sobre uma casa que *não é* o produto de seu trabalho, primeiro porque mandou que outros a construíssem, aos quais não pagou todo o valor de seu trabalho e, em seguida, porque esta casa representa um valor social, que ele não pôde produzir sozinho: a lei estabelece seus direitos sobre uma porção, que pertence a todo mundo e a ninguém em particular. A mesma casa, construída no meio da Sibéria, não possuiria o mesmo valor que

possui em uma grande cidade, e seu valor atual provém — sabemo-lo bem — do trabalho de umas cinqüenta gerações que construíram a cidade, que a embelezaram, proveram-na de água e gás, belos bulevares, universidades, teatros e lojas, ferrovias e estradas que radiam em todas as direções. Ao reconhecer, portanto, os direitos de fulano sobre uma casa em Paris, em Londres, em Rouen, a lei apropria-lhe — injustamente — uma certa parte dos produtos do trabalho de toda a humanidade. E é precisamente porque essa apropriação é uma injustiça gritante (todas as outras formas de propriedade têm o mesmo caráter), que foi necessário todo um arsenal de leis e todo um exército de soldados, policiais e juízes para mantê-la, contra o bom senso e o sentimento de justiça inerente à humanidade.

Pois bem, a metade de nossas leis — os Códigos Civis de todos os países — não tem outro objetivo senão manter esta apropriação, este monopólio, em proveito de alguns, contra toda a humanidade. Os três quartos dos processos julgados pelos tribunais são querelas que surgem entre monopolizadores: dois ladrões disputando os despojos. E uma boa parte de nossas leis penais têm ainda o mesmo objetivo, visto que existem para manter o operário em uma posição subordinada ao patrão, a fim de assegurar, a este, a exploração daquele.

Quanto a garantir ao produtor os produtos de seu trabalho, não há lei alguma que se encarregue disto. É tão simples e natural, tanto nos costumes e hábitos da humanidade, que a lei sequer pensou nisto. O banditismo aberto, de armas nas mãos, já não pertence ao nosso século: um trabalhador jamais vem, também, disputar os produtos de seu trabalho com outro trabalhador; se algum desentendimento se forma entre eles, põem-se de acordo sem recorrer à lei, dirigindo-se a um terceiro; e se alguém vem exigir de outro uma parte do que ele produziu, só pode ser o proprietário, vindo apropriar-se da melhor parte. Quanto à humanidade em geral, ela respeita, em todos os lugares, o direito de cada um sobre o que produziu, sem que para isso sejam necessárias leis especiais.

Todas estas Leis sobre a propriedade, que formam os espessos volumes dos Códigos e a alegria de nossos advogados, não tendo outro objetivo senão proteger a apropriação injusta dos produtos do trabalho da humanidade por alguns monopolizadores, não têm nenhuma razão de ser, e os

socialistas-revolucionários estão bem decididos a fazê-las desaparecer no dia da revolução. Podemos, com efeito, em plena justiça, fazer uma grande fogueira de *todas* as leis que estão em relação com os denominados "direitos de propriedade", de todos os títulos de propriedade, todos os arquivos, em resumo, tudo o que diz respeito a esta instituição que será, em breve, considerada como uma mácula humilhante na história da humanidade, da mesma forma que a escravidão e a servidão dos séculos passados.

* * *

O que acabamos de dizer concernindo às leis que concernem à propriedade, aplica-se completamente a esta segunda categoria de leis — as que servem para manter o governo, ou as leis constitucionais.

É todo um arsenal de leis, decretos, regulamentos, ordens etc., servindo para proteger as diversas formas de governo representativo — por delegação ou usurpação —, sob as quais debatem-se ainda as sociedades humanas. Sabemos muito bem — os anarquistas amiúde demonstraram pela crítica incessante das diversas formas de governo — que a missão de *todos* os governos, monárquicos, constitucionais e republicanos, é proteger e manter pela força os privilégios das classes dominantes: aristocracia, padralhada e burguesia. Um bom terço de nossas leis — as leis "fundamentais", leis relativas aos impostos, à alfândega, à organização dos ministérios e suas chancelarias, ao exército, à polícia, à Igreja etc., e existem algumas dezenas de milhares em cada país — só tem o objetivo de manter, revestir e desenvolver a máquina governamental, que serve, por sua vez, quase toda para proteger os privilégios das classes dominantes. Basta que se analisem todas estas leis, que se as observe em ação no dia-a-dia e perceber-se-á que não há sequer uma única boa a ser conservada, a começar por aquelas que entregam as comunas, de pés e mãos atadas, ao pároco, ao grande burguês do lugar e ao vice-prefeito, terminando por esta famosa Constituição (a 19ª ou a 20ª desde 1789), que nos dão uma câmara de cretinos e especuladores para preparar a ditadura de um aventureiro qualquer, senão o governo de uma cabeça de repolho coroada.

Em resumo, em relação a estas leis não pode haver dúvidas. Não só os anarquistas, mas também os burgueses mais ou menos revolucionários, concordam com o fato de que o único uso que se pode fazer de todas as Leis relativas à organização do governo é atear-lhes fogo com grande alegria.

* * *

Resta a terceira categoria de leis, a mais importante, pois é a ela que se liga o máximo de preconceitos: as leis concernentes à proteção das pessoas, à punição e à prevenção dos "crimes". Com efeito, esta categoria é a mais importante, pois, se a lei goza de certa consideração, é porque se acredita ser este tipo de lei absolutamente indispensável à segurança do indivíduo na sociedade. São estas leis que se desenvolveram a partir do núcleo de costumes úteis às sociedade humanas, e foram exploradas pelos dominadores para sancionar seu domínio. A autoridade dos chefes de tribo, das famílias ricas das comunas e do rei apoiavam-se sobre as funções de juízes por eles exercidas; e até o presente momento, cada vez que se fala da necessidade do governo, é sua função de juiz supremo que se subentende. "Sem governo, os homens se degolariam entre si", diz o pensador de vilarejo. "O objetivo final de todo governo é dar doze honestos jurados para cada acusado", dizia Burke.

Pois bem, apesar de todos os preconceitos que existem em relação a este assunto, já é tempo de os anarquistas dizerem de viva voz que esta categoria de leis é tão inútil e nociva quanto as precedentes.

Primeiramente, quanto aos denominados "crimes", aos atentados contra as pessoas, é sabido que dois terços e, amiúde, mesmo três quartos de todos estes "crimes" são inspirados pelo desejo de apoderar-se das riquezas pertencentes a alguém. Esta imensa categoria dos chamados "crimes e delitos" desaparecerá no dia em que a propriedade privada cessar de existir.

"Mas", dir-nos-ão, "sempre haverá pessoas brutais que atentarão contra a vida dos cidadãos, que esfaquearão em cada querela, que se vingarão, à minha ofensa, por um assassinato, se não houver leis para restringi-los e punições para detê-los!" Eis o refrão que nos cantam, assim que colocamos em dúvida o direito de punir da sociedade. Sobre isso, há, hoje, uma coisa bem estabelecida: a severidade das punições não diminui o número dos "crimes". Enforcai, esquartejai os assassinos, se quiserdes, o número dos assassinatos não diminuirá sequer de um único. Ao contrário, aboli a pena

de morte e não haverá um assassinato a mais. Os estatísticos e os legistas sabem que a diminuição de severidade no Código Penal nunca levou a um aumento de atentados contra a vida dos cidadãos. Por outro lado, basta que a colheita seja boa, que o pão seja barato, que o tempo esteja bom, e o número de assassinatos diminuirá depressa. A estatística prova que o número de crimes aumenta e diminui em proporção ao preço dos gêneros alimentícios e do bom ou mau tempo. Não que todos os assassinatos sejam inspirados pela fome. Em absoluto; mas, quando a colheita é boa e os alimentos têm um preço acessível, os homens, mais alegres, menos miseráveis do que de costume, não se deixam dominar por sombrias paixões e não vão cravar uma faca no peito de um de seus semelhantes por motivos fúteis.

Além do mais, sabe-se também que o medo da punição nunca deteve um único assassinato. Aquele que vai matar seu vizinho, por vingança ou por miséria, não raciocina muito sobre as conseqüências; e não existe assassino que não tenha tido a firme convicção de escapar das perseguições. Aliás, basta que cada um raciocine por si mesmo sobre este assunto, analise os crimes e as penas, seus motivos e suas conseqüências e, se souber raciocinar sem se deixar influenciar pelas idéias preconcebidas, chegará necessariamente a esta conclusão:

"Sem falar de uma sociedade em que o homem receberá uma educação melhor, em que o desenvolvimento de todas as suas faculdades e a possibilidade de fazer uso delas proporcionar-lhe-ão tanta satisfação que procurará não perdê-las por um assassinato — sem falar da sociedade futura, mesmo em nossa sociedade, mesmo com estes tristes produtos da miséria, que vemos hoje nos cabarés das grandes cidades — no dia em que *qualquer punição* fosse infligida aos assassinos, o número de assassinatos não aumentaria sequer em um caso; é muito provável que diminuísse, ao contrário, em todos os casos, que, hoje, são devidos aos recidivistas, embrutecidos nas prisões".

* * *

Falam-nos sempre dos benefícios da lei e dos efeitos salutares das penas. Porém, já tentaram alguma vez comparar na balança estes benefícios que atribuem à lei e às penas, e o efeito degradante destas penas sobre a humanidade? Basta apenas fazer a adição de todas as más paixões despertadas nos espectadores pelas punições atrozes, que infligiam em nossas ruas. Quem, portanto, cultivou e desenvolveu os instintos de crueldade no homem (instintos desconhecidos dos animais, tendo o homem se tornado o animal mais cruel da Terra), senão o rei, o juiz e o padre armados com a lei, fazendo arrancar a carne em tiras, derramando breu derretido nas feridas, deslocando os membros, triturando os ossos, serrando os homens em dois, para manter sua autoridade? Basta calcular toda a torrente de depravação derramada nas sociedades humanas pela delação, favorecida pelos juízes e paga pelas moedas sonantes do governo, sob pretexto de ajudar na descoberta de crimes. Que se vá à prisão e que lá se estude o que o homem se torna, privado de liberdade, fechado com outros depravados, que se impregnam de toda a corrupção e de todos os vícios, que transpiram de nossas prisões atuais; e é bom lembrar que, quanto mais são reformadas, mais detestáveis se tornam as nossas penitenciárias modernas e modelos, sendo cem vezes mais corruptoras do que as torres da Idade Média. Finalmente, que se considere que corrupção, que depravação do espírito é mantida na humanidade por estas idéias de *obediência* — essência da lei —, castigo, autoridade tendo o direito de punir, julgar fora da consciência; por estas funções de carrascos, carcereiros, delatores, em resumo, por todo este imenso aparelho da lei e da autoridade. Basta que se considere tudo isto, e, com certeza, se estará de acordo conosco quando dissermos que a lei e a penalidade são abominações que devem cessar de existir.

Por sinal, os povos não policiados, e, portanto, menos imbuídos de preconceitos autoritários, compreenderam perfeitamente que aquele que é denominado "criminoso" é apenas um infeliz; que não se trata de chicoteá-lo, acorrentá-lo ou fazê-lo morrer no cadafalso ou na prisão, mas, sim, aliviá-lo com cuidados mais fraternos, por um tratamento igualitário, pela prática da vida entre pessoas honestas. E esperamos que a próxima revolução fará ressoar este grito:

"Queimemos as guilhotinas, destruamos as prisões, expulsemos o juiz, o policial, o delator, — raça imunda como nunca houve sobre a Terra — tratemos como irmão aquele que tiver sido levado pela paixão a fazer mal

ao seu semelhante; acima de tudo, retiremos dos grandes criminosos, destes produtos ignóbeis do ócio burguês, a possibilidade de espalhar seus vícios sob formas sedutoras; e estejamos certos de que teremos muito poucos crimes a assinalar em nossa sociedade. O que mantém o crime (além do ócio) é a lei e a autoridade: a lei relativa à propriedade, ao governo, às penas e aos delitos; e a autoridade, que se encarrega de fazer estas leis e aplicá-las".

Basta de leis, basta de juízes! A liberdade, a igualdade e a prática da solidariedade são o único dique eficaz que podemos opor aos instintos anti-sociais de alguns de nós.

O GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

I

Que os governos atuais devem ser abolidos a fim de que a liberdade, a igualdade e a fraternidade não sejam mais vãs palavras e tornem-se realidades vivas; que todas as formas de governo tentadas até agora não foram senão formas de opressão e devem ser substituídas por uma nova forma de agrupamento, com relação a isso, todos aqueles que têm um cérebro e um temperamento ainda que um pouco revolucionário, estão perfeitamente de acordo. Para dizer a verdade, não é preciso ser sequer muito inovador para chegar a esta conclusão; os vícios dos governos atuais e a impossibilidade de reformá-los são muito evidentes para não saltar aos olhos de todo observador razoável. E, quanto a derrubar os governos, sabe-se, em geral, que em certas épocas isto ocorre sem muita dificuldade. Há momentos em que os governos desmoronam quase por si mesmos, como castelos de cartas, sob o sopro do povo revoltado. Viu-se muito bem em 1848 e em 1870; tornaremos a ver, em breve.

Derrubar um governo é tudo para um revolucionário burguês. Para nós, é apenas o começo da Revolução Social. Estragando-se a máquina do Estado, a hierarquia dos funcionários caindo em desorganização e não sabendo mais em qual sentido é preciso caminhar, tendo os soldados perdido a confiança em seus chefes, em resumo, o exército dos defensores do Capital tendo sido derrotado, é neste momento que se ergue diante de nós o grande trabalho de demolição das instituições, que servem para perpetuar a escravidão econômica e política. A possibilidade de agir livremente foi adquirida: o que vão fazer os revolucionários?

A esta questão só os anarquistas respondem: "Basta de governo, anarquia!" Todos os outros dizem: "Um governo revolucionário!" Eles só diferem na forma a dar a este governo eleito pelo sufrágio universal, no Estado ou na Comuna; os outros se pronunciam pela ditadura revolucionária.

* * *

Um "governo revolucionário"! Eis duas palavras que soam de modo bem estranho aos ouvidos daqueles que se dão conta do que deve significar a revolução social e do que significa um governo. Duas palavras que se contradizem, destroem-se, uma a outra. Viu-se, com efeito, governos despóticos; é a essência de todo governo ser a favor da reação contra a revolução e tender necessariamente ao despotismo; mas nunca se viu um governo revolucionário, e por motivos óbvios. É que a revolução — sinônimo de "desordem", convulsão, derrubada em alguns dias das instituições seculares, demolição violenta das formas estabelecidas da propriedade, destruição das castas, transformação rápida das idéias admitidas sobre a moralidade, ou melhor, sobre a hipocrisia, que ocupa seu lugar, liberdade individual e ação espontânea — é justo o oposto, a negação do governo, este sendo sinônimo da "ordem estabelecida", do conservadorismo, da manutenção das instituições existentes, a negação da iniciativa e da ação individual. E, entretanto, ouvimos, sem cessar, falar deste melro branco, como se um "governo revolucionário" fosse a coisa mais simples do mundo, tão comum e tão conhecida por cada um quanto a realeza, o império ou o papado!

Que os pretensos revolucionários burgueses preguem esta idéia, é compreensível. Sabemos o que eles entendem por revolução. É apenas um remendo da república burguesa; é a apropriação, pelos pretensos republicanos, dos empregos lucrativos, hoje reservados aos bonapartistas ou aos monarquistas. É, quando muito, o divórcio da Igreja ou do Estado, substituído pelo concubinato dos dois, o seqüestro dos bens do clero em proveito do Estado e, sobretudo, dos futuros administradores destes bens, talvez, ainda, o *referendum*, ou algum outro instrumento do mesmo gênero... Porém, que revolucionários socialistas tornem-se os apóstolos desta idéia, só podemos explicá-lo supondo de duas coisas uma. Ou aqueles que o aceitam estão imbuídos de preconceitos burgueses, que foram buscar, sem se dar conta, na literatura e, sobretudo, na história feita para uso da burguesia, pelos burgueses; e, ainda penetrados pelo espírito de servilismo, produto dos séculos de escravidão, não podem sequer imaginar-se livres. Ou, então, não querem em absoluto esta revolução de que eles têm sempre o nome nos lábios: contentar-se-iam com um simples remendo das instituições atuais, sob a condição de que sejam levados ao poder, admitindo a possibilidade de ver mais tarde o que deverá ser feito para tranqüilizar "a fera", isto é, o povo. Só atacam os governantes do momento com o intuito de tomar seu lugar. Com estes, não argumentaremos. Discutiremos apenas com aqueles que se enganam com sinceridade.

Comecemos pela primeira das duas formas de "governo revolucionário" que se preconiza, o governo eleito.

* * *

Derrubado o poder real ou outro qualquer, o exército dos defensores do capital foi derrotado; em todos os lugares, a efervescência, a discussão sobre os interesses públicos, o desejo de avançar. Surgem novas idéias, a necessidade de sérias mudanças é compreendida — é preciso agir, começar sem piedade o trabalho de demolição a fim de varrer o terreno para a nova vida. Porém, o que nos propõem fazer? Convocar o povo para as eleições, eleger em seguida um governo, confiar-lhe a obra que todos nós, cada um de nós, deveria fazer por sua própria iniciativa!

Foi o que fez Paris depois de 18 de março de 1871. "Lembrar-me-ei sempre — dizia-nos um amigo — destes belos momentos da libertação. Eu havia descido de meu quarto situado no alto, no Quartier Latin,[23] para entrar neste imenso aglomerado de pessoas, ao ar livre, que enchiam os bulevares de uma extremidade à outra de Paris. Todos discutiam sobre os interesses públicos; toda preocupação pessoal era esquecida: já não se tratava de comprar nem de vender; todos estavam prontos a se lançar de corpo e alma rumo ao futuro. Até burgueses, tomados pelo ardor universal, viam com satisfação abrir-se o novo mundo. 'Se é preciso fazer a revolução social, pois bem!, façamo-la: coloquemos tudo em comum; estamos prontos!' Os elementos da revolução lá estavam: tratava-se apenas de prepará-los. Retornando à noite para meu quarto, dizia-me: 'Como a humanidade é bela! Ninguém a conhece, ela sempre foi caluniada!' Em seguida, vieram as eleições, os membros da comuna assumiram seus mandatos e a

força de dedicação, o zelo pela ação, apagaram-se pouco a pouco. Todos retornaram ao seu trabalho costumeiro, dizendo-se: 'Agora temos um governo honesto, deixemo-lo trabalhar'..." Sabemos o que se seguiu a isto.

Ao invés de agir por si mesmo, ao invés de avançar, ao invés de se lançar com audácia para uma nova ordem de coisas, o povo, confiando em seus governantes, entrega-lhes o cuidado de tomar a iniciativa. Eis a primeira conseqüência, resultado fatal das eleições. O que farão, portanto, estes governos investidos da confiança de todos?

* * *

Nunca as eleições foram mais livres do que as de março de 1871. Os próprios adversários da comuna o reconheceram. Nunca a grande massa dos eleitores esteve mais imbuída do desejo de enviar ao poder os melhores homens, homens do futuro, revolucionários. E foi o que ela fez. Todos os revolucionários de renome foram eleitos por maiorias formidáveis; jacobinos, blanquistas, internacionalistas, as três facções revolucionárias encontraram-se representadas no conselho da comuna. A eleição não podia dar um melhor governo.

Conhecemos o resultado. Fechados no prédio da prefeitura, com missão de proceder nas formas estabelecidas pelos governantes precedentes, estes ardentes revolucionários, estes reformadores viram-se tomados de incapacidade, de esterilidade. Com toda a sua boa vontade e sua coragem, sequer souberam organizar a defesa de Paris. É verdade que, hoje, censuram os homens, os indivíduos por isso, mas não foram os indivíduos a causa deste fracasso: foi o sistema aplicado.

Com efeito, o sufrágio universal, quando é livre, pode dar, quando muito, uma assembléia representando *a média* das opiniões que circulam naquele momento na massa; e esta média, no início da revolução, possui, em geral, uma idéia vaga, muito vaga, do trabalho a ser realizado, sem se dar conta da maneira como deve ser feito. Ah!, se a maioria da nação, da comuna, pudesse se entender, antes do movimento, sobre o que deveria ser feito, tão logo o governo fosse derrubado! Se este sonho dos utopistas de gabinete pudesse ser realizado, não teríamos tido sequer revoluções sangrentas: a vontade da maioria da nação exprimindo-se, o restante se submeteria a ela de boa vontade. Porém, os fatos não acontecem assim. A revolução eclode bem antes que um entendimento geral tenha podido se estabelecer, e aqueles que têm uma idéia bem clara do que deveria ser feito, logo após o movimento, são, nesse momento, apenas uma pequena minoria. A grande massa do povo possui apenas uma idéia geral do objetivo que desejaria ver realizado, sem saber muito bem como caminhar para este objetivo, sem ter muita confiança na caminhada a seguir. A solução prática só se encontrará, só se precisará, quando a mudança já tiver começado: será o produto da própria revolução, do povo em ação, ou, então, nada será, visto que os cérebros de alguns indivíduos são absolutamente incapazes de encontrar estas soluções, que só podem nascer da vida popular.

* * *

É esta situação que se reflete no corpo eleito pelo sufrágio, ainda que ele não tivesse todos os vícios inerentes aos governos representativos em geral. Os poucos homens, que representam a idéia revolucionária da época, encontram-se afogados entre os representantes das escolas revolucionárias do passado ou da ordem de coisas existente. Estes homens, que seriam tão necessários no meio do povo, e justo nessas jornadas de revolução, para semear em larga escala suas idéias, para colocar as massas em movimento, para demolir as instituições do passado, encontram-se lá, pregados em uma sala, discutindo a perder de vista, para arrancar concessões dos moderados, para converter inimigos, enquanto só há um meio de arrastá-los à nova idéia: colocá-la em execução. O governo transforma-se em Parlamento, com todos os vícios dos parlamentos burgueses. Longe de ser um governo "revolucionário", torna-se o maior obstáculo à revolução e, para cessar de caminhar sem sair do lugar, o povo se vê forçado a derrubar, destituir aqueles que, ainda ontem, aclamava como seus eleitos. Contudo, já não é tão fácil. O novo governo, que se apressou em organizar toda uma outra escala administrativa para estender seu domínio e fazer-se obedecer, não pensa ceder o lugar assim com tanta facilidade. Aplicado em manter seu poder, agarra-se a ele com toda a energia de uma instituição, que ainda não teve

tempo de cair em decomposição senil. Está decidido a opor a força à força; e, para desalojá-lo, só há um meio: pegar em armas, refazer uma revolução, a fim de derrubar aqueles nos quais se havia posto toda a esperança.

E eis a revolução dividida! Após ter perdido um tempo precioso em tergiversações, perderá suas forças em divisões intestinas entre os amigos do jovem governo e aqueles que viram a necessidade de desfazer-se dele! E tudo isso por não ter compreendido que uma nova vida pede novas formas; que não é agarrando-se às antigas formas que se opera uma revolução! Tudo isso por não ter compreendido a incompatibilidade de revolução e governo, por não ter entrevisto que um – sob qualquer forma que ele se apresente – é sempre a *negação* do outro, e que, fora da anarquia, não existe revolução.

O mesmo ocorre com esta outra forma de "governo revolucionário", que alguns elogiam: a ditadura revolucionária.

II

Os perigos aos quais se expõe a revolução, se ela se deixa dominar por um governo eleito, são tão evidentes que toda uma escola de revolucionários renuncia por completo a esta idéia. Compreendem que é impossível a um povo insurgido dar-se, por meio das eleições, um governo, que não represente o passado e que não seja uma grilheta presa aos pés do povo, sobretudo quando se trata de realizar esta imensa regeneração econômica, política e moral que entendemos por revolução social. Renunciam, portanto, à idéia de um governo "legal", ao menos pelo período que é uma revolta contra a legalidade, e preconizam a "ditadura revolucionária".

"O partido – dizem eles – que tiver derrubado o governo, colocar-se-á, pela força, em seu lugar. Apoderar-se-á do poder e procederá de modo revolucionário. Tomará as medidas necessárias para assegurar o êxito da insurreição; demolirá as velhas instituições; organizará a defesa do território. Quanto àqueles que não quiserem reconhecer sua autoridade – guilhotina; àqueles, povo ou burgueses, que recusarem obedecer às ordens que ele lançará, para regular a marcha da revolução – ainda, guilhotina!" Eis como

raciocinam os Robespierre em maturação, aqueles que só retiveram da grande epopéia do século passado sua época de declínio, aqueles que só aprenderam os discursos dos procuradores da República.

* * *

Para nós, anarquistas, a ditadura de um indivíduo ou de um partido – no fundo, é a mesma coisa – está em definitivo condenada. Sabemos que uma revolução social não é dirigida pelo espírito de um único homem ou de um grupo. Sabemos que revolução e governo são incompatíveis; um deve destruir o outro, pouco importando o nome que se dê ao governo: ditadura, monarquia ou parlamento. Sabemos que o que faz a força e a verdade de nosso partido reside em sua fórmula fundamental: "Nada se faz de bom e de durável senão pela livre iniciativa do povo e todo poder tende a matá-la"; é por isso que os melhores de nós, se suas idéias não mais tivessem que passar pelo crivo do povo para serem colocadas em execução, e se se tornassem senhores desta máquina formidável – o governo – que lhes permitisse agir por seu capricho, tornar-se-iam em oito dias bons para se fazerem apunhalar. Sabemos para onde conduz cada ditadura, mesmo a mais bem intencionada: à morte da revolução. E sabemos, enfim, que esta idéia de ditadura é sempre um produto insano deste fetichismo governamental, que junto com o fetichismo religioso, sempre perpetuou a escravidão.

Hoje, porém, não é aos anarquistas que nos dirigimos. Falamos àqueles, dentre os revolucionários governamentalistas, que, desgarrados pelos preconceitos de sua educação, enganam-se sinceramente e não pedem nada melhor do que discutir. Nós lhes falaremos, portanto, seguindo seu ponto de vista.

* * *

De início, uma observação geral. Aqueles que pregam a ditadura, em geral, não percebem que, ao sustentar este preconceito, só fazem preparar o terreno àqueles que os degolarão mais tarde. Há, todavia, uma frase de Robespierre, que seus admiradores deveriam lembrar-se bem. Ele não negava

a ditadura como princípio. Porém..., "Guarda-te bem" – respondeu bruscamente a Mandar, quando este lhe falou sobre este assunto – "*Brissot seria ditador*!" Sim, Brissot, o espertalhão girondino, inimigo encarniçado das tendências igualitárias do povo, defensor enraivecido da propriedade (que outrora havia qualificado de roubo), Brissot, que já havia, com tranqüilidade, encarcerado, na Abadia, Hérbert, Marat, e todos os moderados jacobinos!

Todavia, esta frase data de 1792! Nesta época, a França estava há três anos em revolução! De fato, a realeza não mais existia: só restava dar-lhe o golpe de misericórdia; na realidade, o regime feudal já havia sido abolido. E, contudo, mesmo nessa época, em que a revolução formava livremente suas ondas, era ainda o contra-revolucionário Brissot que tinha todas as oportunidades de ser aclamado ditador! E quem teria sido antes, em 1789? É Mirabeau que teria sido reconhecido chefe do poder! O homem que negociava com o rei, para lhe vender-lhe sua eloqüência, eis quem teria sido levado ao poder nessa época, se o povo, insurreto, não tivesse imposto sua soberania, apoiada sobre as lanças, e se não tivesse procedido pelos *fatos consumados* da "jacquerie", tornando ilusório todo poder constituído em Paris ou nas províncias.

Todavia, o preconceito governamental cega tão bem aqueles que falam de ditadura, que eles preferem preparar a ditadura de um novo Brissot ou de um Napoleão do que renunciar à idéia de dar um outro senhor aos homens, que rompem suas correntes!

* * *

As sociedades secretas do tempo da Restauração e de Luís Filipe contribuíram, de forma poderosa, para manter este preconceito de ditadura. Os burgueses republicanos da época, apoiados pelos trabalhadores, fizeram uma longa série de conspirações para derrubar a realeza e proclamar a república. Sem se dar conta da profunda transformação, que se devia operar na França, mesmo para que um regime burguês pudesse se estabelecer, pensavam que, por meio de uma vasta conspiração, derrubariam um dia a realeza, apoderar-se-iam do poder e proclamariam a república. Durante quase trinta anos estas sociedades secretas não cessaram de trabalhar com uma devoção sem limites, uma perseverança e uma coragem heróicas. Se a república saiu, de modo natural, da insurreição de fevereiro de 1848, foi graças a estas sociedades, graças à propaganda pela ação, que fizeram durante trinta anos. Sem seus nobres esforços, a república teria sido impossível, até o presente momento.

* * *

Seu objetivo era, portanto, apoderarem-se, eles próprios, do poder, instalarem-se como ditadura republicana. Porém, como era de se esperar, não obtiveram êxito. Como sempre, pela força inevitável das coisas, não foi uma conspiração que derrubou a realeza. Os conspiradores haviam preparado a queda. Tinham amplamente semeado a idéia republicana; seus mártires tinham feito dela o ideal do povo. Todavia, o último ataque, o que derrubou de forma definitiva o rei da burguesia, foi bem mais vasto e mais forte do que o que podia vir de uma sociedade secreta; veio da massa popular.

O resultado é conhecido. O partido que tinha preparado a queda da realeza encontrou-se afastado dos degraus do prédio da prefeitura. Outros, muito prudentes para correrem os riscos da conspiração, mais conhecidos, mas também mais moderados, espreitando o momento de apoderar-se do poder, ocuparam o lugar que os conspiradores pensavam conquistar com o troar dos canhões. Jornalistas, advogados, oradores eloqüentes, que trabalhavam para forjar um nome enquanto os verdadeiros republicanos forjavam as armas ou expiravam nas prisões, apoderaram-se do poder. Uns, já célebres, foram aclamados pelos basbaques; os outros desobstruíram o caminho por si mesmos e foram aceitos, porque seus nomes nada representavam, a não ser um programa de acomodamento com todo mundo.

Não venham nos dizer que foi falta de espírito prático do partido de ação; que outros poderão fazer melhor... Não, mil vezes não! É uma lei, como a do movimento dos astros, que o partido de ação permaneça de fora, enquanto os intrigantes e os demagogos assumem o controle do poder. Eles são mais conhecidos na grande massa, que faz o último ataque.

Reúnem mais votos, pois, com ou sem cédulas de votos, por aclamação ou por intermédio das urnas, no fundo é sempre um tipo de eleição tácita, que se faz nesse momento, por aclamação. São aclamados por todo mundo, sobretudo pelos inimigos da revolução, que preferem colocar as nulidades no comando, e a aclamação reconhece, assim, por chefes, aqueles que, no fundo, são inimigos do movimento ou os indiferentes.

O homem que, mais do que qualquer outro, foi a encarnação deste sistema de conspiração, o homem que pagou com uma vida na prisão sua devoção a este sistema, lançou às vésperas de sua morte estas palavras, que são todo um programa: *Nem Deus, nem Senhor*!

III

Pensar que o governo possa ser derrubado por uma sociedade secreta, e que esta sociedade possa implantar-se em seu lugar, é um erro no qual caíram todas as organizações revolucionárias nascidas no seio da burguesia republicana, desde 1820. Contudo, outros fatos abundam para pôr este erro em evidência. Que devoção, que abnegação, que perseverança viu-se manifestar por estas sociedades secretas republicanas da jovem Itália, e, entretanto, todo esse imenso trabalho, todos esses sacrifícios feitos pela juventude italiana, diante dos quais empalidecem até mesmo aqueles da juventude revolucionária russa, todos esses cadáveres amontoados nas casamatas das fortalezas austríacas e sob a faca e as balas do carrasco, tudo isso teve como herdeiros os espertalhões da burguesia e da realeza.

O mesmo acontece na Rússia. É raro encontrar na história uma organização secreta que tenha obtido, com tão poucos meios, resultados tão imensos quanto os alcançados pela juventude russa; que tenha feito prova de uma energia e de uma ação tão poderosa quanto o comitê executivo. Fez abalar este colosso, que parecia invulnerável, o czarismo; tornou o governo autocrata, doravante, impossível na Rússia. Todavia, bem ingênuos são os que imaginam que o comitê executivo tornar-se-á senhor do poder no dia em que a coroa de Alexandre III for arrastada na lama. Outros, os prudentes, que procuram forjar um nome enquanto os revolucionários cavam suas minas, ou morrem na Sibéria; outros, os intrigantes, os demagogos, os advogados, os escritores, que de vez em quando derramam uma lágrima, rapidamente enxuta, no túmulo dos heróis, e posam como amigos do povo, eis os que tomarão o lugar vago do governo e exclamarão *Para trás!* aos "desconhecidos", que terão preparado a revolução.

* * *

É inevitável, é fatal, não pode ser de outra forma. Não são as sociedades secretas, nem mesmo as organizações revolucionárias, que dão o golpe de misericórdia nos governos. Sua função, sua missão histórica, é preparar os espíritos para a revolução. E, quando estão preparados — com as circunstâncias externas ajudando — o último ataque vem não do grupo iniciador, mas da massa que permaneceu fora das ramificações da sociedade. Em 31 de agosto, Paris ficou muda aos apelos de Blanqui. Quatro dias mais tarde, ele proclama a queda do governo; mas, então, já não são os blanquistas, os iniciadores do movimento: é o povo, os milhões, que destronam o *décembriseur*,[24] e aclamam os farsantes cujos nomes ressoaram por dois anos em seus ouvidos. Quando a revolução está pronta para eclodir, quando o movimento é sentido no ar, quando o êxito já se tornou *certo*, aí, então, mil novos homens, sobre os quais a organização secreta nunca exerceu uma influência direta, vêm juntar-se ao movimento, como aves de rapina chegando ao campo de batalha para disputar os cadáveres das vítimas. Estes ajudam a fazer o último ataque, não nas fileiras dos conspiradores sinceros e irreconciliáveis, mas entre as marionetes em que eles vão buscar seus chefes, de tanto que estão inspirados pela idéia de que um chefe é necessário.

Os conspiradores, que mantêm o preconceito da ditadura, trabalham, portanto, de forma inconsciente, para fazer subir ao poder seus próprios inimigos.

Contudo, se o que acabamos de dizer é verdade no que concerne às revoluções, ou melhor, aos motins políticos, é mais verdadeiro ainda em relação à revolução que nós desejamos, a revolução social. Deixar estabelecer-se um governo qualquer, um poder forte e obedecido, é entravar a mar-

cha da revolução desde o começo. O bem, que este governo poderia fazer, é nulo e, o mal, imenso.

Com efeito, o que compreendemos por revolução? Não é uma simples mudança de governantes. É a apropriação pelo povo de toda a riqueza social. É a abolição de todos os poderes, que não cessaram de entravar o desenvolvimento da humanidade. Porém, será por decretos, emanando de um governo, que esta imensa revolução econômica pode ser realizada? Vimos, no século passado, o ditador revolucionário polonês Kosciusko decretar a abolição da servidão pessoal; a servidão continuou a existir oitenta anos depois deste decreto.[25] Vimos a convenção, a onipotente convenção, a terrível convenção, como dizem seus admiradores, decretar a divisão *per capita* de todas as terras comunais tomadas do senhor. Como tantos outros, este decreto permaneceu inaplicado, porque, para colocá-lo em execução, teria sido preciso que os proletários do campo tivessem feito toda uma nova revolução e as revoluções não são feitas por decretos. Para que a apropriação da riqueza social pelo povo torne-se um fato consumado, é preciso que o povo sinta a liberdade de agir, que ele aniquile a servidão à qual está muito habituado, que aja por si mesmo, que avance sem esperar as ordens de ninguém. Isto é exatamente o que impedirá a ditadura, mesmo que ela seja a mais bem intencionada do mundo e, ao mesmo tempo, será incapaz de ultrapassar sequer uma polegada sobre a revolução.

* * *

Todavia, se o governo — ainda que fosse um ideal de governo revolucionário — não cria uma nova força e não apresenta nenhuma vantagem para o trabalho de demolição que temos de realizar, devemos contar menos ainda com ele para o trabalho de reorganização, que deve seguir à demolição. A mudança econômica, que resultará da revolução social, será tão imensa e profunda, deverá alterar de tal forma todas as relações, hoje com base na propriedade e na troca, que é impossível, para um ou alguns indivíduos, elaborar as formas sociais que devem nascer na sociedade futura. Esta elaboração das novas formas sociais só pode ser feita pelo trabalho coletivo das massas. Para satisfazer a imensa variedade das condições e das

necessidades, que surgirão no dia em que a propriedade individual for demolida, é preciso a leveza do espírito coletivo do país. Toda autoridade exterior será apenas um entrave, um impedimento a este trabalho orgânico que deve ser realizado e, portanto, uma fonte de discórdia e de ódios.

Porém, já é tempo de abandonar esta ilusão, tantas vezes desmentida e tantas vezes paga a preço tão caro, de um governo *revolucionário*. Já é tempo de se dizer, de uma vez por todas, e admitir este axioma político de que *um governo não pode ser revolucionário*. Falam-nos da convenção; mas não esqueçamos que as poucas medidas, de caráter um pouco revolucionário, tomadas pela convenção, foram a sanção de fatos realizados pelo povo, que, naquele momento, passava por cima da autoridade de todos os governantes. Como disse Victor Hugo, em seu estilo figurado, Danton pressionava Robespierre, Marat vigiava e pressionava Danton, e o próprio Marat era pressionado por Cimourdain — esta personificação dos clubes dos "enragés" e revoltados. Como todos os governos, que a precederam e a seguiram, a convenção nada mais foi senão uma grilheta nos pés do povo.

Os fatos que a história nos ensina são tão concludentes sob este aspecto; a impossibilidade de um governo revolucionário e a nocividade do que se designa sob este nome são tão evidentes que pareceria difícil explicar a fúria com que uma certa escola, denominando-se socialista, insiste em manter a idéia de um governo. A explicação, porém, é bem simples. É que, por mais socialistas que eles se digam, os adeptos desta escola têm uma concepção totalmente diferente da nossa em relação à revolução que devemos realizar. Para eles — como para todos os radicais burgueses —, a revolução social é assunto do futuro, no qual não devemos pensar hoje. O que eles sonham, no fundo de seu coração, sem ousar confessá-lo, é com outra coisa. É a instalação de um governo parecido com o da Suíça ou dos Estados Unidos, fazendo algumas tentativas de apropriação pelo Estado do que eles chamam, engenhosamente, "serviços públicos". É algo inspirado no ideal de Bismarck e no do alfaiate que chega à presidência dos Estados Unidos. É um compromisso feito, de antemão, entre as aspirações socialistas das massas e os apetites dos burgueses. Eles desejariam a completa expropriação, mas não sentem coragem para tentá-la, adiam-na para o próximo século e, antes da batalha, já entram em negociação com o inimigo.

Para nós, que compreendemos que o momento de dar um golpe mortal na burguesia se aproxima; que não está longe o momento em que o povo poderá apoderar-se de toda a riqueza social e reduzir a classe dos exploradores à impotência; para nós, como ia dizendo, não pode haver hesitação. Lançar-nos-emos de corpo e alma na revolução *social*, e, visto que, nesta via, um governo, qualquer que seja sua roupagem, é um obstáculo, reduziremos à impotência e varreremos os ambiciosos à medida que vierem se impor para governar nossos destinos.

Basta de governos, é a vez do povo, da anarquia!

TODOS SOCIALISTAS!

I

Desde que a idéia socialista começou a penetrar no seio das massas operárias, produziu-se um fato dos mais interessantes. Os piores inimigos do socialismo, tendo compreendido que o melhor meio de dominar o socialismo é fazerem-se passar por seus adeptos, apressam-se em se declarar socialistas. Falai a um destes grandes burgueses, que exploram sem misericórdia o operário, a operária e a criança. Falai-lhe das desigualdades escandalosas das fortunas, das crises e da miséria que elas engendram; falai-lhe da necessidade de modificar o regime da propriedade, a fim de melhorar a situação dos operários; e, se o burguês é inteligente, se ele procura "se dar bem" na política e, sobretudo, se vós sois seu eleitor, ele se apressará em dizer-vos:

"Por Deus!, mas eu também sou socialista como vós! Questão social, caixas econômicas, legislação sobre o trabalho – estou perfeitamente de acordo em tudo isto! Porém, não mudemos tudo em um único dia, caminhemos com calma!" E ele vos abandona para ir arrancar, "com calma", algum dinheiro a mais de "seus operários", prevendo as perdas que a agitação socialista poderá lhe ocasionar um dia.

Outrora, ele vos teria virado as costas. Hoje, procura fazer-vos acreditar que compartilha vossas idéias, para degolar-vos com mais facilidade no dia em que tiver ocasião.

Este fato produziu-se sobretudo nas últimas eleições, na França.[26] Bastava que em uma reunião eleitoral levantassem a questão do socialismo para que aquele que disputava os votos apressasse-se em declarar-se partidário do socialismo – *do verdadeiro socialismo* – sem dúvida, do socialismo dos escamoteadores.

Dois terços dos delegados fizeram crer aos eleitores que eles pretendiam ocupar-se, na câmara, da questão social. Clemenceau declarou-se socialista e Gambetta esteve bem perto de fazê-lo, mas, se não tivesse visado a

suprema felicidade de um dia tocar na mão de alguma majestade, não teria deixado de declarar-se francamente socialista. Bismarck, por sua vez, não hesita: declara-se mais socialista do que ninguém, é o socialista por excelência; na Inglaterra, não é raro ouvir dizer que, se Lorde Beaconsfield tivesse durado, teria, com certeza, "resolvido a questão social". Não há sequer um dos portadores de batina que não tire partido disso. O predicante da corte de Berlim prega o socialismo e, na França, os beneditinos publicam uma revista na qual declaram possuir o verdadeiro socialismo. Parece até mesmo que (segundo os jornais ingleses) o czar — desde que mandou colocar sobre sua mesa (de escrever, é evidente) um pedaço de pão preto, feito de joio e um pouco de trigo, para lembrar-lhe amiúde qual é o alimento dos camponeses russos — também pensa que possui o verdadeiro socialismo: só espera, segundo parece, a bênção de Bismarck e dos patriarcas de Antioquia e de Constantinopla para começar a aplicar suas doutrinas socialistas.

Em resumo, são todos socialistas! Usurários que especulam com o preço do pão para comprar jóias para suas mulheres; patrões que fazem os operários morrerem de tísica e as crianças de inanição; potentados que aprisionam em Berlim e enforcam em S. Petersburgo; policiais que fazem perquirições — todos, se reviram nossos papéis, se aprisionam e enforcam os socialistas, se massacram os operários e seus filhos, se especulam na política e na finança, só o fazem para acelerar o triunfo do autêntico socialismo!

* * *

Pois bem! Ainda existem socialistas bastante ingênuos para explodir em cantos de triunfo ao verem este espetáculo. "Fulano declarou-se socialista; Gambetta reconheceu a existência da questão social! Nova prova de que a idéia ganha terreno", apressam-se em anunciar em seus jornais. Como se precisássemos da sanção de quem quer que seja para saber que a idéia socialista ganha terreno no seio do povo!

Quanto a nós, este espetáculo nos aflige, ao invés de alegrar-nos. Prova-nos, por um lado, que a burguesia conspira para escamotear o socialismo, absolutamente como escamoteava, outrora, a idéia republicana; e, por outro, prova-nos que aqueles que outrora foram considerados socialistas, hoje abandonam o socialismo, renunciando à sua idéia-mãe e passam para o lado da burguesia, todavia, conservando, para disfarçar sua reviravolta, o rótulo de socialismo.

* * *

Qual foi, com efeito, a idéia distintiva, a idéia-mãe do socialismo?

Em resumo, a idéia da necessidade de abolir o salariado, abolir a propriedade individual do solo, das casas, das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho, do capital social. Quem quer que não reconhecesse esta idéia fundamental, que não a colocasse em prática em sua vida privada, renunciando à exploração do próximo, não era socialista.

"Admitis a necessidade de abolir a propriedade individual? Admitis a necessidade de expropriar, em proveito de todos, os atuais detentores do capital social? Sentis necessidade de viver em conformidade com estes princípios?" Eis o que se perguntava, outrora, ao recém-chegado, antes de estender-lhe a mão como a um socialista.

É evidente que ao vos fazerem estas perguntas, não vos indagavam se reconhecíeis a necessidade de abolir a propriedade individual em duzentos anos ou em dois mil anos! Não se faz pergunta inútil sobre o que será bom fazer em duzentos anos! Quando se falava de abolição da propriedade individual, reconhecia-se a necessidade desde aquele momento e estava-se de acordo que era preciso fazer a tentativa no momento da *próxima* revolução. "A próxima revolução — diziam os socialistas há dez anos (e os que permaneceram socialistas ainda o dizem) —, a próxima revolução não deve mais ser uma simples mudança de governo, seguida de algumas melhorias da máquina governamental: *deve ser a Revolução Social*".

Esta convicção sobre a necessidade de se preparar para a expropriação, quando da *próxima* revolução, constituía a idéia-mãe do socialista; é isto que o distinguia de todos aqueles que também admitem a necessidade de algumas melhorias na vida do operário, que chegam, às vezes, até a convir que o comunismo é o ideal da sociedade futura, mas que, com certeza, não admitem que se procure realizá-lo de um dia para o outro.

Professando estas idéias, o socialista estava certo de não ser confundido com seus inimigos. Estava certo de que o nome socialista não seria escamoteado por aqueles que querem apenas a manutenção da atual exploração.

* * *

Tudo isto mudou, hoje.

Por um lado, constituía-se no seio da burguesia um núcleo de aventureiros, que compreendia que, sem endossar o rótulo socialista, jamais conseguiria escalar os degraus do poder. Era preciso, portanto, encontrar um meio de se fazer aceitar pelo partido, sem adotar seus princípios. Por outro lado, aqueles que compreenderam que o meio mais fácil de dominar o socialismo era entrar em suas fileiras, corromper seus princípios, desviar sua ação, fazendo uma pressão no mesmo sentido.

Infelizmente, havia socialistas, socialistas de outrora, desejosos de agrupar em torno deles o maior número de pessoas possível, desde que os recém-chegados aceitassem o *rótulo* de socialistas, que se apressaram em abrir amplamente as portas e facilitaram a entrada dos pretensos convertidos. Eles próprios renunciaram à idéia-mãe do socialismo, e, sob seus auspícios, hoje se constitui uma nova espécie de pretensos socialistas, tendo conservado do antigo partido apenas o nome.

Semelhantes a esse coronel da polícia russa, que dizia a um de nossos amigos que, ele também, achava o ideal comunista admirável, mas que, este ideal, não podendo ser realizado antes de 200, talvez 500 anos, era preciso, enquanto isso, colocar nosso amigo na cadeia, para puni-lo pela propaganda comunista que ele havia feito; semelhantes, eu dizia, a esse coronel da polícia russa, eles declaram que a abolição da propriedade individual e a expropriação devem ser adiadas para um futuro longínquo; que tudo isso é romance, utopia, e que, enquanto se aguarda, é preciso ocupar-se com as reformas realizáveis, e que aqueles que defendem a idéia de expropriação são seus piores inimigos. "Preparemos", diziam eles, "o terreno, não para expropriar o solo, mas para nos apoderarmos da máquina governamental, por meio da qual, melhoraremos mais tarde, pouco a pouco, a vida dos operários. Preparemos, para a próxima revolução, não a conquista das fábricas, mas a conquista das municipalidades".

Como se a burguesia, permanecendo detentora do capital, permitisse-lhes fazer experiências de socialismo, mesmo que eles conseguissem tomar o poder! Como se a conquista das municipalidades fosse possível sem a conquista das fábricas!

* * *

As conseqüências desta reviravolta já se fazem sentir.

Agora, quando tiverdes pela frente um destes novos socialistas, não sabereis mais se se trata de um senhor semelhante ao coronel da polícia russa a quem falais, ou a um socialista, simplesmente. Visto que basta admitir que um dia – em mil anos, talvez – a propriedade poderá tornar-se coletiva e que, enquanto isso, é preciso votar em alguém que pedirá, na câmara, a redução da jornada de trabalho, por conseguinte, a diferença entre o socialismo do citado coronel da polícia e o do neo-socialista torna-se imperceptível: são todos socialistas! O operário, que não tem tempo de acompanhar uns trinta jornais, ao mesmo tempo, não saberá mais onde estão seus aliados e onde estão seus inimigos, os socialistas e os escamoteadores da idéia socialista. E, chegando o dia da revolução, ele deverá sofrer duras penas e terríveis sangrias, antes de ter reconhecido amigos e inimigos.

O ESPÍRITO DE REVOLTA[27]

I

Na vida das sociedades, há épocas em que a revolução se torna uma necessidade imperativa, em que ela se impõe. Novas idéias germinam em todos os lugares, procuram aparecer, encontrar uma aplicação na vida, mas se chocam sem cessar com a força de inércia daqueles que têm interesses em manter o Antigo Regime; elas sufocam na atmosfera asfixiante dos antigos preconceitos e das tradições. As idéias adquiridas sobre a constituição dos Estados, sobre as leis do equilíbrio social, sobre as relações políticas e econômicas dos cidadãos entre eles, já não se mantêm diante da crítica severa, que as mina a cada dia, em cada ocasião, no salão como no cabaré, nas obras do filósofo com na conversa cotidiana. As instituições políticas, econômicas e sociais caem em decadência; edifício tornado inabitável, perturba, impede o desenvolvimento dos germes que se produzem em seus muros rachados e nascem em torno dele.

Uma necessidade de vida nova faz-se sentir. Estabelecido o código de moralidade, aquele que governa a maioria dos homens em sua vida cotidiana, não parece mais suficiente. Percebe-se que tal coisa, considerada antes como eqüitativa, é apenas uma gritante injustiça; a moralidade de ontem é hoje reconhecida como sendo uma imoralidade revoltante. O conflito entre as novas idéias e as velhas tradições eclode em todas as classes da sociedade, em todos os meios, até no seio da família. O filho entra em luta com seu pai: acha revoltante o que seu pai achara natural durante toda a sua vida; a filha rebela-se contra os princípios que sua mãe transmitia-lhe como fruto de uma longa experiência. A consciência popular insurge-se a cada dia contra os escândalos que se produzem no seio da classe dos privilegiados e dos ociosos, contra os crimes que se cometem em nome do direito do mais forte ou para manter estes privilégios. Aqueles que querem o triunfo da justiça, aqueles que querem pôr em prática as novas idéias, são, em

pouco tempo, forçados a reconhecer que a realização de suas idéias generosas, humanitárias, regeneradoras, não pode ocorrer na sociedade tal como está constituída: compreendem a necessidade de uma tormenta revolucionária que varra todo este bolor, vivifique com seu sopro os corações entorpecidos e traga à humanidade a dedicação, a abnegação, o heroísmo, sem os quais uma sociedade avilta-se, degrada-se, decompõe-se.

Em épocas de corrida desenfreada para o enriquecimento, de especulações febris e de crises, de falência súbita de grandes indústrias e expansão efêmera de outros ramos de produção, de fortunas escandalosas acumuladas em alguns anos e dissipadas da mesma forma, concebe-se que as instituições econômicas, presidindo à produção e à troca, estejam longe de dar à sociedade o bem-estar que deveriam garantir-lhe; elas trazem, de maneira precisa, o resultado contrário. Ao invés de ordem, engendram o caos; ao invés do bem-estar, a miséria, a insegurança do dia seguinte; ao invés da harmonia dos interesses, a guerra, uma guerra perpétua do explorador contra o produtor, dos exploradores e dos produtores entre si. Vê-se a sociedade cindir-se cada vez mais em dois campos hostis e subdividir-se, ao mesmo tempo, em milhares de pequenos grupos, que fazem uma guerra encarniçada entre si. Fatigado destas guerras, das misérias que elas engendram, a sociedade lança-se à procura de uma nova organização; pede a grandes brados um remanejamento completo do regime da propriedade, da produção, da troca, e de todas as relações econômicas que dela decorrem.

A máquina governamental, encarregada de manter a ordem existente, ainda funciona. Porém, a cada volta de suas engrenagens danificadas, ela encrava e pára. Seu funcionamento torna-se cada vez mais difícil, e o descontentamento excitado por seus defeitos cresce sem parar. A cada dia faz surgir novas exigências. "Reformai isto, reformai aquilo!", grita-se de todos os lados. "Guerra, finança, impostos, tribunais, polícia, tudo está por ser remanejado, reorganizado, estabelecido sobre novas bases", dizem os reformadores. E, entretanto, todos compreendem que é impossível refazer, remanejar o que quer que seja, visto que tudo se mantém; tudo deveria ser refeito ao mesmo tempo; e, como refazer, quando a sociedade está dividida em dois campos abertamente hostis? Satisfazer descontentes seria criar novos.

Incapazes de se lançarem na via das reformas, visto que seria engajar-se na revolução; ao mesmo tempo, impotentes para se jogarem com franqueza na reação, os governos aplicam-se às meias-medidas, que não podem satisfazer ninguém, e nada mais fazem senão suscitar novos descontentamentos. As mediocridades, que se encarregam, nessas épocas transitórias, de conduzir o barco governamental, apenas sonham, por sinal, com uma única coisa: enriquecer-se com a previsão da derrocada que se aproxima. Atacados por todos os lados, defendem-se sem jeito, tergiversam, fazem besteira sobre besteira e conseguem em pouco tempo, cortar o último fio de salvação: afogam o prestígio governamental no ridículo de sua incapacidade.

Nessas épocas, a revolução impõe-se. Torna-se uma necessidade social; a situação é uma situação revolucionária.

Quando estudamos, em nossos melhores historiadores, a gênese e o desenvolvimento dos grandes abalos revolucionários, encontramos de hábito este título: "As Causas da Revolução", um quadro surpreendente da situação, às vésperas dos acontecimentos. A miséria do povo, a insegurança geral, as medidas vexatórias do governo, os escândalos odiosos, que mostram os grandes vícios da sociedade, as novas idéias procurando aparecer e se chocando contra a incapacidade dos partidários do *Ancien Régime* — nada falta a este quadro. Contemplando-o, chega-se à convicção de que a revolução era, com efeito, inevitável; que não havia outra saída senão a via dos fatos insurrecionais.

Tomemos, por exemplo, a situação antes de 1789, tal como os historiadores demonstraram-nos. Imaginai ouvir o camponês queixar-se das taxas, do dízimo, dos censos feudais e dedicar, em seu coração, um ódio implacável ao senhor, ao monge, ao açambarcador, ao intendente. Parece-vos ver os burgueses se queixarem de ter perdido suas liberdades municipais e atacarem o rei com o peso de suas maldições. Escutai o povo estigmatizar a rainha, revoltar-se ao relato do que fazem os ministros, e se dizerem, a cada instante, que os impostos são intoleráveis e os censos exorbitantes, que as colheitas são ruins e o inverno muito rigoroso, que os víveres são muito caros e os açambarcadores muito vorazes, que os advogados de vilarejos devoram a colheita do camponês, e que o guarda-rural quer representar o papel de um reizinho, que o próprio correio está mal organizado e

os empregados muito preguiçosos... Em resumo, nada funciona, todos se queixam. "Isto não pode mais durar, isto acabará mal!", dizem de todos os lados.

Porém, destes raciocínios tranqüilos à insurreição, à revolta, há todo um abismo, abismo este que, na maior parte da humanidade, separa o *raciocínio* do *ato*, o *pensamento* da *vontade*, da necessidade de agir. Como este abismo foi superado? Como esses homens que, ainda ontem, queixavam-se tranqüilidade de seu destino, fumando seus cachimbos e que, logo em seguida, saudavam com humildade esse mesmo guarda-rural e esse policial dos quais acabavam de falar mal, como, alguns dias mais tarde, esses mesmos homens puderam segurar suas foices e suas barras de ferro e foram atacar o senhor em seu castelo, ainda ontem tão terrível? Por qual encantamento, esses homens, cujas mulheres os tratavam, com razão, de covardes, hoje se transformaram em heróis, que avançam sob as balas e sob a metralhadora para a conquista de seus direitos? Como estas *palavras*, tantas vezes pronunciadas outrora, e que se perdiam no ar como inútil som dos sinos, transformaram-se, finalmente, em *atos*?

* * *

A resposta é fácil.

É a *ação*, a ação contínua, incessantemente renovada das minorias, que opera esta transformação. A coragem, a dedicação, o espírito de sacrifício, são tão contagiosos quanto a covardia, a submissão e o pânico.

Que formas tomará a agitação? Todas as formas, as mais variadas, que lhe serão ditadas pelas circunstâncias, pelos meios, pelos temperamentos. Ora lúgubre, ora irônica, mas sempre audaciosa; ora coletiva, ora puramente individual, não negligencia nenhum dos meios que tem sob as mãos, nenhuma circunstância da vida pública, para manter sempre o espírito desperto, para propagar e formular o descontentamento, para excitar o ódio contra os exploradores, ridicularizar os governantes, demonstrar sua fraqueza e, sobretudo e sempre, despertar a audácia, o espírito de revolta, dando o exemplo.

II

Quando uma situação revolucionária produz-se em um país, sem que o espírito de revolta esteja bastante desperto nas massas, para traduzir-se em manifestações tumultuosas na rua, ou em motins e insurreições, é pela *ação* que as minorias conseguem despertar este sentimento de independência e este sopro de audácia, sem os quais nenhuma revolução poderia se realizar.

Homens sensíveis, que não se contentam com palavras, mas que procuram colocá-las em execução, caracteres íntegros, para quem o ato e a idéia são uma única coisa, para quem a prisão, o exílio e a morte são preferíveis a uma vida, que permaneceria em desacordo com seus princípios; homens intrépidos, que sabem que é preciso ousar para vencer, são as sentinelas perdidas que engajam o combate, bem antes que as massas estejam bastante excitadas para erguer abertamente a bandeira da insurreição e avançar, de armas nas mãos, para a conquista de seus direitos.

No meio das queixas, dos falatórios, das discussões teóricas, um ato de revolta, individual ou coletivo, produz-se, resumindo as aspirações dominantes. Pode acontecer que, de imediato, a massa permaneça indiferente. Ainda que admirando a coragem do indivíduo, ou do grupo iniciador, pode ser que ela siga de início os sábios, os prudentes, que se apressam a tachar este ato de "loucura" e dizer que "os loucos, os exaltados, vão tudo comprometer". Estes sábios e prudentes haviam calculado tão bem que seu partido, prosseguindo lentamente sua obra, conseguiria em cem, duzentos, trezentos anos talvez, conquistar o mundo inteiro e eis que o imprevisto intromete-se: o imprevisto, sem dúvida, é o que não foi previsto por eles, sábios e prudentes. Quem quer que conheça um pouco de história e possua um cérebro, ainda que pouco ordenado, sabe perfeitamente, de antemão, que uma propaganda teórica da revolução traduzir-se-á necessariamente por atos, bem antes que os teóricos tenham decidido que é chegado o momento de agir; todavia, os sábios teóricos aborrecem-se contra os loucos, excomungam-nos, consagram-nos ao anátema. Porém, os loucos encontram simpatias, a massa do povo aplaude em segredo sua audácia e eles encontram imitadores. À medida que os primeiros dentre eles vão povoar os calabouços

e as prisões, outros vêm continuar sua obra; os atos de protesto ilegal, de revolta, de vingança multiplicam-se.

A indiferença é doravante impossível. Aqueles que, no início, sequer se perguntavam o que querem "os loucos", são forçados a se ocupar disso, discutir suas idéias, tomar partido a favor ou contra. Pelos fatos que se impõem à atenção geral, a nova idéia infiltra-se nos cérebros e conquista prosélitos. Tal ato faz, em alguns dias, mais propaganda do que milhares de brochuras.

* * *

Sobretudo, desperta o sentimento de revolta, faz germinar a audácia. O Antigo Regime, armado de policiais, magistrados e soldados, parecia inabalável, como este velho Forte da Bastilha, que, ele também, parecia inexpugnável aos olhos do povo desarmado, acudido sob suas altas muralhas, repletas de canhões prontos a fazer fogo. Contudo, em pouco tempo, percebe-se que o regime estabelecido não possui a força que se supunha. Tal ato audacioso bastou para derrubar, em alguns dias, toda a máquina governamental, para abalar o colosso; tal insurreição colocou de pernas para o ar toda uma província, e a tropa, sempre tão imponente, recuou diante de um punhado de camponeses, armados de pedras e paus; o povo percebe que o monstro não é tão terrível quanto se pensava, ele começa a entrever que bastarão alguns esforços enérgicos para derrubá-lo. A esperança nasce nos corações, e lembremo-nos de que, se a exasperação impele muitas vezes aos motins, é sempre a esperança, a esperança de vencer, que faz as revoluções.

O governo resiste; pune com furor. Porém, se outrora a repressão matava a energia dos oprimidos, agora, nas épocas de efervescência, produz o efeito contrário. Provoca novos fatos de revolta, individual e coletiva; impele os revoltados ao heroísmo e, pouco a pouco, estes atos ganham novas camadas, generalizam-se, desenvolvem-se. O partido revolucionário reforça-se com elementos que até então lhe eram hostis, ou que estagnavam na indiferença. A desagregação apodera-se do governo, das classes dirigentes, dos privilegiados: uns pressionam para a resistência sem limites, outros pronunciam-se pelas concessões; outros, ainda, vão até a se declarar prontos a renunciarem, provisoriamente, a seus privilégios, a fim de apaziguarem o espírito de revolta, com o inconveniente de ter de dominá-lo mais tarde. A coesão do governo e dos privilegiados está rompida.

As classes dirigentes podem tentar ainda recorrer a uma reação furiosa. Porém, já não é mais o momento; a luta torna-se mais aguda, mais terrível, e a revolução que se anuncia será ainda mais sangrenta. Por outro lado, a menor das concessões por parte das classes dirigentes, visto que já chega muito tarde, visto que é arrancada pela luta, faz despertar ainda mais o espírito revolucionário. O povo que, antes, teria se contentado com esta concessão, agora percebe que o inimigo se dobra; ele prevê a vitória, sente crescer sua audácia, e estes mesmos homens, que, outrora, esmagados pela miséria, contentavam-se em suspirar às escondidas, levantam agora a cabeça e caminham com orgulho para a conquista de um futuro melhor.

Enfim, eclode a revolução, tanto mais formidável pelo fato da luta precedente ter sido feroz.

* * *

A direção que tomará a revolução depende, com certeza, da soma das circunstâncias variadas que determinaram a chegada do cataclismo. Contudo, ela pode ser prevista com antecipação, de acordo com a força de ação revolucionária empregada no período preparatório pelos diversos partidos de vanguarda.

Tal partido terá elaborado melhor as teorias que preconiza e o programa que procura realizar, terá propagado ativamente pela palavra e pela escrita. Contudo, não afirmou o suficiente suas aspirações de uma forma aberta, na rua, por atos que sejam *a realização do pensamento que lhe é próprio*; pouco agiu, ou então, não agiu contra aqueles que são seus principais inimigos, não golpeou as instituições a que visa demolir; teve a força teórica, mas não teve a força de ação; pouco contribuiu para despertar o espírito de revolta, ou negligenciou dirigi-lo contra o que procurará, sobretudo, golpear durante a revolução. Pois bem, este partido é menos conhecido; suas aspirações, não tendo sido afirmadas sem cessar, a cada dia, por atos cuja ressonância alcança as cabanas mais isoladas, não se infiltraram

o suficiente na massa do povo; elas não passaram pelo crivo da multidão e da rua, e não encontraram seu enunciado simples, que se resume em uma única palavra tornada popular.

Os escritores mais zelosos do partido são conhecidos por seus leitores como pensadores de mérito, mas não têm nem a reputação, nem a capacidade do homem de ação, e, no dia em que a multidão descer para a rua, seguirá, sobretudo, os conselhos daqueles que possuem, talvez, idéias teóricas menos claras e aspirações menos largas, mas que ela conhece melhor por tê-las visto agir.

O partido que mais fez agitação revolucionária, que mais manifestou vida e audácia, este partido será mais escutado no dia em que for preciso agir, em que for preciso avançar para realizar a revolução. Porém, aquele que não teve a audácia de afirmar-se por atos revolucionários no período preparatório, aquele que não teve uma força de impulso bastante forte para inspirar aos indivíduos e aos grupos o sentimento de abnegação, o desejo irresistível de colocar suas idéias em prática – se este desejo tivesse existido e se tivesse se traduzido por atos, bem antes que toda a multidão tivesse descido para a rua –, aquele que não soube tornar sua bandeira popular e suas aspirações palpáveis e compreensíveis, este partido terá apenas uma pequena oportunidade de realizar a mínima parte de seu programa. Será ultrapassado pelos partidos de ação.

Eis o que nos ensina a história dos períodos que precederam as grandes revoluções. A burguesia revolucionária o compreendeu muito bem: não negligenciava nenhum meio de agitação para despertar o espírito de revolta, quando procurava demolir o regime monárquico; o camponio francês do século passado também o compreendia, de forma instintiva, quando se agitava pela abolição dos direitos feudais; e a Internacional agia de acordo com estes mesmos princípios quando procurava despertar o espírito de revolta no seio dos trabalhadores das cidades, e a dirigi-lo contra o inimigo natural do assalariado, o açambarcador dos instrumentos de trabalho e das matérias-primas.

III

Dever-se-ia fazer um estudo – interessante ao mais alto grau, atraente, e, sobretudo, instrutivo –, um estudo sobre os diversos meios de agitação aos quais os revolucionários recorreram em diversas épocas, para acelerar a eclosão da revolução, para dar às massas a consciência dos acontecimentos que se preparavam, para melhor designar ao povo seus principais inimigos, para despertar a audácia e o espírito de revolta. Todos sabemos muito bem *por que* tal revolução tornou-se necessária, mas é só pelo instinto e pelo tatear que conseguiremos adivinhar *como* as revoluções germinaram.

O estado-maior prussiano publicou uma obra, há pouco tempo, para uso do exército, sobre a arte de como vencer as insurreições populares, e ensina, nesta obra, como se desorganiza um motim, como se desmoraliza, como se dispersa suas forças. Hoje, quer-se dar golpes seguros, degolar o povo segundo todas as regras. Pois bem, o estudo do qual falamos seria uma resposta a esta publicação e a muitas outras, que tratam deste mesmo assunto, algumas vezes com menos cinismo. Ele mostraria como se desorganiza um governo, como suas forças se dispersam, como se levanta o moral de um povo, abatido, deprimido pela miséria e pela opressão que sofreu.

Até hoje não foi realizado qualquer estudo semelhante. Os historiadores contaram-nos as grandes etapas pelas quais a humanidade caminhou para sua libertação, mas prestaram pouca atenção nos períodos que *precederam* as revoluções. Absorvidos pelos dramas, que tentam esboçar, deslizam rapidamente pelo prólogo, e é sobretudo este que nos interessa.

* * *

Entretanto, que quadro mais surpreendente, mais sublime e mais belo que o dos esforços que foram feitos pelos precursores das revoluções! Que trabalho incessante por parte dos camponeses e de alguns homens de ação da burguesia antes de 1789; que luta perseverante por parte dos republicanos, desde a restauração dos Bourbon, em 1815, até sua queda, em 1830; que atividade por parte das sociedades secretas durante o reinado do grande burguês Luís Filipe! Que quadro apunhalador este das conspirações feitas

pelos italianos para destruir o jugo da Áustria, de suas tentativas heróicas, dos sofrimentos inenarráveis de seus mártires! Que tragédia, lúgubre e grandiosa, a que contaria todas as peripécias do trabalho secreto, empreendido pela juventude russa, contra o governo e o regime fundiário e capitalista, dede 1860 até nossos dias! Quantas nobres figuras surgiriam diante do socialista moderno à leitura destes dramas; quanta dedicação e abnegação sublime e, ao mesmo tempo, que instrução revolucionária, não mais teórica, mas prática, as quais a geração atual deveria utilizar em seu proveito!

Aqui não é o lugar para empreender semelhante estudo. Devemos, portanto, limitar-nos a escolher alguns exemplos, a fim de mostrar como agiam nossos pais para fazer agitação revolucionária, e que tipo de conclusões podem ser extraídas dos estudos em questão.

Daremos uma olhada em um destes períodos, naquele que precedeu 1789, e, deixando de lado a análise das circunstâncias, que criaram, por volta do fim do século passado, uma situação revolucionária; limitar-nos-emos a extrair alguns procedimentos de agitação empregados por nossos antecessores.

* * *

Dois grandes fatos decorrem como resultado da revolução de 1789-1793. Por um lado, a abolição da autocracia real e o advento da burguesia ao poder; por outro, a abolição definitiva da servidão e dos censos feudais no campo. Os dois estão intimamente ligados entre si, um não teria tido êxito sem o outro. E estas duas correntes já se encontravam na agitação que precedeu a revolução: a agitação contra a realeza, no seio da burguesia; a agitação contra os direitos dos senhores, entre os camponeses.

Lancemos uma olhada sobre as duas.

O jornal, nessa época, não tinha a importância que adquiriu hoje; era uma brochura, o panfleto, a folha de três ou quatro páginas, que ocupavam seu lugar. Em conseqüência, o panfleto, a brochura pululam. A brochura coloca ao alcance da grande massa as idéias dos filósofos e dos economistas, precursores da revolução; o panfleto e a folha volante fazem a agitação, atacando os três principais inimigos: o rei e sua corte, a aristocracia, o clero. Eles não teorizam, procedem pela sátira.

Milhares destas folhas volantes narram os vícios da corte e principalmente da rainha, ridicularizam essa corte, despojam-na de seus aspectos enganadores, colocam-na a nu com todos os seus vícios, sua dissipação, sua perversidade, sua estupidez. Os amores reais, os escândalos da corte, os gastos loucos, o *Pacto de Fome* – esta aliança dos poderosos com os açambarcadores de trigo para se enriquecerem, esfomeando o povo –, eis o assunto dos panfletos. Os foliculários estão sempre à espreita e não negligenciam nenhuma circunstância da vida pública para golpear o inimigo. Desde que se fale em público de algum fato, o panfleto e a folha volante lá estão para tratá-lo sem incômodo, à sua maneira. Eles são melhores do que o jornal para este tipo de agitação. O jornal é todo um empreendimento e o observam de perto antes de fazê-lo soçobrar; sua queda embaraça, com freqüência, todo um partido. O panfleto e a folha só comprometem o autor e o impressor – ide procurar ambos!...

É evidente que os autores desses escritos começam, antes de mais nada, por se emancipar da censura, pois, se ainda não houvessem inventado este belo pequeno instrumento de jesuitismo contemporâneo, o processo de imprensa, que aniquila toda a liberdade do escritor revolucionário, tinha-se, para colocar na prisão os autores e os impressores, a "lettre de cachet"[28], brutal, é verdade, mas em todo caso, franca.

É por isso que os autores imprimem seus panfletos, seja em Amsterdã, seja em qualquer lugar, "*a cem léguas da Bastilha, sob a árvore da Liberdade*". Assim, eles não se perturbam em golpear duramente, vilipendiar o rei, a rainha e seus amantes, os grandes da corte, os aristocratas. Com a imprensa clandestina, de nada adiantava a polícia fazer perquirições nas livrarias, prender os vendedores; os autores desconhecidos escapavam às perseguições e continuavam seu trabalho.

* * *

A canção – aquela que é muito franca para ser impressa, mas que faz a volta à França transmitindo-se de memória – sempre foi um meio de propaganda dos mais eficazes. Atingia as autoridades estabelecidas, achincalhava as cabeças coroadas, semeava mesmo no lar da família o desprezo

pela realeza, o ódio contra o clero e a aristocracia, a esperança de ver, em pouco tempo, chegar o dia da revolução.

Sobretudo, porém, era ao cartaz que os agitadores recorriam. O cartaz faz-se falar mais dele, faz mais agitação do que um panfleto ou uma brochura. Assim, também, os cartazes, impressos ou escritos à mão, aparecem em cada ocasião, tão logo se produza um fato que interesse à massa do público. Arrancados hoje, reaparecem amanhã, encolerizando os governantes e seus esbirros. "Deixamos escapar vosso avô, mas vos pegaremos!", lê, hoje, o rei, esta frase escrita sobre uma folha colada nos muros de seu palácio. Amanhã, é a rainha, que chora de raiva, ao ler os pormenores de sua vergonhosa vida afixados nos muros. É nesse momento, em que já se preparava este ódio, dedicado mais tarde pelo povo, a esta mulher que teria exterminado Paris com sua frieza, para permanecer rainha e autocrata.

Os cortesãos propõem-se a festejar o nascimento do delfim, em conseqüência, os cartazes ameaçam pôr fogo nos quatro cantos da cidade e semeiam, assim, o pânico, preparando os espíritos para algo de extraordinário. Ou, então, anunciam que, no dia das festividades, "*o Rei e a Rainha serão conduzidos sob sua escolta à Praça de Grève, em seguida, irão ao prédio da prefeitura confessar seus crimes, e subirão sobre um cadafalso para lá serem queimados vivos*". O rei convoca a assembléia dos notáveis, e logo os cartazes anunciam que "a nova *troupe* de comediantes, montada pelo senhor de Calonne (primeiro-ministro), começará suas apresentações em 29 deste mês e apresentará um balé alegórico intitulado o *Tonel das Danaides*". Ou, então, tornando-se cada vez mais maldoso, o cartaz penetra até no camarote da rainha, anunciando-lhe que os tiranos vão ser executados em breve.

Porém, é sobretudo contra os açambarcadores de trigo, contra os fazendeiros gerais, contra os intendentes, que se faz uso dos cartazes. Cada vez que há efervescência no povo, os cartazes anunciam a São Bartolomeu dos intendentes e dos fazendeiros gerais. Tal negociante de trigo, tal fabricante, tal intendente, são detestados pelo povo — e os cartazes os condenam à morte "em nome do Conselho do Povo", em nome do "Parlamento Popular" etc., e, mais tarde, quando se apresentar a ocasião para fazer um motim, é contra esses exploradores, cujos nomes foram tão amiúde citados nos cartazes, que se direcionará o furor popular.

Se se pudesse reunir todos os inumeráveis cartazes que foram afixados durante os dez, quinze anos que precederam a Revolução, compreender-se-ia quão imenso papel este tipo de agitação representou para preparar a insurreição. Jovial e satírico no início, cada vez mais ameaçador à medida que se aproxima do desfecho, está sempre alerta, sempre pronto a responder a cada fato da política habitual e às disposições de espírito das massas; incita à cólera, ao desprezo, aponta os verdadeiros inimigos do povo, desperta, no seio dos camponeses, dos operários e da burguesia, o ódio contra seus inimigos, anuncia a aproximação do dia da libertação e da vingança.

* * *

Enforcar ou esquartejar em efígie[29] era muito usado no século passado. Assim, era um dos meios de agitação mais populares. Cada vez que havia efervescência dos espíritos, formavam-se aglomerações, que carregavam um boneco, representando o inimigo do momento, e enforcavam, queimavam ou esquartejavam este boneco. "Infantilismo!", dirão os jovens envelhecidos que se crêem tão razoáveis. Pois bem, o assalto ao domicílio de Réveillon durante as eleições de 1789, a execução de Foulon e de Bertier, que mudaram por completo o caráter de revolução aguardada, não foram senão a realização real do que tinha sido preparado de longa data, pela execução dos bonecos de palha.

Eis alguns exemplos sobre mil.

O povo de Paris não gostava de Maupeou, um dos ministros tão caros a Luís XVI. Muito bem, ocorre um dia uma grande aglomeração; gritos emanam da multidão: "Decreto do parlamento que condena o senhor Maupeou, chanceler da França, a ser queimado vivo e suas cinzas lançadas ao vento!", provocando, assim, a marcha da multidão até a estátua de Henrique IV com um boneco do chanceler, revestido de todas as suas insígnias, e o boneco é queimado aos gritos da multidão. Um outro dia, pendura-se no lampião um boneco do Abade Terray, em vestes eclesiásticas e luvas brancas. Em Rouen, esquarteja-se Maupeou em efígie e, quando a polícia impede a formação de uma aglomeração, limitam-se a suspender pelos pés um simulacro do açambarcador, caindo uma chuva de trigo do nariz, da boca e dos ouvidos.

Toda uma propaganda utilizando este boneco! E uma propaganda bem mais eficaz para se fazer ouvir, do que a propaganda abstrata, que só fala ao pequeno número dos convictos.

* * *

O essencial, para preparar os motins que precederam a grande revolução, era que o povo se habituasse a descer à rua, manifestasse suas opiniões em praça pública, se habituasse a desafiar a polícia, a tropa, a cavalaria. É por isso que os revolucionários dessa época não negligenciaram nenhum dos meios de que dispunham para atrair a multidão para as ruas, para provocar aglomerações.

Cada circunstância da vida pública em Paris e nas províncias era utilizada desta maneira. Bastaria que a opinião pública obtivesse do rei a demissão de um ministro detestado para que todos se regozijassem, queimassem uma grande quantidade de fogos de artifícios. Para atrair a multidão, acendem bombinhas, soltam foguetes "em tal quantidade que, em certos lugares, caminhava-se sobre papelão". E, se falta dinheiro para comprar esses fogos, param os transeuntes bem vestidos e pedem-lhes – "educadamente, mas com firmeza, dizem os contemporâneos – algumas moedas para divertir o povo". Quando a massa está bem compacta, oradores tomam a palavra para explicar e comentar acontecimentos e associações organizam-se ao ar livre. E, se a cavalaria ou a tropa chega para dispersar a multidão, hesita em empregar a violência contra homens e mulheres pacíficos, enquanto os foguetes, que explodem diante dos cavalos e dos soldados, aos gritos e risos do público, estancam o ímpeto daqueles que avançam muito no meio do povo.

Nas cidades de província, são algumas vezes os limpadores de chaminés que vão pelas ruas parodiando o assento de justiça[30] do rei; todos explodem de rir, ao ver o homem com o rosto todo sujo parodiando o rei ou sua mulher. Acrobatas, malabaristas, reúnem, na praça, milhares de espectadores, lançando, no meio de récitas divertidas, suas flechas endereçadas aos poderosos e aos ricos. Forma-se uma aglomeração, os discursos tornam-se cada vez mais ameaçadores e, então, que se acautelasse o poderoso ou o rico, cuja carruagem aparecesse no local da cena: seria com certeza maltratado pela multidão.

* * *

Basta que o espírito trabalhe neste sentido. Quantas ocasiões os homens inteligentes encontram para provocar aglomerações, primeiro, de pessoas a rir, em seguida, de homens prontos a agir; sobretudo se a efervescência foi preparada de antemão pela situação e pelos atos dos homens de ação.

Levando-se em conta tudo isto: de um lado, a situação revolucionária, o descontentamento geral; de outro, os cartazes, os panfletos, as canções, as execuções em efígie, tudo isto encoraja a população e, em pouco tempo, as aglomerações tornavam-se cada vez mais ameaçadoras. Hoje, é o arcebispo de Paris que é atacado em uma encruzilhada; amanhã, é um duque, que por pouco não será jogado no rio; um outro dia, a multidão diverte-se vaiando os membros do governo em sua passagem; os fatos de revolta variam, assim, ao infinito, esperando o dia em que bastará uma faísca para que a aglomeração transforme-se em motim, e o motim em revolução. "É o populacho, são os celerados, os preguiçosos, que se amotinaram", dizem hoje nossos historiadores prudhommescos. Pois bem, sim, não era entre as pessoas abastadas que os revolucionários burgueses procuravam aliados. Visto que essas pessoas limitavam-se a recriminar nos salões para, em seguida, humilharem-se, era nos cabarés do subúrbio que eles iam procurar camaradas armados de porretes, quando se tratava de vaiar o arcebispo de Paris, a despeito dos Prud'hommes[31] que negam, hoje, estes fatos.

IV

Se a ação limitava-se a atacar os homens e as instituições do governo, sem tocar nas instituições econômicas, a grande revolução teria sido o que ela foi na realidade, isto é, uma insurreição geral da massa popular – camponeses e operários – contra as classes privilegiadas? A revolução teria durado quatro anos? Teria revolvido a França até as entranhas? Teria en-

contrado este sopro invencível, que lhe deu a força de resistir aos "reis conjurados"?

É certo que não. Que os historiadores cantem, o quanto quiserem, as glórias dos "senhores do Tiers",[32] da Constituinte ou da Convenção; nós sabemos a verdade dos fatos. Sabemos que a revolução não teria resultado senão numa limitação microscopicamente constitucional do poder real, sem tocar no regime feudal, se a França camponesa não se tivesse sublevado de uma extremidade à outra do país, e não tivesse mantido, durante quatro anos, a anarquia — ação revolucionária espontânea dos grupos e dos indivíduos, libertos de toda tutela governamental. Sabemos que o camponês teria permanecido a besta de carga do senhor se a "jacquerie" não tivesse grassado, de 1788 a 1793, até a época em que a Convenção foi forçada a consagrar, por uma Lei, o que os camponeses acabavam de realizar de fato: a abolição sem resgate de todos os censos feudais e a restituição às comunas dos bens que lhes tinham sido outrora roubados pelos ricos senhores no Antigo Regime. Ter-se-ia, em vão, esperado a justiça das Assembléias, se os maltrapilhos e os *sans-culottes* não tivessem jogado na balança parlamentar o peso de seus porretes e de suas lanças!

* * *

Contudo, não era pela agitação contra os ministros, nem pela afixação em Paris dos cartazes dirigidos contra a rainha que a insurreição dos pequenos vilarejos podia ser conduzida. Esta insurreição, resultado da situação geral do país, foi também preparada pela agitação que faziam; no seio do povo, homens que dele saíam e que atacavam seus inimigos imediatos: o senhor, o padre-proprietário, o açambarcador do trigo, o grande burguês.

Este tipo de agitação é bem menos conhecido do que o precedente. A história de Paris está feita, mas a do vilarejo nunca foi começada seriamente: a história ainda ignora o camponês; e, entretanto, o pouco que sabemos dele já basta para dar uma idéia.

O panfleto, a folha volante, não penetravam no vilarejo: o camponês nessa época quase não lia. Assim, é pela imagem impressa, amiúde pintada grosseiramente à mão, simples e compreensível, que se fazia a propaganda.

Algumas palavras escritas ao lado de imagens feitas, de maneira grosseira, disseminadas nos vilarejos, bastavam para que forjasse uma história da imaginação popular, concernindo ao rei, à rainha, ao conde de Artois, à Sra. de Lamballe, ao Pacto de Fome, aos senhores, "vampiros sugando o sangue do povo"; ela se espalhava pelos vilarejos e preparava os espíritos.

Lá, era um cartaz, feito à mão, afixado em uma árvore, excitando à revolta, prometendo a chegada de tempos melhores e narrando os motins que haviam eclodido em províncias na outra extremidade da França.

Sob o nome de "Jacques", constituíam-se grupos secretos nos vilarejos, fosse para atear fogo na granja do senhor, fosse para destruir suas colheitas ou sua caça, ou, ao final, para executá-lo; e quantas vezes não se encontrava no castelo um cadáver perfurado com faca, trazendo esta inscrição: *Da parte dos Jacques!*

Uma pesada carruagem descia o desfiladeiro, conduzindo o senhor ao seu domínio. Dois viajantes, porém, ajudados pelo pontilhão, o garroteavam e o lançavam do penhasco, e, em seu bolso, encontrava-se um papel dizendo *Da parte dos Jacques!*, e assim por diante.

Ou, então, um dia, no cruzamento de duas estradas, percebia-se uma forca com a seguinte inscrição: *Se o senhor ousar cobrar os censos, será enforcado nesta forca. Quem quer que ouse pagá-los ao senhor, terá o mesmo destino!* E o camponês não mais pagava, se não fosse obrigado pela polícia montada, no fundo, feliz por ter encontrado um pretexto para nada pagar. Ele sentia que havia uma força oculta que o apoiava; habituava-se à idéia de não pagar, de revoltar-se contra o senhor e, em breve, com efeito, não mais pagava e arrancava do senhor, pela ameaça, a recusa de todos os censos.

Sem cessar, viam-se nos vilarejos cartazes anunciando que, doravante, não haveria mais cobrança de censos, que era preciso queimar os castelos e os registros relativos aos censos, que o *Conselho do Povo* acabava de lançar um decreto neste sentido etc.

"Pão! Basta de censos e taxas!" Eis a palavra de ordem que se lançava nos vilarejos. Palavra de ordem compreensível para todos, indo direto ao coração da mãe, cujas crianças não comiam há três dias, indo direto ao cérebro do camponês, atormentado pela polícia montada, que lhe arrancava os atrasados das taxas. "Abaixo o açambarcador!", e suas lojas eram arrom-

badas, seus comboios de trigo interceptados e o motim desencadeava-se na província. "Abaixo o imposto de barreira!", e as barreiras eram incendiadas, os funcionários encarregados eram assassinados e as cidades, por sua vez, na falta de dinheiro, revoltavam-se contra o poder central, que lhes pedia dinheiro. "Ao fogo os registros de impostos, os livros contábeis, os arquivos das municipalidades!", e a papelada queimava em julho de 1789, o poder desorganizava-se, os senhores emigravam e a revolução estendia cada vez mais seu círculo de fogo.

Tudo o que acontecia no grande cenário de Paris nada mais era senão um reflexo do que se passava na província, da revolução que, durante quatro anos, ribombara em cada cidade, em cada lugarejo, e na qual o povo interessou-se bem menos pelos inimigos no poder central do que pelos seus inimigos mais próximos: exploradores, sanguessugas do lugar.

* * *

Resumamo-nos. A revolução de 1788-1793, que nos apresenta em larga escala *a desorganização do Estado pela revolução popular* (por excelência econômica, como toda revolução de fato popular), serve-nos, assim, como ensinamento precioso.

Bem antes de 1789, a França já apresentava uma situação revolucionária. O espírito de revolta, porém, ainda não tinha amadurecido o suficiente para que a revolução eclodisse. Foi para o desenvolvimento deste espírito de insubordinação, audácia, ódio contra a ordem social, que se dirigiam os esforços dos revolucionários.

Enquanto os revolucionários da burguesia dirigiam seus ataques contra o governo, os revolucionários populares — aqueles de que a história sequer conservou os nomes —, os homens do povo preparavam *sua* insurreição, *sua* revolução, por atos de revolta dirigidos contra os senhores, os agentes do fisco e os exploradores de todos os tipos.

Em 1788, quando a aproximação da revolução se anunciou por sérios motins da massa do povo, a realeza e a burguesia procuraram dominá-la por meio de algumas concessões; todavia, podia-se acalmar a onda popular pelos Estados Gerais, pelas concessões jesuíticas do 4 de agosto, ou pelos

atos miseráveis da Assembléia Legislativa? Acalma-se, assim, um motim político, mas com tão pouca coisa não se consegue nenhum resultado sobre uma revolta popular. E a onda continuava a subir. No entanto, atacando, ao mesmo tempo, a propriedade, ela *desorganizava o Estado*. Tornava todo o governo absolutamente impossível e a revolta do povo, dirigida contra os senhores e os ricos em geral, acabou, como se sabe, ao fim de quatro anos, por varrer a realeza e o absolutismo.

Esta marcha é a marcha de todas as grandes revoluções. Também será o desenvolvimento e a marcha da próxima revolução, se a ela for — como estamos convencidos —, não uma simples mudança de governo, mas uma verdadeira revolução popular, um cataclismo, que transformará por completo o regime da propriedade.

TEORIA E PRÁTICA

Quando discutimos a ordem de coisas que, segundo nosso ponto de vista, deve surgir da próxima revolução, dizem-nos com freqüência: "Tudo isso é teoria, com a qual não devemos nos preocupar. Deixemos isso de lado e ocupemo-nos de coisas práticas (de questões eleitorais, por exemplo). Preparemos o advento da classe operária ao poder e, mais tarde, veremos o que poderá surgir da revolução".

Há, entretanto, alguma coisa de instintivo que nos faz duvidar da justeza e até mesmo da sinceridade deste raciocínio. É que, ao anunciá-lo, cada um tem sua teoria acabada sobre o modo de organização da sociedade no dia seguinte, ou melhor, no próprio dia da revolução; longe de fazer pouco caso de suas teorias, ele a sustenta firmemente, propaga-as e tudo o que faz agora é apenas uma conseqüência lógica de suas idéias. No fundo, estas palavras: "Não discutamos estas questões teóricas" reduzem-se a isso: "Não colocai em discussão *nossa* teoria, mas ajudai-nos a colocá-la em execução".

Com efeito, não há artigo de jornal no qual o autor não deslize suas idéias sobre a organização da sociedade, como ele a compreende. As palavras: "Estado operário", "organização da produção e da troca pelo Estado", "coletivismo" (limitado à propriedade coletiva dos instrumentos de trabalho e repudiando a colocação em comum dos produtos), "disciplina do partido" etc., todas estas palavras são encontradas com freqüência nos artigos dos jornais e nas brochuras. Aqueles que fingem não dar nenhuma importância às "teorias", fazem tudo para propagar as suas. E, enquanto evitamos este tipo de discussões, outros propagam *suas* concepções e semeiam *seus* erros, contra os quais será preciso lutar um dia. Para citar apenas um exemplo, bastará mencionar a *Quintessência do Socialismo* de Schaeffle, este livro escrito por um ex-ministro austríaco, que, sob pretexto de defender o socialismo, não possui outro objetivo senão o de salvar a ordem burguesa na derrocada. É verdade que este livro, que permite entender bem as

idéias do ex-ministro, não obteve sucesso junto aos operários franceses e alemães; mas, de qualquer forma, suas idéias, temperadas com algumas frases revolucionárias para melhor fazer engolir o sapo, são propagadas todos os dias.

Por sinal, isto é bem natural. Repugna o espírito humano lançar-se a um trabalho de demolição sem ter uma idéia — ainda que em alguns traços essenciais — do que poderia substituir o que se vai demolir. "Instituir-se-á uma ditadura revolucionária", dizem uns. "Nomear-se-á um governo, emanado dos trabalhadores e se lhe confiará a organização da produção", dizem outros. "Colocar-se-á tudo em comum nas comunas insurretas", dizem ainda outros. Todos, porém, sem exceção, têm uma concepção qualquer do futuro, a qual sustentam, em maior ou menor grau; e esta idéia reage, de forma consciente ou não, sobre o modo de ação no período preparatório atual.

Nada ganhamos, portanto, em evitar estas "questões de teoria"; ao contrário, se quisermos ser "práticos", devemos necessariamente, a partir de hoje, expor e discutir, sob todos os seus aspectos, nosso ideal de comunismo anarquista.

* * *

Além disso, se agora, durante o período de calma relativa que atravessamos, não devemos expor, discutir e propagar este ideal, quando o faremos?

Será no dia em que, na fumaça das barricadas, sobre os escombros do edifício destruído, for preciso, sem demora, abrir as portas para um novo futuro? Ou será preciso já ter uma resolução tomada e uma firme vontade para colocá-la em execução? Então, já não será mais tempo de discutir. Será preciso agir, no próprio instante, seja em um sentido, seja em outro.

O que fez com que as revoluções precedentes não dessem ao povo francês tudo o que ele tinha direito de esperar delas não foi que ele tivesse discutido em demasia quanto ao objetivo da revolução, da qual sentia a aproximação. O cuidado de determinar este objetivo e ver o que deveria ser feito sempre foi deixado aos líderes, que, invariavelmente, traíram o povo, como é razoável. Não que o povo tivesse tido uma teoria acabada que o impedisse de agir, ele não possuía nenhuma. A burguesia, em 1848 e em 1870, sabia muito bem o que ia fazer no dia em que o povo derrubasse o governo. Ela sabia que se apoderaria do poder, faria com que fosse sancionado por eleições, armaria o pequeno burguês contra o povo e que, tendo em suas mãos o Exército, os canhões, os meios de comunicação e o dinheiro, lançaria seus mercenários contra os trabalhadores, no dia em que eles ousassem reivindicar seus direitos. *Ela* sabia o que ia fazer no dia da Revolução.

Todavia, o povo nada sabia disso. Na questão política, repetia, seguindo a burguesia: república e sufrágio universal, em 1848; em março de 1871, dizia com a pequena burguesia: "A Comuna!" Porém, nem em 1848, nem em 1871, possuía alguma idéia precisa do que era preciso empreender para resolver a questão do pão e do trabalho. "A organização do trabalho", esta palavra de ordem de 1848 (fantasma ressuscitado ultimamente sob uma outra forma pelos coletivistas alemães), era um termo tão vago, que nada dizia; assim, também, do mesmo modo vago, o coletivismo da Internacional de 1869, na França. Se, em março de 1871, se tivesse questionado todos aqueles que trabalharam para o advento da Comuna, sobre o que deveria ser feito para resolver a questão do pão e do trabalho, que terrível cacofonia de respostas contraditórias ter-se-ia recebido! Seria preciso apoderar-se das oficinas em nome da Comuna de Paris? Poder-se-ia apropriar das casas e proclamá-las propriedade da cidade insurreta? Seria preciso apoderar-se de todos os víveres e organizar o racionamento? Dever-se-ia proclamar todas as riquezas acumuladas em Paris como propriedade comum do povo francês e aplicar estes meios misteriosos para a libertação de toda a nação? Não havia opinião formada no seio do povo sobre nenhuma destas questões. Preocupada com as necessidades da luta imediata, a Internacional havia negligenciado a discussão a fundo destas questões. "É poesia, é teoria o que fazeis" — exclamavam, a quem os abordasse; e, quando se falava de revolução social, limitavam-se a defini-la por palavras tão vagas quanto Liberdade, Igualdade, Solidariedade.

* * *

Longe de nós a idéia de elaborar um programa completo para o caso de uma revolução. Semelhante programa só atrapalharia a ação; muitos se aproveitariam dele para fazer o seguinte sofisma: "Visto que não podemos realizar nosso programa, não façamos nada, reservemos nosso precioso sangue para uma ocasião melhor".

Sabemos muito bem que todo movimento popular é uma progressão rumo à revolução social. Ele desperta o espírito de revolta, habitua a considerar a ordem estabelecida (ou melhor, a desordem estabelecida) como eminentemente instável: e é preciso a estúpida arrogância de um parlamentarista alemão para perguntar: "Para que serviu a Grande Revolução ou a Comuna?" Se a França é a vanguarda da revolução, se o povo francês é revolucionário em espírito e temperamento, é justamente porque fez tantas destas revoluções condenadas pelos doutrinários e pelos tolos.

O que nos interessa determinar é *o objetivo* que nos propomos alcançar. E não só determiná-lo, mas assinalá-lo pela palavra e pelos atos, de modo a torná-lo, por excelência, popular, tão popular que no dia do movimento escape de todas as bocas. Tarefa bem maior e mais necessária do que em geral imaginamos, pois, se este objetivo está bem vivo ante os olhos da minoria, não é, em absoluto, o caso para a grande massa, trabalhada em todos os sentidos pela imprensa burguesa, liberal, comunalista, coletivista etc.

Deste objetivo dependerá nosso modo de ação, presente e futuro. A diferença entre o comunista-anarquista, o coletivista-autoritário, o jacobino e o comunalista-autonomista, não está de todo em suas concepções de um ideal mais ou menos distante. Ela se faz sentir não só no dia da revolução, aparece hoje mesmo, sobre cada coisa, em cada apreciação, por mínimas que sejam. No dia da revolução, o coletivista-estatista correrá para instalar-se na prefeitura de Paris, de onde lançará seus Decretos sobre o regime da propriedade; procurará se constituir como um governo formidável, metendo seu nariz em tudo, até na elaboração de estatística e de decreto relativos ao número de galinhas criadas em Fouilly-les-Oies. O comunalista-autonomista correrá, da mesma forma, para a prefeitura e, instituindo-se, ele também, governo, tentará repetir a história da Comuna de 1871, proibindo, entretanto, que se toque na sagrada propriedade, enquanto o Conselho da Comuna não tiver achado oportuno fazê-lo. Já o comunista-anarquista irá imediatamente se apoderar das oficinas, das casas, dos celeiros de trigo, em resumo, de toda a riqueza social, e procurará organizar em cada comuna, em cada grupo, a produção e o consumo em comum, a fim de prover a todas as necessidades das comunas e dos grupos federados.

Esta mesma diferença estende-se até as menores manifestações de nossa vida e de nossa ação cotidiana. Todos os homens, procurando estabelecer um certo acordo entre seu objetivo e seus meios de ação, farão com que o comunista-anarquista, o coletivista-estatista e o comunalista-autonomista encontrem-se em desacordo sobre todos os pontos de ação imediata.

* * *

Esta diferença existe; não procuremos ignorá-la. Ao contrário, cada um deve expor com franqueza seu objetivo, e a discussão que se faz continuamente, todo dia, a todo instante, nos grupos, — não como nos jornais, esta aqui é sempre muito pessoal — elaborará no seio das massas populares uma idéia comum, à qual a grande maioria poderá se juntar um dia.

Quanto ao presente imediato, temos alguns campos de ação comuns sobre os quais todos os grupos podem agir em acordo. É o campo da luta contra o capital e o da luta contra o fiador do capital — o governo. Quaisquer que sejam nossas idéias sobre a organização futura da sociedade, há um ponto reconhecido por todos os socialistas sinceros: a expropriação do capital deve resultar da próxima revolução. Assim, toda luta que prepara esta expropriação deve ser apoiada, de modo unânime, por todos os grupos socialistas, qualquer que seja a tendência à qual pertençam. E, quanto mais estes diversos grupos se reencontrarem neste terreno comum e em todos aqueles que as próprias circunstâncias nos indicarem, melhor poderá se estabelecer o entendimento sobre o que deverá ser feito durante a revolução.

Contudo, lembremo-nos; para que uma idéia mais ou menos geral possa surgir das massas no dia da conflagração, não esqueçamos de expor sempre nosso ideal da sociedade, que deve surgir da revolução. Se quisermos ser práticos, devemos expor o que os reacionários de todos os matizes sempre chamaram de "utopias, teorias". Teoria e prática devem ser apenas uma, se quisermos ter êxito.

A EXPROPRIAÇÃO

I

Já não somos os únicos a dizer que a Europa se encontra às vésperas de uma grande revolução. A burguesia, por seu lado, começa a perceber isto e o constata por intermédio de seus jornais.[33] O *Times* o reconhece num artigo, ainda mais notável por emanar de um jornal que nunca se alarma por nada. Zombando daqueles que pregam as virtudes espartanas de economia e abstenção, o órgão da cidade convida a burguesia a refletir, sobretudo, acerca do destino dos trabalhadores, traçado por nossa sociedade, e ver que concessões deveriam ser-lhes feitas, visto que eles têm todo o direito de estar descontentes. O *Journal de Genève* – esta velha pecadora – apressa-se, também, em reconhecer que decididamente a república não se ocupou o suficiente com a questão social. Outros, ainda, que nos repugna até mesmo citá-los, mas que não deixam de ser a expressão fiel da grande burguesia ou da alta finança, já se apiedam do destino reservado, num futuro muito próximo, ao pobre patrão, que será forçado a trabalhar como seus operários, ou, então, constatam com pavor que a torrente das cóleras populares sobe em torno deles.

Os recentes acontecimentos na capital da Áustria, a surda agitação que reina no norte da França, os acontecimentos da Irlanda e da Rússia, os movimentos da Espanha, e mil outros indícios que todos conhecemos; o laço de solidariedade, que une os trabalhadores da França entre si e com aqueles dos outros países – esta ligação impalpável, que, em dado momento, faz bater em uníssono os corações dos trabalhadores e os une em um único feixe, muito mais formidável do que quando a união era representada por um comitê qualquer –, tudo isto só pode confirmar as previsões.

Enfim, a situação na França, que entra de novo nesta fase em que todos os partidos, ambicionando o poder, estão prontos a se darem as mãos para tentar um golpe; a atividade redobrada dos diplomatas, que pressagia

a aproximação da guerra européia, tantas vezes adiada e tanto mais certa; as conseqüências inevitáveis desta guerra, que seriam necessariamente a insurreição popular no país invadido e vencido; todos estes fatos produzindo-se em conjunto, numa época cheia de acontecimentos como a nossa, fazem prever que nos aproximamos sensivelmente do dia da Revolução.

* * *

A burguesia compreende isto e prepara-se para resistir, pela violência, pois ela não conhece, não quer conhecer, outros meios. Está decidida a resistir até o fim e a fazer massacrar cem mil operários, duzentos mil, se preciso for, mais umas cinqüenta mil mulheres e crianças, para manter seu domínio. Não é, com efeito, diante do horror do massacre, que ela recuará. Já o provou bastante no Campo de Marte, em 1790; em Lyon, em 1831; em Paris, em 1848 e1871. Para salvar o capital e o direito ao ócio e ao vício, todos os meios são bons para essas pessoas.

Seu programa de ação está determinado. Podemos dizer a mesma coisa do nosso?

Para a burguesia, o massacre já é todo um programa, desde que existam soldados — franceses, alemães, turcos, pouco importa — a quem confiá-lo. Visto que ela só procura manter o que já existe, prolongar o *status quo*, mesmo que fosse por quinze anos mais — toda a questão se reduz para ela em simples luta armada. A questão que se coloca perante os trabalhadores é bem diferente, visto que eles querem precisamente modificar a ordem da situação existente; para eles, o problema não é tão odiosamente simples. Apresenta-se, ao contrário, vasto, imenso. A luta sangrenta, para a qual devemos estar preparados tão bem quanto a burguesia, não é, entretanto, para nós, senão um incidente da batalha que devemos engajar contra o capital. A nenhum lugar nos levaria o fato de aterrorizar a burguesia e, em seguida, deixar tudo no mesmo estado. Nosso objetivo é muito mais amplo, nosso horizonte é muito mais elevado.

Trata-se, para nós, de abolir a exploração do homem. Trata-se de pôr fim às iniqüidades, aos vícios, aos crimes, que resultam da existência ociosa de uns e da servidão econômica, intelectual e moral de outros. O problema

é imenso. Porém, tendo em vista que os séculos passados legaram este problema à nossa geração e que somos nós que nos encontramos na necessidade histórica de encontrar sua completa solução, devemos aceitar a tarefa. Por sinal, não devemos mais tatear para encontrar a solução. Ela nos foi imposta pela história, simultaneamente com o problema; foi dita, é dita em viva voz em todos os países da Europa e resume o desenvolvimento econômico e intelectual de nosso século. É a expropriação; é a Anarquia.

Se a riqueza social permanece nas mãos de alguns que hoje a possuem; se a fábrica, o estaleiro e a manufatura permanecem propriedade do patrão; se as ferrovias, os meios de transporte continuam nas mãos das companhias e dos indivíduos que os açambarcaram; se as casas das cidades, assim como as vilas dos senhores, permanecem em posse de seus proprietários atuais, ao invés de serem colocadas, desde a revolução, à disposição gratuita de todos os trabalhadores; se todos os tesouros acumulados, seja nos bancos, seja nas casas dos ricaços, não retornarem de imediato à coletividade — uma vez que *todos* contribuem para produzi-los —; se o povo insurreto não se apoderar de todos os alimentos e provisões acumulados nas grandes cidades e não se organizar para colocá-los ao alcance de todos aqueles que deles precisam; se, enfim, a terra permanecer propriedade dos banqueiros e dos usuários — aos quais ela hoje pertence, de fato, senão de direito — e se os grandes imóveis não forem tomados aos grandes proprietários, para serem colocados ao alcance de todos aqueles que querem lavrar o solo; se se constitui, além disso, uma classe de governantes que ordenam aos governados, a insurreição não será uma revolução e tudo deverá recomeçar. O operário, depois de ter-se libertado do jugo, por um momento, deverá recolocar sua cabeça sob o mesmo jugo e de novo sofrer com o chicote e o aguilhão de seu patrão, a arrogância de seus chefes, o vício e os crimes dos ociosos — sem falar do terror branco, das deportações, das execuções, da dança desenfreada dos degoladores sobre os cadáveres dos trabalhadores.

A expropriação — eis, portanto, a palavra de ordem, que se impõe na próxima revolução, sob pena de faltar com sua missão histórica. A completa expropriação de todos aqueles que possuem os meios de explorar seres humanos. O retorno à comunidade da nação de tudo o que possa servir, nas mãos de quem quer que seja, para explorar os outros.

Fazer com que todos possam viver trabalhando livremente, sem serem forçados a vender seu trabalho e sua liberdade a outros, que acumulam as riquezas pelo trabalho de seus servos — eis o que deve fazer a próxima revolução.

* * *

Há dez anos este programa (pelo menos em sua parte econômica) era aceito por todos os socialistas. Aquele que se dizia socialista o admitia, e o admitia sem reticências. Depois disso, tantos escroques vieram explorar o socialismo em seu interesse pessoal e trabalharam tão bem ao truncar este programa que, hoje, só os anarquistas o mantiveram em sua integridade. Mutilaram-no, encheram-nos de frases vazias, que podem ser comentadas à vontade, segundo o bel-prazer de cada um; e reduziram-no, assim, não para agradar os operários — se o operário aceita o socialismo, em geral o aceita por inteiro — mas apenas para agradar a burguesia, para obter um lugar em suas fileiras. Portanto, é só aos anarquistas que incumbe a imensa tarefa de propagar, até nos recantos mais inacessívieis, esta idéias da expropriação. Eles não devem contar com ninguém mais para esta tarefa.

Seria um erro funesto crer que a idéia da expropriação já tenha penetrado nos espíritos de todos os trabalhadores e que se tenha tornado para todos uma destas convicções pelas quais o homem íntegro está pronto a sacrificar sua vida. Longe disso. Há milhões que não ouviram falar disto senão pela boca dos adversários. Mesmo entre estes que o admitem, quão poucos são os que a examinaram sob seus diversos aspectos e em todos os seus pormenores! Sabemos, é verdade, que é sobretudo no momento da própria revolução que a idéia da expropriação fará mais adeptos, quando todo mundo se interessar pela coisa pública, lendo, discutindo, agindo, e quando as idéias mais concisas e mais claras forem de fato capazes de arrastar as massas. E também sabemos que se houvesse, durante a revolução, apenas dois partidos em oposição: a burguesia e o povo, a idéia de expropriação seria aceita de imediato por este, tão logo fosse lançada pelo mínimo grupinho. Porém, temos de levar em consideração outros inimigos da revolução social, além da burguesia. Todos os partidos híbridos, que surgiram entre a burguesia e os socialistas revolucionários; todos aqueles que, ainda que sinceros, estão, todavia, penetrados até a medula por esta timidez de espírito, que é a conseqüência necessária dos séculos de respeito pela autoridade; enfim, todas as pessoas da burguesia, que procurarão salvar, no naufrágio, uma parte de seus privilégios, e gritarão ainda mais forte contra os poucos privilégios, que estarão prontos a sacrificar por enquanto — aceitando o risco de reconquistá-los mais tarde — todos esses intermediários desdobrarão sua atividade para animar o povo a largar a presa pela sombra. Milhares de pessoas virão dizer que é melhor contentar-se com pouco para não perder tudo; pessoas que procurarão fazer com que se perca tempo e esgotar o ímpeto revolucionário em ataques inúteis contra coisas fúteis e homens insignificantes, ao invés de atacar com decisão as instituições; pessoas que desejarão representar o papel de Saint-Just e de Robespierre, ao invés de agir como fazia o camponês do século passado, isto é, *tomar* a riqueza social, *utilizá-la* de imediato e estabelecer seus direitos sobre esta riqueza, fazendo com que ela pudesse servir a todo o povo.

Para proteger-se deste perigo, há, no presente momento, apenas um meio: trabalhar sem cessar, desde já, para semear a idéia de expropriação por *todas* as nossas palavras e todos os nossos atos: que cada um de nossos atos ligue-se a esta idéia-mãe; que a palavra "Expropriação" penetre em cada comuna do País; que ela seja discutida em cada vilarejo e torne-se, para cada operário, para cada camponês, uma parte integrante da palavra Anarquia e, então, — mas só neste caso — estaremos certos de que no dia da Revolução ela estará em todos os lábios, erguer-se-á formidável, levada por todo o povo e, então, o sangue do povo não terá sido derramado em vão.

Eis a idéia que aparece, neste momento, no seio dos anarquistas de todos os países, sobre a tarefa que lhes incumbe. O tempo corre; mas isto mesmo nos dará novas forças e nos fará redobrar de energia para alcançar este resultado; pois, sem isto, todos os esforços e todos os sacrifícios do povo estariam de novo perdidos.

II

Antes de expor nosso modo de ver a expropriação, devemos responder a uma objeção, muito fraca em teoria, mas muito disseminada. A Economia Política – pseudociência por excelência da burguesia – não cessa de se gabar, em todos os tons, dos benefícios da propriedade individual. "Vede", diz ela, "os prodígios que o camponês realiza assim que se torna proprietário do solo que cultiva; vede como ele escava e revolve seu pedaço de terra, que colheitas extrai de uma terra amiúde ingrata! Vede, enfim, o que a indústria soube realizar desde que ela libertou-se dos entraves, confrarias e jurandas! Todos estes prodígios são devidos à propriedade individual!"

É verdade que depois de ter elaborado este quadro, os economistas não concluem: "A terra, a quem cultiva!", mas se apressam a deduzir: "A terra, ao senhor, que fará cultivá-la por assalariados!" Em todo caso, parece que há uma grande quantidade de boas pessoas que se deixam levar por estes raciocínios e os repetem sem refletir um pouco mais sobre eles. Quanto a nós, "utopistas" – precisamente porque somos "utopistas" – procuramos aprofundar, analisar, e eis o que encontramos.

Em relação ao solo, constatamos também que a cultura se torna bem melhor assim que o camponês faz-se proprietário do campo que cultiva. Todavia, a quem os senhores economistas comparam o pequeno proprietário fundiário? É ao agricultor comunista? É, por exemplo, a uma destas comunidades de *dukhobortsi* (defensores do espírito), que, chegando às margens do rio Amur, colocam em comum seu gado e o trabalho de seus jovens, fazem passar a charrua atrelada com quatro, cinco pares de bois, sobre os bosques de carvalho, constroem todos juntos suas casas e se encontram, desde o primeiro ano, ricos e prósperos, enquanto o emigrante individual e isolado, que havia tentado desbastar uma baixada pantanosa, mendiga ao Estado alguns quilos de farinha? É a uma destas comunidades norte-americanas, das quais nos fala Nordhof, que, depois de ter dado, a todos os habitantes da comuna, alimentos, roupas e moradia, alocam, hoje, uma soma de cem dólares *per capita*, para permitir a cada um de seus membros comprar o instrumento de música, o objeto de arte, o enfeite, que não são encontrados nas lojas da comuna?

Não! Procurar acumular para si mesmo os fatos contraditórios a fim de explicá-los, para apoiar ou rejeitar sua hipótese, é bom para Darwin; a ciência oficial prefere ignorá-los. Ela se contenta em comparar o camponês proprietário... ao servo, ao meeiro, ao rendeiro!

O servo, contudo, quando lavrava a terra de seu senhor, não sabia de antemão que o senhor lhe tomaria tudo o que ele colhesse, exceto uma pequena ração de trigo sarraceno e de centeio – só o necessário para manter juntos a carne e os ossos –, não sabia que de nada adiantaria esgotar-se no trabalho e que, entretanto, chegada a primavera, ver-se-ia forçado a misturar o joio em sua farinha, como ainda o fazem os camponeses russos, como faziam os camponeses franceses antes de 1789? Não sabia que, se tivesse a infelicidade de enriquecer um pouco, tornar-se-ia o alvo das perseguições, por interesse, por parte do senhor? Ele preferiria, portanto, trabalhar o mínimo possível, lavrar o pior possível. E surpreender-se-ia com que os netos deste camponês cultivem infinitamente melhor, assim que sabem que poderão armazenar sua colheita por sua conta?

O meeiro já apresenta um progresso sobre o servo. Ele sabe que a metade da colheita lhe será tomada pelo proprietário do solo, mas está, todavia, certo de que a outra metade, pelo menos, lhe restará. E apesar desta condição – revoltante, de acordo com nosso ponto de vista, muito justa aos olhos dos economistas – ele consegue melhorar sua cultura, na medida em que isto se pode fazer apenas pelo trabalho de seus braços.

O fazendeiro, se seu contrato de arrendamento está-lhe assegurado por um certo número de anos e se as condições do arrendamento não são muito onerosas, se elas lhe permitem economizar algo para melhorar sua cultura, ou se possui algum capital de giro, dá um passo a mais no sentido das melhorias. E, enfim, o camponês proprietário, se não está coberto de dívidas pela compra de seu pedaço de terra, se puder criar um fundo de reserva, cultiva ainda melhor do que o servo, o meeiro, o fazendeiro, porque sabe que, pondo de lado a parte dos impostos e a maior parte, a parte do credor, o que retirará da terra por um rude trabalho lhe pertencerá.

Porém, o que se pode concluir destes fatos? Nada, senão que ninguém ama trabalhar para outrem e que nunca a terra será bem cultivada se o agricultor souber que, de um modo ou de outro, a maior parte de sua colheita

será devorada por um ocioso qualquer — seja o senhor, o burguês, ou o credor — ou pelos impostos do Estado. Quanto a encontrar nestes fatos o mínimo termo de comparação entre a propriedade individual e a posse coletiva, é preciso estar bem disposto a extrair conclusões de fatos que sequer contêm os elementos.

* * *

Há, todavia, outra coisa a deduzir destes fatos.

O trabalho do meeiro, do fazendeiro, dos quais falamos e, sobretudo, o do pequeno proprietário, é mais intenso do que o do servo ou do escravo. Entretanto, nem sob o sistema de produção a meias, nem sob o de arrendamento, nem mesmo sob o da pequena propriedade, a agricultura prospera. Podia-se acreditar, há meio século, que a solução da questão agrária tinha sido encontrada na pequena propriedade fundiária, pois, de fato, nessa época, o camponês proprietário começava a gozar de uma certa prosperidade, ainda mais surpreendente porque ela sucedia à miséria do século passado. Contudo, esta idade de ouro da pequena propriedade fundiária passou depressa. Hoje, o camponês proprietário de um pedaço de terra apenas consegue sobreviver. Endivida-se, torna-se presa do negociante de gado, do negociante de terra, do usurário; a nota promissória e a hipoteca levam vilarejos inteiros à falência, bem mais importantes do que os impostos formidáveis cobrados pelo Estado e pela comuna. A pequena propriedade debate-se na angústia e, se o camponês ainda mantém o nome de proprietário, ele não é, no fundo, senão o rendeiro dos banqueiros e dos usurários. Pensa poder livrar-se um dia de suas dívidas e, na realidade, elas não cessam de aumentar. Para algumas centenas, que prosperam, já se calculam milhões, que não sairão das garras da usura, senão pela revolução.

De onde vem, portanto, este fato consumado, provado por volumes de estatísticas — que derruba por completo as teorias sobre os benefícios da propriedade?

A explicação é bem simples. Ela não está na concorrência americana, visto que o fato lhe é anterior; sequer se deve só aos impostos: reduzi estes, e o processo se tornará mais lento, mas não será detido em sua marcha. A explicação está neste outro fato, segundo o qual a agricultura na Europa, depois de ter permanecido durante quinze séculos estacionária, começa, há uns cinqüenta anos, a fazer alguns progressos. Ela ainda está, até certo ponto, nas crescentes necessidades do próprio agricultor, nas facilidades de empréstimo que lhe oferecem o banco, a fábrica, os corretores, os abutres da cidade, para capturá-lo em suas redes; ela está, enfim, nos preços tão elevados da terra, açambarcada pelos ricos, seja como propriedade de lazer, seja para as necessidades da indústria ou do comércio.

Analisemos o primeiro destes fatores, o mais geral a nossos olhos. Para fazer frente aos progressos da agricultura, para poder vender ao mesmo preço que aquele que cultiva mecanicamente e que força as colheitas com adubos químicos, o camponês deve ter hoje um certo capital que lhe permita proporcionar algumas melhorias para a sua cultura. Sem um fundo de reserva, a agricultura não é possível. A casa se deteriora, o cavalo envelhece, a vaca cessa de dar leite, a charrua se desgasta, a carroça se quebra: é preciso substituí-los, consertá-los. Além disso, porém, ainda é preciso aumentar o capital imobilizado, adquirir alguns instrumentos aperfeiçoados, melhorar o campo. Para isto, é preciso desembolsar de imediato algumas cédulas de mil francos e são estas cédulas de mil francos que o camponês jamais pode conseguir. O que faz ele então? De nada adianta praticar "o sistema de único herdeiro", que despovoa a França, não consegue resolver o problema. Acaba enviando seu filho para a cidade — aumentar o proletariado urbano — e hipoteca, endivida-se e volta a ser servo, servo do banqueiro, como outrora, do senhor.

Eis a pequena propriedade hoje. Aqueles que lhe entoam ainda cânticos, encontram-se atrasados meio século: raciocinam sobre fatos observados há cinqüenta anos; ignoram a realidade do presente.

* * *

Este fato tão simples, que se resume em poucas palavras: "Não há agricultura sem fundo de reserva", contém todo um ensinamento sobre o qual os "nacionalizadores do solo" deveriam refletir.

Se, amanhã, os partidários de Henry George conseguirem despojar todos os lordes ingleses de todas as suas propriedades; se distribuírem estas terras, em pequenos lotes, a todos aqueles que quiserem cultivá-los; se o valor do aluguel for o mais reduzido possível, ou mesmo nulo — haverá um aumento do bem-estar durante vinte a trinta anos; mas, ao fim de trinta anos, tudo deverá ser recomeçado.

A terra exige muitos cuidados. Para obter vinte e nove hectolitros de trigo candial por hectare, como se faz em Norfolk, e até mesmo trinta e seis, e quarenta e dois hectolitros — semelhante colheita já não é ficção — é preciso retirar as pedras, drenar, aprofundar o solo; é preciso substituir a picareta pela charrua de duas relhas; é preciso comprar adubos, conservar as estradas. É preciso, enfim, desbastar, a fim de fazer frente às crescentes necessidades de uma população em expansão.

Tudo isto exige gastos e uma quantidade de trabalho que a família sozinha não pode dar. E é por isto que a agricultura permanece estacionária. Para obter as colheitas, que já se obtêm na cultura intensiva, é necessário gastar em drenagem, em um ou dois meses, de quatro a cinco mil jornadas de trabalho (vinte mil francos) em um único hectare. É o que faz o capitalista e o que nunca poderá fazer o pequeno proprietário, com o magro pé-de-meia, que consegue economizar privando-se de tudo, de tudo que deve entrar na vida de um ser realmente humano. A terra exige que o homem venha lhe trazer seu trabalho vivificante para derramar sobre ele sua chuva de espigas douradas — e o homem a abandona. Encerrado por toda a sua vida em casernas industriais, fabrica tecidos maravilhosos para os rajás da Índia, para os possuidores de escravos na África, para as mulheres dos banqueiros; tece para vestir os egípcios, os tártaros do Turquestão, se não caminha, de braços cruzados, em torno das fábricas silenciosas — e a terra não recebe a cultura, que daria o necessário e o conforto aos milhões. A carne ainda é um objeto de luxo para vinte milhões de franceses.

Além daqueles que se aplicam no dia-a-dia ao trabalho da terra, esta exige ainda *milhões de braços a mais em certas épocas*, para melhorar os campos, para retirar as pedras do pasto, para criar, com a ajuda de forças da natureza, um solo rico, para armazenar a tempo as ricas colheitas. Exige que a cidade envie-lhe seus braços, suas máquinas, seus motores e estes motores, estas máquinas, estes braços permanecem na cidade, uns desocupados, outros empregados em satisfazer a vaidade dos ricos do mundo inteiro.

Longe de ser uma fonte de riqueza para o país, a propriedade individual tornou-se uma fonte de estagnação no desenvolvimento da agricultura. Enquanto alguns pesquisadores abrem novos caminhos para o cultivo da terra, esta permanece estacionária sobre quase toda a vasta superfície da Europa — graças à propriedade individual.

* * *

Conclui-se daí que a revolução social deve derrubar todas as cercas e as sebes da pequena propriedade, demolir jardins e pomares e fazer passar sobre tudo a charrua a vapor, a fim de introduzir os benefícios problemáticos da grande cultura, como sonham certos reformadores autoritários?

No que nos concerne, é certo que evitaremos fazê-lo. Cuidaremos para não tocar no pedaço de terra do camponês, desde que ele próprio o cultive, com seus filhos, sem recorrer ao trabalho assalariado. Contudo, expropriaremos tudo o que não é cultivado pelos braços daqueles que detêm a terra neste momento. E quando a revolução social for um fato consumado, quando o operário das cidades não mais trabalhar para um patrão, mas para as necessidades de todos, os grupos operários, alegres e felizes, deslocar-se-ão para o interior a fim de dar aos campos expropriados o cultivo, que lhes falta, e transformar, em alguns dias, os brejos incultos em planícies férteis, trazendo a riqueza para a região, fornecendo a todos — "tomai, ainda tem" — os produtos ricos e variados que a terra, a luz, o calor, nada mais pedem senão cedê-los. Quanto ao pequeno proprietário, acreditais que ele não compreenderá as vantagens do cultivo em comum, se o vir com seus próprios olhos? Pensais que ele próprio não pedirá para fazer parte da grande família?

A ajuda que os batalhões dos desocupados, em farrapos, de Londres, os *hop-pickers*,[34] dão hoje ao cultivador de Kent, que a cidade dá algumas vezes ao vilarejo em época de vindimas, será dada para o *cultivo*, como hoje o é para a *colheita*. Atividade por eminência periódica (os espectadores do *Far West*[35] o compreenderam de modo bem admirável), que exige, em certas

épocas, um acréscimo de braços, para a melhoria do solo, bem mais ainda para a colheita, a agricultura, tornada cultura em comum, será o traço de união entre a cidade e o vilarejo: ela os fundirá num único jardim, cultivado por uma única família. As *Mammouths-Farms*[36] e outras dos Estados Unidos, onde o cultivo se faz, hoje, em imensa escala, por milhares de maltrapilhos, alugados por alguns meses e despedidos assim que terminam a lavra e a colheita,[37] tornar-se-ão os parques de lazer dos trabalhadores industriais.

O futuro não pertence à propriedade individual, ao camponês encerrado em um lote de terra que mal o alimenta: pertence à cultura comunista. Apenas ela – sim, apenas ela – pode fazer a terra dar o que temos o direito de pedir-lhe.

* * *

Será, talvez, na indústria que encontraremos os benefícios da propriedade individual?

Não nos estendamos sobre os males que engendram na indústria a propriedade privada, o capital. Os socialistas os conhecem muito bem. Miséria do trabalhador, insegurança do dia seguinte, lá mesmo onde a fome não bate à porta; crises, desemprego, exploração da mulher e da criança, definhamento da raça. Luxo insano dos ociosos e redução do trabalhador ao estado de besta de carga, privado dos meios de tomar parte na fruição do saber, da arte, da ciência – tudo isso já foi dito muitas vezes e tão bem que é inútil repeti-lo aqui. Guerras para exportação e domínio sobre os mercados; guerras internas; exércitos colossais, orçamentos monstruosos, extermínio de gerações inteiras. Depravação moral dos ociosos, falsa direção que eles dão à ciência, às artes, aos princípios éticos. Governos tornados necessários para impedir a revolta dos oprimidos; a lei e seus crimes, seus carrascos e seus juízes; a opressão, a sujeição, o servilismo que delas resultam, a depravação que ela derrama sobre a sociedade – eis o balanço da propriedade pessoal e do poder pessoal, que ela engendra.

Todavia, apesar de todos estes vícios, de todos estes males, a propriedade privada talvez ainda nos preste alguns serviços que contrabalancem seus maus aspectos? Talvez, levando-se em conta a estupidez humana da qual nos falam nossos dirigentes, ela ainda seja o único meio de fazer a sociedade caminhar? Talvez lhe devamos o progresso industrial e científico de nosso século? Ao menos é o que nos dizem alguns "cientistas". Porém, vejamos em que se baseiam suas afirmações, quais são seus argumentos!

Seus argumentos? O único que eles apresentaram, ei-lo: "Observai", dizem eles, "os progressos da indústria nestes últimos cem anos, desde que ela se libertou dos entraves corporativos e governamentais! Observai estas ferrovias, estes telégrafos, estas máquinas, que substituem, cada uma, o trabalho de cem, de duzentas pessoas, que tudo fabricam, desde o guindaste, que pesa centenas de toneladas, até as rendas mais finas! Tudo isso se deve à iniciativa privada, ao desejo do homem de enriquecer-se!"

É certo que os progressos realizados na produção das riquezas, nos últimos cem anos, são gigantescos, e é por isto mesmo – notemo-lo, de passagem – que uma transformação correspondente na repartição dos produtos hoje se impõe. Porém, será ao interesse pessoal, à avidez inteligente dos patrões, que devemos estes progressos? Não houve alguns outros fatores, bem mais importantes, que puderam produzir os mesmos resultados e que puderam contrabalançar até os efeitos nocivos da rapacidade dos industriais?

Esses fatores, conhecemo-los todos. Basta listá-los para ressaltar sua importância. Foi, de início, o motor a vapor, cômodo, manejável, sempre pronto a trabalhar, que revolucionou a indústria. É a criação das indústrias químicas, tornadas tão importantes, que seu desenvolvimento, no dizer dos tecnologistas, dá a verdadeira medida do desenvolvimento industrial de cada nação. Elas são inteiramente um produto de nosso século: lembrai-vos do que era a Química no século passado! Foi, enfim, todo este movimento de idéias, que se produziu desde o final do século XVIII e que, ao livrar o homem das garras metafísicas, permitiu-lhe fazer estas descobertas físicas e mecânicas, que transformou a indústria. Quem ousaria dizer, em presença destes poderosos fatores, que a abolição das confrarias e jurandas foi mais importante para a indústria do que as grandes descobertas de nosso século? E, considerando estas descobertas, quem ousaria afirmar, por outro lado, que um modo qualquer de produção coletiva, qualquer que

seja, não teria sabido beneficiar-se da mesma forma, ou ainda mais, do que a indústria privada?

Quanto às próprias descobertas, seria preciso nunca ter lido as biografias dos inventores, nem conhecido um único dentre eles, para supor que são levados pela sede do ganho! A maioria morreu na miséria e sabe-se como o capital, a propriedade privada, retardaram a aplicação, a melhoria das grandes invenções.

* * *

Por outro lado, para sustentar sobre este terreno as vantagens da propriedade individual contra a posse coletiva, ainda seria preciso provar que esta última opõe-se aos progressos da indústria. Sem esta prova, a indução não tem nenhum valor. Ora, esta tese é, precisamente, insustentável, pela única e boa razão que nunca vimos um agrupamento comunista possuir o capital necessário para fazer funcionar uma grande indústria, opor-se à introdução, nesta indústria, das novas invenções. Ao contrário, por mais imperfeitas que sejam as associações, cooperações etc. que vimos surgir, quaisquer que sejam seus defeitos, elas nunca pecaram pelo defeito de serem surdas ao progresso industrial.

Teríamos muito a repreender às diversas instituições que, tendo um caráter coletivo, foram tentadas em um século. Porém, — coisa extraordinária — a maior censura que podemos fazer-lhes, é justo a *de não terem sido bastante coletivas*. Às grandes sociedades de acionistas, que perfuraram os istmos e as cadeias de montanhas, censuramos, sobretudo, o fato de ter constituído um novo modo de patronato anônimo e de ter embranquecido de ossadas humanas cada metro de seus canais e de seus túneis; às corporações operárias censuramos a constituição de uma aristocracia de privilegiados que só pedem para explorar seus irmãos. Todavia, ambas não podem ser acusadas de espírito de inércia, hostil às melhorias da indústria. O único ensinamento, que podemos extrair dos empreendimentos coletivos feitos até hoje, é que, quanto menos o interesse pessoal, o egoísmo do indivíduo, tiverem oportunidades para substituir, nestes empreendimentos, o interesse coletivo, mais estes empreendimentos têm oportunidade de obter sucesso.

* * *

Resulta desta rápida análise, forçosamente muito breve, que, quando se gabam dos benefícios da propriedade pessoal, estas afirmações são de uma superficialidade de fato desesperadora. Não nos preocupemos muito com isto. Procuremos, ao contrário, determinar sob que forma deve-se apresentar a apropriação, por todos, da riqueza social; busquemos precisar a tendência da sociedade moderna e, apoiando-nos nesta base, tentemos descobrir que forma pode tomar a expropriação quando da próxima revolução.

III

Nenhum problema tem mais importância, e convidamos todos os nossos camaradas a estudá-lo sob todas as suas faces e a discuti-lo sem cessar, em vista da realização, que, cedo ou tarde, virá se impor a nós. Desta expropriação, bem ou mal aplicada, dependerá o êxito definitivo ou o malogro temporário da revolução.

Com efeito, ninguém entre nós pode ignorar que toda tentativa de revolução está condenada de antemão, se não responde aos interesses da grande maioria e não encontra meio de satisfazê-los. Não basta ter um nobre ideal. O homem não vive apenas de pensamentos elevados e discursos soberbos, precisa também de pão: o estômago tem mais direitos ainda que o cérebro, pois é ele que alimenta todo o organismo. Pois bem, se no dia seguinte à revolução, as massas populares tiverem apenas frases a seu favor, se não reconhecerem, por fatos de uma evidência radiante, cegante, que a situação se transformou em seu benefício, se a derrubada só resulta numa mudança de pessoas e de fórmulas, nada terá sido feito. Só restará uma desilusão a mais. E, de novo, colocar-nos-emos ao trabalho ingrato de Sísifo, empurrando seu eterno rochedo!

Para que a revolução seja mais do que uma palavra, para que a reação não nos reconduza, desde o dia seguinte, à situação da véspera, é preciso que a conquista do dia valha a pena ser defendida; é preciso que o miserável de ontem não seja mais miserável hoje. Lembrai-vos dos ingênuos republicanos

de 1848, vindo colocar "três meses de miséria a serviço do governo provisório". Foi com entusiasmo que os três meses de miséria foram aceitos e não deixaram de pagá-los esgotado o tempo, mas por metralhas e deportações em massa. Os infelizes tinham esperado que os penosos meses de espera bastassem para a redação destas leis de salvação, que deviam transformá-los em homens livres e assegurar-lhes, com o trabalho, o pão de cada dia. Ao invés de pedir, não teria sido mais seguro tomar? Ao invés de exibir sua miséria não teria sido preferível pôr termo a ela? Não que a dedicação não seja uma grande e bela coisa, mas isto não é dedicar-se; é trair, abandonar a seus infelizes destinos todos aqueles que caminham conosco. Que os combatentes morram, é compreensível, mas que sua morte seja útil! Que os homens dedicados sacrifiquem-se, nada mais justo, todavia, que a multidão beneficie-se com o sacrifício destes valentes!

* * *

Apenas a expropriação geral pode satisfazer a multidão dos sofredores e dos oprimidos. Ela deverá sair do domínio da teoria para entrar no da prática. Contudo, para que a expropriação responda ao princípio, que é suprimir a propriedade privada e tornar tudo de todos, é necessário que ela se realize em vastas proporções. Em pequena proporção, ver-se-ia apenas uma vulgar pilhagem; grande é o começo da reorganização social. Sem dúvida, seríamos completamente ignorantes das leis da história, se imaginássemos que, de repente, todo um vasto país pudesse se tornar nosso campo de experiência. A França, a Europa, o mundo, não se tornarão anarquistas por uma transformação repentina; mas sabemos também que, por um lado, a insanidade dos governantes, suas ambições, suas guerras, suas bancarrotas e, por outro, a propaganda incessante das idéias terão, por conseqüência, grandes rupturas de equilíbrio, isto é, revoluções. Nesses dias poderemos agir. Quantas vezes os revolucionários já foram surpreendidos, deixando passar os acontecimentos sem utilizá-los para sua causa, vendo fugir a fortuna propícia sem dominá-la!

Pois bem, quando esses dias vierem — e cabe-vos apressar a vinda —, quando toda uma região, quando grandes cidades, com seus subúrbios, se

tiverem livrado de seus governantes, nosso obra estará traçada; é preciso que todos os instrumentos retornem à comunidade, que o haver social detido pelos particulares retorne a seu verdadeiro senhor, todo mundo, a fim de que cada um possa ter sua larga parte no consumo, que a produção possa continuar, em tudo o que ela tem de necessário e de útil e que a vida social, longe de ser interrompida, possa restabelecer-se com a maior energia. Sem as hortas e os campos, que nos dão alimentos indispensáveis à vida, sem os celeiros, os entrepostos, as lojas, que encerram os produtos do trabalho acumulado, sem as fábricas e as oficinas, que fornecem os tecidos, os metais beneficiados, os mil objetos da indústria e da Arte, assim como os meios de defesa, sem as ferrovias e outros meios de comunicação, que nos permitem trocar nossos produtos com as comunas livres dos arredores e combinar nossos esforços para a resistência e para o ataque, estamos condenados por antecipação a perecer, sufocamos como o peixe fora d'água, que não pode mais respirar, ainda que se banhando por inteiro no imenso oceano de ar.

Lembremo-nos da grande greve dos mecânicos ferroviários ocorrida na América, há alguns anos. A grande massa do público reconhecia que a causa deles era justa; todo mundo estava cansado da insolência das companhias e felicitava-se de vê-las reduzidas à mercê de suas equipes. Quando estas, porém, senhoras das ferrovias e das locomotivas, negligenciaram se servir delas, quando todo o movimento de trocas dos produtos encontrou-se interrompido, quando os víveres e as mercadorias de toda espécie dobraram de preço, a opinião pública mudou de opinião. "É preferível as companhias, que nos roubam e que nos oprimem, a estes grevistas ingênuos, que nos deixam morrer de fome!" Não o esqueçamos! É preciso que todos os interesses da massa sejam salvaguardados e que suas necessidades, ao mesmo tempo que seus instintos de justiça, sejam plenamente satisfeitas.

Todavia, não basta reconhecer o princípio, é preciso aplicá-lo.

* * *

Repetem-nos com freqüência: "Tentai, portanto, tocar no pedaço de terra do camponês, na cabana do operário e vereis como eles vos receberão:

a golpe de ancinho e a pontapés!" Muito bem! Porém, já o dissemos, não tocaremos no pedaço de terra nem na cabana. Não atacaremos nossos melhores amigos, aqueles que, hoje, sem saber, serão com certeza nossos aliados de amanhã. É em seu benefício que se fará a expropriação. Sabemos que há uma média de renda abaixo da qual sofre-se de penúria, acima da qual goza-se do supérfluo. Em cada cidade, em cada país, esta média difere; mas o instinto popular não se enganará com isto e, sem que seja necessário levantar estatísticas em um belo papel e encher de números toda uma série de volumes, o povo saberá encontrar o justo. Em nossa bela sociedade, é uma fraca minoria que se arroga a maior parte da renda nacional, que manda construir para si os palácios da cidade e do campo, que acumula nos bancos e sob seu nome as moedas, as cédulas e as papeladas de todos os tipos que representam a economia do trabalho público. Eis o que é preciso expropriar e, ao mesmo tempo, libertar-se o infeliz camponês, do qual, cada tufo de terra está sobrecarregado por uma hipoteca; o pequeno lojista, que vive sempre com temor, prevendo notas promissórias, os problemas, a falência inevitável e toda esta multidão lamentável, que não tem o pão para o dia seguinte. Tivesse ela sido indiferente na véspera, pode toda esta multidão ignorar, no dia da expropriação, que depende dela permanecer livre ou recair na miséria e na eterna ansiedade? Ou, então, ainda terá a ingenuidade, ao invés de libertar-se, por si mesma, nomear um governo provisório de pessoas de mãos macias e bem falantes? Não terá ela uma pausa, sem que substitua os antigos senhores por novos? Que ela faça seu trabalho, se ele deve ser feito; que o confie a delegados, se preferir ser traída!

* * *

A razão não é tudo, sabemo-lo. Não basta que os interessados consigam reconhecer seu interesse, que é o de viver sem preocupações contínuas com o futuro e sem a humilhação de obedecer a senhores; é preciso, também, que as idéias tenham mudado em relação à propriedade e que a moral correspondente se tenha modificado, de acordo. É preciso compreender, sem hesitação nem reticência moral, que todos os produtos, o conjunto da economia e das ferramentas humanas devem-se ao trabalho solidário de

todos e têm apenas um único proprietário, a humanidade. É preciso ver com clareza na propriedade privada o que ela é, na realidade, um roubo consciente ou inconsciente dos haveres de todos, e apoderar-se dele com alegria em proveito comum, quando soar a hora da reivindicação. Quando das revoluções anteriores, quando se tratava de substituir um rei da linhagem primogênita por um rei da linhagem cadete, ou de substituir advogados na "melhor das repúblicas", os proprietários sucediam aos proprietários e o regime social em nada devia mudar. Também os cartazes: "Morte aos ladrões!", que eram afixados na entrada de todos os palácios, estavam em perfeita harmonia com a moral comum, e muitos pobres diabos, por terem pegado uma moeda do rei, ou, até mesmo, talvez, um pão do padeiro, foram fuzilados, como exemplo da justiça do povo.

O digno guarda nacional, encarnando nele toda a infame solenidade das leis, que os açambarcadores redigiram para a defesa de suas propriedades, mostrava com orgulho o cadáver estendido sobre os degraus do palácio e seus camaradas o aclamavam como um vingador do direito. Estes cartazes de 1830 e de 1848 não mais serão vistos sobre as muralhas das cidades insurretas. Não há roubo possível onde tudo pertence a todos. "Pegai e não desperdiçai nada, pois tudo isto vos pertence, e precisareis disso". Porém, destruí, sem demora, tudo o que deve ser derrubado, as bastilhas e as prisões, os fortes voltados contra as cidades, e os bairros insalubres onde, por muito tempo, haveis respirado um ar carregado de veneno. Instalai-vos nos palácios e nas mansões, e fazei um fogo de alegria dos amontoados de tijolos e madeira bichada, que foram vossas sentinas. O instinto de destruição, tão natural e justo, porque é ao mesmo tempo o instinto da renovação, estará amplamente satisfeito. Quanta velharia a substituir! Não deve tudo ser refeito: as casas, as cidades, o ferramental agrícola e industrial, enfim, o material de toda a sociedade?

A cada grande acontecimento da história corresponde uma certa evolução na moral humana. É certo que a moral dos iguais não é a mesma que a do rico caridoso e do pobre agradecido. A um novo mundo é necessária uma nova lei, e é um mundo novo que se anuncia. Nossos próprios adversários não repetem sem cessar que: "Os deuses se vão! Os reis se vão! O prestígio da autoridade desaparece." E quem substituirá os deuses, os reis,

os padres, senão o indivíduo livre, confiante em sua força? A fé ingênua se vai. É a vez da ciência! A ociosidade e a caridade desaparecem. É a vez da justiça!

NOTAS:

[1] GERVINUS, *Introduction à l'Histoire du dix-neuvième siècle.*

[2] FERRARI, *La Raison d'Etat.*

[3] Em francês *momerie*, cujo significado é: cerimônia ou prática litúrgica considerada ridícula ou insincera. (N.T.)

[4] Sabe-se que, desde então, a Suécia e a Noruega deixaram de ser exceção.

[5] Estas linhas foram escritas a propósito do relatório de Madame Emma Brown sobre o trabalho das crianças nas manufaturas de Massachusetts, publicado pelo *Atlantic Monthly*. Madame Brown, após ter visitado a maioria das manufaturas do Estado, em companhia de um economista de renome, constatou que em *nenhum lugar* a lei sobre o trabalho das crianças era respeitada. Em cada fábrica encontrava chusmas de crianças, e o aspecto destas pobres criaturas demonstrava-lhe que já traziam em seus débeis corpos os germes de doenças crônicas: anemia, deformidades físicas, tísica etc. *Quarenta e quatro por cento* – quase a metade de todos os operários que trabalhavam nas manufaturas de Massachusetts – são *crianças abaixo de quinze anos.* E por que esta preferência dos fabricantes pelas crianças? Porque elas recebem apenas *um quarto* (24%) do que se paga a um operário maior de idade.

Sabe-se que, apesar das leis pretensamente protetoras da infância, as manufaturas e até as minas de hulha da Europa formigam de crianças, que trabalham, inclusive, com freqüência, suas doze horas por dia.

[6] ROCQUAIN, Félix. *L'Esprit révolutionnaire avant la Révolution.*

[7] Túnel de São Gotardo, perfurado de 1872 a 1882, no maciço do mesmo nome, nos Alpes suíços. (N.T.)

[8] "Canalha", no sentido de proveniente das camadas mais baixas do povo; ralé, como os burgueses a chamam. (N.T.)

[9] Grandes planícies húngaras, quando ainda eram incultas. (N.T.)

[10] Revolta dos camponeses. (N.T.)

[11] Nome de origem holandesa, que significa mendigos. (N.T.)

[12] Tomamos emprestadas estas linhas de *Histoire populaire et parlementaire de la Commune de Paris*, de ARTHUR ARNOULD, obra que temos o prazer de relembrar aos nossos leitores.

[13] Escrito em março de 1881.

[14] Em inglês no original. (N.T.)

[15] Escrito em 1880.

[16] Vede os números dados pelo *Times* de 15/101880.

[17] Antigo apelido dado ao camponês francês. (N.T.)

[18] Em espanhol no original. (N.T.)

[19] *Lettres sur l'Histoire de France*; lettre XXV.

[20] *La Liberté; Le Gouvernement représentatif.*

[21] *Introduction à l'Etude de la Sociologie; Principe de Sociologie*; diversos Ensaios.

[22] Em inglês no original. *Sindicatos de trabalhadores.* (N.T.)

[23] Bairro de Paris. (N.T.)

[24] Membro das sociedades bonapartistas formadas de 1848 a 1851, que apoiaram o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851. (N.T.)
[25] Proclamação de 7 de maio de 1794, promulgada em 30 de maio. Se este Decreto tivesse sido aplicado, teria ocorrido, de fato, a abolição da servidão pessoal e da justiça patrimonial.
[26] Escrito em setembro de 1887.
[27] A maneira de conceber a grande Revolução Francesa, adotada nestes artigos, difere da versão oficial. Devo, portanto, algumas palavras a meus leitores para justificá-la. Para os historiadores, admiradores da burguesia, o grande drama transcorreu principalmente nas grandes cidades e, sobretudo, na arena parlamentar. O povo do campo subleva-se por alguns meses, depois que Paris deu-lhe o sinal pela tomada da Bastilha; queima alguns castelos, em seguida, tudo acaba. Se, mais tarde, ainda há alguns motins, dos quais se procura atenuar a importância, são apenas "bandoleiros", certamente pagos pela contra-revolução, que fomentam a desordem; os honestos republicanos, os patriotas, podiam desejar a desordem depois que "os grandes princípios de 1789" tivessem sido proclamados e a Revolução posta em movimento pela Constituinte, pela Assembléia Legislativa e pela Convenção!

Segundo nosso ponto de vista, ao contrário, as insurreições dos camponeses e dos maltrapilhos das cidades começam a acentuar-se a partir de 1788. Tornam-se mais numerosas no campo e determinam-se (pela abolição dos direitos feudais) desde os primeiros meses de 1789; e continuam até 1793. Se a burguesia, por falta de outra coisa, mostra audácia em maio-julho de 1789, se em 4 de agosto a aristocracia representa a comédia do "sacrifício de seus direitos sobre o altar da pátria" é porque, desde fevereiro, a França camponesa já está em insurreição: não paga mais os censos, amotina-se contra os senhores; aqueles a quem se chama "a canalha das grandes cidades" já estão em ebulição. A insurreição de Paris de 11 a 14 de julho de 1789, as de Estrasburgo e das outras grandes cidades, não são absolutamente estes motins dos quais nos falam, não são protestos contra a queda de Necker: são verdadeiras insurreições dos maltrapilhos contra os ricos em geral, insurreições de que a burguesia se apodera, retém, dirige, para fazer cair o poder real.

O que se vê, em 1789, no campo e nas cidades, continua durante os quatro anos em que dura a Revolução. "jacqueries" por várias vezes nos vilarejos, insurreições contínuas nas cidades.

Para convencer-se disto, bastaria consultar, por exemplo, o Relatório de Gregório, apresentado em nome do Comitê Feudal, em fevereiro ou em janeiro de 1790. Neste documento já se pode ver a extensão da "jacquerie" nessa época. E, para compreender como a "Jacquerie" devia inevitavelmente continuar, a fim de abolir o *regate* dos censos feudais e obter o retorno, para as comunas, das terras açambarcadas pelos senhores, bastaria ainda mencionar o Decreto de 18 de junho de 1790, decreto que ordenava a manutenção de certos "dízimos tanto eclesiásticos quanto feudais", assim como o pagamento, "até o resgate, de vários censos feudais pagos em produtos", e que proibia, ao mesmo tempo, "todas as pessoas de provocarem alguma agitação às coletas dos dízimos, das partes etc., seja por panfletos, *seja por discursos*, seja por ameaças, sob pena de serem punidos como perturbadores da ordem pública". Este decreto, promulgado dezoito meses após a famosa noite de 4 de agosto, quase um ano depois da queda da Bastilha, mostra muito bem o que o camponês teria ganhado se a "jacquerie" não tivesse continuado.

É por isso que Taine, qualquer que seja o rio de injúrias que derrame sobre o povo — talvez para pagar um tributo ao estilo acadêmico —, está bem perto da verdade quando fala de cinco ou seis "jacqueries" que se seguem durante a revolução. No fundo, a insurreição dos camponeses durou mais de quatro anos — de 1788 até 1793 —, até que a Convenção, reconhecendo, enfim, os fatos consumados, e voltando aos decretos anteriores, concernentes aos direitos feudais e às terras comunais, ordenou o retorno, às comunas, das terras açambarcadas pelos senhores, em proveito de todos os camponeses, proprietários e proletários, e aboliu definitivamente, não só os direitos feudais, mas também o resgate destes direitos, imposto pela Constituinte. Como todas as "jacqueries", por sinal, esta não é, nem universal, nem contínua. Apaga-se e, em seguida, reacende-se; morre num determinado lugar para renascer em outro; muda de lugar, como durante a guerra dos camponeses do século XVI.

Sem esta insurreição, apoiada pelas insurreições nas cidades, a Revolução seria incompreensível: ela teria sido impossível. O grande historidor do século XVIII, Schlosser, tinha entrevisto muito bem esta dificuldade. "Como podia ser que Robespierre tivesse podido controlar assim a França?, dizia ele um dia ao Abade Gregório; ao que Gregório respondeu, por estas palavras, que resumem tão bem a situação: "Robespierre!", exclamou, "mas cada vilarejo tinha seu Robespierre!" Ele teria respondido ainda melhor se tivesse dito: "seu Marat, seu clube dos *enragés*!"

Só isto tornou possível a derrubada do poder absoluto. Enquanto os camponeses se insurgiam-se, perseguindo seu objetivo; enquanto os *sans-culottes* das cidades, tateando um novo futuro, derrubavam os poderes estabelecidos, impedindo, assim, a constituição de um poder forte, a burguesia pôde introduzir na revolução popular a sua revolução, que lhe permitiu derrubar a realeza e apoderar-se do poder governamental por sua conta. Aqueles que se revoltam com a idéia segundo a qual seus predecessores burgueses fizeram sua revolução apoiando-se sobre estes miseráveis, que eles hoje insultam, fariam melhor se consultassem as *fontes* da história, ao invés de se limitarem às cópias, mais ou menos temperadas com episódios, da *Histoire Parlamentaire* de Buchez e Roux e do *Moniteur*. Veriam como seus ancestrais, tão corretos na história oficial, não recuavam diante da distribuição de panfletos incendiários no campo, "sob a marca da Assembléia Nacional", e como iam procurar aliados para suas manifestações nos bares mal-afamados do subúrbio. Taine também não tem piedade ao insultar estes "jacobinos" (para ele, todos os revolucionários são jacobinos!), que vinham fazer as eleições a cacetadas; é precisamente a eles que ele deve o fato de não ser mais um súdito de Sua Majestade o Rei.

Quanto às insurreições, que precederam a revolução e sucederam-se durante o primeiro ano, o pouco que posso dizer disso, neste espaço restrito, é o resultado de um trabalho de conjunto, que realizei em 1877 e1878, no Museu Britânico e na Biblioteca Nacional, trabalho que ainda não terminei, e no qual me propunha expor as origens da revolução e de outros movimentos na Europa. Aqueles que quiserem lançar-se neste estudo deverão consultar

(além das obras conhecidas de Raudot, Doniol, Leymarie, Bonnemère, Hippeau e Babeau etc., que tratam da situação em geral, antes da revolução) as memórias e as histórias locais, como as de Combes, sobre a cidade de Castres; de Sommier para o Jura; de Vic e Vaisselle, continuada por du Mège, para o Languedoc; de du Châtelier para a Bretanha; de Clere para o Franco-Condado; de Strobel, continuada por Engelhardt, para a Alsácia e, sobretudo, de Heitz (*Contre-révolution et Sociétés politiques*; de Leymarie para o Limousin, de Montdésir para o Limousin e o Quercy; de Lafont para o Sul etc. Entretanto, não devem contar com o fato de poder reconstituir, só com estes documentos, uma história completa das insurreições, que precederam a revolução. Para fazê-lo, só há um meio: dirigir-se aos arquivos, onde, apesar da destruição dos documentos feudais, ordenada pela Convenção, acabar-se-á, com certeza, por encontrar fatos muito importantes. Mencionarei, entre outros, o calhamaço especialmente consagrado a estas insurreições, que se encontra nos Arquivos Nacionais, e do qual devemos o conhecimento a um professor russo, *Karceff*, autor de uma obra sobre os camponeses franceses antes da revolução. É provavelmente este calhamaço e outros documentos encontrados nos Arquivos que permitiram a Taine dizer, com muita razão, que trezentas insurreições, pelo menos, ocorreram na França antes da queda da Bastilha, e mencionar – infelizmente numa única linha – as sociedades secretas que existiam entre os camponeses antes da Revolução e em seu começo.

Quanto aos meios de agitação empregados pela burguesia em Paris, no começo da Revolução e pudicamente repudiados hoje, deixei-me sobretudo guiar pela excelente obra de Félix Rocquain, *L'Esprit révolutionnaire avant la Révolution*, que eu recomendo vivamente àqueles que buscam os fatos, e não conclusões formuladas por antecipação.

[28] Carta com o selo do rei, contendo uma ordem de prisão ou de exílio sem julgamento. (N.T.)

[29] Da mesma forma que, ainda hoje, se queima um boneco representando Judas. (N.T.)

[30] Assento destinado ao rei nas sessões solenes do parlamento. (N.T.)

[31] Prud'homme: Magistrado. É também o nome de um personagem criado pelo escritor H. Monnier. (N.T.)

[32] *Tiers*: denominação da Assembléia aos eputados. Passou a se chamar *Assembléia Nacional* durante o reinado de Luís XVI. (N.T.)

[33] Escrito em novembro de 1882.

[34] Em inglês no original. *Colhedor de lúpulo.* (N.T.)

[35] Em inglês no original. (N.T.)

[36] Em inglês no original. *Fazenda gigantesca* (N.T.)

[37] Vide a brochura: *Ouvrier, prends la machine! Prends la terre, paysan!*, publicada por *Le Révolté*.

ANEXOS

I. PREFÁCIO À EDIÇÃO ITALIANA

Os primeiros capítulos deste livro, escritos em 1879, falam da revolução social como de um fato iminente. O despertar do proletariado que se produzia naquele momento na França, após o luto da Comuna, a extensão que assumia o movimento operário nos países latinos, o entrain da juventude russa e a rápida propagação das idéias socialistas que ocorria na Alemanha, conquanto os alemães tivessem permanecido por muito tempo refratários ao socialismo francês, enfim, as condições econômicas da Europa — tudo isso parecia pressagiar o breve acontecimento de uma grande revolução, social, européia. Revolucionários e moderados punham-se de acordo, então, para predizer que o regime burguês, abalado pela revolução de 1848 e pela Comuna de Paris, não poderia resistir por muito tempo ao ataque do proletariado europeu. Antes do final do século ocorreria a debacle. Esses mesmos que combatiam nossa tática revolucionária e opunham-lhe o parlamentarismo, não queriam ficar para trás, e calculavam, com números de eleitores nas mãos, que bem antes do final do século eles teriam conquistado a maioria no parlamento alemão, decretado a expropriação e realizado a revolução social, pela cédula do voto, bem antes dos povos latinos.

— "E, contudo, — dizem-nos agora, uns lamentando, outros em tom triunfalista — eis que já entramos no século vinte, e a revolução prometida tarda a chegar!" Poder-se-ia inclusive crer — disseram-no, ao menos no campo dos ricos — que o triunfo da burguesia está hoje mais bem assegurado do que nunca. Os trabalhadores parecem ter perdido a esperança de uma revolução. Contentam-se em enviar alguns representantes aos parlamentos, e esperam obter do Estado todos os tipos de favores.

Suas próprias reivindicações reduzem-se a minúsculas concessões dos exploradores. O trabalhador convertido à social-democracia ousa, se tanto, esperar que um dia venha a tornar-se um assalariado do Estado — uma espécie de pequeníssimo funcionário, que, depois de vinte e cinco ou trinta anos de trabalho e submissão, receberá uma uma pequena aposentadoria.

Quanto a aspirações mais amplas, quanto à revolução que prometia revolver todas as idéias e começar uma nova era da civilização; quanto a esse futuro de felicidade, dignidade, liberação, igualdade que o trabalhador entrevira num momento para seus filhos – tudo isso, dizem-nos hoje, é fantasia. Constituiu-se, inclusive, toda uma escola de socialistas que tencionam possuir uma ciência própria, segundo a qual estaria provado que a revolução é um contra-senso. – "Disciplina, submissão aos chefes – e tudo o que pode ser feito para o operário será feito no parlamento. Esquecei o fuzil, esquecei 1793, 1848 e 1871, ajudai os burgueses a conquistar colônias na África e na Ásia, explorai com eles o negro e o chinês, e far-se-á por vós tudo o que se pode fazer... sem incomodar em demasia o burguês. Uma única condição: esquecei essa palavra, essa ilusão de revolução!"

Pois bem, todos esses senhores não triunfam demasiado cedo? De início, mal acabamos de entrar no século vinte; e se dez anos, vinte anos contam em muito na vida do indivíduo, contam muito pouco ou nada nos acontecimentos históricos. Um acontecimento de tão imenso alcance como a revolução *social* não demanda que se lhe conceda a liberdade de alguns anos?

Não, não nos enganamos quando, há vinte e cinco anos, víamos chegar a revolução social. Hoje ela é igualmente inevitável como há um quartel de século. Entretanto, devemos reconhecer que não havíamos escrutado toda a profundidade da reação que nos traria a derrota da França em 1870 e 1871, e o triunfo do império militar alemão. Não havíamos medido a duração da interrupção que iria produzir-se no movimento revolucionário europeu em conseqüência dessa derrota e dessa vitória.

Se a guerra de 1870-71 tivesse simplesmente deslocado a força militar da França para a Alemanha, isso não teria tido qualquer conseqüência para o desenvolvimento do movimento socialista revolucionário. Mas a guerra havia levado infinitamente mais longe: por trinta anos, ela iria paralisar a França. Com Metz a dois ou três dias de Paris – não uma simples fortaleza, mas um campo fortificado, de onde meio milhão de homens, perfeitamente equipados até a última parelha da artilharia, podiam ser lançados sobre a capital, em vinte quatro horas, ou melhor, antes da declaração da guerra; com a tríplice, e, mais tarde, a quádrupla aliança, pronta para colocar a França em farrapos, – e esse perigo não cessou de pesar

sobre os franceses até estes últimos anos; com a fina flor da juventude francesa dizimada nos campos de batalha ou nas ruas de Paris, – nessas condições, como a França podia deixar de atravessar um quartel de século de militarismo, deixar de submeter-se a Roma, com medo de uma guerra intestina, deixar de envolver-se na aliança franco-russa? Era inevitável, era fatal. E, quando hoje lançamos um olhar retrospectivo – nós que havíamos combatido todo dia o clericalismo e o militarismo, o cesarismo e o boulangismo –, podemos confessar que admiramos uma coisa: a França soube atravessar esse sombrio período sem se entregar a um novo César.

Se a aventura boulangista, apoiada por todo o poderio dos banqueiros anglo-americanos, dos clericais e dos realistas da Europa inteira, terminou-se, apesar de tudo, tão tristemente; se a França não se tornou clerical, enquanto a Inglaterra "catoliza-se" tão bem e a Alemanha parece querer caminhar no mesmo sentido; se, enfim, vemos a França, ao fim desses sombrios anos, reencontrar-se, renascer para a vida e produzir essa bela jovem geração que vai recuperar o lugar que lhe é devido no movimento de renovação do mundo civilizado – é que, com efeito, a força da corrente revolucionária foi bem mais poderosa do que parecia àqueles que só viam a superfície dos acontecimentos.

Que lancem, o quanto quiserem, o anátema aos revolucionários ardentes e, sobretudo, aos anarquistas, que souberam reerguer bem alto a bandeira vermelha, manter a França desperta e, às vezes, eliminar da arena política aqueles que conservavam o lugar quente para outros reacionários, ainda mais francos em sua reação; que os amaldiçoem o quanto quiserem! A história dirá que é à sua energia, à agitação que eles nutriam com seu sangue, que devemos a manutenção da reação européia sob controle. A verdade é que o partido revolucionário, por mais fraco que ele fosse numericamente, teve de exibir uma energia imensa, feroz, para pôr um freio à reação de dentro e de fora. É verdade, não tínhamos exagerado essa força; pois, sem ela, em que situação nos encontraríamos agora?

E o mesmo pensamento aplica-se palavra por palavra à Espanha e à Itália. Quem de nós teria arriscado predizer que se tentaria reintroduzir na Espanha as torturas da Inquisição contra os operários revoltados? Quem teria arriscado prever as metralhadas de Milão? Pois bem, ousaram-no!

Apenas ousaram pois a resposta dos trabalhadores logo soube trazer esses "raivosos" à razão.

Só hoje podemos conhecer toda a interrupção que se deu na Europa em conseqüência da guerra franco-alemã. A pior das derrotas de 1870 e 1871, foi que elas provocaram o *aniquilamento intelectual* da França.

A necessidade na qual a nação francesa colocou-se para sonhar, antes de tudo, com a preservação de sua existência, seu gênio popular, sua influência civilizadora, *sua existência como nação*, paralisava o pensamento revolucionário. A idéia de uma insurreição evocava aquela de uma guerra civil, que seria acalmada pelos canhões do estrangeiro, vindo ao socorro da ordem burguesa. E, por outro lado, tudo o que havia existido na França de mais enérgico, de mais ardente, de mais devotado – toda uma geração havia perecido na grande luta que começou após o cerco de Paris. Toda uma jovem geração de revolucionários, atraídos a Paris sob o império, perecera durante os massacres que se seguiram à queda da Comuna. Toda a vida intelectual na França ressentiu-se disso. Ela depreciou-se, decresceu, passou às mãos dos impotentes, dos enfermos, dos timoratos.

Esse esmagamento da França significava o esmagamento, não apenas de uma nação que caminhara à frente da civilização, mas de todo o período que a Europa vivera de 1848 a 1870. A Europa retornava a 1849, a 1830. A Alemanha, vitoriosa, vinha assumir a direção intelectual que pertencera até aquele momento à França, e em grande parte à Itália. Mas se a Alemanha havia dado ao mundo um certo número de pensadores, poetas e homens de ciência, ela não tinha nenhum passado revolucionário. E, em seu desenvolvimento político e social, encontrava-se lá onde a França estivera sob Luís-Filipe. O governo representativo, introduzido na Alemanha em 1871, tinha para ela o atrativo da novidade; e se ela teve, em Weitling e seus continuadores, alguns comunistas ardentes, em sua maioria refugiados, o movimento socialista na Alemanha acabara de ser recém-importado, e, por essa razão, iria passar pelas mesmas fases que ele atravessara na França: o socialismo de Estado de Louis Blanc e o coletivismo estatista que Pecqueur e Vidal haviam formulado para a república de 1848.

Desse modo, o espírito da Europa baixou ao nível que outrora ocupara sob Luís-Filipe. O próprio socialismo, dando meia volta, tornava a ser o Estado capitalista de Louis Blanc, embora perdendo a clareza e a simplicidade que o espírito latino lhe dera. Ele assumiu, além de tudo, o caráter centralizador, hostil ao espírito latino, mas que lhe fora imposto pelo espírito alemão, para o qual a união dos pequenos Estados alemães num único império havia sido o sonho durante trinta anos.

Várias outras causas poderiam ser ainda mencionadas para explicar a força da reação. Uma delas é a extensão colonial. Hoje, a burguesia européia enriquece-se, não mais apenas pelo trabalho dos operários de seus países. Aproveitando-se da facilidade dos transportes internacionais, ela tem escravos e servos em toda a parte: na Ásia Menor, na África, na Índia, na China. Os tributários são todos os Estados retardatários. As burguesias da Inglaterra, da França, da Holanda e da Bélgica tornam-se cada vez mais os usurários do universo, vivendo de juros do capital. Estados inteiros são sugados pelos banqueiros de Londres, Paris, Nova York, Amsterdã. Tais como a Grécia, o Egito, a Turquia, a China; e já preparam para desempenhar esse papel o Japão, emprestando ao caro aliado a seis, melhor dizendo, a sete por cento, e tomando em hipoteca todas as suas arrecadações alfandegárias. Desse modo, fazem de bom grado algumas concessões ao operário europeu; o Estado nutrirá de bom grado seus filhos na escola, dar-lhe-á inclusive alguns francos de aposentadoria aos sessenta anos passados – desde que ele ajude os burgueses a conquistar servos e a fazer Estados vassalos da Bolsa, na Ásia e na África.

E, enfim, é necessário mencionar também o esforço contra-revolucionário que foi feito por todas as igrejas cristãs, mas que partiu sobretudo de Roma, a fim de jugular por todos os meios a revolução da qual se via formar a onda. O assalto que foi dado ao materialismo, a campanha conduzida com tanta habilidade contra a ciência em geral, a proibição de obras e a perseguição de homens, que se pratica tão amiúde por tantas ligas, mundanas, políticas e religiosas, – tudo isso deveria ser mencionado para dar uma idéia da imensa organização contra-revolucionária que foi posta em prática para combater a revolução. Mas tudo isso é apenas secundário diante do fato dominante que acabamos de indicar: o esmagamento da França, seu esgotamento temporário e a dominação intelectual da Alemanha que, malgrado todas as qualidades admiráveis de seu gênio e de seu

povo, encontrava-se, pela própria força de sua situação geográfica e de todo seu passado, trinta ou quarenta anos atrasada em relação à França.

Desse modo, a revolução foi retardada. Todavia, é motivo para dizer que ela foi adiada indefinidamente? Nada seria mais contrário à verdade, nada seria mais absurdo que tal afirmação.

Algo surpreendente produziu-se no desenvolvimento do movimento socialista. Como se dizia outrora das doenças inflamatórias, *entrou*. Aplicaram tantos remédios externos para matá-lo que *entrou* no organismo: encontra-se ali em estado latente. O trabalhador vota; segue as bandeiras nas passeatas políticas; mas seu pensamento está alhures. – "Tudo isso, não é assim", diz-se. "É o exterior, o cenário apenas." Quanto ao interior, à *substância* – rumina: aguarda para pronunciar-se. E, entretempos, constitui suas uniões de ofício – internacionais, para além das fronteiras. – "Desconfiai dessas uniões", diziam, um dia desses, os membros de uma comissão nomeada por um dos Estados canadenses. "Desconfiai; eles sonham, os trabalhadores, nessas uniões federadas, em apoderar-se, um dia, de um Estado americano, de um território, ali proclamar a revolução e expropriar – sem qualquer compensação – tudo o que acharem necessário para viver e trabalhar."

– "Sim, sem dúvida, eles votam, obedecem-vos", dizem os burgueses alemães aos líderes do Partido social-democrata; "mas não confiai tanto nisso! Eles vos expulsarão no dia da revolução, se não vos tornáreis, então, bem mais revolucionários do que hoje o sois. Que ocorra a mínima revolução e é sempre o partido mais avançado que controlará a situação e forçar-vos-á a caminhar. Sois líderes – devereis seguir!"

E, de todos os lados, os mesmos sinais do tempo apresentam-se à nossa atenção. O trabalhador vota, manifesta, por falta de melhor – mas no universo inteiro um outro movimento, bem mais sério, prepara-se e amadurece sem ruído. Blanqui dizia um dia que havia em Paris 50.000 homens, operários que nunca iam a qualquer reunião, não pertenciam a qualquer associação – contudo, advindo o dia, saíam às ruas, lutavam e faziam a revolução. A mesma coisa parece produzir-se hoje no seio dos trabalhadores do mundo inteiro.

Eles têm *sua* idéia, uma idéia deles, e, para fazer com que um dia essa idéia tome corpo, trabalham com ardor. Sequer falam disso: compreendem-se.

Sabem que de uma maneira ou de outra será preciso um dia pegar o fuzil, combater os burgueses. Como? Onde? Em conseqüência de qual acontecimento? Quem sabe! Mas esse dia chegará. Não está longe. Mais alguns anos de esforços e a idéia da Greve Geral terá dado a volta ao mundo. Terá penetrado em toda a parte, encontrado em todos os lugares aderentes, entusiasmos... E então?

Então, tal acontecimento ou tal outro ajudando, veremos! E – *dará certo!* – Dará certo, e dançaremos, e faremos dançar para inaugurar um novo mundo. Nossos inimigos acreditavam ter enterrado muito bem esses sonhos. Nossos próprios amigos perguntavam-se se, com efeito, o enterro não havia logrado êxito... E eis que a idéia, sempre a mesma, aquela que fazia pulsar nossos corações, há trinta anos, ressuscita, mais viva, mais jovem e mais bela do que nunca. A expropriação por objetivo, a Greve Geral como meio para paralisar o mundo burguês em todos os países simultaneamente.

Mas, então, é a revolução social, vindo agora do próprio fôlego do povo, dos "bas-fonds", onde todas as grandes idéias sempre germinaram quando uma nova idéia tornava-se necessária para regenerar o mundo?

Sim, é a revolução social. Preparai-vos para fazê-la exitosa, para fazê-la dar todos os seus frutos, fazê-la semear todas essas grandes idéias que vos fazem bater o coração e que fazem o mundo avançar.

Piotr Kropotkin
Maio de 1904
(Publicado por *Le Réveil*, Genebra, 4 de junho de 1904.)

II. PREFÁCIO À EDIÇÃO RUSSA

Os editoriais que compõem este livro foram publicados em nossa revista francesa *Le Révolté*, desde a sua fundação, em 1879, até 1882. Nossa revista era então editada em Genebra, e dirigia-se aos leitores dos países latinos – principalmente franceses –, o que explica, entre outras razões, e entre elas meu exílio, por que os fatos eram tomados de preferência na vida francesa. Os objetivos desses artigos eram expor as bases da anarquia e a crítica da sociedade contemporânea; eles abordavam, em particular, o Estado, os direitos políticos, a centralização e o poder em geral.

Após essas críticas, eu me propunha a começar uma exposição de nossos ideais de vida social e de nosso trabalho construtor possível. O primeiro dessa série de artigos foi o capítulo sobre a expropriação (escrito justo antes de meu aprisionamento na França), que é o último deste livro.

Em janeiro de 1883, fui condenado a cinco anos de prisão, e, durante esse período, não tive a possibilidade de colaborar em nossas publicações. Assim, nosso camarada Élisée Reclus, que participava ativamente de nossa propaganda anarquista, reuniu meus editoriais do *Révolté* e editou-os em 1885 em um volume. Intitulou-o *Paroles d'un révolté* (Palavras de um revoltado), certamente recordando-se do famoso livro do socialista do século XIX, Lamennais, *Paroles d'un croyant*.

Nós o editamos em russo, em Genebra, por duas vezes, alguns capítulos sob o título de *Desintegração da sociedade atual*. E, como a tradução russa completa já havia sido introduzida na Rússia, em 1905, sob o título de *Retchi Buntovchtchika* (Palavras de um insurreto ou de um rebelde), conservei esse título, conquanto ele não traduza fielmente o pensamento de Reclus.

Revi cuidadosamente a nova tradução e retraduzi alguns capítulos.

A continuação de *Palavras de um revoltado* foi o livro composto igualmente por meus artigos para *Le Révolté* e *La Révolte*, intitulado na tradução russa *Kklep i Volia* (Pão e Liberdade, em francês *La conquête du pain*). Expu-

nha como compreendemos o *trabalho construtivo*, com vistas à revolução social num futuro próximo, quer dizer, a construção da nova sociedade, fundada no comunismo e na igualdade jurídica completa. Mas essa construção é feita *não* segundo as ordens do governo, *não* de cima para baixo, *não* do complexo ao simples, mas em bases anarquistas, isto é, uma construção pela própria sociedade, desde a célula simples da aldeia, no bairro, no sindicato, na cooperativa, rumo a uma organização complexa, englobando as cidades, as regiões e todo o país.

Como foi dito mais acima, a passagem de *Palavras de um revoltado* à *Conquista do Pão* foi o artigo "A Expropriação." E como os acontecimentos atuais deram a esse capítulo um interesse ligado ao vivido, acrescentei algumas observações sob a forma de um posfácio.

Piotr Kropotkin.
Dmitrov, 5 de dezembro de 1919.

III. POSFÁCIO À EDIÇÃO RUSSA

A questão da reconstrução da vida pela revolução social foi abordada, no último capítulo deste livro, apenas em termos gerais. Este capítulo só devia servir, por assim dizer, de introdução à segunda parte do trabalho empreendido – a parte construtiva –, da qual só pude ocupar-me três anos mais tarde, quando saí da prisão. Mas, como esse capítulo trazia em si as marcas de uma longa discussão que tinha acontecido em relação à questão da extensão da expropriação no seio das federações jurassiana, italiana e espanhola da Internacional, seria bom dizer algumas palavras sobre isso.

Estávamos completamente de acordo com que a propriedade privada do solo tivesse vivido sua época e que o futuro pertencesse à posse comunista da terra. Mas consideraríamos injusto e inútil expulsar de seus lotes de terra os camponeses que lavrassem, eles próprios, sua terra sem a ajuda de operários assalariados, demolir suas casas e suas cercas, destruir seus jardins e relavrar suas terras com um trator como o imaginavam os revolucionários centralistas e estatistas.

Tal idéia foi pregada na França, em 1795, após a queda de Robespierre e dos Jacobinos, pelo comunista Babeuf que fez dela a base de sua *Conspiração dos Iguais*. Essa mesma idéia também foi desenvolvida mais tarde por Cabet em sua *Viagem à Icária*, e sustentada no período 1830-1840, pelos membros das sociedades secretas francesas fundadas por Barbès e Blanqui, bem como os membros da União dos Justos, sociedade alemã fundada por Weitling, de onde passou ao *Manifesto Comunista* de Marx e Engels.

Nesse manifesto, o objetivo da revolução social era, como nos programas precedentes dos blanquistas e de Babeuf, a abolição total da propriedade privada e sua transferência às mãos do Estado. Quanto à produção, devia-se introduzir, como em Babeuf, o trabalho obrigatório, geral e igual para todos e, com esse objetivo, "a organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura, II, 8". Os socialistas-estatistas da França pregavam em favor desses mesmos exércitos industriais nos anos oitenta.[1]

Não podíamos, naturalmente, aceitar tal programa de expropriação. Conhecendo as diferentes formas da agricultura, em grande e pequena escala, formas que ela assume necessariamente nas localidades de tipos variados (é sobretudo acentuado na França), não podíamos considerar como um progresso a destruição das pequenas economias agrícolas. A fórmula de Babeuf é não apenas injusta em relação às pequenas economias rurais, mas conduziria inevitavelmente à revolta das aldeias contra as cidades e reduziria o país inteiro à fome. De resto, destruir agora a iniciativa privada em agricultura seria insensato, ainda que fosse apenas porque é justamente ao empreendimento privado e ao apego individual à terra que devemos até aqui os principais sucessos da agricultura e o desenvolvimento da cultura intensiva da terra em certas partes da Europa e da América.

É por essa razão que, sem querer prever as formas que a agricultura assumiria no futuro, decidíamos que nesse momento em questão os esforços da revolução deveriam ser dirigidos não para a abolição da pequena economia rural, mas para a *união das pequenas economias em tudo o que exige a união de seus esforços.*

Tal atitude, em relação à pequena economia rural, atraiu para nós, naturalmente, os ataques dos socialistas de Estado. Todavia, eles próprios, à medida que tomavam contato com a verdadeira vida do campo, logo constataram — sobretudo na França — que, precisamente, essa pequena economia rural e essa posse da terra por lotes davam à França seu bem-estar relativo — sem necessitar pilhar seus vizinhos. Os social-democratas alemães chegavam à mesma conclusão ao verem no que resultava a pequena economia rural, na Alsácia e nas diferentes regiões da Alemanha ocidental.

Após a minha saída da prisão, no começo de 1886, empreendi em nosso jornal um desenvolvimento mais detalhado da questão da reconstrução da vida por uma revolução social. Sabendo, além do mais, a que grau era forte nos países latinos a aspiração ao estabelecimento de *comunas independentes*, eu tinha em vista, sobretudo, uma grande comuna urbana livrando-se do jugo capitalista, especialmente Paris, com sua população operária inteligente, independente e possuidora, graças às lições do passado, de grandes capacidades organizadoras.

Esses artigos surgiram mais tarde (em 1892) num volume ao qual Élisée Reclus deu o título de *La conquête du pain (A conquista do pão)*: esse nome foi bem escolhido, pois exprimia a idéia fundamental de toda a obra, notadamente porque o objeto principal, em período de revolução social, seria não apenas a reorganização política da ordem social, mas a questão do pão para todos; a questão da satisfação das necessidades da população: o abastecimento, a moradia, o vestir etc. Tentei provar, ao mesmo tempo, que os operários de uma grande cidade teriam podido organizar-se por eles próprios para uma vida livre no seio da comuna livre, sem esperar fosse organizada para eles por funcionários, conquanto estes fossem dotados de todas as qualidades. Em russo, chamamos o livro de *Pão e Liberdade (Khlep i Volia)*.

Infelizmente, devemos dizer que os socialistas e os operários em geral, tendo perdido a esperança na possibilidade de uma revolução a curto prazo, já não se interessavam mais por essa questão: que caráter seria desejável dar à revolução? Foi, muitos anos depois, quando o movimento sindical começou a fincar raízes na França, que apareceu uma outra obra relativa a esse assunto. Nosso camarada Pouget descreveu em seu livro *Comment nous ferons la révolution* como uma revolução social poderia realizar-se na França *sob a direção dos sindicatos operários*; de que modo, sem esperar o que quer que seja daqueles que não deixariam de apoderar-se do poder, os sindicatos operários e os congressos estariam em condições de expropriar os capitalistas e organizar a produção em novas bases sem, para isso, permitir paralisações na produção. É claro que só os operários e suas organizações poderão alcançar esse objetivo; e ainda que eu divirja da opinião de Pouget em certos detalhes, recomendo com toda confiança esse livro a todos aqueles que compreendem que a humanidade encontra-se, sem contestação, no limiar da reconstrução social.

Pouco tempo após a minha saída da prisão, fui obrigado a deixar a França e estabeleci-me na Inglaterra, onde eu tinha a possibilidade de estudar a vida econômica de um grande país industrial na prática, e não apenas nos livros em que os economistas repetem, há quase cem anos, os mesmos erros que seus predecessores. Sempre que eu dava conferências nas diferentes cidades da Inglaterra e da Escócia, eu aproveitava a oportunidade para conversar longamente com os operários, e para visitar todos

os tipos de usinas e fábricas — grandes e pequenas —, minas de carvão e grandes estaleiros navais, sem esquecer as pequenas oficinas em centros tão importantes da produção artesanal quanto Sheffield e Birmingham. Também visitei os grandes centros cooperativos de distribuição, como a "Wholesale cooperative", em Manchester, assim como as tentativas de produção cooperativa que já começavam a multiplicar-se. Informando-me, assim, quanto ao que era *a vida real*, eu tinha sempre em vista a seguinte questão: "Que formas poderia assumir uma revolução social para que se possa passar, sem demasiados choques, da produção privada ou por sociedade anônima com fins de lucro, à produção e à troca de produtos organizados pelos próprios produtores e consumidores, a fim de poder satisfazer da melhor maneira possível todas as necessidades da produção?"

O exame dessas questões resulta em duas conclusões. A primeira é que a produção dos gêneros alimentícios e de todos os produtos, e, em seguida, a troca desses produtos representam uma empresa tão complicada que os planos dos socialistas de Estado, que conduzem inevitavelmente à ditadura de partido, mostrar-se-ão absolutamente defeituosos tão logo comecem a aplicá-los à vida.

Nenhum governo jamais estaria em condição, afirmávamos, de organizar a produção se os próprios trabalhadores não se atrelassem a ela, por intermédio de seus sindicatos, em cada ramo de indústria, em cada ofício; pois, em toda produção, surge e surgirá cotidianamente milhares de dificuldades que nenhum governo pode resolver nem prever.

É, certamente, impossível tudo prever. É preciso que a própria vida e os esforços de milhares de inteligências nos locais possam cooperar ao desenvolvimento do novo sistema social e encontrar as melhores condições capazes de satisfazer as mil manifestações das necessidades locais.

Os planos teóricos de reconstrução não são naturalmente inúteis no período preparatório. Eles colocam o pensamento desperto e obrigam a uma reflexão séria em relação aos organismos complexos representados pelas sociedades civilizadas. Todavia, por outro lado, esses planos simplificam muito o problema que a humanidade é chamada a resolver; e, quando se quer aplicar *tais* programas, a *realidade* não corresponde. E de um tal fracasso poderia resultar a mais violenta reação.

Muitos operários ingleses — certamente porque eles já há muito tempo (quer dizer, desde a época do movimento cartista de 1836-1848) haviam se ocupado da reorganização social — consideravam, assim, o problema: de início, diziam, é preciso organizar sindicatos fortes e poderosos *em todos os ramos do trabalho*, inclusive os estivadores e os camponeses.[2]

Em seguida, é preciso ligá-los entre si por uniões nacionais e internacionais de ofícios; e, então, tornados uma força efetiva, eles podem assumir toda a produção sob seu controle absoluto, afastar a dominação dos capitalistas e manter a ordem na totalidade da produção e do consumo no interesse de toda a população do país.

Em outros termos, os operários ingleses faziam suas as idéias que já despontavam em 1830, em Robert Owen, quando este último tentava fundar a União dos Trabalhadores; na seqüência, as *trade-unions* inglesas, com os representantes dos trabalhadores franceses, tentaram realizar essas idéias quando, após seu encontro em Londres, em 1862, fundaram a *Primeira* Internacional.

Essa organização representava, como sabemos, uma *associação internacional de sindicatos operários* inteiramente apolítica, buscando um duplo objetivo: uma luta cotidiana contra o capital e a *elaboração das bases de um novo sistema socialista*. Todavia, como as "seções mistas" também eram nela admitidas, disso resultou que homens que não pertenciam a qualquer sindicato de ofício a ela aderiram, mas que aspiravam à emancipação do trabalho do jugo do capital. Essa Internacional existiu até fins dos anos setenta, quando foi destruída pelas perseguições incessantes dos governos e pelas intrigas dos partidos políticos. Quanto à *Segunda* Internacional, ela não era mais que uma união de sindicatos operários: tornara-se a união dos *partidos políticos social-democratas* dos diferentes países.

Com o desaparecimento da Primeira Internacional, desapareceu, na Inglaterra, a força que, no pensamento de seus fundadores, deveria manter entre as *trade-unions* a idéia da proximidade da revolução social e da necessidade de sua preparação pelos próprios trabalhadores. A luta cotidiana dos sindicatos locais contra os exploradores ocupou-se com objetivos mais distantes; é preciso dizer que a maioria dos membros ativos dos sindicatos operários, trabalhando dia após dia pela organização desses sindicatos e

de suas greves, perdiam de vista o objetivo final da organização operária – a revolução social. Foi apenas durante os últimos cinco ou seis anos que precederam a guerra que se voltou a sentir uma recrudescência de interesse em favor desse problema fundamental – sob a influência de um despertar semelhante através do mundo inteiro.

Nesse sentido, influenciaram sobretudo os movimentos sindicais na França e na Itália, e o despertar observado nos Estados Unidos, onde, sob o nome de "Trabalhadores Industriais do Mundo", desenvolveu-se um movimento que se dava diretamente por objetivo a luta contra o capital com vistas à *transferência de toda a indústria das mãos dos capitalistas às mãos dos produtores, unidos em sindicatos poderosos*. Essa tendência foi igualmente sustentada pela primeira revolução na Rússia, em 1905, e a situação geral agitada da vida social na Europa durante os últimos anos que precederam a guerra. Os horrores que a guerra acaba de nos fazer passar, e suas conseqüências de miséria para todos, e também a revolução russa, colocarão abertamente, sem dúvida alguma, diante do mundo inteiro, a questão da necessidade de uma revolução social.

Mas seria preciso dizer desse movimento bem mais do que posso dizer aqui. Volto, então, às conclusões às quais eu havia chegado ao tomar conhecimento da vida econômica da Inglaterra.

A *segunda* conclusão à qual cheguei é a seguinte: a vida econômica atual dos países civilizados é *construída em bases errôneas*. A teoria que doutos economistas preconizam consiste em que os povos do globo terrestre dividem-se em duas categorias. Uns, graças a sua educação superior, são chamados a ocupar-se sobretudo da produção das matérias de todos os tipos (têxteis, máquinas de toda espécie, motores etc.). Os outros, por causa de seu atraso, são condenados a produzir os alimentos para os povos da primeira categoria e as matérias-primas para suas fábricas. Todo curso de economia política enuncia essa teoria; é assim que vão enriquecer-se os outros países desenvolvendo sua indústria às expensas dos povos atrasados.

Entretanto, um estudo mais aprofundado da vida econômica e das crises industriais da Inglaterra e de outros países da Europa, conduz-nos a uma outra conclusão. *Não é mais possível* enriquecer-se como a Inglaterra o fez até aqui; nenhum país civilizado pode permanecer – e não permanecerá – na posição de fornecedor de matérias-primas. *Todos* os outros países aspiram a desenvolver suas indústrias manufatureiras, e todos alcançam gradualmente esse objetivo. A educação técnica não pode tornar-se o privilégio de um único país senão *subjugando pelas armas os países vizinhos* que aspiram a desenvolver neles a educação e a indústria. Quanto à tendência a oprimi-los com esse objetivo, tendência que surgiu durante os últimos quarenta anos, e sobretudo na Alemanha, ela conduziu o mundo inteiro à terrível guerra que custou à Europa e aos Estados Unidos *mais de seis milhões de assassinados e mais de dez milhões de mortos, enfermos e mutilados*, sem falar da devastação da Bélgica e do norte da França, nem da incrível destruição de víveres, carvão, metais que fazem hoje absolutamente falta a todos os povos do mundo civilizado.

Entretempos, um povo surgiu, durante os últimos cinqüenta anos, e assumiu o seu lugar no seio da família dos povos civilizados: os Estados Unidos da América do Norte. Esse povo mostrou que oitenta milhões de habitantes podem alcançar um estado de riqueza e potência enormes sem explorar, mas tão-somente *desenvolvendo nele, paralelamente, uma indústria e a agricultura*, com a ajuda de máquinas, ferrovias, sindicatos livres e propagação da instrução.[3]

A França também se desenvolveu, em parte, na mesma direção, e essa lição surpreendente dada ao mundo transformou por completo as teorias correntes da economia política. *A via rumo ao desenvolvimento do bem-estar dos povos encontra-se na união da agricultura com a indústria, e não na divisão dos povos em povos industriais e povos agrários*. Tal subdivisão levaria fatalmente a humanidade a guerras incessantes pelo açambarcamento de mercados e por escravos para a indústria.

Eu havia estudado essa questão vital e enorme numa série de artigos, publicados em 1890-1893, e, em seguida, numa obra: *Campos, Fábricas e Oficinas*.[4] Fora preciso estudar muitas questões conexas para chegar a esse trabalho e aprender muitas coisas. Mas a mais importante das conclusões foi a seguinte: *Estamos bem longe de ser tão ricos quanto se o crê* quando, passando pelas ruas de nossas grandes cidades, vemos as casas luxuosas dos ricos e seus reluzentes automóveis, o luxo insensato das vitrines, dos grandes magasins e as multidões de passantes ricamente vestidas. A Inglaterra

é o país mais rico do mundo. Mas se adicionássemos tudo o que ela recebe de seus campos, de suas minas de carvão, de suas inúmeras fábricas e usinas, de seus empréstimos ao estrangeiro e do comércio internacional, e se dividíssemos esse total entre todos os seus habitantes em frações iguais, só obteríamos um rublo por dia e per capta, e, em nenhum caso, mais de dois shillings. Quanto à Rússia, mal chegaríamos a 50 kopeks per capta e por dia.

Conclui-se, pois, que a revolução social, em qualquer lugar que ela ecloda, deverá considerar como seu primeiro dever, e desde os primeiros dias, o do *aumento considerável de sua produção*. Os primeiros meses da emancipação aumentarão inevitavelmente o consumo de víveres e de todas as mercadorias e, simultaneamente, a produção diminuirá; por outro lado, todo país em revolução social será cercado por vizinhos pouco amigáveis ou inimigos. "Como poderemos viver, então, se os dois terços do pão de que a Inglaterra necessita são importados do estrangeiro?", perguntaram-me várias vezes os camaradas ingleses. "Como nossas fábricas poderão funcionar para comprar pão, quando não temos nossas matérias-primas entre nós?" *E eles tinham razão*. Quando fiz o balanço das reservas existentes na Inglaterra — daquilo que se poderia chamar de fundo de reserva de um país em caso de revolução —, a conclusão à qual cheguei foi desconcertante. Logo após a colheita, existe uma reserva de trigo para três meses; todavia, essa reserva, desde janeiro, cai para seis semanas. A reserva de algodão nunca existe para mais de três meses, amiúde para apenas seis semanas. O mesmo acontece, e ainda mais, com relação a todos os produtos secundários necessários para as diversas indústrias (como, por exemplo, o manganês para o aço). Em resumo, a Inglaterra industrial vive com reservas insignificantes, quase diária.

Mas a Inglaterra não é a única a viver assim; todos os povos, nas condições atuais da economia capitalista, vivem da mesma forma. Não faz muito tempo a Rússia atravessava uma série de penúrias cruéis durante as quais sofriam dezenas de milhões de seus habitantes. E, ainda agora, mais de um terço da população da Rússia e da Sibéria está *sempre* na miséria, e, inclusive, carece de pão durante três ou quatro meses no ano — sem falar da insuficiência de todos os outros produtos, de sua ferramenta rústica primitiva, de seu gado semifaminto, da ausência de adubos e da falta de conhecimentos.

Concluindo: levando em conta que até aqui um bom terço da população de todos os países da Europa vive na miséria e sofre com a falta de roupa e do resto, a revolução trará inevitavelmente *um consumo aumentado*. A demanda por todos os produtos aumentará, enquanto a produção diminuirá e, no final das contas, chegar-se-á à fome — penúria em tudo, como é hoje o caso na Rússia. Só há um meio para evitar tal penúria. Devemos todos compreender que, assim que começar um movimento revolucionário num país, a única saída razoável consistirá em que os operários de usinas e fábricas, os camponeses e todos os cidadãos tomem, desde o começo do movimento, toda a economia nacional em suas próprias mãos, que eles próprios organizem e que dirijam seus esforços no sentido de um aumento rápido de toda a produção. Mas *eles só serão convencidos dessa necessidade* quando todas as preocupações gerais concernindo à economia nacional, hoje reservadas, graças ao antigo hábito, a toda uma multidão de ministros e comitês, *forem apresentadas, sob uma forma simples, perante cada vilarejo e cada cidade, ante cada usina e fábrica, como sendo seu próprio negócio, quando eles forem geridos por eles próprios*.

É assim que o estudo da vida real dos povos conduz-nos inevitavelmente à conclusão de que *todos* os povos devem se esforçar para dar, entre eles, um forte desenvolvimento, conduzir um aperfeiçoamento da agricultura, de um lado — por meio de uma cultura intensiva do solo — e, simultaneamente, da indústria manufatureira. É nessa direção que se encontrará a garantia do progresso e do sucesso na emancipação do trabalho do jugo do capital. Não pode haver povos destinados a servir os outros! É nisso, e também na compreensão do fato de que é impossível realizar uma revolução social pela ditadura, que é a pedra angular de todo o edifício. Construir sem ela significaria construir sobre a areia.

Os reformadores fixaram demasiado pouco a atenção, há trinta ou quarenta anos, nesse aspecto da vida. Hoje, no entanto, após as lições cruéis da última guerra, deveria ser claro a todo homem sério e, sobretudo, a todo operário, que tais guerras, e, inclusive, ainda mais cruéis, serão *inevitáveis enquanto alguns países considerarem-se destinados a enriquecer-se pela produção de matérias manufaturadas e partilharem os países atrasados*, a fim de que eles próprios *acumulem as riquezas pelo trabalho alheio*.

Mais ainda. Temos o direito de afirmar que a reconstrução da sociedade numa base socialista será impossível enquanto a indústria manufatureira e de transformação, e, por conseqüência, o bem-estar dos operários das fábricas, estiverem fundados, como hoje o estão, na exploração dos camponeses de seu próprio país ou dos outros países.

Não se deve esquecer que não são, atualmente, só os capitalistas que exploram o trabalho alheio e que são "imperialistas". Eles não são os únicos que aspiram a conquistar na Europa, na Ásia, na África e alhures, as matérias-primas baratas. À medida que os trabalhadores começam a participar da gestão política, o contágio do imperialismo de conquista também os atinge. Na última guerra, os operários alemães, tal como seus senhores, haviam aspirado a conquistar para eles as matérias-primas menos caras — inclusive na Europa, quer dizer, na Rússia e na península balcânica, bem como na Ásia Menor e no Egito. Eles também consideravam como necessário esmagar a Inglaterra e a França, que os impediam de fazer essas conquistas. De seu lado, os operários franceses e ingleses mostravam-se cheios de indulgência por conquistas semelhantes por parte de seus governos na África e na Ásia.

Está claro que, nessas condições, ainda se deve prever uma série de guerras para os países civilizados — guerras ainda mais sangrentas e selvagens — se esses países não realizarem uma revolução social e não reconstruírem sua vida em bases novas e mais sociais. Toda a Europa e os Estados Unidos, à exceção da minoria que explora, sentem essa necessidade.

Mas é impossível realizar tal revolução por meio da ditadura e do poder. Sem ampla reconstrução vinda de baixo para cima — efetuada pelos próprios operários e camponeses —, a revolução social estará condenada à bancarrota. A revolução russa confirmou-o novamente, e é preciso esperar que essa lição seja compreendida: que, em toda a parte, na Europa e na América, sérios esforços serão tentados para criar, no seio da classe trabalhadora — camponeses, operários e intelectuais —, os quadros da revolução futura, não obedecendo às ordens de cima, mas sendo capazes de, eles próprios, elaborarem as formas livres de toda a nova vida econômica.[5]

5 de dezembro de 1919.

NOTAS:

[1] O sucesso das enormes fazendas "gigantes" nos prados do Canadá e dos Estados Unidos onde, precisamente na mesma época, uma economia desastrosa constituía-se com a ajuda exatamente desses exércitos industriais recrutados duas vezes por ano — para a lavra e a semeadura de trigo e para sua colheita — gerava a admiração dos partidários do socialismo de Estado. Mas isso durou pouco. Em fins do século XIX, quando atravessei a província canadense de Manitoba, nenhum vestígio dessas fazendas era visível; quanto aos prados de Ohio, eu os vi, em 1901, cobertos de pequenas fazendas, e via-se nos campos toda uma floresta de moinhos de vento que puxavam água para as hortas. Após duas ou três más colheitas de trigo, as grandes fazendas foram abandonadas e a terra foi vendida aos pequenos fazendeiros, que agora colhem em suas fazendinhas consideravelmente mais produtos alimentícios diferentes do que podiam fazê-lo as fazendas "gigantes". (Nota de Kropotkin).

[2] Outrora, até o começo dos anos oitenta, as trade-unions só existiam em alguns ramos; as mulheres, por exemplo, não tinham sindicato, conquanto elas fossem mais de 700.000, apenas na indústria têxtil; os marceneiros não admitiam em seus sindicatos senão aqueles que ganhassem aos menos dez pences por hora; e assim por diante. (Nota de Kropotkin)

[3] Kropotkin equivoca-se um pouco quanto ao caráter "pacífico" do capitalismo americano. Seu *imperialismo* colonial não se distingue em nada daquele da Alemanha antes da guerra, da França e da Inglaterra. Basta-nos recordar das Filipinas, do México, da Nicarágua. Quanto aos sindicatos livres, sabemos, ao contrário, que em nenhum lugar mais do que nos Estados Unidos a organização operária foi mais ferozmente perseguida. O martírio de Sacco e Vanzetti é apenas uma das muitas provas da ausência de liberdade sindical nos Estados Unidos.

[4] Um condensado desse livro foi amiúde editado em brochura sob o título *À qui et comment appliquer le travail manuel et intellectuel?*

[5] "Esse posfácio faz parte da última edição russa de *Palavras de um Revoltado*, publicado em 1921, pela editora anarco-sindicalista Golos Truda (A Voz do Trabalho) Petersburgo-Moscou. Corrigimos a tradução publicada em *Le Réveil Anarchiste*, em 1930, que havíamos introduzido nas *Oeuvres* de Piotr Kropotkin, Éditions Maspéro, 1976."